

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

MÁRIO AUGUSTO CORREIA SAN SEGUNDO

PROTESTO OPERÁRIO, REPRESSÃO POLICIAL E ANTICOMUNISMO  
(RIO GRANDE 1949, 1950 E 1952)

PORTO ALEGRE

2009

MÁRIO AUGUSTO CORREIA SAN SEGUNDO

PROTESTO OPERÁRIO, REPRESSÃO POLICIAL E ANTICOMUNISMO  
(RIO GRANDE 1949, 1950 E 1952)

Dissertação apresentada como requisito parcial e final para obtenção do grau de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Linha de pesquisa: Relações sociais de dominação e resistência.

ORIENTADORA:  
PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. SILVIA REGINA FERRAZ  
PETERSEN

PORTO ALEGRE

2009

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

MÁRIO AUGUSTO CORREIA SAN SEGUNDO

PROTESTO OPERÁRIO, REPRESSÃO POLICIAL E ANTICOMUNISMO  
(RIO GRANDE 1949, 1950 E 1952)

Dissertação aprovada como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sílvia Regina Ferraz Petersen  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos  
Universidade Federal Fluminense

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Ana Loner  
Universidade Federal de Pelotas

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marluza Marques Harres  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Porto Alegre, 21 de setembro de 2009.

A Cláudia Beatriz Neto Correia, minha  
mãe, trabalhadora, amiga de todas as  
horas, camarada de lutas e de sonhos  
socialistas.

## AGRADECIMENTOS

Não foram poucas as pessoas que ajudaram até aqui, e nesta hora sempre se comete injustiças, por deixar de fora dos agradecimentos pessoas que de uma forma ou de outra colaboraram para a realização deste trabalho. No entanto, é indispensável a lembrança àqueles que estiveram mais perto e que trago como parte de mim, por isso, agradeço enormemente:

A Cláudia Correia, mãe, camarada e amiga, que amo mais que tudo;

Renato Della Vechia e Solaine Gotardo (Mana), por toda a ajuda, camaradagem e amizade impagável, nestes anos todos. O Renato em especial, foi a pessoa que me estimulou, pelo seu exemplo, a me dedicar ao estudo de nossa sociedade no intuito de transformá-la, o que desde então, tem sido parte importante da minha vida;

Minhas amigas de todas horas Daniela Conte e Carla Menegat , “porto seguro”, pessoas com que sempre conto a anos, com apoio, ajuda, carinho, amizade e compreensão. Também agradeço a ambas, pela ajuda no fechamento do texto;

Gostaria de fazer também, um agradecimento especial a Clara(mãe da Dani) e ao Sérgio, pessoas que me recebem a anos em sua casa como se fosse a minha;

A todos os membros do “Bruklin”, turma pelotense com quem divido meus momentos de alegrias e diversões desde criança. Em especial a Marília, Bianca e Veridiana, minhas amigas inseparáveis, que sempre me incentivaram para o melhor da vida, sem as quais meus momentos de alegrias e tristezas não teriam sido os mesmos. E a Betânia Balladares, com quem dividi vários momentos importantes, agradeço pela sincera torcida e carinho;

Ao amigo colega Frederico Duarte Bartz pelas dicas, idéias, inquietações e por ter me apresentado uma das principais fontes primárias desta pesquisa, que são os processos-crime;

A todos os companheiros do Instituto Mário Alves de Pelotas, pelos anos de estudos e aprendizados que muito me servem para a vida;

A equipe do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, onde comecei a ser historiador. Em especial gostaria de agradecer aos professores Paulo Koschier, Lorena Gill, Beatriz Ana Loner, e as ex-colegas Mariluci Vargas, Angela Pomatti e Fernanda da Silva pelo apoio, incentivos, sinceridade e compreensão, tão difíceis nestes dias, mas que nunca me faltaram destas pessoas.

A todas pessoas que carinhosamente fizeram parte da minha vida na Casa do Estudante Universitário (CEU – UFRGS), em especial ao Ronaldo e a Natália. Posso dizer que era uma família, inclusive com as brigas.

Ao professor Dr. Enrique Serra Padrós, pela atenção, bons conselhos e puxões de orelha no momento adequado;

Ao professor Dr. Benito Bisso Schmidt, pela atenção e orientações que me deu antes mesmo de eu fazer a seleção para o mestrado;

A professora Dr<sup>a</sup>. Regina Xavier, também pela atenção e críticas que muito me ajudaram nos estudos;

Aos camaradas do ENLACE-PSOL, em especial a Neiva Lazzarotto, Berna Menezes, Mário Azeredo, Ana Paula Madruga, Rejane Aretz, Adriano Trindade, Daia Seibert, pessoas com quem retomei a construção de dias melhores;

Aos colegas de mestrado, principalmente aos que iam nos churrascos da turma, onde elaborações importantes foram realizadas, pela camaradagem, e em especial, ao Fernando Pureza, pela generosidade, idéias e troca de informações importantes a um pelotense “estrangeiro”;

Aos amigos Ricardo Severo, Renata Vieira, Alexandre Brito e Ana, pelo carinho, torcida e amizade;

Aos colegas professores e estudantes da Escola Alice de Carvalho em Alvorada, onde tenho o prazer de dar aulas, e em especial ao professor José Leandro e as professoras Rosana Fischer e Carol Guedes, pelos conselhos e pela compreensão nos momentos mais difíceis;

Gostaria de fazer um agradecimento **irônico** a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que no dia 14 de março de 2008, me mostrou pessoalmente, o quanto segue sendo muito parecida ideologicamente com a que estudei na década de 1950. Depois do lamentável episódio da prisão de vários professores, entre os quais me incluía, simplesmente por estarem protestando contra o desmonte da educação estadual durante o governo Yeda, minha pesquisa certamente não foi mais a mesma, passei a valorizá-la mais, na medida em que certas atitudes autoritárias contra trabalhadores persistem;

Por último, gostaria de fazer um agradecimento especial a professora Dr<sup>a</sup> Sílvia Petersen, que me orientou neste trabalho, pela sua dedicação, esforço, sinceridade e seriedade com que me tratou. Isso deve ser registrado e elogiado, pois sabemos, que infelizmente, hoje na academia, nem sempre as relações tem ocorrido desta maneira. Espero ter sido digno do exemplo que tive.

'A bala me queimou, sim, me privou das pernas, por que?' E apontava o próprio peito. 'Mas daqui para cima não é ainda o coração? [...] Sei, companheiros, porque estou aqui nesta cadeira. Isto não é uma provação. Não, não estou inválido. As mãos a bala me tirou? Me tirou a cabeça? Se falta aqui na praça a Maria, o Jerônimo, o Vitório, uns quantos irmãos, já não estão novos companheiros? Estou vendo daqui a filha de Jerônimo. Vou casar uma filha. A geração de Alda, só menina, continua, ela ainda amamenta. A força do tempo esta em nossas mãos. O doutor disse que a bala queimou uma tal de medula aqui nas costas, sem querer me dizer que não posso mais andar nem mais ficar de pé. Mas tem bala que queime a medula da classe operária?'

Palavras atribuídas a Antônio Réchia em  
*Linha do Parque* de Dalcídio Jurandir, 1959, p.548.

**RESUMO:** nesta dissertação, se analisará três protestos operários e as tentativas de controle social exercido contra eles por parte da força policial, trabalhistas e imprensa comercial na cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. O controle social constituiu-se pelo uso de repressão policial associada ao anticomunismo. As três conjunturas analisadas, que serviram de base ao estudo, são: a greve contra a entrada de navios estrangeiros na Lagoa dos Patos em 1949; a manifestação do 1º de Maio de 1950; e a greve geral de 1952 contra a carestia do custo de vida. Estes protestos ocorreram em meio ao governo autoritário de Dutra e no início no segundo governo de Vargas. Internacionalmente configurava-se o período conhecido como Guerra Fria, o que ajudou a definir a política conservadora dos governos em relação aos operários. Nos protestos analisados, houve a participação de milhares de trabalhadores e uma marcante presença comunista, em um momento que o PCB estava ilegal. A pergunta que guiou a pesquisa foi a de como as classes dominantes locais, lançaram mão de seus instrumentos na tentativa de controlar o movimento operário? Buscando assim, analisar as relações sociais de dominação e resistência.

**PALAVRAS-CHAVE:** movimento operário, comunistas, protesto, repressão policial e anticomunismo.

**ABSTRACT:** In this dissertation, will be analyzed three workers protests and the attempts of social control exercised against them by the police force, *labor* and trade press in the city of Rio Grande, in Rio Grande do Sul. The social control was consisted by the use of police repression associated with the anticommunism. The three situations analyzed, which formed the basis of the study are: the strike against the entry of foreign vessels in the Lagoa dos Patos, in 1949; the manifestation of 1 May 1950; and the general strike of 1952 against the high cost of life. These protests occurred during the authoritarian government of Dutra and the beginning of second government of Vargas. Internationally, was configured the period that has become known as the Cold War, which helped define the conservative policy of governments in relation to workers. In the protests analyzed, was the participation of thousands workers and a marked presence communist at a time which the PCB was illegal. The question that guided the research was: how the local ruling classes made use of their instruments in the attempt to control the workers movement? Seeking thus, to analyze the social relations of domination and resistance.

**KEYWORDS:** workers movement, communists, protests, policeman repression and anticommunism.



## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
1. GUERRA FRIA, MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO, COMUNISMO E TRABALHISMO.....	31
1.1. O Brasil em tempos de Guerra Fria.....	32
1.2. Movimento operário brasileiro no período entre ditaduras.....	36
1.3. Organizações político-partidárias e os “trabalhadores do Brasil”.....	49
a) O PTB e o movimento sindical.....	49
b) Comunistas e movimento operário nos tempos de ilegalidade.....	52
2. A GREVE E AS MANIFESTAÇÕES OPERÁRIAS EM MARÇO DE 1949.....	67
2.1. A conjuntura da greve de 1949 na cidade de Rio Grande.....	67
2.2. Protesto operário.....	76
2.3. Anticomunismo e repressão policial às manifestações operárias de 1949.....	94
2.4. A greve na imprensa comercial .....	101
a) Jornal Rio Grande.....	102
b) Jornal O Tempo .....	106
3. UM 1º DE MAIO SANGRENTO EM 1950.....	112
3.1. A conjuntura das manifestações do 1º de maio de 1950 .....	113
3.2. 1º de maio de 1950: “o dia em que mataram a operária” .....	123
3.3. Repressão policial e anticomunismo.....	140
3.4. O confronto na visão da imprensa comercial.....	151
4. GREVES E MANIFESTAÇÕES OPERÁRIAS CONTRA A CARESTIA DO CUSTO DE VIDA EM 1952.....	156
4.1. Conjuntura de 1952: carestia do custo de vida, trabalhistas e as organizações dos trabalhadores.....	156
a) Carestia do custo de vida e os trabalhadores.....	157
b) Trabalhistas, trabalhadores e anticomunismo.....	161

c) As organizações dos trabalhadores riograndinos em 1952.....	167
4.2. Greve geral de 11 e 12 de agosto.....	175
4.3. Repressão policial e anticomunismo.....	180
4.4. Greves, comunismo e repressão policial na visão da imprensa comercial	187
a) Jornal Rio Grande.....	187
b) Jornal O Tempo.....	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
ACERVOS CONSULTADOS.....	210
FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS.....	210
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	213
ANEXOS.....	218

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 e 2 – Fotos das manifestações de 8/3/1949 .....	85
3 – Capa da <i>Gazeta Sindical</i> da 1º quinzena de junho de 1950 .....	130
4 – Capa do <i>Voz Operária</i> 13 de maio de 1950 .....	133
5 – Detalhe da capa do <i>Voz Operária</i> 13 de maio de 1950 .....	134
6 – Panfleto “o sangue dos mártires de Rio Grande...” .....	135
7 – Foto do cortejo funeral dos operário mortos em 1º de maio de 1950 .....	153

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil

CIA – *Central Intelligence Agency*

COAP – Comissão de Abastecimento Público

COMAP – Comissão Municipal de Abastecimento e Preços

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DPS – Divisão de Polícia Política e Social

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FBI – *Federal Bureau of Investigation*

FEB – Força Expedicionária Brasileira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MTIC – Ministério do Trabalho Indústria e Comércio

MUT – Movimento Unificador dos Trabalhadores

OLT – Organização em Locais de Trabalho

PCB – Partido Comunista do Brasil

PL – Partido Liberal

PR – Partido Republicano

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUA – Pacto de Unidade de Ação

PUI – Pacto de Unidade Intersindical

RS – Rio Grande do Sul

SUO – Sociedade União Operária

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UDN – União Democrática Nacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, se pretende contribuir para o estudo da classe operária da cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul (RS) e, num sentido mais amplo, das manifestações que envolveram os trabalhadores riograndinos em um período muito significativo para a história dos trabalhadores brasileiros que é o período entre o fim da ditadura do Estado Novo, que se encerrou em 1945, e o início da civil-militar em 1964.

Este momento esteve marcado por uma ascensão dos trabalhadores como atores políticos no cenário nacional. Rearticulou-se um movimento operário que organizou lutas importantes, como pela efetivação dos direitos trabalhistas, contra a carestia do custo de vida, por aumentos salariais e outras, que tiveram seu ciclo encerrado com o golpe civil-militar de 1964.

Para realizar esta pesquisa, o caminho mais promissor encontrado, após uma análise das fontes, foi o de estudar o **protesto operário**, neste caso composto por passeatas e greves, como maneira de expressão da vontade dos trabalhadores e a tentativa de **controle social** do “mundo do trabalho” através da **repressão policial** e do **anticomunismo**.

Para isso serão analisadas, no texto, três conjunturas de protesto operário em Rio Grande, que são: a greve geral de 8 de março 1949, na qual a reivindicação principal era contra a entrada de navios estrangeiros na Lagoa dos Patos; a passeata de 1º de maio de 1950, promovida pela reabertura de uma entidade de trabalhadores na cidade; e a greve geral de 1952 contra o aumento da carestia do custo de vida. Assim como se estudará a tentativa de controle destas mobilizações

praticadas através da repressão policial, e pelo anticomunismo, cujo os agentes aqui analisados são os trabalhistas, a imprensa comercial<sup>1</sup> e a polícia.

O objetivo deste estudo toma como temática central a questão da **dominação de classe através do controle social** exercido pelo Estado, a serviço principalmente da burguesia, contra a organização e protesto dos trabalhadores que pretendia romper alguns limites considerados, por aqueles, toleráveis. Aqui o Estado surgirá principalmente através de suas instituições, Polícia Civil e Brigada Militar, apoiado por dois setores da sociedade riograndina que serviram à tentativa de controle dos trabalhadores, que são a imprensa comercial e os trabalhistas, que controlavam os aparatos estatais da cidade.

O período de 1945-1964 em Rio Grande foi marcado por momentos de conflitos abertos entre a classe operária, com seus sindicatos e representantes partidários de um lado, e os empresários e governo de outro. Esses embates se refletiram também no parlamento local, devido a presença de vereadores classistas de ambas as partes o que produziu abundantes relatos, registrados em seus discursos e outras manifestações, dos conflitos ocorridos no período.

A importância das atitudes dos trabalhadores e seu protagonismo nos espaços políticos em Rio Grande em vários momentos, ocorreu devido à inserção que teve a classe na correlação de forças local. O seu grande número e organização, fez com que fosse tarefa difícil participar da política riograndina sem o apoio de pelo menos parte dos operários ou no mínimo sem levar em conta suas reivindicações.

Uma característica importante da cidade é o seu caráter portuário, o que influenciou a formação do seu espaço urbano e econômico. O porto exerce a função de acelerador da cidade, pois a dinâmica e a prosperidade desta depende diretamente da movimentação do cais, elemento que tornou a cidade um pólo de concentração de trabalhadores, principalmente de operários urbanos.(OLIVEIRA, 2000)

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1950 a cidade possuía 78.341 habitantes, sendo que 64.241, habitavam a zona

---

<sup>1</sup> Quando usar o termo “imprensa comercial”, estarei me referindo simultaneamente aos jornais *Rio Grande* e *O Tempo*, que são os dois órgãos de imprensa que foram analisados.

urbana, o que a tornava, terceira maior cidade do estado em população urbana, ficando atrás apenas de Porto Alegre e Pelotas.<sup>2</sup>

Na cidade de Rio Grande, nas últimas décadas do século XIX, gerou-se um processo de industrialização; grandes fábricas se instalaram pela facilidade de escoamento da produção através do porto, o que formou um contingente de trabalhadores numeroso e diverso, sendo estes advindos de vários pontos do estado, país e também do estrangeiro. Conforme Carlos Alberto Oliveira (2000), entre as grandes fábricas instaladas estão a Rheingantz, a Cia. Ítalo-Brasileira de Fiação e Tecelagem Rio Grande (ambas de tecidos), o Frigorífico Swift, e as fábricas de produção de alimentos Leal Santos e Cia., a Cia. de Conservas Rio-Grandense, Moinhos Rio-Grandense, entre outras.

Rio Grande e Pelotas formaram, principalmente a partir do século XIX, um forte pólo econômico e, ao lado de Porto Alegre, figuravam como as cidades de maior concentração de trabalhadores urbanos.(LONER, 2001a) Até mesmo antes da industrialização do estado, as charqueadas elevaram o poderio econômico daquela região em que, além de haver charqueadas, também fazia o escoamento de parte da produção pelo porto.

Beatriz Loner entende que, ao final do Império, é possível afirmar, inclusive, que o pólo econômico do sul do estado possuía supremacia em relação a Porto Alegre, situação que mudaria no decorrer do século XX. Isso foi possível especialmente pela forte industrialização destas cidades.

A indústria de Rio Grande alicerçava-se em grandes indústrias, com capital nacional e estrangeiro, como a Pooock, União Fabril, Ítalo-Brasileira, Leal Santos e outras. Seu desenvolvimento foi consideravelmente acelerado durante a primeira década republicana, com a instalação de várias fábricas e o incremento da imigração. (LONER, 2001a, p. 50)

As melhorias do Canal da Barra, a construção do Porto Novo na década de 10, a instalação da companhia de refino de petróleo Cia. Ipiranga em 1937, somadas às indústrias criadas anteriormente e outras que se instalaram após, deram um impulso ao desenvolvimento econômico da cidade, que se expandiu até a década de 1970. A década de 1950 é descrita como a década de ouro; já no início da década de 1960 os primeiros sinais da crise econômica que estava por vir começam a

---

<sup>2</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.  
[http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas\\_populacionais.shtm](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais.shtm), planilhas: (populacao1950aeb\_22) e (populacao1950aeb\_23\_a\_26).

aparecer em razão do fechamento de algumas importantes indústrias como a Swift e a Cia. Ítalo-Brasileira de Fiação e Tecelagem. (OLIVEIRA, 2000)

As origens da organização operária riograndina remonta às últimas décadas do século XIX, em que a concentração operária da cidade impôs a esta uma forte presença de sindicatos, associações mutualistas, culturais e classistas dos mais variados tipos, como demonstra o referido estudo de Loner. A autora desenvolve a idéia de que em meio à onda organizativa, deu-se a formação de um movimento operário classista e de uma classe operária numerosa, protagonista de inúmeras lutas e ações políticas que marcaram a cidade como um todo. Seria bastante difícil pensar a história de Rio Grande, em termos gerais, ignorando a presença dos trabalhadores, suas organizações e lutas travadas desde o início da República.

Entre outros aspectos, a questão das greves e da repressão policial foram elementos que marcaram as características da organização dos trabalhadores desta cidade desde seus primórdios, tornando-se estes, portanto, elementos de sua formação de classe. Isso faz a questão do controle do mundo do trabalho em Rio Grande algo fundamental para compreender o movimento operário da cidade desde seu início, o que ressalta a importância da retomada deste tema para o estudo de um período mais recente desta história, objetivo desta pesquisa. Para Loner, em Rio Grande, as greves e a repressão

[...] auxiliavam na conformação de uma identidade de classe, porque permitiam ao operário visualizar-se como pertencendo a um todo, maior que o próprio indivíduo, cuja força radicava apenas e exclusivamente em sua união, conjunto esse que se contrapunha ao patrão e aos elementos que, dentro da fábrica, representavam os interesses patronais. Por outro lado, os processos mobilizatórios evidenciavam, com sua vitória ou derrota, um aspecto essencial da luta de classes: a colocação de interesses opostos na arena política e sua resolução, seja de forma legal, seja forçada por meios de ação ou repressão violenta. (LONER, 2001a, p.412)

Um dos reflexos disso, ainda segundo a autora, é que em Rio Grande o movimento era mais “puramente operário” com melhores “definições classistas”, se comparado com Pelotas. Em Pelotas a definição de operário sempre teve maiores dificuldades pela complexidade da formação da cidade e a existência de setores, entre os trabalhadores, que não reivindicavam tal identidade. Isso deveu-se principalmente ao tipo de mobilização e repressão sofrida pelos operários nestas duas cidades, o que as diferenciou. Comparando o movimento das duas cidades afirma que

[...] Rio Grande apresentou um movimento operário de cunho diferenciado, mais radical, embora menos organizado, com características mais classistas, embora



menos brilhante culturalmente. A diferença maior entre a combatividade de Pelotas e Rio Grande, deveu-se a que Rio Grande era um porto e concentrava maior número de operários em vários ramos. A repressão foi maior, o que resultava em enfrentamentos duros com a polícia, perda de entidades, necessidade de migração de militantes. Devido a isso, esta cidade enfrentou maiores dificuldades de reorganização e mobilização inicial em cada conjuntura, porque a repressão desarticulou mais profundamente o movimento, dificultando sua recomposição. Mas, quando ocorria, suas lutas apresentavam maior radicalidade. (LONER, 2001a, p.412)

Com isso, pode-se afirmar que o presente estudo foi realizado tratando de uma classe operária cuja formação é anterior ao período aqui englobado e que esta classe possui uma tradição bastante elaborada de mobilizações, greves e resistências às tentativas de controle social exercida contra esta, o que marca sua própria formação e características.

No pós-Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e a *Doutrina Truman*, que serão melhor abordadas adiante, marcaram fortemente o processo de lutas entre os comunistas e capitalistas. A disputa política, econômica e militar entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) pela influência e controle de regiões no globo, causou consequências também para o movimento operário de países periféricos, como o Brasil.

Uma destas consequências foi a *propaganda anticomunista*, usada por vários setores da sociedade para a disputa ideológica contra os comunistas e qualquer grupo, mesmo que não comunista, que realizasse ações consideradas subversivas ou fora dos parâmetros “democráticos” ocidentais. A consequência prática foi a repressão física do movimento operário e dos trabalhadores em geral, através do uso dos instrumentos de controle social estatais, como a Polícia e Exército.

Assim, ações como greves foram facilmente consideradas como ações para desestabilizar governos e a ordem, portanto passíveis de serem tratadas como agitações. Como será visto adiante, esta conjuntura pós-guerra teve reflexos na cidade de Rio Grande, em que o movimento operário possuía participação dos comunistas, apesar destes terem influência limitada entre os trabalhadores, pois não eram a única corrente organizada e nem a maioria dos operários.

Esta breve caracterização acima teve por objetivo contribuir para explicar ao leitor a opção pelo estudo do movimento dos trabalhadores riograndinos que será realizado na dissertação. Mas além dessa, há outra razão de ordem historiográfica sobre o movimento operário.

A maioria das pesquisas mais relevantes sobre história do trabalho no Rio Grande do Sul, foi realizada a respeito do período anterior a 1937, ficando o pós-guerra desprovido de maior atenção. Além disso, via de regra os trabalhos sobre o entre-ditaduras, são a respeito de Porto Alegre, diferente das pesquisas sobre a República Velha, em que se encontram vários trabalhos que englobam cidades do interior do estado<sup>3</sup>.

Os poucos estudos sobre os trabalhadores de Rio Grande neste período são relevantes, mas sobre categorias de trabalhadores do porto (GANDRA, 1999; OLIVEIRA, 2000; VIVIAN, 2008). Existe também uma monografia de especialização sobre o 1º de maio de 1950 (MARTINS, 2001), mas que se limita a analisar a criminalização dos comunistas através da imprensa comercial. Além destas, tem-se pesquisas sobre o período anterior a 1937, que são muito utilizadas neste texto na medida da necessidade, mas que em sua maioria não possuem relação direta com esta pesquisa.

Portanto, de certa forma, pretende-se preencher uma lacuna historiográfica importante, considerando a tradição do movimento operário riograndino desde sua origem e a ainda relativa escassez de estudos sobre ele. Sabe-se que este trabalho não resolverá esta lacuna, mas poderá ser uma contribuição às interpretações sobre a história dos operários organizados durante o momento em que estes foram protagonistas destacados de lutas por transformações sociais importantes para nosso país.

Considerou-se também que esse período de redemocratização, pelas razões acima expostas, não só seria importante como delimitação do trabalho, como ofereceria muitas fontes para seu estudo. Portanto foi realizado um levantamento preliminar das fontes, principalmente as da imprensa periódica o que indicou alguns elementos que fizeram com que os rumos da pesquisa se modificassem em relação ao projeto original, apresentado na seleção ao Mestrado.

Em primeiro lugar, o período proposto inicialmente (1945-1964) era muito longo e complexo, com uma variação conjuntural difícil de ser bem analisada por “neófitos” em um curto tempo de pesquisa como o corresponde a uma dissertação.

---

<sup>3</sup> A classe operária neste período, assim como em alguns outros, foi um ator político central para a definição dos destinos do país. As principais pesquisas sobre isso, concentram-se sobre o eixo Rio de Janeiro – São Paulo, com algumas exceções importantes, como a pesquisa de Alexandre Fortes, sobre classe trabalhadora em Porto Alegre, mas no geral pode-se dizer que há, ainda, uma carência de pesquisas sobre como os trabalhadores foram protagonistas dessa história em cidades do interior do Brasil, afastadas das grandes metrópoles.

Para pesquisar detalhadamente todo este longo e rico período, possivelmente o simples fichamento de fontes iria consumir quase todo o tempo de pesquisa. Ao final teria uma espécie de “memorial” do movimento operário de Rio Grande, que talvez até fosse importante, mas não uma dissertação, que exige um caráter analítico mais aprofundado.

Por outro lado, logo foram percebidas as dificuldades de uma pesquisa sobre um tema do qual não há trabalhos anteriores que sirvam de referência específica. Neste caso, foi necessário realizar um estudo exploratório, constituir uma certa visão de conjunto das eventuais fontes, para então pensar que possibilidades de abordagens seriam possíveis e apropriadas. Deste **estudo exploratório e primeira análise das fontes é que resultou o objeto de pesquisa aqui apresentado** e que tem por perspectiva de análise aquela que pareceu mais consistente depois do contato com as fontes.

Assim, quanto à delimitação cronológica, optou-se por analisar as conjunturas de 1949, 1950 e 1952, por terem apresentado três importantes manifestações operárias, todas próximas, com características semelhantes e dentro de um mesmo quadro político-social. Foram momentos de manifestações envolvendo milhares de trabalhadores, em duas das quais ocorreram greves (1949 e 1952), ambas reprimidas com ação policial, que contaram com a participação destacada de comunistas e foram combatidas ideologicamente pelos mais variados atores políticos da cidade de Rio Grande, principalmente com a acusação de comunismo.

Cabe agora esclarecer, porque o objeto de estudo escolhido foram os momentos do **protesto** e do **controle social** e não outros. O estudo do movimento operário nestes momentos é importante, pois são neles que ficam evidentes algumas visões de mundo dos trabalhadores, que se materializam em ações, que em tempos de calmaria ficam escondidas na rotina. Como afirma Michelle Perrot,

[...] numa greve encontramos articuladas uma variedade de instâncias (...) como um local de conflito, ela multiplica as relações entre classes e grupos sociais, que estamos acostumados a ver confinados nos seus compartimentos próprios. Não são apenas os trabalhadores que ela nos apresenta, mas a classe dos empregadores, o Estado e a opinião pública, tal qual aparecem no espelho posto a sua frente pelos trabalhadores. Uma greve é uma relação dinâmica. (PERROT, *apud*. MATTOS, 2003, p.100)

Ou como afirma Loner, ao se posicionar sobre os estudos de manifestações:

A própria percepção do papel e importância do operariado na sociedade é continuamente forjada e recriada durante esses momentos de conflito maior, no qual a classe não mais se dirige apenas a seu patrão, individualmente, mas inscreve

suas exigências no espaço público, frente ao conjunto das demais classes e do governo. (LONER, 2001b, p.66)

Concomitantemente ao protesto, as posições e ações dos que buscam o controle dos operários vêm à tona, fazendo com que seja possível não apenas a pesquisa sobre a ação dos trabalhadores, como também a pesquisa sobre seus, por vezes, antagonistas.

Sabe-se que os trabalhadores não podem ser vistos apenas como um grupo político que está sempre pronto a entrar em lutas contra patrões e Estado, mas como afirma Hobsbawm,

[...] a grande maioria dos trabalhadores podia não ter sido constituída nem de militantes, nem mesmo de trabalhadores organizados, mas o mundo e a cultura das classes trabalhadoras é incompreensível sem o movimento operário.(1988, p.254)

Cláudio Batalha também alerta a respeito disso quando tenta romper com dicotomias entre militante e não militante, base e direção, classe e instituições. É certo que as diferenças existem e várias vezes levam a relações conflituosas, mas “se a parte não pode ser tomada pelo todo, há na parte elementos do todo.”(1997, p.94)

Sílvia Petersen observa que

Não se pode perder de vista que a história operária é a história da formação de uma classe, história, portanto, de experiências e ações comuns e coletivas. Associações, partidos, greves, formas mais ou menos institucionalizadas do movimento são, pois, elementos constitutivos deste objeto e não podem ser simplesmente descartados pela historiografia.(PETERSEN, 1997, p.65)

Portanto, apesar de saber que não se pode tomar os trabalhadores riograndinos unicamente como aqueles que participaram dos protestos, os que o fizeram também eram parte dos trabalhadores de Rio Grande, e ao se mobilizarem por seus interesses, construíram sua história, ao mesmo tempo que influenciaram a das pessoas que estavam ao seu redor.

Pois como afirma Thompson (1987), “classe é uma relação” entre diferentes atores que no processo de luta de classes se definem como tal, com base em suas experiências e desenvolvendo determinada consciência que acaba por definir suas posições na sociedade. O que se estuda aqui, é um momento preciso da luta de classes que é o protesto e o controle social, momento especial em que se define a força de cada ator definindo também os limites da transformação ou da manutenção de cada situação social. Ou ainda, a afirmação de Ellen Wood, segundo a qual

[...] um modo de produção é uma relação de poder. Ademais, a relação de poder que condiciona a natureza e a extensão da exploração é uma questão de organização política no interior das classes contendoras e entre elas. Em última análise, a relação entre os apropriadores e produtores se baseia na força relativa das classes, e isso é em grande parte determinado pela organização interna e pelas forças políticas com que cada uma entra na luta de classes. (WOOD, 2003, p.33)

Por isso, entende-se que são importantes os estudos sobre protestos operários, mais especificamente sobre greves e manifestações, e da dominação social acionados contra o “mundo do trabalho”, principalmente a ação policial e o anticomunismo, explícitos nestes momentos de luta aberta entre capital e trabalho, como caminho promissor para compreender as tentativas de controle social.

O sistema repressivo que atuou contra o movimento operário em Rio Grande era coordenado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/RS), que será nomeado apenas como DOPS, no decorrer do texto. Este departamento policial pertencente a Polícia Civil, era órgão do governo estadual montado em 1937. (BAUER, 2006) Nas greves estudadas a repressão policial atuou de maneira enfática, prendendo manifestantes, espancando, e nos casos de 1950 e 1952, matando operários que participavam dos protestos.

A formação de um corpo policial profissional no Brasil esteve estreitamente vinculada a preocupações de controle sobre o ‘mundo do trabalho’. As greves, apesar de terem sido asseguradas como direito na Constituição de 1946, sofreram imensas barreiras, proporcionadas pela regulamentação da lei que, feita através de decreto do governo Dutra, possibilitou que elas seguissem sendo tratadas como crime.(MATTOS, 2003)

Além da proibição das greves, nos primeiros anos do pós-guerra, como se detalhará adiante, o movimento operário teve que enfrentar setores da polícia que se especializaram na repressão a atividades sindicais: no Rio Grande do Sul, o DOPS, no Rio de Janeiro, dentro do Divisão de Polícia Política e Social (DPS) o chamado Setor Trabalhista, entre outros exemplos possíveis.

Esta polícia política do pós-Estado Novo, era antes de tudo política, segundo a opinião de Luciana Pereira ao estudar a polícia carioca, pois agia de forma bastante parcial contra o movimento operário, buscando identificar nele elementos de subversão. Sua ação repressiva era mais forte que a defesa das instituições democráticas, no intuito da eliminação dos “inimigos internos e externos”. Ao

enquadrar parte do movimento operário, como os comunistas, como um atentado às instituições democráticas, a polícia encontrava uma forma de criminalizar as manifestações operárias como um todo. Para a autora

A polícia política tem na prevenção ao crime político e à subversão da ordem, a justificativa fundamental de sua existência, sendo uma instituição que se define pela tarefa de localizar e desmembrar os focos de ameaça ao poder constituído, vigiando indivíduos e grupos que melhor representem, no momento, essa ameaça. Para os membros dessa instituição, os comunistas, por exemplo, não são apenas dissidentes políticos, mas criminosos. São *subversivos, agentes de Moscou* que contaminam os meios são, colocando em risco não só o Estado, mas também a moral, os costumes, a família e a própria ordem das coisas. (PEREIRA, 2004, p.163)

A repressão policial é classificada por Lucia Zedner como um método formal de controle social, que por sua vez é

[...] a capacidade da sociedade de se auto-regular, bem como os meios que ela utiliza para induzir a submissão a seus próprios padrões. Repousa na crença de que a ordem não é mantida apenas, nem sequer principalmente, por sistemas jurídicos ou sanções formais, mas é, sim, o produto de instituições, relações e processos sociais mais amplos.(ZEDNER, 1996, p.138)

Porém, o controle social não deve ser entendido apenas como uma força reativa, que só é exercida quando algo sai da ordem que determinado grupo dominante da sociedade estabeleceu como normalidade. É o meio através do qual “um grupo ou classe impõem sobre outra classe suas idéias a respeito do que são os hábitos e atitudes adequadas a essa classe”.(THOMPSON, 1981, p.190-1, *apud*. ZEDNER, 1996, p.139)

Isso pode ocorrer de modo informal através de meios como família, escola, igreja (ZEDNER, 1996), ou como no caso analisado neste texto, com a propaganda do anticomunismo, que não é repressão física direta, mas sim construção de um modo de ver o mundo, que se pretendia adequado aos operários de Rio Grande. Eles não deveriam ter qualquer atitude mais radicalizada, como a realização de greves, passeatas ou reuniões, pois isso seria comunismo.

O anticomunismo, segundo Carla Luciana Silva, não aparece na sociedade só em momentos de perigo à ordem, mas sim como propaganda sistemática para legitimar políticas conservadoras.

Em diferentes momentos da história política brasileira o ‘anticomunismo’ foi uma forma encontrada pelas elites políticas para legitimar políticas conservadoras. As práticas anticomunistas existem e têm importância histórica não apenas enquanto reação em momentos de instabilidade social. (SILVA, 2001, p.32)

Para Carla Rodeghero (2007) anticomunismo é entendido como um conjunto de representações e práticas de combate sistemático ao comunismo, “adaptadas às mais diferentes realidades históricas”(p.202). Porém, avalia que a historiografia sobre anticomunismo no Brasil tem apontado este conceito como uma maneira de grupos criarem identidades ao “se fazerem reconhecer pelos outros, garantirem coesão interna e passarem uma certa mensagem que não dizia respeito apenas ao combate ao comunismo”(p. 204), o que ultrapassa os limites do mero combate ao comunismo. Atores políticos importantes como Exército, Igreja Católica e governos, como o de Dutra, ao tomarem o combate à ameaça comunista como uma das suas prioridades, forjavam identidades que serviam para atender objetivos mais gerais, pois era reconhecido que na realidade o Partido Comunista do Brasil (PCB) não tinha força suficiente para tomar o poder no país.

Já Rodrigo Patto Sá Motta (2002) comenta que esse uso do anticomunismo para tirar proveito político foi caracterizado pela expressão “indústria do anticomunismo”, que seria a exploração sistemática do “perigo vermelho”.

Normalmente tal operação implicava supervalorizar a influência real do Partido Comunista e dos supostos objetivos imperialistas da URSS, criando uma imagem propositadamente deformada da realidade. Em certas situações não se tratava de criar, mas apenas de explorar o medo já existente. O objetivo era aproveitar-se do pavor provocado pelo comunismo, seja convencendo a sociedade da necessidade de determinadas medidas, seja colocando-se na condição de campeão do anticomunismo para daí auferir vantagens. (MOTTA, 2002, p.161)

Porém, o autor adverte que o anticomunismo não deve ser visto apenas como um mero pretexto, pois parte considerável dos anticomunistas consideravam real a possibilidade dos comunistas tomarem o poder. Cabe lembrar que os comunistas brasileiros não eram “fantasmas”, mas sim uma força política considerável, organizada e que influenciou setores importantes da sociedade como o movimento operário.

Estes elementos podem indicar a hipótese, para o caso estudado, que o anticomunismo foi utilizado por setores que buscavam o controle operário, para que estes não realizassem atividades que fugissem aos seus interesses, mesmo que nada tivessem a ver com atividades comunistas. O que estava em jogo não era a derrota dos comunistas, pois estes possivelmente, apesar de sua forte influência em Rio Grande, nunca chegaram a ameaçar o controle político ou militar da cidade. A batalha, na verdade, era pelo controle dos operários, pois estes sim teriam a

capacidade de ameaçar as autoridades estabelecidas, assim como o fizeram em 1952, mesmo quando a maioria dos comunistas da cidade estavam presos.

Portanto, o anticomunismo aqui estudado é o que serve para controlar os trabalhadores de Rio Grande e que foi implementado pela polícia, trabalhistas e imprensa comercial. Ainda sobre o uso deste anticomunismo para controlar todo o movimento operário riograndino, pode-se utilizar a posição de Pereira sobre a polícia carioca da mesma época, quando afirma que é

[...] a polícia política que constitui, com sua prática, o comunismo como um 'desvio' que precisa ser controlado, enxergando em formas tradicionais de luta dos trabalhadores, como as greves, bem como qualquer discurso de tom mais crítico ao governo, atitudes voltadas para subverter a ordem estabelecida e, dessa forma, as criminaliza. (PEREIRA, 2004, p.165)

Outra questão que deve ser pensada necessariamente a respeito do controle social, no caso, sobre o movimento operário, é a possibilidade dos indivíduos e grupos se contraporem à dominação, pois não são receptores passivos, incapazes de romper com o conformismo, mesmo que sob coação, embora nem sempre isso aconteça. (ZEDNER, 1996) Este é o caso dos operários riograndinos, que mesmo sob coação policial e ameaçados de punição como comunistas, foram às ruas em vários momentos em busca de suas reivindicações. E os momentos não foram poucos, pois como demonstra o levantamento IESP/PUC (PETERSEN, 1980-1981), ocorreram na cidade de Rio Grande 41 greves durante o período de 1945 a 1964, promovidas por aproximadamente quinze categorias diferentes.

Esta expressão da luta de classes terá como referência o enfoque do materialismo histórico, considerado fundamental para o estudo das classes, o Estado e o poder, ou seja as relações de dominação e resistência que se constituem no capitalismo, o poder do Estado e as vias pelas quais se exerce a dominação de classe. Sem desconhecer que o estudo do movimento operário sempre é o estudo da *luta de classes*, pela natureza do material encontrado nas fontes, o foco do trabalho estará voltado, de certa forma, para a pergunta “como domina a classe dominante?”

Esta pergunta não é original, embora siga sendo necessária ao se estudar relações sociais de dominação e resistência. Ela é inclusive nome de um estudo de Göran Therborn, cujo o nome é exatamente *Cómo domina la clase dominante?* Nele o autor busca a resposta através do estudo do Estado e responde a esta pergunta resumindo na seguinte maneira:



Cómo domina, entonces, la clase dominante? Fundamentalmente reproduciendo las relaciones económicas, políticas e ideológicas de su dominación. Esta se ejerce a través del poder del Estado, es decir, mediante intervenciones o la política del Estado y sus correspondientes efectos en las posiciones de la clase dominante, dentro del campo de las relaciones de producción, en el aparato de Estado y en el sistema ideológico. El carácter de clase del poder estatal viene determinado, consiguientemente, por los efectos de las medidas del Estado sobre las posiciones de clase en las tres esferas mencionadas. Las posibilidades y viabilidad de la dominación de una clase vienen determinadas por las tendencias e contradicciones de los modos de producción dentro de los cuales y en relación con los cuales se ejerce. [...] La dominación de una clase se desarrolla, además, en lucha con otras clases[...]. (THERBORN, 1979, p.193)

Portanto, a ação do Estado aqui serve ao estudo da dominação burguesa de classe, na medida em que o seu poder de coação é o que garante a divisão social do trabalho quando esta é questionada, pois no processo de reprodução do capital, a simples relação de dominação entre patrão e empregado não é o suficiente para regular a reprodução do sistema, como em caso de greves por exemplo em que a produção de mercadorias e mais-valia é paralisada. Neste momento o Estado serve como instrumento para assegurar o capital privado, legitimando assim a manutenção de uma sociedade dividida entre explorados e exploradores. Segundo Wood:

A esfera política no capitalismo tem um carácter especial porque o poder de coação que apóia a exploração capitalista não é acionado diretamente pelo apropriador nem se baseia na subordinação política ou jurídica do produtor a um senhor apropriador. Mas são essenciais um poder e uma estrutura de dominação, mesmo que a liberdade ostensiva e a igualdade de intercâmbio entre capital e trabalho signifiquem a separação entre o 'momento' da coação e o 'momento' da apropriação. A propriedade privada absoluta, a relação contratual que prende o produtor ao apropriador, o processo de troca de mercadorias exigem formas legais, aparato de coação e as funções policiais do Estado. Historicamente, o Estado tem sido essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo. Em todos esses sentidos, apesar de sua diferenciação, a esfera econômica se apóia firmemente na política. (WOOD, 2003, p.35)

No entanto, sabe-se que esta dominação através do Estado não impede que este seja disputado e tensionado por políticas contra-hegemônicas, pois como demonstra boa parte da historiografia do trabalho, a história da sociedade capitalista tem sido em parte, a “história da luta de classes” e das tentativas de resistências contra a exploração. Mesmo que esta resistência, por vezes, não apareça explicitamente em forma de organização e luta política classista, como nos casos demonstrados por Thompson em *Costumes em Comum*, no qual aborda elementos de uma cultura popular que resistia aos novos elementos da vida industrial, ou mesmo em a *A formação da classe operária inglesa* em que no livro dois, analisa, entre outras questões, a mudança de vida de alguns grupos sociais e o impacto do

metodismo na vida dos trabalhadores e suas respectivas resistências por parte dos mesmos, nem sempre expressas em luta aberta.

Isto significa, para esta pesquisa, não pensar em uma classe operária passiva e cooptada pelo “Estado populista”, pois dentro de uma visão renovada do período dos governos assim denominados, embora o governo Dutra não se enquadre nisso como veremos, entende-se que a classe trabalhadora não foi simplesmente manipulada e sim fez inúmeras opções dentro de campos de possibilidades.

Houve um campo aberto para as lutas políticas e econômicas dos trabalhadores com eventuais alianças, que não podem ser encaradas simplesmente como passividade ou subordinação da parte dos operários. Se o aparato institucional-repressivo criado pelos Governos e os mecanismos de dominação, muitas vezes sutis da classe dominante, limitava o que poderia ser politicamente possível, por outro lado, a luta de classes limitava a exploração política e econômica. Portanto, uma relação permanentemente sujeita a rearranjos e não uma subordinação unilateral. (SILVA; COSTA, 2001)

Exatamente por isso, sendo o foco do trabalho a relação entre o protesto operário e a tentativa de dominação dos trabalhadores, face visível da luta de classes, a repressão física pelo Estado e ideológica através do anticomunismo, foram escolhidas para serem analisadas em três conjunturas em que as lutas dos trabalhadores e seus antagonistas ficam muito nítidas.

A partir desses dois eixos, protesto operário e controle social, é que foram “interrogadas” as fontes; deles também se origina o título da dissertação, que é *Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande: 1949, 1950 e 1952)*, pretendendo assim que ele antecipe ao leitor o conteúdo que vai ser abordado, pois a repressão policial e o anticomunismo aqui são tratadas como duas faces do controle social exercido contra os operários.

Quanto às fontes, como em geral acontece com estudos desse tema, as que tratam dos trabalhadores são mais escassas e dispersas do que as sobre as classes dominantes. Aqui não foi diferente, agravado pelo fato de não existir algum estudo que servisse de ponto de partida, o que tornou necessário produzir uma série de informações sobre indivíduos e redes de relações para que se pudesse situar minimamente os agentes que participaram no movimento operário da cidade nas

diferentes conjunturas em que ocorreram as manifestações que são objeto dessa dissertação e que serão apresentadas no começo de cada capítulo. Para isso, muito contribuiu a elaboração de uma lista de nomes de militantes e entidades, resultado de uma trabalhosa coleta de dados esparsos.

As principais fontes primárias que foram usadas para a pesquisa podem ser divididas em dois grupos: jornais diários e processos-crime contra manifestantes. Também foram consultadas as atas da Câmara de Vereadores, documentos da Sociedade União Operária (SUO)<sup>4</sup>, entrevistas de militantes<sup>5</sup>, jornal *Voz do Povo*<sup>6</sup>, documentos de polícia, entre outras fontes dispersas. Este segundo grupo de fontes, foi consultado como complemento, pois não apresenta continuidade no fornecimento de informações, embora em determinados momentos da análise se perceberá que estas fontes tornam-se fundamentais.

Outras observações devem ser feitas sobre as fontes aqui utilizadas: quanto às atas da SUO, estas foram pesquisadas de 1937 a 1958, porém não se encontrou nelas nenhuma informação de maior relevância e com continuidade a respeito do período, diferente do período anterior, que não é objeto desta pesquisa, em que as atas são abundantes em informações sobre o operariado riograndino. A razão possível disso é que entre os anos de 1945 e 1964, esta entidade esteve sob influência também dos comunistas, tendo sido inclusive fechada por alguns períodos. Esta perseguição desencadeada contra a entidade, fez com que a documentação se perdesse, ou por segurança interna dos militantes, que por suas próprias mãos destruíram as atas afim de apagarem vestígios incriminatórios, ou pelas mãos da repressão sedenta de informações para a realização do seu trabalho. Por isso, se pode consultar apenas atas que listavam alguns poucos nomes de pessoas que participavam de atividades públicas da entidade e balancetes financeiros que não informavam nada a esta pesquisa.

Outra informação necessária ao leitor, para que não se gere confusão, é que são usados na pesquisa dois processos-crime. Um produzido em decorrência das manifestações de 1949 e outro da de 1950. Coincidentemente o primeiro e principal

---

<sup>4</sup> A Sociedade União Operária será abordada na conjuntura de 1949.

<sup>5</sup> As entrevistas aqui utilizadas não foram realizadas para esta pesquisa, mas para outros fins. As referências sobre seus realizadores se encontram na lista de fontes primárias situada ao final do texto.

<sup>6</sup> Este jornal era impresso na gráfica da Sociedade União Operária, era de caráter classista, e seus principais editores eram os comunistas Antônio Réchia e o advogado Carlos de Lima Aveline. Pode-se afirmar que era o órgão de imprensa oficial do PCB na cidade.

nome a aparecer nos dois processos, é o do vereador comunista Antônio Réchia, sobre o qual se abordará adiante. Por isso, nas referências dos processos, aparecerá citado este nome, o que não quer dizer que tenha sido o único processado<sup>7</sup> e nem que se trata do mesmo processo nos dois capítulos.

Sabe-se que foi produzido um processo sobre as greves e manifestações de 1952, porém somente foi localizado parte dele, que não trouxe informações de relevância à pesquisa. Portanto, o último capítulo não tem como fonte processo-crime, lacuna que foi saneada a contento por outros documentos, como se perceberá no próprio capítulo.

Quanto às principais fontes bibliográficas utilizadas, podem ser divididas em quatro eixos temáticos centrais:

O primeiro engloba dominação de classe, repressão policial, anticomunismo e Guerra Fria, temas que estiveram intimamente relacionados nos anos estudados e que serviram para pensar do ponto de vista político e ideológico, como estava sendo guiada a ação das classes dominantes brasileira, contra a classe trabalhadora e as esquerdas em geral;

Um segundo eixo é sobre o movimento operário brasileiro no período de 1945 a 1964, sua relação com o Estado, lutas, organicidade e militância. Através disso, se pode perceber em meio a que estava envolvido o movimento operário riograndino quando se colocou em luta, pois este não era um caso isolado do resto do país. Como em outras localidades, o movimento operário possuiu sentidos diversos, mas que confluíam em vários pontos, como nas suas estratégias de luta, como as greves, ou seus partidos, como o PCB e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entre outros inúmeros elementos que poderiam ser mencionados;

O terceiro eixo derivou do estudo das fontes primárias, onde os comunistas destacaram-se como ator político organizado principal no movimento operário riograndino, o que levou ao estudo sobre o PCB no período e conseqüentemente sobre o PTB, seu arqui-rival, e que possuía forte presença na região estudada. Este estudo foi fundamental para entender algumas das ações operárias que aqui serão analisadas, seus atores e as reações contrárias;

Por último, como já foi comentado, a bibliografia sobre o movimento operário de Rio Grande, que apesar de ser uma cidade importante para a história do trabalho urbano, devido ao seu porto e parque industrial, como demonstram as pesquisas

---

<sup>7</sup> Nos próprios capítulos estarão indicados os outros envolvidos em cada processo.

sobre o período anterior a 1937, ainda carece de pesquisas mais profundas sobre o pós-1945. Neste aspecto a escassez de bibliografia dificultou maiores reflexões, mas a consulta do material disponível, já citado anteriormente, foi imprescindível na busca do preenchimento de lacunas para além do estudo sobre trabalhadores do porto, que são os até então existentes.

Para finalizar esta Introdução, cabe explicar como o texto está organizado. Esta dissertação foi dividida em introdução, quatro capítulos e algumas considerações finais.

O primeiro capítulo trata dos elementos conjunturais necessários para o entendimento da pesquisa. Não se buscou escrever uma “história do mundo” nas décadas de 1940-50, mas sim sobre alguns fatos significativos para este estudo e a ação dos operários riograndinos naqueles anos. São eles a conjuntura internacional da Guerra Fria, a recepção da *Doutrina Truman* no Brasil e suas consequências para o movimento operário, a organização deste movimento no período entre ditaduras e a ação de trabalhistas e dos comunistas neste momento, em relação ao movimento operário.

Respectivamente no segundo, terceiro e quarto capítulos, serão abordadas as conjunturas de protestos operários de 1949, 1950 e 1952, para que através disso se procedam as análises sobre protesto, repressão e anticomunismo, em outras palavras, luta de classes e dominação social, temas centrais deste estudo.

A organização interna destes três capítulos foi pensada a fim de fornecer elementos para analisar os objetos centrais estudados. No início de cada um se fará uma contextualização a respeito das conjunturas na cidade, buscando analisar a correlação de forças política local e a organização dos operários em grupos e associações. Com isso, se busca situar o leitor sobre o ambiente em que ocorrem as manifestações, ao mesmo tempo em que se fornecem informações sobre o anticomunismo elaborado pelos trabalhistas para combater o PCB entre os operários.

Na segunda parte de cada capítulo se aborda o protesto operário em si, em que constitui, seus atores, como ocorreu, onde, e quais foram seus desfechos. Neste ítem se busca analisar os elementos da luta de parte dos trabalhadores na cidade, como agem e com quais objetivos.

Após abordar o protesto, analisa-se a repressão policial sofrida pelos operários, tentando demonstrar como a polícia agiu, qual sua visão sobre as manifestações, como aparece seu anticomunismo e quais as consequências da repressão policial.

Na última parte de cada capítulo aborda-se a visão da imprensa comercial sobre as greves, em que se pode perceber como este veículo da sociedade, que é representativo de trabalhistas e empresários, como se verá, ajuda a construir uma visão anticomunista que busca limitar a ação dos operários.

Ao final dos capítulos, se encontrarão pequenas conclusões parciais, indicando os elementos mais relevantes de cada conjuntura e adiantando em parte o material que comporá as considerações finais deste estudo.

Com esta estrutura de texto busca-se expor, da maneira que se entendeu mais apropriada, a expressão da dominação de classe através do controle social com uso da repressão policial e anticomunismo, aos protestos operários em Rio Grande nos anos 1949, 1950 e 1952.

## **1. GUERRA FRIA, MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO, COMUNISMO E TRABALHISMO**

Antes de iniciar explanação sobre os episódios em Rio Grande é necessário abordar, mesmo que brevemente, alguns elementos sobre a conjuntura em que estes fatos ocorreram, isso no sentido de podermos compreender melhor o que estava em disputa naquele período do ponto de vista político e que influenciou a vida do movimento operário brasileiro.

Com atenção nos elementos conjunturais que influenciaram diretamente o ambiente riograndino de mobilizações operárias e suas tentativas de controle, se buscará demonstrar que os episódios de Rio Grande fazem parte de uma conjuntura internacional de tentativa de controle dos trabalhadores no pós-guerra, de anticomunismo, de repressão policial aos comunistas brasileiros, de organização das esquerdas e de mobilizações dos trabalhadores como agentes políticos, disputando a sociedade pelos seus direitos e pelos seus rumos.

Para isso se abordará a influência da Guerra Fria na política brasileira em relação aos trabalhadores; alguns tópicos que nos fornecem um panorama geral da atuação dos trabalhadores brasileiros neste momento, pois é evidente que os operários riograndinos possuíam contatos com as lutas no resto do país, o que os tornou parte de um todo, portanto influenciados, e não uma ilha isolada, o que torna importante a percepção do meio em que estes estavam do ponto de vista da organização operária no Brasil; e por último sobre a atuação dos partidos com

militância em meio ao movimento operário, dando especial atenção ao PCB por ser o principal protagonista das manifestações aqui estudadas.

### 1.1. O Brasil em tempos de Guerra Fria

O principal elemento da conjuntura internacional deste período, que influencia diretamente nos rumos da política brasileira em relação ao movimento operário é a Guerra Fria. No início de 1946, Churchill, Primeiro Ministro inglês, em um pronunciamento em Fulton (EUA), lançou as bases teóricas do que viria a ser uma disputa do ocidente “democrático” contra a URSS e a “ditadura de classe”. Nos EUA o governo de Harry Truman, em março de 1947, desencadeou uma feroz onda de medo anticomunista seguido de uma perseguição contra tudo que parecesse política ou ação de comunistas, rompendo a política de coexistência pacífica que vinha sendo mantida desde o fim da Segunda Guerra Mundial, abrindo uma disputa internacional por áreas de influência (*Doutrina Truman*).

Entre a deflagração da *Doutrina Truman* em 1947 e a demissão do comandante das tropas norte-americanas na Guerra Coréia, por ter levado longe demais a política de enfrentamento, talvez tenham sido os anos mais tensos da Guerra Fria, que estava apenas no seu começo, com um risco eminente de deflagração de conflito armado entre seu dois principais envolvidos. Fora isso, o principal objetivo dela para os EUA, era o de garantir a supremacia mundial após a Segunda Guerra, com isso vencendo a URSS “comunista”. (HOBBSAWM, 2005)

Para atingir tal objetivo, os EUA, no jogo militar, usou a ameaça atômica. Já do ponto de vista político a principal arma foi o **anticomunismo**, usado como justificativa para a intervenção política e militar em outros países, para garantir a manutenção das democracias ocidentais e dos países sob influência dos EUA. Internamente, os governos norte-americanos também utilizaram o medo atômico e a ameaça comunista para garantir apoio na realização de suas políticas: a doutrina da “cruzada” contra o inimigo, ainda tão utilizada na política norte-americana como se pode ver na última administração Bush, passou a ser guia político nestes anos. (HOBBSAWM, 2005, p. 226, 232 e 234)



Entre as ações de perseguição aos comunistas nos EUA estava o “Macartismo”, que ficou conhecido como a política de identificação e expulsão de comunistas do serviço público, assim como condenação e prisão de alguns. O nome deve-se ao seu mais entusiasta elaborador que era o senador Joseph McCarthy, que propôs uma comissão para a investigação de “assuntos antiamericanos”. (MENDES Jr; MARANHÃO, 1981)

Nesse ambiente, para o mundo ocidental, os conceitos democracia e comunismo foram carregados de significados opostos: o primeiro era sinônimo de capitalismo, e o último, de totalitarismo, ausência de liberdade política, de expressão e participação. Forças antagônicas que dificilmente conviveriam no mesmo espaço físico-social. (REZNIK, 2004, p.19)

Durante a Segunda Guerra Mundial, as forças armadas latino-americanas estabeleceram relações muitíssimo próximas às forças armadas dos EUA. A prova disso é a própria ação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) em conjunto com o exército norte-americano na Itália, que foi comandada pelos generais do norte. Bases foram cedidas e inúmeros treinamentos foram feitos por nossos militares nas escolas militares estadunidenses. Isso fez com que as forças armadas continentais tivessem forte influência norte-americana no pós-Segunda Guerra Mundial.

Em 1949 foi fundada no Brasil a Escola Superior de Guerra (ESG), nos moldes do *National War College* norte-americano, que treinava a oficialidade americana dentro da visão da segurança interna anticomunista, típica dos tempos da Guerra Fria. Esta escola influenciou fortemente setores do Exército brasileiro que eram a favor da liderança dos EUA na Guerra Fria, endossando a política anticomunista no país. (RODEGHERO, 2007, p. 26 , 147-149)

Esta proximidade militar somada ao ambiente da Guerra Fria, em que os EUA buscavam aliados para combater os comunistas e manter as Américas sob sua influência, propiciou que as ações norte-americanas sobre o continente aumentassem mais ainda, que somadas a ações de aliados nos países resultaram na promulgação de uma série de medidas legais de combate ao comunismo. Estas medidas buscavam preservar a “segurança nacional”, doutrina que se perpetuou durante décadas no continente latino-americano, sendo a justificativa ideológica para diversas ditaduras civis-militares, a exemplo da brasileira a partir de 1964. Para Motta,

[...] o anticomunismo brasileiro foi bastante marcado por influências internacionais, tanto no que respeita às representações quanto às ações. Mas isto não impediu que existisse dinâmica própria e elaborações originais no campo das

representações. Na realidade, o anticomunismo no Brasil resultou da interação entre fatores endógenos e exógenos, e os elementos desta combinação variaram dependendo da conjuntura histórica. (2002, p. 4)

Este ambiente internacional de combate ao comunismo, muitíssimo influenciado pela política norte-americana e as medidas tomadas pelos governos, serviram como marco para a **repressão policial** não só contra os comunistas, mas também contra qualquer movimentação operária que representasse algum tipo de oposição aos governos aliados aos EUA.

Em 1947, nos EUA, o Ato sobre Segurança Nacional criou a Comissão Nacional de Segurança, e a *Central Intelligence Agency* (CIA) e, em 1950 foi promulgada a lei McCarran de Segurança Interna. Estas leis serviram como base legal para a perseguição contra os comunistas, ou todos que as autoridades policiais achassem que eram comunistas. Estas ações do governo norte-americano influenciaram a postura de inúmeros governos ao redor do mundo, para que se implementassem legislações anticomunistas. Por exemplo, no Brasil, a Lei de Segurança Nacional foi promulgada em 1953, porém as perseguições são anteriores, pois a estrutura policial do Estado Novo não havia sido alterada com a abertura democrática de 1945; na Inglaterra, lei que regulava a conduta dos funcionários públicos, com viés anticomunista, 1947; Chile, Lei de Defesa da Democracia em 1948; Portugal, criação do Conselho de Segurança Pública em 1949; em 1950, leis anticomunistas também foram promulgadas na Bolívia, Austrália, África do Sul, Canadá, entre outros. (REZNIK, 2004, p. 20)

No Brasil, o governo de Dutra(1946 a 1951), maior parte do período englobado por esta pesquisa, foi o único, no período de 1930 à 1964, que não teve feições populistas, portanto não se preocupou com a conciliação de classe, sendo marcado pela repressão ao movimento operário, pela perseguição aos comunistas e pelo autoritarismo, o que segue de forma inequívoca a ação de proteção continental contra o comunismo baseada na *Doutrina Truman*, apesar de tudo ter sido bastante embasado pela Constituição de 1946 com a qual o presidente possuía especial cuidado. São dele as famosas consultas ao “livrinho”, quando referia-se a Constituição.

Do ponto de vista econômico, os trabalhadores tiveram o seu salário achatado durante a Guerra devido à alta inflacionária e à impossibilidade de fazerem greves durante o esforço de guerra, embora isso nem sempre tenha sido obedecido.

O custo de vida subiu no Rio de Janeiro 16% em 1945 e 22% em 1947. Entre 1949 e 1951 aumentou 15% em São Paulo e 23% no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que o salário médio aumentou apenas 10,5% em São Paulo e 12% no Rio de Janeiro. (MENDES Jr; MARANHÃO, 1981, p. 235-236) O desafio do governo Dutra era o de controlar a possível onda de reivindicações operárias contida durante a guerra, mas liberada através da abertura democrática do período que vai do início de 1945 à 1947, quando a polícia começou novamente a fechar o cerco contra o movimento operário.

Os anos de 1947 até 1950 foram marcados pela repressão ao movimento operário, intervenção em sindicatos e diminuição no número de filiados. A tática usada pelos trabalhadores para fugir do cerco policial foi a organização em comissões de fábrica, que articularam lutas e greves no período. O PCB partiu para uma linha de radicalização em janeiro de 1948. Passou a defender a criação de *associações sindicais paralelas* para rivalizar com os sindicatos oficiais, além de forçar a realização de greves, chamadas “greves no gancho”, no intuito de desgastar o governo, o que será melhor detalhado a seguir.

No jogo das alianças partidárias, durante o Governo de Dutra este tentou colocar o Partido Social Democrático (PSD) em aliança com a União Democrática Nacional (UDN), o que o isolou da sustentação das massas, gerando o caráter não populista de seu governo. O PTB atacou o governo do PSD nas eleições estaduais de 1947, apesar de ambos partidos terem surgido do mesmo mentor, Getúlio Vargas. A aliança conservadora se desfez quando Getúlio, ao articular sua candidatura à presidência, nas eleições de 1950, convenceu a maioria das lideranças regionais do PSD a apoiá-lo, o que desmanchou a articulação de Dutra com a UDN em torno de outro nome. A UDN acabou lançando Eduardo Gomes e o PSD se dividiu, parte com o PTB apoiando Vargas, que saiu vitorioso e outros com Christiano Machado.

Em outubro de 1950 Getúlio Vargas foi reeleito presidente da república através, principalmente, da ação do PTB, Partido Social Progressista (PSP) em São Paulo e de lideranças locais dissidentes da direção do PSD. O Ministério formado foi bastante plural, colocando inclusive, um político da UDN, no Ministério da Agricultura. Com a volta de Vargas, com uma linha política nacionalista, passou a existir uma maior abertura política ao movimento sindical, porém o PCB, que

prosseguiu na ilegalidade, seguiu atacando o governo, acusando-o de estar ligado ao imperialismo.

O importante para esta pesquisa é que o principal antagonista ao movimento operário será o governo Dutra e a sua onda repressiva contra os comunistas e movimentos operários que fugissem ao controle do sindicalismo oficial. O Governo estava influenciado pela política internacional norte-americana anticomunista e usando a repressão policial como instrumento direto de controle social. No retorno de Vargas ao governo, apesar da diminuição da repressão contra os trabalhadores, as estruturas policiais e suas ideologias de ação continuavam intactas, o que permitiu a ocorrência de episódios como o de 1952 em Rio Grande, como se estudará a seguir.

## **1.2. Movimento operário brasileiro no período entre ditaduras**

Nesta parte se buscará situar brevemente e de modo geral quais eram as formas de atuação do movimento operário brasileiro no período e como este se moveu frente ao conjunto da sociedade, ciente de que não se encontrará uma posição unitária, como se este atuasse de forma monolítica e combinada. Muito pelo contrário, o que existiu foi uma diversidade ideológica, de tipos de atuação e posturas, porém se irá discorrer aqui sobre alguns elementos mais importantes para esta pesquisa, assim como algumas interpretações da historiografia a respeito do movimento operário no período.

A revolução de 1930 marcou uma nova etapa para o Brasil e, conseqüentemente, para os trabalhadores. A classe operária passou a ser um ator político importante nacionalmente com o primeiro governo Vargas, e ocupou papel de destaque na disputa política entre as frações das classes dominantes. A classe trabalhadora adquiriu identidade política nacional ao relacionar-se com as classes dominantes sob a mediação da burocracia estatal, que privilegiou a mesma como instrumento de disputa. (ALMEIDA, 1978) Não se está dizendo que os trabalhadores foram inocentemente usados pelo governo, mas que estabeleceram uma relação plausível entre ambas as partes, e que foram possíveis mudanças nas formas de organização sindical, e leis trabalhistas que favoreceram em parte os trabalhadores.

No entanto, é importante não esquecer, que apesar das “concessões”, quem estava no governo era uma parte das classes dominantes, que, portanto, possuíam vários interesses de classes antagônicos em relação aos dos trabalhadores. As leis trabalhistas implementadas durante a ditadura Vargas são boa expressão disso. Não era pretensão do governo inibir o crescimento industrial, aumentando os direitos dos trabalhadores. Então se por um lado houve regulamentação de direitos e até ampliação dos mesmos, por outro, ficaram definidos os seus limites. Houve a oficialização dos sindicatos como instrumento organizativo dos trabalhadores, reconhecido pelo Estado, o que também limitou a ação destes, através do atrelamento e burocratização construída pela regulamentação das suas atividades, gerando uma possibilidade de controle da máquina sindical por parte do Estado. Este, de certa forma, foi aceito por parte significativa do movimento operário, como mediador legítimo entre patrões e empregados. (ALMEIDA, 1978. LONER, 1999).

Este modelo de política trabalhista e sindical dúbio, que permitia avanços, mas também mantinha um forte controle, é caracterizada por Mattos da seguinte forma:

[...] os anos 30 e 40 deste século marcaram uma alteração significativa, com a formulação e implantação, a partir do Estado, de um modelo de reconhecimento e legitimação da classe e de sua organização sindical. Reconhecimento e legitimação, mas sobretudo controle, pois que o trabalhador e a organização sindical reconhecidos enquanto cidadão e órgão de representação deveriam moldar-se pelo espírito corporativista da colaboração de classes. Por uma legislação sindical que atou o sindicato ao Estado e pela ação repressiva que pôde o sindicalismo brasileiro de seus quadros militantes mais combativos, montou-se uma estrutura sindical que deveria ser um dos instrumentos privilegiados de socialização dos novos conceitos de trabalhador-cidadão, que garantissem a incorporação controlada do trabalhador à vida política da nação. A estrutura sindical corporativista construída a partir daí mostrou-se eficiente o suficiente para manter-se, praticamente intocada, tanto em momentos de vida institucional democrática, quanto em fases plenamente autoritárias. (MATTOS, 1998, p.36-37)

A partir disso, pode-se dizer que essa estrutura política, formada para a oficialização do movimento sindical brasileiro, que buscava uma conciliação de classe através das definições dos mediadores de conflitos, também buscou sua domesticação, servindo como um dos instrumentos possíveis de serem usados contra os próprios trabalhadores mais radicalizados politicamente.

Os elementos mais combativos, aos quais se refere Mattos, eram também os elos de ligação com o velho sindicalismo pré-30. Essas transformações que ocorreram nas organizações do movimento operário não se deram de forma passiva pois não podemos esquecer da forte repressão exercida pela ditadura de 1937 a

1945 para enquadrar o movimento na política de atrelamento estatal. Mesmo assim, isso não ocorreu de forma totalizante, pois com a abertura democrática em 1945 veio à tona uma forte mobilização combativa do movimento operário brasileiro, demonstrando a sua capacidade de embate com as classes dominantes e a busca pela independência em relação ao controle estatal.

Além disso, o sucesso político subsequente de Vargas não correspondeu a uma aceitação passiva da proposta de subordinação sindical. A repressão da ditadura foi determinante para o controle dos sindicatos, mas não o suficiente para calar completamente a capacidade de resistência dos trabalhadores, como indicava a retomada das lutas, ainda antes de 1945. Com a 'redemocratização' de 1945, o que estava represado em conflitos localizados acabou por rebentar em lutas, operárias de grandes dimensões. (MATTOS, 2002, p.44)

É exatamente este movimento, pós-1945, que identificamos em Rio Grande, mesmo após a repressão do Estado Novo. De um lado temos os comunistas, atuando em um curto espaço de legalidade institucional do PCB e fortemente inseridos em locais de trabalho, por outro os trabalhistas de posse da maioria das entidades sindicais.

No pós-Segunda Guerra, os trabalhadores, embalados por um período de relativas liberdades de organização passaram à ofensiva no intuito da ampliação de direitos. Analisando este contexto, o trabalho do brasilianista John French, demonstra a distância entre as leis trabalhistas e o que realmente era implementado, descobrindo um "mar de desrespeitos" aos direitos trabalhistas garantidos por lei, e uma Justiça do Trabalho parcial, agindo ao lado dos patrões. Isso colocou a classe trabalhadora em uma situação de tratar os direitos como um ideal a ser alcançado e não simplesmente como uma dívida do governo, o que acabou moldando a sua consciência e marcando a identidade entre os trabalhadores durante o populismo. "[...]o abismo entre aparência e realidade era tão grande que parecia intransponível. Direitos garantidos categoricamente em lei eram rotineiramente desrespeitados". (FRENCH, 2001, p.16) Diante desta situação, a saída encontrada pelas organizações de trabalhadores foi a de construir uma tática de luta que se utilizasse da legitimidade da lei para pressionar os patrões e governos rumo a melhorias econômicas e de condições de serviço.

Essa vinculação entre as leis trabalhistas e as tentativas de organizar os operários dentro da fábrica assinalou o surgimento de uma nova estratégia operária tornada possível pela existência de um aparelho estatal para fazer cumprir a lei que, embora falho, era confiável [...] Centrando sua agitação na violação da lei pelo empregador, procuraram cooptar o Estado como aliado, a fim de proteger suas tentativas de organização [...] A capacidade de fundamentar na lei os direitos da classe operária, o que dava aos operários uma nova arma em suas lutas, resultou

na síntese duradoura da ação direta e indireta que iria caracterizar a futura organização dentro das fábricas, quer fossem essas iniciativas vinculadas aos sindicatos legais ou independentes deles. (FRENCH, 2001, p.58)

Esta “consciência legal” permeou o processo de luta no período, quando as pressões dos momentos de greves eram articuladas com a batalha jurídica pela sua legitimidade e pela realização de suas reivindicações; e quando isso acontecia, ainda era necessária a vigilância e, se preciso, a mobilização pela implantação, por parte dos patrões, dos benefícios conquistados pelas categorias, resultados das paralisações.

Durante esse período, uma das principais táticas usadas pelos trabalhadores urbanos para reivindicar os seus direitos, foram as greves. Em 1945 o movimento sindical renasce com um aumento no número de manifestações e de sindicalizados, que cresceu de 474.943 em 1945 para 797.691 em 1946, fruto dos ares “redemocratizantes” da transição do Brasil para a democracia após oito anos de ditadura ininterrupta. (MARANHÃO, 1979)

Estas greves possuíram várias características em comum, que marcaram a cultura reivindicativa dos trabalhadores neste momento, como o uso dos direitos garantidos por lei como justificativa para as paralisações, a pressão das bases em relação aos sindicatos, a ação dos piquetes, a luta pelo direito de greve e, também a batalha travada através da pressão ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), pelos dissídios encaminhados à Justiça do Trabalho, estruturas que, na maioria das vezes, agiam ao lado dos patrões, em detrimento dos trabalhadores.

Além dos sindicatos oficiais, as Organizações em Locais de Trabalho (OLT's), foram poderosos instrumentos de lutas dos operários neste período, o que demonstra o extrapolamento da ação do movimento para além dos limites impostos pelo Estado.

Nos momentos em que estas organizações agiam de forma independente da estrutura, em especial organizando greves, fica ainda mais evidente que o sindicalismo oficial não garantiu por si só o controle total sobre as mobilizações operárias. (MATTOS, 2003, p. 50)

Esta complicada relação entre bases e sindicatos vem à tona em vários momentos. Na greve dos ferroviários de São Paulo, em 1948, foi formada uma comissão para negociação, que teve sua legitimidade contestada pela direção da empresa, que dizia só negociar com o sindicato. Mas quando a comissão foi pedir auxílio ao sindicato, a pedido deste, foi presa pela polícia. Porém, a greve extrapolou

ao controle da direção sindical, e as organizações por local de trabalho tomaram o controle da situação. (COSTA, 1999, p. 103) Do movimento destas comissões surgiram várias direções sindicais, tendo estas um importante respaldo organizativo, por parte dos trabalhadores.

Estas comissões de base nem sempre eram um contraponto às direções sindicais, que se negavam a ir à luta por reivindicações. Em muitos casos, foram o alicerce sobre o qual se ergueram poderosos movimentos grevistas de categorias lideradas pelas suas direções sindicais, como bancários e metalúrgicos, e também atuavam como instrumento de luta em outras greves como a dos 300 Mil e 400 Mil em São Paulo, além de greves em algumas categorias do Rio de Janeiro como dos bancários e ferroviários.

A greve dos 300 Mil ocorreu em São Paulo entre os dias 25 de março e 23 de abril de 1953, envolvendo, a princípio, trabalhadores de quatro categorias, têxteis, metalúrgicos, vidreiros e marceneiros. Neste momento formou-se o Pacto de Unidade Intersindical (PUI) que sobreviveu à greve e se espalhou pelo interior do estado, sendo importante para a realização de outras manifestações. Esta greve salientou a importância das comissões de fábrica que, segundo Costa, dirigiram a greve política e organizativamente.

[...] um dos aspectos reveladores desta greve foi a permanência viva no seu cotidiano de toda uma memória de lutas e uma tradição de resistência que tornavam os locais de trabalho o centro gerador e impulsionador do movimento do início ao fim. As lideranças mais populares tinham sua origem nas comissões de fábrica que efetivamente, definiam os rumos da greve[...] (COSTA, 1999, p.112)

A greve dos 400 Mil, que ocorreu em outubro de 1957, também é rica em participação da base, tendo esta começado fundamentalmente a partir dos locais de trabalho, motivados pelo aumento do custo de vida, 80% dos trabalhadores das categorias envolvidas aderiram a parede na capital paulista e no interior. A greve foi dirigida pelo PUI sob forte influência dos comunistas (FONTES, 1999). “Foi a mais exitosa jornada de lutas com ares de greve geral entre 1945 e 1964.” (NEGRO, 2004, p.79)

No Rio de Janeiro, a greve dos ferroviários da Leopoldina Railway em 1946 é representativa das greves do pós-guerra, pois possuía a dupla responsabilidade de encontrar saída para o arrocho salarial e, por outro lado, contribuir para a manutenção da iminente democracia ainda não consolidada. A greve explodiu



contrariando a direção sindical e a repressão foi imediata havendo a prisão de 13 grevistas, o que não arrefeceu o movimento. (MATTOS, 1998)

Outro elemento marcante em greves deste período foi a ação dos piquetes, que foram vistos durante muito tempo por estudiosos como algo negativo, que indicava fraqueza do movimento, pois necessitava da coação física para realizar as paralisações por falta de convencimento político dos trabalhadores da necessidade de se colocarem em ação. Após a pesquisa de algumas greves realizadas por autores distintos, pode-se perceber outras funções nos piquetes que não a mencionada acima.

Fontes aponta vários pontos positivos na ação dos piquetes, como a construção da solidariedade entre trabalhadores, mecanismo de defesa coletiva, demonstração de força, garantia de que a greve estava acontecendo e meio de comunicação entre a direção e a base. Estes piquetes não eram simples amontoados de trabalhadores em portas de fábrica, a fim de impedirem a entrada de colegas em seus setores de trabalho, mas grandes manifestações, que em alguns casos, como na greve dos 400 Mil, envolviam milhares de trabalhadores que cruzavam os bairros operários e fabris de São Paulo chamando os trabalhadores a aderirem aos movimentos.

A greve respondia, de um lado, a um impulso vindo do interior das empresas, das condições de exploração dos trabalhadores e das formas de organização por estes criadas ou reapropriadas. Por outro lado a paralisação também assentava sua força nos bairros e localidades operárias. Neste sentido, os piquetes de 1957 devem ser vistos muito mais como sinais de vitalidade, do que de fraqueza do movimento. (FONTES, 1999, p.170-171)

A ação da repressão sobre os trabalhadores, que só poderia ser superada coletivamente, também contribuiu para a construção deste meio de luta. Negro (2004) argumenta que, em muitos casos, o que existiu foi um “piquete contra piquete”, ou seja, um piquete de trabalhadores com o objetivo de garantir a greve, como consequência de piquetes de cavalarias e policiais que serviam para dispersar e reprimir os trabalhadores. Além disso, os piquetes também foram encarados por parte dos trabalhadores, como fundamentais para a sua manutenção na greve, pois possuíam neles a proteção e a ocultação propiciados pela participação em meio a multidão, como uma resposta às arbitrariedades cometidas pelos patrões no interior das fábricas.

Por isso, se tende a perceber estes piquetes não como uma arbitrariedade de um sindicalismo cupulista que necessitava da força física para construir as paredes, mas sim como uma manifestação operária para garantir o instrumento de luta e de realização de reivindicações, que eram as greves. Vejam que as greves estudadas pelos autores mencionados acima não foram movimentações de cúpula, mas sim majoritariamente de base, com altos índices de mobilização.

Sobre os instrumentos de luta também é importante lembrar que, no período estudado, as greves estavam proibidas, o que foi fundamental para delimitar as estratégias de ação do movimento. O decreto-lei nº1237 de 2 de maio de 1939 e o Código Penal de 1940, os dois redigidos durante a ditadura do Estado Novo, consideram greves como crime. Durante a Segunda Guerra Mundial enquanto os pracinhas brasileiros lutavam na Itália, elas eram totalmente proibidas em áreas de segurança nacional, como em fronteiras, e cidades com setores industriais considerados estratégicos, ou em regiões portuárias como Rio Grande, pois os operários eram considerados parte do esforço de guerra. Em 1945, com a redemocratização e a tentativa de acordo entre Getúlio e o PCB, a repressão aos movimentos grevistas diminui. Com a queda da ditadura, o governo de transição de Linhares chega a fazer algumas concessões a trabalhadores em greve e evita a repressão. Porém, com a eleição de Dutra, este se antecipa à aprovação da Constituinte e baixa o decreto-lei 9.070, em 13 de março de 1946, que criava enormes barreiras legais ao exercício de greves, mas apesar disso estas são consideradas como direitos garantidos pela Constituinte do mesmo ano.

Isso criou uma situação dúbia, que foi usada pelo governo, patrões e polícia, pois o direito de greve era garantido pela Constituição mas a sua regulamentação em lei colocava uma série de barreiras, o que fez com que a maioria das greves no governo Dutra e boa parte das do segundo governo Vargas, fossem consideradas ilegais.

Por exemplo, a greve dos tecelões do Rio de Janeiro em 1953, apesar de ter mobilizado quase a totalidade dos 30 mil trabalhadores, foi considerada ilegal e fortemente reprimida através da ação do “Setor Trabalhista” da polícia carioca, sendo que esta acabou em derrota para o movimento, devido a uma ordem dada pelo próprio presidente Vargas, no dia 13 de janeiro, aos dirigentes sindicais ligados ao PTB para que a parede fosse finalizada, o que foi obedecido. Outra greve que foi colocada na ilegalidade em 1960, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, foi a

da paridade, movimento iniciado por ferroviários, marítimos e portuários em todo o país, que exigiam o pagamento, ao funcionalismo público civil, do mesmo índice de reajuste salarial dado aos militares em julho daquele ano. A mobilização durou três dias e foi fortemente reprimida, tendo 57 presos no Rio de Janeiro na porta da assembléia que deflagrou o movimento. Foram colocados à disposição, neste Estado, um efetivo de 15 mil homens e 700 viaturas, entre policiais, fuzileiros navais e tropas do exército, para que reprimissem os trabalhadores. Ao contrário de outras, a parede foi vitoriosa para os trabalhadores que conseguiram a paridade e a libertação dos prisioneiros, além de um salto organizativo que foi a criação do Pacto de Unidade de Ação (PUA). (MATTOS, 2003)

Em São Paulo ao final da Greve dos 400 Mil, o *Manifesto da Aliança Intersindical* questionou o decreto-lei 9.070, colocando as greves como um direito constitucional e não como um delito, pois sem este, outros meios representativos ficariam prejudicados. (NEGRO, 2004) A definição sobre a legalidade das greves e a suas resoluções ficavam bastante dependentes dos julgamentos das instâncias da Justiça do Trabalho que, de acordo com French, estavam longe de serem imparciais, posicionadas ao lado dos patrões em sua maioria. Ainda quando os Tribunais Regionais do Trabalho (TRT's) davam ganho de causa aos trabalhadores, a sentença podia não ser cumprida pelos patrões, ou anulada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O caso mais infame ocorreu após a forte greve geral de outubro de 1957, a famosa 'Greve dos 400 Mil', que havia se encerrado com a sentença do Tribunal Regional concedendo 25% de aumento salarial sem teto aos trabalhadores. Quando o TST reduziu o reajuste para 18% com tetos, a resposta dos sindicalistas foi violenta, embora tenham sido incapazes de levar adiante a ameaça de uma nova greve geral de protesto. (FRENCH, 2001, p.22)

Quando o ganho de causa era dado aos trabalhadores, os patrões também davam o seu "jeitinho" de burlar a situação, como foi o caso da greve da Leopoldina Railway, anteriormente relatada, momento em que os ganhos dos trabalhadores foram seguidos de um aumento no preço das passagens, o que gerou uma reação da população que chegou a depredar alguns trens. (MATTOS, 2003)

No Rio Grande do Sul, em 1944, já ocorriam alguns movimentos: em março e em abril daquele ano uma greve dos Carris Urbano de Porto Alegre, obtendo concessões parciais, estimulou a paralisação dos ferroviários em todo o estado e dos mineiros.(MARANHÃO, 1979) Entre 1945 e 1979, houve 214 greves, sendo que

38,3% delas ocorreram em Porto Alegre, 35% no interior, 11,7% na capital e interior, 5,1% estaduais e 9,9% nacionais. A maior incidência de greves no Estado esteve vinculada a momentos de maior movimentação política, como anos eleitorais ou a fortes crises financeiras e de carestia.(PETERSEN, 1980/1981)

Alexandre Fortes apura que, em 1945, aconteceu uma retomada de componentes que caracterizaram o sindicalismo antes de 1937, como a volta de antigos dirigentes comunistas ao cenário sindical, delegados de fábrica, boletins mensais, descentralização das tarefas por meio de comissões, busca de unidade com outros sindicatos e o debate sobre a liberdade sindical.

Após oito anos de feroz ditadura, uma onda grevista reencontrava, no sindicato, espaço para o desenvolvimento do seu potencial. Esse é o testemunho mais eloquente de que se o Estado Novo viabilizou o atrelamento sindical ao Estado, não acabou com o papel das entidades como cenários da busca de reconstrução da autonomia operária em novas bases. (FORTES, 2004, p. 341)

A novidade no Rio Grande do Sul era a de que o executivo municipal de Porto Alegre e o estadual, assim como alguns empresários, entre 1944 e 1945, manifestaram a opinião de que as greves eram legítimas diante do alto custo de vida, contanto que permanecessem em caráter ordeiro e pacífico. Porém o delegado Regional do Trabalho e o Juiz presidente do Conselho Regional do Trabalho, declararam as greves como “desordeiras e anti-sociais” e que “as paralisações não encontravam justificativa”. Em 1946, com a saída de Samuel Figueiredo da Silva e a entrada de Cilon Rosa na Interventoria do Estado, começaram a surgir insinuações de que os movimentos grevistas estavam servindo a elementos estranhos aos interesses dos trabalhadores, no caso os comunistas. (FORTES, 2004) No dia 18 de fevereiro de 1946, após reunião do secretariado de governo, o interventor estadual publicou nota na imprensa referindo-se ao surto grevista que abatia o estado desde 1945, dizendo que não negociaria “mediante ameaças ou realização de greves”, e alertando as classes a terem cuidado com os elementos subversivos que insuflavam a desordem, em uma nítida referência anticomunista.<sup>8</sup>

Em 1946, com o começo da Guerra Fria, repetiu-se no Estado gaúcho a mesma onda repressiva que se abateu sobre o movimento operário e o PCB em nível nacional. Já em fevereiro deste ano, comícios de comunistas foram proibidos na capital, ocorrendo prisões de militantes e repressão, o que se reflete também em

---

<sup>8</sup> **Correio do Povo**. Porto Alegre, 19/02/1946, p.10.

Rio Grande e de forma piorada nos anos posteriores, no processo de repressão e anticomunismo que será aqui estudado.

O movimento operário de Rio Grande, objeto dessa dissertação, é parte deste que acabamos de descrever. Parte dele está organizado em sindicatos oficiais, mas não se limita ao controle do Estado, pois em determinados momentos faz greves, desafiando a lei e a polícia, realizando piquetes e entrando em enfrentamentos se necessário. Ao mesmo tempo é plural, sendo parte dos operários independentes de partidos, outros trabalhistas e outros comunistas. Por serem estes elementos constituidores do movimento operário brasileiro, neste momento, são também parte do que constitui o movimento de trabalhadores aqui estudado, assim como a ação de seus antagonistas, por isso tornou-se necessário esta contextualização.

A temática até aqui exposta, recebeu já a atenção de inúmeros historiadores, de modo que não se pode ignorar estas contribuições. Na **historiografia sobre o movimento operário brasileiro nos anos de 1945 a 1964**, a classe operária foi, em parte dela, generalizadamente explicada dentro da categoria do “estado populista”, que segundo Francisco Weffort (1978) é a tentativa da construção de um Estado legitimado pelas classes populares, mas à serviço das classes dominantes. Esta situação foi gerada pela composição de classes na revolução de 1930, quando houve um vácuo de poder em que nenhum dos grupos dominantes tinha hegemonia, necessitando recorrer a mais um ator social para formar alianças e buscar legitimidade: este ator foram as “classes populares”, principalmente a classe trabalhadora urbana. Essa política também serviu como medida de parte das elites para tentar conter o conflito entre capital e trabalho, promovendo a unidade nacional.

Novas influências teóricas, principalmente da história social britânica, geraram outras interpretações sobre o movimento operário brasileiro. Baseadas principalmente nas obras de Edward P. Thompson e Eric J. Hobsbawm, que buscam abordagens mais ligadas ao “fazer-se” da classe em seus aspectos políticos, culturais, na relação entre a experiência e a consciência de classe em suas expressões diversas, tanto dentro do local de trabalho, como no sindicato, ou no local de moradia e nas suas atividades culturais. Esse processo gerou críticas às interpretações tradicionais sobre a ação da classe operária, assim como do sindicalismo e movimento operário durante o período, pois pode-se saber que uma

série de movimentações operárias que fugiam ao enquadramento de classe operária agindo em concordância com o Estado, como se pode ver anteriormente.

Algumas caracterizações da classe operária brasileira, durante o período populista por sua “negativa”, levaram a crer que os sindicatos e o movimento como um todo eram atrelados completamente ou ao Estado ou aos partidos. E, portanto, as greves que surgiram nesse momento eram mobilizações de cúpula que não diziam respeito diretamente com os interesses da classe, chegando a ser vistas, inclusive, como paralisações toleradas ou incentivadas pelas lideranças políticas. Várias pesquisas, no entanto, propõem interpretações diferentes.

Ângela de Castro Gomes (2001) considera que a classe trabalhadora nesse período, como em outros, cumpriu um papel de sujeito histórico que fez suas opções dentro de um campo de possibilidades, o que dificulta o uso da categoria de populismo, que estaria bastante atrelada ao conceito de manipulação. Porém a autora, em *A Invenção do Trabalhismo*, de certa forma substituiu o conceito de populismo pelo de trabalhismo, que seria um marco no período, pois era um projeto original da classe operária brasileira e um dos elementos de sua formação e consciência de classe. (GOMES, 1988)

No entanto, esta explicação também recebeu críticas, como a de Fortes (2004), pois para Gomes, o trabalhismo criado a partir da ação estatal nos anos 1940, era a síntese de um movimento que se gestou desde o começo do século XX, mas que a autora ao analisar isso através das fontes do Estado, sem um estudo mais apurado sobre a ação da classe trabalhadora em si, acabou incorporando como cultura da classe uma política estatal, sem conferir se isso de fato ocorreu.

#### Segundo Fortes

Estranhamente, para um trabalho que reivindica inspiração thompsoniana, a luta de classes em geral faz nele apenas uma pálida figuração, os capitalistas estando completamente ausentes. Já o Estado, ao invés de uma estrutura político-institucional que sirva de cenário a uma forma particular de exercício de hegemonia de classe, comparece nas conclusões como um ator unívoco, capaz de estabelecer, em nome próprio, pactos com a classe operária, cujos contornos teriam sido por ele mesmo definidos. (FORTES, 2004, p.437)

Estas críticas parecem pertinentes na medida em que *A Invenção do Trabalhismo*, apesar de ser um clássico indispensável para o estudo do período, apresenta uma apurada análise da construção do trabalhismo, mas principalmente através da ação dos governos trabalhistas, a partir do Estado, e isso é percebido inclusive pelas fontes primárias que utiliza, bastante institucionais. Diante destas

evidências, analisar como o trabalhismo é um elemento incorporado pela classe, já dependeria de um estudo da ação dos trabalhadores, que é o que alguns historiadores tem feito como se está demonstrando aqui.

Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa (2001) juntos argumentam que o populismo foi um campo aberto para as lutas políticas e econômicas dos trabalhadores, com eventuais alianças que não podem ser encaradas simplesmente como passividade ou subordinação da parte dos operários, pois estes agiram de forma ativa na definição dos papéis e na configuração dos frutos dos acordos. Se, por um lado, o aparato institucional criado pelo Governo limitava o que poderia ser politicamente possível, a luta de classes limitava a exploração política e econômica, constituindo, portanto, uma relação permanentemente sujeita a rearranjos e não uma subordinação unilateral.

Marcelo Badaró Mattos em seus trabalhos detalha que ocorreram várias greves no período, contra os governos, enfrentando a repressão policial, à revelia das direções sindicais “amarelas” e da própria orientação dos partidos que agiam dentro da classe como o PTB e PCB, que em determinados momentos tentaram evitar greves. As greves à revelia das direções sindicais é algo com que nos deparamos, como será analisado adiante. Esta percepção demonstra uma classe ativa, sem uma posição única de subordinação a alguém e que não se enquadra no conceito de “velho sindicalismo”, que seria atrelado ao Estado e sem combatividade.

Ainda sobre greves no período, segundo os estudos de Paulo Fontes (1999; 1997) e Antônio Luigi Negro (2004), houve greves organizadas pela base, dentro dos locais de trabalho, com altos índices de mobilização, ocorridas durante o período populista, demonstrando inclusive um alto número de comissões de fábricas e os conflitos destas com as direções sindicais.

Devem ser mencionados também os estudos de Fernando Teixeira da Silva (1995), Hélio da Costa (1995), Alexandre Fortes (2004), entre outros, que abordam questões referentes à ação da classe trabalhadora de forma independente em relação ao Estado e patrões, na luta pela efetivação de direitos e suas ampliações.

Estes estudos são aqui referidos em parte como uma justificativa, pois se fosse verdadeiras as hipóteses, de que as classes trabalhadoras durante o populismo estiveram completamente atreladas ao Estado, ou que em sua maioria estavam vinculadas a um projeto trabalhista de sociedade, ou que o PCB controlava o movimento (confundindo a história do partido e suas lutas com a dos

trabalhadores) ou ainda de que o movimento era completamente autônomo e seguia livremente por rumos próprios, as greves e os movimentos de trabalhadores que serão abordadas neste estudo não teriam ocorrido.

Nos casos que serão analisados, os comunistas foram os militantes mais destacados, mas não os únicos. Ao mesmo tempo que parte dos trabalhadores foram coniventes com o Estado e com os trabalhistas, foram reprimidos fisicamente e ideologicamente pelos governos destes, o que não passou despercebido pelos trabalhadores. Ao mesmo tempo que os trabalhadores pareciam, em greve ou retornando ao trabalho, estarem traçando um caminho autônomo e talvez livre, fica evidente a ação de vários atores políticos na perspectiva do controle social sobre os manifestantes.

Portanto, trata-se de perceber na historiografia e se utilizar na análise, a complexidade de posturas operárias neste período, em que agiram como mais um ator, por vezes bem dispersos, em meio a um emaranhado de ações de outros atores, influenciando e sendo influenciados. Ao mesmo tempo deve-se perceber, diante destas ações operárias com relativa autonomia de classe, que os modelos explicativos até aqui elaborados, populismo e trabalhismo, possuem limitações para explicarem a realidade em relação aos trabalhadores, o que demonstra a necessidade de mais pesquisas que dêem conta não da formação de um modelo que explique tudo, o que é impossível, mas que consigam abordar, na diversidade, a ação da classe operária que, em movimento, foi também ator importante na conjuntura política do país naqueles anos.

Para finalizar esta parte, cabe mencionar que não se procurou aqui, principalmente na parte desta seção em que se aborda a historiografia, fazer um debate aprofundado sobre as divergências teóricas que envolvem as interpretações a respeito do período, mas apenas demonstrar que para a construção desta pesquisa, houve uma apropriação instrumental de algumas posições e conceitos, que ao invés de servirem como referencial teórico, serviram mais como possibilidades de interpretações no decorrer do trabalho.



### 1.3. Organizações político-partidárias e os “trabalhadores do Brasil”

É importante traçar um perfil a respeito dos dois principais partidos que militavam em meio ao movimento operário, o PTB e o PCB. Estes dois partidos nacionais possuíam influência direta no movimento operário riograndino, sendo que o PCB foi o principal protagonista das ações operárias estudadas. Já o PTB possuía uma maior influência nos sindicatos oficiais e no poder público, como ficará demonstrado no decorrer do texto. Levando em conta o envolvimento de ambos com o objeto de pesquisa, priorizou-se a análise dos comunistas, porém sem desconhecer os trabalhistas, pois falar neste período em Rio Grande sem mencioná-los seria uma ausência inexplicável.

#### a) O PTB e o movimento sindical

O PTB foi formado em 1945 pelos sindicalistas e burocratas ligados ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio de Getúlio Vargas. O trabalhismo possui um longo caminho até tornar-se PTB. Com o fim do Estado Novo, o PTB é quem teve a missão de canalizar o apoio de massas, principalmente dos trabalhadores urbanos, à Getúlio Vargas. Este conquistou tal apoio através das leis trabalhistas de seu governo e pela campanha midiática cuidadosamente realizada em seu governo, principalmente após 1937, com o fim de conquistar apoio deste setor para torná-lo ator político a seu favor, o que em parte conseguiu. (GOMES, 1988)

O PTB e o PCB foram os dois primeiros partidos brasileiros a romper com a lógica, da República Velha, de partidos cupulistas de elites, em que se evitava a consulta ao conjunto da população. Após 1945, eles se lançaram exatamente para colocar a população em movimento para as decisões eleitorais do Brasil, o que empurrou toda a máquina partidárias das elites tradicionais para a disputa dos votos da massa, sem ficarem restritos aos guetos tradicionais que lhes asseguravam confortavelmente as vitórias. (GOMES, 1988) Esta talvez, seja a principal contribuição do PTB no período, que marcou toda a política nacional.

### Programaticamente para Lucília Neves, o trabalhismo

[...] correspondeu a um programa de reformas sociais, nacionalistas e desenvolvimentistas, como também constituiu-se em uma doutrina caracterizada por apresentar um projeto de cidadania bastante específico, no qual se mesclaram elementos da social-democracia e do assistencialismo estatal. (NEVES, 2001, p.174)

No Rio Grande do Sul, segundo Miguel Bodea(1992), o PTB originou-se de três vertentes principais: a corrente sindicalista; a corrente doutrinário-pasqualinista; e a corrente pragmático-getulista. Os nomes dos grupos já dão uma exata noção de sua composição. Importante notar é a presença de vários sindicalistas já na fundação do Partido, o que chega a formar uma “corrente”, que foi forte no interior do trabalhismo.

Embora não tenham conseguido construir expressivos nomes públicos, foram importantes na construção de sindicatos e do movimento operário gaúcho. Um bom exemplo disso é o sindicalismo riograndino, em que os trabalhistas dominaram o cenário durante todo o período entre 1945 e 1964, tendo sempre maioria absoluta de vereadores e os prefeitos eleitos, assim como das direções sindicais. Na imprensa se chamava a cidade de “Meca do trabalhismo”.

A formação do Partido no Rio Grande do Sul representou a organização de um grupo que rompia com o aparato político da República Velha no estado. Ao final do Estado Novo, a reorganização partidária foi feita basicamente por elementos que estavam ligados aos chefes político locais. A UDN, principal força anti-varguista, organizou-se com velhos conhecidos como Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e Borges de Medeiros. O Partido Liberal (PL), que acabou maior que a UDN na representação política no estado, era organizado por Raul Pilla. A formação do PSD deu-se por elementos que faziam parte tanto do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) como do Partido Republicano Liberal (PRL), além de membros da Dissidência Liberal, que haviam derrubado Flores da Cunha, e ex-libertadores como Valter Jobim. O PSD adotou uma linha conservadora. (PESAVENTO, 2002) Em meio a estas organizações surgiu o PTB, que era um

[...] elemento inovador no processo de redemocratização, [...] sem raízes no passado político do Rio Grande. O PTB apoiou-se na estrutura sindical organizada pelo governo após 30 e nas massas trabalhadoras. Destacou-se na liderança do mesmo, por suas idéias a respeito da condição do processo econômico e social, a figura de Alberto Pasqualini. (PESAVENTO, 2002: 121)

Nas eleições para o governo do estado em 1947, Alberto Pasqualini saiu derrotado por Walter Jobim, em forte coligação com o PRP e apoiado pelo PCB, mas por uma pequena margem de votos. No entanto, os trabalhistas elegeram a maior bancada de deputados estaduais, com as maiores votações em Porto Alegre e Rio Grande, entre outras cidades. Após esta eleição o PTB constrói sólidas bases que vão lhe garantir uma ótima votação nas eleições de 1950, com 48% dos votos para Getúlio Vargas no estado e elegendo Ernesto Dornelles governador com 46% dos votos, também ampliou o número de deputados estaduais, consolidando a maior bancada da Assembléia Legislativa. (BODEA, 1992)

Em Rio Grande o PTB hegemônizou o cenário político da cidade entre os anos de 1945 e 1964, quando estes elegeram todos os prefeitos e sempre tiveram a maioria das cadeiras na Câmara de Vereadores, obtendo sozinho maioria absoluta na casa.

Cabe mencionar que o PSD local chegou a ter penetração entre os trabalhadores, inclusive organizando um Congresso Estadual da Ala Trabalhista do partido na cidade de Rio Grande.<sup>9</sup> No âmbito estadual boa parte desta ala do PSD migrou para o PTB quando Vargas passa a dar mais apoio a este em detrimento do PSD, ao mesmo tempo em que o governo Dutra reprimia o movimento sindical, como fica evidente nos estudos de Bodea (1992) e Cánepa (2005), o que não foi diferente em Rio Grande.

O indicador da reprodução deste rompimento em Rio Grande é o fato de que o então suplente de deputado estadual Carlos Santos eleito pelo PSD, metalúrgico, liderança operária local e coordenador do Congresso trabalhista dos pessedistas que ocorreu em 1946, no começo da década de 1950 aparece nos jornais já falando em nome do PTB. Ou seja, em algum momento entre o Congresso e 1950 há uma mudança de partido de um grupo significativo. Em uma biografia sobre Carlos Santos (CLEMENTE; BARBOSA, 1994), não fica nítido em qual ano ocorreu esta troca de partidos, mas apenas que em 1959 ele já se elegeu deputado estadual pelo PTB, e não mais como suplente. No início da década de 1950 Santos começa a trabalhar como advogado trabalhista no Fórum de Rio Grande, mesmo período em que a imprensa local publica declarações suas como membro trabalhista.

---

<sup>9</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 04/07/1946.

O trabalhismo é um elemento importante para a história de Rio Grande no período entre ditaduras, pois possuía forte apoio eleitoral, forte inserção sindical, um jornal a seu favor, como se verá, e um domínio sobre a máquina estatal na cidade.

Nas três conjunturas de protesto que serão estudadas, os trabalhistas combateram o PCB, como será analisado, ao mesmo tempo em que foram enfrentados pelos comunistas. Porém, durante a exposição se poderá perceber uma maior tendência a tratar mais da ação dos comunistas durante as manifestações, o que não foi uma opção da pesquisa (pois se buscou igualmente a análise dos dois grupos militantes) mas que foi possível perceber, com o estudo das fontes, que os comunistas é quem estiveram mais envolvidos nos protestos, reflexo da sua política nacional. Já o PTB possuía forte influência no sindicalismo riograndino, mas não se envolveu oficialmente nestas manifestações, ficando restrito a sua disputa com os comunistas e a um apoio às reivindicações populares que não possuíssem vínculos com o PCB.

Para finalizar esta parte, é importante salientar que é sabido que nos anos em estudo, algumas alianças entre trabalhistas e comunistas ocorreram, principalmente no campo sindical, como demonstra Santana (2007), porém em Rio Grande isso não se verificou. Os comunistas locais, como veremos a seguir, cumpriram a orientação nacional de seu partido, de não fazerem alianças com partidos burgueses, o que incluía o PTB. Em alguns casos aparecerão indícios de participação de trabalhistas individualmente nas manifestações, o que pode indicar simpatias pessoais, mas não ação conjunta como ficará demonstrados nos capítulos, em que ao contrário de cumplicidade se vê é uma disputa política acirrada entre estes dois grupos em Rio Grande.

#### b) Comunistas e movimento operário nos tempos de ilegalidade

Um dos principais grupos políticos organizados que atuaram no interior da classe operária no período estudado e com forte presença em Rio Grande foram os comunistas. Será examinado como o PCB atuou e como o movimento operário era visto dentro desta estratégia. Porém, o PCB teve uma vida conturbada neste momento, foi colocado na legalidade, depois cassado, reprimido, vindo a tornar-se

aliado dos trabalhistas após o suicídio de Vargas, o que gerou uma variação de linha política que muitas vezes foi de difícil assimilação para o conjunto da sua militância. Aqui se irá recompor os elementos mais necessários para os objetivos da dissertação.

Dois estudos principais serviram de fio condutor para que se chegasse a conclusões sobre a atuação dos comunistas. Sobre as políticas do PCB para o movimento operário, o estudo de Marco Aurélio Santana, *Homens partidos* demonstra as mediações necessárias que devem ser consideradas entre a ação dos militantes sindicais do partido e as orientações da direção nacional que teoricamente deveriam implementar. Pois por diversas vezes a linha política determinada não possuía possibilidade de implementação prática, além de ter sido definida a revelia dos próprios militantes sindicais do partido devido a justificativa da clandestinidade. Isso acabou gerando “dois PCBs”, pois em vários momentos o que os militantes operários implementavam na base era destoante com as deliberações do partido, como a aliança com trabalhistas, já na década de 1940 em alguns sindicatos, ou como as greves em 1945 e 1946, quando a resolução do partido era contrária a sua realização.

O outro estudo é o de Beatriz Ana Loner, *O PCB e a linha do 'Manifesto de Agosto'*, que analisa exatamente o período de radicalização do Partido, de 1948 a 1951, cujo documento mais expressivo sobre a linha política do partido é o *Manifesto de Agosto*, no qual orientou seus militantes com uma política de incentivo à greves e de métodos mais diretos de luta, o que gerou um paralelismo sindical e um ambiente de ações comunistas de enfrentamentos abertos contra o governo, de greves e de repressão policial. (1985, p.128), o que será melhor abordado a seguir.

O PCB foi novamente colocado na legalidade em 1945, tomando uma proporção gigantesca se comparado ao tamanho que tinha antes de 1935, ano em que foi perseguido e praticamente desbaratado, devido a tentativa de insurreição que veio a ser chamada de “Intentona Comunista”. O Partido possuía algo em torno de 180 mil filiados, tendo um ótimo resultado eleitoral nas eleições de 1946, elegendo 14 deputados federais, 1 senador, que era Luiz Carlos Prestes, e saindo-se excepcionalmente em regiões com concentração operária. (SANTANA, 2001) Em São Paulo, por exemplo, elegeram 23 deputados estaduais além de terem feito votações expressivas em Santo André e Santos em que dois candidatos do PCB fizeram quase 50% dos votos válidos do município. Além disso, Yedo Fiúza,

candidato comunista a presidência da república fez 9,7% de votos. ( MENDES Jr; MARANHÃO, 1981)

Em 1945 e 1946 o PCB estava com linha política que pedia para os trabalhadores “apertarem os cintos” e não fazerem greves, para não justificar novas ondas autoritárias, o que não foi atendido muitas vezes nem por seus próprios militantes. Logo o partido teve que voltar atrás, pois, o número de greves e de seus militantes envolvidos nelas, impôs a direção a necessidade de apoiar as mesmas, mesmo que timidamente. A exemplo disso o partido lançou o documento chamado *A solidariedade do povo aos bancários*, no dia 30 de janeiro de 1946, em apoio a greve nacional dos bancários que abriu o governo Dutra.

Porém este ambiente de liberdades democráticas aos comunistas foi de curta duração. Em março de 1946, mesmo mês da proibição das greves pelo decreto-lei presidencial 9.070 do presidente Dutra, os deputados petebistas Barreto Pinto e Himalaia Virgulino, apresentaram denúncia ao Supremo Tribunal Eleitoral, de que o PCB era subordinado a uma organização internacional ligada a URSS, de cunho marxista-leninista e que em caso de guerra entre Brasil e URSS, os comunistas ficariam ao lado dos soviéticos. O processo em um primeiro momento foi arquivado, mas devido a pressão do governo Dutra ele foi desengavetado, o que ocasionou a cassação do registro do “partidão” em maio de 1946. Isso foi seguido pela intervenção em 14 sindicatos, fechamento da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), central sindical que estava sendo recém construída e das uniões sindicais de estados e municípios onde havia influência dos comunistas. Também abriu-se um período mais forte de repressão ao movimento operário. Em janeiro de 1948 a cassação dos mandatos parlamentares dos comunistas em todo país, recolocou de vez este partido na ilegalidade.(SANTANA, 2001, p. 56-57. MENDES Jr; MARANHÃO, 1981)

A resposta do partido ao fechamento e à repressão contra o movimento operário, seu principal espaço de atuação de massas, em um primeiro momento foi a tentativa de defesa institucional e jurídica do partido e dos mandatos, quando isso definitivamente não era mais possível, o partido partiu para uma atitude radicalizada, como se verá adiante.

Para Daniel Arão Reis Filho (2002, p.76), a política de “união nacional”, a qual vinha mantendo o PCB desde sua legalização, deu lugar à “radicalização revolucionária”, levando sua base militante do reformismo institucional a uma política

de embate direto contra as classes dominantes que necessitavam de uma ditadura para seguirem dominando.

O partido retomou antigas teses de que o Brasil era um país semi-feudal, semi-colonial, com a estrutura econômica atrasada, e que portanto, a tarefa do partido era a de mobilizar as massas para a luta anti-imperialista e pela resolução dos problemas agrários através da derrubada do governo “traidor” aliado aos EUA. (SILVA; SANTANA, 2007, p.116)

Esta virada na linha política do PCB, da ação institucional para a radicalização nas ruas, esteve orientada por três resoluções que são: *Manifesto de Janeiro de 1948*; *Informe político de maio de 1949*; e o documento chamado de *Frente Democrática de Libertação Nacional* de 1950, conhecido como o *Manifesto de Agosto*, que veio a ratificar uma linha de radicalização política do partido implementada a partir de seu fechamento completo com cassação dos parlamentares em 1947 e 1948.<sup>10</sup>

Não é objetivo aqui analisar aprofundadamente a linha política do PCB naquele momento, mas devido a inegável influência comunista nos episódios estudados é necessário expor, mesmo que em linhas gerais, as orientações destes documentos e analisar algumas de suas consequências como maneira de buscar perceber melhor a ação deste grupo em Rio Grande.

No primeiro documento<sup>11</sup> o governo Dutra é caracterizado como uma ditadura ligada ao imperialismo, principalmente o norte-americano, pois as atitudes contra os comunistas contrariavam a abertura democrática de 1945, assim como a repressão promovida pela polícia contra as organizações operárias e imprensa comunista seriam sinais de uma agressão da classe dominante local, que ao travar as possibilidades de desenvolvimento nacional entravam na Guerra Fria para buscarem apoio de um aliado externo, no caso os EUA. Classificam todos os outros partidos políticos como anti-democráticos, inclusive o PSP, partido do qual irão usar a sigla para eleger seus vereadores em Rio Grande e outras cidades. Fazem a autocrítica da ação do partido nos então dois anos anteriores do governo de Dutra, por não terem reagido aos ataques sofridos durante o crescimento da repressão policial, perdendo assim base e organicidade.

---

<sup>10</sup> Os documentos do PCB utilizados para esta pesquisa, foram lidos em (CARONE, 1982).

<sup>11</sup> PCB – Manifesto de Janeiro de 1948. Assinado por Luíz Carlos Prestes é publicado oficialmente pela primeira vez na Revista Problemas nº9 de abril de 1948 com o nome de “Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista”.

Cabe analisar que houve uma equivocada crença que a ação institucional ligada a linha de “paz e tranquilidade” ajudaria a consolidar um lugar ao PCB na vida política oficial do país, o que logo se demonstrou equivocado, pois além do partido ser reprimido e fechado, parte dos militantes do próprio PCB desrespeitaram a linha política por perceberem seu equívoco.

Voltando ao documento, avaliam também que havia uma falta generalizada de vida orgânica no movimento sindical entre outras frentes, isso explica em parte a priorização que iria abrir-se para o trabalho dos comunistas nos locais de trabalho, exatamente para reorganizar os trabalhos de massas e os organismos de base.

Já no documento de maio de 1949, o que fica evidente já no seu início é a avaliação positiva das atividades grevistas levada a efeito pelos militantes comunistas, por reivindicações econômicas e contra o imperialismo e a entrega do petróleo brasileiro. (CARONE, 1982, p. 90) O documento centra o ataque contra a dominação imperialista que buscava uma nova guerra mundial e a burguesia nacional associada, que não teria condições de dirigir uma revolução burguesa nacional, pois esta também estava em comum acordo com os setores latifundiários, que para o PCB era um resquício de “feudalismo” no Brasil. Portanto a revolução no Brasil, naquele momento, passaria por um governo democrático-popular, apoiado nas massas trabalhadoras e camponesas e dirigido pelo seu “mais legítimo” representante, o PCB.

Das reivindicações mais ligadas à questão sindical este documento ainda cita a luta contra a lei de Segurança Nacional e por “liberdade sindical, eleições livres e imediatas nos sindicatos e amplo direito de greve”. Nas seis tarefas políticas estipuladas para o período, a quinta também diz sobre a ação dos comunistas no meio sindical.

Organizar e unir o proletariado, especialmente o das grandes empresas, onde deve ser concentrado fundamentalmente o nosso trabalho. Isto só poderá ser conseguido através da luta de massas pelas reivindicações mais imediatas, especialmente o aumento de salários nas condições atuais. Mas não basta o trabalho de agitação e propaganda, cabe aos comunistas empregar todas as suas energias na preparação das lutas – só assim enraizaremos o Partido nas condições-chave da economia nacional e consolidaremos sua estrutura, colocando-o na altura de dirigir as grandes lutas que se avizinham.<sup>12</sup>

O *Manifesto de Agosto* de 1950 foi a resolução do PCB que tem sido mais debatida, pois nela fica explícita a linha política que o partido vinha seguindo nos

---

<sup>12</sup> PRESTES, Luís Carlos. Informe político ao Comitê Nacional do PCB. In: (CARONE, 1982, p. 107).



últimos anos, após a guinada esquerdista. Nele propunha que o partido formasse uma “Frente Democrática de Libertação Nacional”, e diante do aumento da “radicalização e da combatividade das massas trabalhadoras”, organizasse “Comitês Democráticos de Libertação Nacional” e cita até a organização de um exército popular:

À frente delas [as massas] não devemos reechar as formas de luta mais altas e vigorosas, inclusive os choques violentos com as forças da reação e os combates parciais que nos levarão à luta vitoriosa pelo poder e à libertação nacional do jugo imperialista.<sup>13</sup>

Não é objetivo aprofundar análises sobre o *Manifesto de Agosto*, mas isso pode servir para perceber o clima de espontaneísmo e de ação direta grevista que a clandestinidade gerou na direção do PCB. Eles chegaram a avaliar que, próximo a uma eleição presidencial, o povo estava descontente com o regime a ponto de apoiar uma revolução armada liderada pelo Partido, o que demonstrou-se equivocado, pois nas eleições Getúlio Vargas foi reeleito, como a expressão de que não só o regime não estava desgastado como de que a maioria da população queria no governo alguém que já havia sido presidente.

Porém não podemos achar que estas orientações só passaram a ser seguidas após a publicação da resolução. Pelo contrário a resolução, principalmente a de 1950, foi mais uma ratificação do que já vinha sendo implementado na prática. Pode-se afirmar que o *Manifesto de Agosto* é, de certa forma, a expressão teórica de como vinham agindo os comunistas, ao menos os que eram mais dedicados a implementar as linhas políticas orientadas pelas direções partidária, pois sabemos que houve vários militantes e até setores, principalmente os ligados ao movimento operário, que fizeram mediações entre a linha do partido e as suas lutas.(SANTANA, 2001; SILVA, 1995)

O que realmente muda com o *Manifesto de Agosto* é que este literalmente chama para a luta armada contra o governo. O militante João Falcão(1988) que após a publicação do documento estava ajudando a organizar as finanças do partido na Bahia, conta que chegou a buscar a arrecadação financeira para a compra de armas. O militante Elias Chaves Neto(1977), envolvido principalmente no setor de comunicação do PCB, avalia o Manifesto da seguinte maneira:

Li e fiquei perplexo. Todo o fundamento teórico de nossa política ruía por terra. Não se tratava mais de resistir; de defender a democracia; o que dava uma base jurídica a nossa luta, de estarmos defendendo as tradições culturais de nosso

<sup>13</sup> PCB. Frente Democrática de Libertação Nacional (agosto de 1950). In: (CARONE, 1982, p. 108).

povo. Tratava-se agora de derrubar o governo qualificado de ditadura e, este deposto, de organizar as forças democráticas da nação numa Frente de Libertação Nacional, para tanto formando-se um exército popular. Aplica-se ao Brasil o esquema asiático das guerras de libertação que tinham sua origem na luta contra o colonialismo. (NETO, 1977, p. 124-125)

Chega a ironizar a proposta do partido, afirmando que para entender o documento “faça de conta um instante que você é chinês e tudo ficará claro”.(NETO, 1977, p. 138) Porém avalia que as consequências disso na prática foram pífias, pois mesmo antes da publicação do Manifesto

[...]as autoridades não reconheciam o sentido democrático de nossa luta e não cessavam de perseguir os comunistas. Em segundo lugar, o esquema, por não corresponder a uma situação real do país, não foi compreendido pelo povo que dele nunca chegou sequer a tomar conhecimento. (NETO, 1977, p. 125)

O elemento importante para entendermos as ações dos comunistas em Rio Grande é que o PCB adotou uma linha de enfrentamento direto contra o governo de Dutra por sua derrubada, o caracterizando como um presidente a serviço do imperialismo norte-americano anticomunista, pois compactuava com a repressão desencadeada mundialmente contra os comunistas com a Guerra Fria. O principal instrumento de luta contra o governo passava a ser o partido clandestino que se organizava em grupos de militantes de base para promover greves, preferencialmente gerais, para buscar desestabilizar o governo ao mesmo tempo em que formavam militantes para o partido. Por isso o protesto e a greve eram os centros das atividades comunistas. A pergunta que pode ser feita é: estas orientações foram seguidas em Rio Grande? Ou será que as greves efetuadas e o enfrentamento em 1º de maio de 1950 foram parte de uma linha política local dos comunistas, que instintivamente implementaram a linha do partido, mas quase sem querer?

Vários elementos tornaram possível entender que as ações foram parte da estratégia nacional do partido, pois podemos saber que as orientações e informações sobre a política nacional chegavam de maneira minimamente rápida e bem organizadas na cidade, mesmo na clandestinidade.

Em entrevista um antigo militante do PCB de Rio Grande, cujo o nome deve ser preservado, conta sobre um curso que fez e que pode nos dar uma boa pista de como as resoluções chegavam na base.

Uma vez também eu fui fazer um curso em Porto Alegre, sobre o *Manifesto de Agosto*. Aí me disseram: tu fica em tal ponto, assim, assim, tem um poste defronte ao número tal e ali vai ter uma cruz no poste, de giz, tu fica ali que um carro vai

passar e vai te pegar. Aí eu fui pra lá, e quando foi na boca da noite, já tava ficando escuro, veio um carro com as luz apagada, abriu a porta e eu embarquei. O carro tava cheio. Tinha gente de todo o lado! E (...) eu vi, os carros que vinham em sentido contrário, iluminaram o motorista, e era o Dr. Vespasiano Correa, um cabeça pelada que tinha sido pneumologista aqui e tinha me tratado no INPS. Foi o único que eu identifiquei. Ai corremos, corremos, corremos e entramos num quadrado de muro alto, grande. Desembarcamos e ali a gente recebeu um nome de guerra, e ninguém devia se identificar, de que cidade que era, nem dar o nome. Era aquele nome de guerra (...) e aí fomos jantar (...) me sentei na beira de uma janela e olhava para rua e via lá embaixo. Tava em cima do morro e não sabia! Os carros pequeninhos assim transitando na faixa (...) aí tivemos lá fazendo o curso durante 11 dias.<sup>14</sup>

Segundo Dulce Pandolfi, foi a partir da ilegalidade do PCB, que “bibliotecas marxistas” e “escolas de formação de quadros” se multiplicaram no interior do partido, pois para a direção, a dificuldade da base de aceitar as bruscas mudanças de orientação do partido dava-se pelo “fraco nível teórico” da militância, pois a maioria havia sido formada em um período de colaboração de classe em que ficaram a merce de “influências estranhas ao proletariado”. (PANDOLFI, 1995, p.173) Isso demonstra que havia um sistema de formação política, sobre as resoluções do PCB, mesmo durante a clandestinidade, que ao levar dois militantes de Rio Grande para o curso, garantem o conhecimento da política e a possível implementação da resolução na cidade. Os comunistas riograndinos tinham acesso às resoluções e as implementavam não ao acaso, mas de forma articulada e consciente. Um exemplo é o de que uma versão do *Manifesto de janeiro de 1948* foi apreendida pela polícia sendo panfletada na rua pelos comunistas em Rio Grande, o que demonstra não apenas a chegada das resoluções como a sua socialização e uso por parte dos militantes. Isso também pode demonstrar a concordância destes militantes com a linha nacional do partido, pois o empenho destes em distribuir o manifesto na clandestinidade e as suas ações nos anos seguintes demonstram uma assimilação da orientação proposta, mesmo que após tenham havido críticas.

Além disso, o jornal comunista local *Voz do Povo* publicava vários textos na íntegra do *Voz Operária*, jornal comunista carioca, e talvez o mais próximo do Comitê Central. Não cabe aqui análises mais aprofundadas sobre esta relação e nem das matérias trocadas, mas apenas observar que isso significa comunicação entre o partido e recepção de uma linha política nacional, que pode explicar em parte as ações realizadas pelos comunistas riograndinos.

---

<sup>14</sup>H. Entrevista concedida a Diego Luiz Vivian. Rio Grande, 1º jun. 2004. (gentilmente cedida para esta pesquisa). Foi usada apenas a primeira letra do nome do entrevistado, pois não deve ter a identidade revelada.

Ao que tudo indica, o PCB de Rio Grande pode ser considerado como uma espécie de modelo de implementação da linha do partido, ao menos no período estudado, pois as ações de seus militantes na cidade implementavam com maestria a linha política colocada nas resoluções, a ponto de serem citados como exemplo no documento de *Informe sindical e de massas da Comissão Executiva ao Comitê Nacional*, assinado por Maurício Grabois em maio de 1949. Nele, ao comentar a necessidade dos militantes unirem as lutas econômicas dos trabalhadores locais às lutas políticas gerais, levando isso a ser implementado pelas massas, a greve geral de 8 de março em Rio Grande, que foi uma junção entre a reivindicação econômica contra a entrada de navios estrangeiros na Lagoa dos Patos, o que tirava postos de trabalho locais, com reivindicações políticas mais gerais, é citada como um exemplo bem sucedido:

Um exemplo de ligação da luta pelas reivindicações imediatas com as reivindicações políticas foi dado a pouco pelos trabalhadores da cidade de Rio Grande, que ligaram suas reivindicações econômicas à luta contra a lei de segurança, contra o imposto sindical, contra o imperialismo e contra as arbitrariedades da polícia, conquistando a praça pública e desfilando corajosamente com painéis e faixas nas ruas da cidade, enfrentando a reação. (CARONE, 1982, p. 288)

Neste mesmo documento ficam nítidas algumas linhas de atuação específicas para o movimento sindical comunista, que também são implementadas de forma disciplinada pelos comunistas riograndinos. O documento traça como centro da ação do partido o trabalho de massas organizado nos locais de trabalho, onde deviam ser organizadas fortes organismos sindicais; independente dos seus nomes, como comissões, sindicatos, associações ou outros, desde que organizados nos locais de trabalho. Eles deveriam atuar nas lutas econômicas e servirem para estruturar a luta dos trabalhadores no movimento sindical; deveriam lutar contra os sindicatos controlados pelo MTIC e por pelegos, porém orientavam aos comunistas que pudessem atuar dentro das entidades sindicais. A orientação de combater os “pelegos” organizando os trabalhadores em organismos de base, para a direção não significava que os comunistas deveriam abandonar os “atuais” sindicatos.

Ao contrário, nos sindicatos onde for possível atuar em defesa da massa, com a utilização da sua sede e de seu patrimônio, devemos nele ingressar sem o menor receio ou sectarismo, mobilizando os trabalhadores, pondo o sindicato a serviço da corporação principalmente tendo em vista a preparação e desencadeamento de lutas pelas reivindicações. Mas esse trabalho no sindicato deve também estar apoiado na organização dos operários na fábrica, organização essa capaz de garantir a continuidade da luta em face de qualquer golpe da reação no sindicato. (CARONE, 1982, p. 285)

Aqui tem-se uma contradição, pois apesar dos documentos deixarem nítidos que não necessariamente os comunistas deveriam abandonar os sindicatos, Santana (2001, p.73) demonstra que invariavelmente, a leitura que os militantes fizeram e praticaram naquele momento, era a de abandonar os sindicatos e formarem entidades paralelas, inclusive tendo o partido feito auto-crítica disso em 1952. No entanto, como Santana também demonstra para o centro do país, em alguns casos os comunistas permaneceram nas entidades, como aconteceu em Rio Grande. Porém isso não configurava desobediência à orientação partidária, pois o importante era a organização de base, “independente do nome”, e nisso os comunistas riograndinos foram bem sucedidos.

Outro elemento central na tática comunista era a realização das greves como maneira de implementar a linha política traçada pelo partido e formar uma nova militância que se buscava construir no interior dos locais de trabalho para fortalecer o partido na ilegalidade e burlar a repressão policial. Estas greves deveriam ter seu “conteúdo elevado” com a união entre luta econômica e política, reunindo categorias diferentes em busca de greves gerais (CARONE, 1982, p.289), o que foi implementado com maestria em Rio Grande nas greves gerais de 1949 e 1952.

Os comunistas em Rio Grande estavam atuando em organismos de base montados por eles como a “Coligação dos Ferroviários” e a “Associação dos Trabalhadores do Porto”, que atuavam fora dos sindicatos. Estavam militando na SUO, que era um bom “escudo”, pois nela também participavam trabalhistas e outros. Ao mesmo tempo estavam em sindicatos como o dos Trabalhadores do Peixe. Também tem-se elementos para acreditar que existia uma razoável inserção nos locais de trabalho como forma proteção contra a repressão, o que pode ter sido o motivo de, apesar da repressão com mortes em 1950, os trabalhadores e principalmente os comunistas, terem organizado uma greve geral já em 1952, mesmo com a ameaça de nova repressão, como de fato ocorreu. Além disso é inegável o número de pessoas que estes conseguiram mobilizar e dirigir nas manifestações e greves aqui estudadas, o que é a comprovação de que possuíam alguma legitimidade. Isso tudo leva a crer, que temos em Rio Grande um bom exemplo de implementação prática da linha de radicalização da luta operária orientada pela direção central do partido, porém deve ser visto como uma exceção que teve consequências.

Sobre a política do PCB naquele período, sabe-se que foi bastante controversa. Se é verdade que ela foi implementada por parte do partido, também foi muito criticada pelos próprios militantes, pois além do erro de achar que o “povo” estava pronto para iniciar uma revolução, a radicalização levou a vários sacrifícios pessoais e coletivos, que devido a sua não eficácia global, acabou sendo considerado como um sacrifício desnecessário em algumas avaliações.

Bons exemplos são os casos em Rio Grande, com um saldo de oito militantes mortos em 1950 e 1952, vários feridos gravemente, dezenas de prisões, de lares desestabilizados e de famílias operárias em dificuldades, por causa da resposta policial, desproporcional e beirando ao banditismo. Se é verdade que os seres humanos envolvidos nestas atividades o fizeram por querer, também não podemos ignorar o que pode significar as vidas desestruturadas e em perigo, sem que isso representasse mudança real no quadro do país. Isso certamente influenciou nas avaliações, o que é confirmado pelos relatos de militantes.

Porém, também não se deve julgar apressadamente o Partido, que radicalizou sua linha política para combater um inimigo que não só o atacou ilegítimamente, pois o PCB era representante de parte da população, eleito por milhares de pessoas, como também atacou a democracia brasileira recém conquistada. Talvez o grande problema tenha sido o isolamento político em que se colocou ao caracterizar todos os outros partidos como “burgueses”, sem perceber nenhum aliado, e de ter perdido o momento ideal para defender-se com a ação de massas durante sua legalidade e não quando os militantes estavam em situação de semi-clandestinidade. Além disso, o erro de achar possível a luta de derrubada do governo, gerou problemas sérios para a militância. A seguir, serão comentados alguns relatos de ex-militantes, que fazem avaliações diversas sobre o período e que podem ajudar a entender a situação criada pelas opções da direção do partido.

Pode-se começar por uma avaliação teórica de um intelectual a respeito do *Manifesto de Agosto* de 1950. Leôncio Basbaum alguns meses após a publicação do Manifesto, ao ler a primeira avaliação do Comitê Nacional do PCB, que fazia balanço da situação do partido após a publicação da linha política, escreveu uma carta ao organismo com o seguinte conteúdo:

Os fatos provaram que pouco ou nada se alcançou durante esses seis meses e toda a culpa é lançada sobre a base do P.<sup>15</sup> que 'não compreendeu ou não assimilou' a nova linha política e que se deixou arrastar por desvios e ilusões de direita e de esquerda, aliás muito bem salientados no informe.

Essa é a primeira observação a fazer ao Informe. Se os resultados práticos foram quase nada, conforme se verificou por vários fatos tais como os resultados das eleições, por exemplo; se depois do Manifesto não cresceu, como era de se esperar, a influência do P.; se este não foi capaz de fazer com que fosse compreendido e seguido, não só pela massa em geral, mas ao menos pela base que, em grande parte, votou em Getúlio – então era certamente porque 'algo não estava certo'. Este fato, esta conclusão lógica todavia não preocupou o CN.

Por outro lado, erros cometidos no passado deveriam servir de aviso para não confiar demasiado em si mesmo e atentar para a prática. Desse modo, desprezando a possibilidade de que 'algo estivesse errado' na própria linha, o CN. cometeu novo erro, pelo fato de insistir no mesmo.

Qual o erro fundamental do Manifesto de Agosto? É sem dúvida a mentalidade espontaneísta que é plenamente confirmada pelo Informe de Arruda. Se ao tomar o caminho revolucionário o Manifesto de Agosto colocou o P. na sua verdadeira posição dentro das circunstâncias econômicas e políticas do Brasil, de todo ele se depende um sentimento espontaneísta que contaminou quase toda a base do P. (BASBAUM, 1999, p. 151)<sup>16</sup>

Este “espontaneísmo” ao qual se refere Basbaum, é o que gerou uma série de atitudes militantes radicalizadas, como as greves feitas à força e os sacrifícios pessoais já comentados. Para isso se pode citar o relato, já bastante comentado, do comunista gaúcho, militante metalúrgico e vereador pelo PCB em Porto Alegre, Eloy Martins que em seu livro *Um depoimento político 55 anos de PCB* avalia que “o Manifesto de Agosto foi a sistematização de resoluções e medidas, para justificar a covarde posição da direção, que levou à entrega da legalidade sem o menor sinal de luta”(MARTINS, 1989, p. 95). Critica o fato de que o partido que a pouco tempo pregava a paz, passaria de uma hora para a outra a chamar uma Frente de Libertação Nacional, que formaria um exército para derrubar o governo. Questionava como era possível articular uma frente de massas armada sem colocar em risco extremado os militantes. Critica também as “greves por decreto” que segundo ele eram feitas de maneira bastante improvisadas, com desconhecimento da maioria dos trabalhadores e que normalmente davam errado, ocasionando a prisão de dezenas de militantes. Estas greves eram feitas da seguinte forma: alguns militantes do partido chegavam em frente à fábrica e através de discursos tentavam convencer

<sup>15</sup>Usava a sigla nas cartas para se referir ao PCB.

<sup>16</sup> Sobre isso, também se pode ler em *Uma vida em seis tempos*, autobiografia de Leôncio Basbaum, em que apesar de não analisar detalhadamente a linha de radicalização do partido, comenta sobre como agia a direção do PCB, na época, em relação aos seus militantes e indica a redação desta carta como exemplo da tentativa de diálogo que teve com a direção do partido, mas em vão. Basbaum criticou bastante o PCB por secundarizar as pautas nacionais, sendo acusado de “titoísta” pela direção do partido, em uma nítida alusão à política do General Tito, dirigente da Iugoslávia, que havia rompido com os soviéticos.

os trabalhadores a pararem, sem preparação prévia e em muitas ocasiões sem nenhuma articulação com trabalhadores da própria fábrica. Isso fazia parte da tática de desestabilização do governo, pois segundo a linha do partido o povo já estava em revolta sendo necessário apenas o estopim ser aceso.

O ambiente criado por esta política era bastante nefasto, pois a realidade dava sinais de erro de avaliação por parte do partido. Quem não implementava as deliberações era punido internamente e quem a implementava corria os riscos de prisão e até mesmo de vida. Martins chega a comentar inclusive o caso aqui estudado de Rio Grande, colocando a culpa pelas mortes dos operários na linha política adotada pelo partido.

Os companheiros que não tinham condições de aplicar essa política suicida eram punidos, rebaixados de postos ou excluídos. Alguns bons militantes foram arbitrariamente expulsos publicamente, na base de documentos saídos no jornal do partido, os expurgos deviam ter unanimidade nas votações, os que votassem contra estavam condenados a serem castigados. Esse era o ambiente da política do manifesto de agosto, isto é, a orientação baixada logo depois do fechamento do partido, imposta por dirigentes arbitrários, o que levou ao sacrifício e até à morte valorosos militantes, como foi o caso das chacinas de Rio Grande e Livramento, onde companheiros, cumprindo tarefas discutíveis, foram covardemente assassinados pelo terror policial. (MARTINS, 1989, p. 94-95)

Entre os militantes do círculo mais próximo a Prestes e ao Comitê Central, podemos citar o exemplo de João Falcão, comunista baiano que começou a militar durante a clandestinidade de 1940 no movimento estudantil, logo tornou-se dirigente do PCB local. De família rica, destacou-se em atividades de arrecadação financeira e da administração dos órgãos de imprensa do partido. Durante a legalidade foi enviado ao Rio de Janeiro para resolver o déficit nacional da imprensa comunista. Com o fechamento de 1947 este ficou diretamente responsável pela segurança e organização dos “aparelhos” que esconderam Luíz Carlos Prestes. Em 1955 foi eleito suplente de deputado pela Bahia assumindo o mandato por alguns meses, logo após voltando ao estado natal fundou o *Jornal da Bahia* e afastou-se do partido devido a divulgação do Relatório Krushev e ao encaminhamento que o partido deu a este assunto em seu interior.

Sobre a guinada da linha política do partido a partir de 1947, Falcão (1988), que estava junto a Prestes enquanto ele redigia a entrevista que rompeu definitivamente com o governo Dutra, classificado de “governo de traição nacional” que devia ser derrubado, termina a avaliação sobre a guinada com um “era tarde”, deixando nítido que o PCB demorou a fazer algo. Porém em outros trechos fica



evidente que a esquerdização gerou problemas em momento pouco propício. Comenta o *Manifesto de Agosto* como de “[...]uma agressividade inaudita. Em nenhum momento o Partido Comunista foi tão violento contra o governo Dutra, a classe política e burguesia nacional.” Ele não avalia de maneira mais aprofundada a linha política adotada pelo partido, mas deixa explícito algumas consequências práticas constrangedoras aos seus militantes. Entre outros exemplos, pode-se citar a seguir:

Diante disso[o manifesto], os comunistas votaram em branco nas eleições de outubro de 1950, virando as costas para as massas populares e para os próprios militantes, que queriam votar em Getúlio Vargas, cuja plataforma de governo tomava posições nacionalistas, em defesa do petróleo e das nossas riquezas minerais, e tinha um sentido anti-americano. Nos comícios, nas portas de fábricas, os comunistas eram vaiados e ameaçados quando atacavam Getúlio. Ao mesmo tempo em que esse Manifesto conclama o povo brasileiro à luta pelo poder, conclama-o também à luta pela paz e contra guerra, objetivo que se inspira no internacionalismo proletário e no amor à União Soviética, que sempre caracterizaram a linha política do Partido Comunista Brasileiro, muitas vezes colocando os objetivos nacionais em plano secundário, como ocorreu durante a guerra, com a política de união nacional para derrotar o nazi-fascismo. (FALCÃO, 1988, p. 79-80)

Também muito próximo a Prestes e da maioria da direção nacional do PCB, Gregório Bezerra, eleito deputado federal em 1945 e cassado em 1948, morava na casa de Prestes quando caiu na clandestinidade, passando a organizar o partido principalmente em Goiás e Paraná durante o período da radicalização da linha política dos comunistas. Em suas *Memórias*(1979) ele dedica-se mais a comentar sua ação contra a repressão e seu trabalho para o partido, principalmente no setor rural, com o que parecia se identificar muito bem. Análises, principalmente críticas, a respeito da linha política do partido, são pouquíssimas e quase inexistentes, proporcionalmente aos outros temas abordados no livro, mas em poucas linhas que dedica a isso pode-se perceber a existência de dificuldades de implementar a linha do partido na vida real, como se pode perceber na citação seguinte:

A essa altura dos acontecimentos, é claro que o partido já não pensava mais em estender a mão ao Governo em nome da união nacional. Lançamos, então, uma palavra de ordem que caiu no vazio: exigimos a *renúncia de Dutra*. [...] Estávamos às vésperas da cassação dos nossos mandatos. Ora, se não tínhamos tido força para evitar todos esses golpes reacionários, que sucessivamente havíamos recebido do Governo, menos força teríamos para exigir a renúncia do General Dutra. Foi, a meu ver, uma palavra de ordem errada, que nasceu morta. E, na prática, só serviu para uso interno do partido. (BEZERRA, 1979, p.58)

Esta é a única crítica de Bezerra à orientação do Partido, porém contundente contra a principal atividade a qual os militantes deveriam dedicar-se. Fica nítido na

narrativa que o autor dedicou-se bastante às campanhas pela paz, mas em nenhum momento menciona a priorização de sua ação para a derrubada do governo. Isso vindo de alguém que era bastante ligado a um dos principais dirigentes e elaboradores da política do PCB, leva à percepção do tamanho das dificuldades em fazer o que o partido orientava teoricamente.

Esta longa exposição sobre a política do PCB naqueles anos, justifica-se pela necessidade de entendimento do que estava colocado para os militantes comunistas riograndinos, no momento em que organizaram junto aos operários locais os protestos que serão a seguir analisados, pois estes formaram o principal grupo político organizado a participar dos três protestos, assim como os principais perseguidos por isso.

## **2. A GREVE E AS MANIFESTAÇÕES OPERÁRIAS EM MARÇO DE 1949**

Neste capítulo serão abordadas as mobilizações de trabalhadores do início do ano de 1949, na cidade de Rio Grande, que resultaram em uma greve operária no dia 8 de março daquele ano, na qual a reivindicação principal era a contrariedade dos operários com a entrada de navios estrangeiros na Lagoa dos Patos. A greve paralisou parte da produção local, o porto e promoveu passeatas pela cidade, finalizadas com um comício na Prefeitura Municipal. A repressão policial deu-se através de prisões de militantes operários e o anticomunismo ficou explícito por parte da polícia, imprensa comercial e trabalhistas locais.

### **2.1. A conjuntura da greve de 1949 na cidade de Rio Grande**

Antes de analisar estes movimentos será feita uma exposição sobre as condições da organização operária na cidade e as relações entre os poderes público e trabalhadores.

Como foi mencionado na introdução, o movimento operário em Rio Grande vinha de uma longa tradição organizativa, oriunda de uma numerosa concentração de operários na cidade devido ao seu parque industrial e porto. No fim da década de 1940 esta situação não era diferente: na rearticulação no pós-Estado Novo, várias associações operárias, incluindo os sindicatos oficiais, estavam organizados.

Algo muito comum, mas que cabe mencionar, é que além dos militantes envolvidos nas associações, existia um número considerável de operários que não participavam no dia-a-dia da organização dos trabalhadores, mas que em momentos de greves e passeatas passavam a agir em conjunto com aqueles, a depender de seus interesses, o que se perceberá no decorrer deste estudo. Nos três casos estudados foi grande o número de trabalhadores envolvidos, o que mostra uma disposição de parte considerável destes em atuarem com o conjunto das organizações por determinadas reivindicações.

Os operários também organizavam-se dentro do PTB e no PCB, cujo a face institucional estava vinculada ao PSP, pois a sigla dos comunistas estava na ilegalidade desde 1947, como já vimos anteriormente. Esta inserção política tornou a classe trabalhadora daquela cidade, sem ignorar sua pluralidade ideológica, um ator político importante para se entender os movimentos então realizados em Rio Grande.

Em 1949 os trabalhadores riograndinos estavam organizados em várias associações. Foi possível identificar algumas que, conforme informações da imprensa, estavam em atividade naquele ano: Coligação dos Ferroviários Pró-reivindicações; SUO; Sindicato dos Estivadores; Sindicato dos Práticos Arrais e Mestres da Navegação Lacustre do Estado do Rio Grande do Sul, com sede na cidade; Sindicato dos Contabilistas; Sindicatos dos Empregados do Comércio de Rio Grande; Sindicato dos Maquinistas e Motoristas da Marinha Mercante; Sindicato dos Operários Gráficos de Rio Grande; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil; e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Torrefação e Moagem de Café, Massas Alimentícias e Biscoitos, Doces, Conservas, Alimentícias e de Produto de Cacau e Balas de Rio Grande.

O Sindicato dos Estivadores pode-se considerar sob influência trabalhista naquele momento, devido a reportagem em *O Tempo* de 15 de fevereiro, em que Saul Porto, trabalhista que será referido adiante, relata que participou de assembleia na sede do sindicato a convite da diretoria, quando recebeu elogios, retribuídos nas páginas de seu jornal. Outro indício é que o presidente do sindicato, no cargo desde 1940, elegeu-se em meio ao domínio trabalhista no movimento sindical, além de demonstrar abertamente pertencer a esta corrente em 1952, quando ainda era o presidente do sindicato.

O Sindicato dos Empregados do Comércio de Rio Grande, cujo o presidente, ao menos desde 1946 e no mínimo até 1952, era Pedro S. Pinho Jr. que era trabalhista, participa do grupo dos sindicatos sob influência do PTB. Por isso, possivelmente esta entidade também é uma em que atuaram os militantes do PTB.

As duas categorias mais ativas na cidade, em termos de mobilizações, como se observará melhor a seguir, eram os ferroviários e os portuários, porém sem que se possa estabelecer exatamente qual das categorias dos trabalhadores do porto se envolveram mais com o movimento, pois no cais atuavam vários tipos de trabalhadores, como estivadores, conferentes de carga e descarga, vigias, entre outras.

Na manifestação do dia 8 de março os portuários foram apontados como os que iniciaram o protesto e conduziram a marcha que fechou várias fábricas na cidade. Logo após veio a tona a informação de que isso havia ocorrido, de fato, pela ação de membros desta categoria pertencentes ao “extinto” PCB. Isso pode ser confirmado pela presença do comunista Antônio Rodrigues como uma das principais lideranças do grupo, este aparece como membro da Associação do Porto em maio de 1950, fato o qual será apresentado mais informações quando da análise da referida conjuntura.

Os comunistas estavam à frente das manifestações, apesar de não agirem sozinhos, pois milhares de trabalhadores, cuja orientação política não é possível estabelecer, também participaram da greve. Os comunistas eram poucos para poder obrigar, sozinhos, aproximadamente 4 mil operários a parar os trabalhos, sem que estes concordassem minimamente com as razões das mobilizações.

Quanto ao PTB, ao que tudo indica, sequer tinha conhecimento do que ia ocorrer nas manifestações, como se pode ler na declaração do trabalhista Saul Porto no dia 17 de março, em que afirma que para os trabalhistas a manifestação havia sido uma surpresa.

Apesar de isentar-se de qualquer participação na greve, o PTB, que era um grupo político relevante na cidade, principalmente entre os trabalhadores, no dia 21 de março, lançou uma nota à imprensa, assinada pelo presidente do partido, Orlando Carosiello, esclarecendo sua opinião:

Aos Trabalhadores e ao Povo em geral. A Comissão Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro, em reunião realizada em 17 do corrente, em conjunto com o líder da bancada na Câmara de Vereadores, estudando os acontecimentos desenrolados nesta cidade, no dia 8 deste mês, resolveu que o PTB, por intermédio de sua bancada, daria como sempre, todo o apoio as reivindicações

justas do proletariado, negando-o, sistematicamente, porém, naquelas em que de forma alguma possam ser consideradas reivindicações da numerosa classe operária, e, sim, de uma minoria sem expressão, que não podendo mais valer-se dos sindicatos para fazer política partidária, procuram destruí-los, pondo assim, os seus interesses pessoais a cima do dos trabalhadores, que é fortalecer cada vez mais as suas organizações.

Se no momento elas não estão correspondendo, devemos, por meios legais e respeitando sempre os poderes constituídos, lutar para que as suas direções voltem a ser escolhidas por intermédio dos seus próprios associados. Nestas lutas, sempre que feridas dentro da ordem e do respeito, sabe o proletariado honesto e consciente do Rio Grande, terá sempre ao seu lado, propugnando e se batendo pelos seus interesses, o glorioso PTB.

Todavia, mais uma vez repetimos, jamais concordaremos com distúrbios organizados e dirigidos por elementos mal intencionados que, com fins ocultos e estribados numa ideologia estranha e desumana, em nada condizente com a nossa formação política, procuram desviar as atenções do proletariado de suas justas reivindicações, levando-os, mesmo a prestigiar, cremos que inconscientemente, um política prejudicial a sua numerosa classe.

Jamais apoiaremos governos que voltem as costas ao povo e procuram faze-lo calar pela violência, porém, também, não devemos combater-los por meios ilegais, pois, muito bem disse o grande estadista senador Getúlio Vargas: 'A violência gera violência!' Rio Grande 21 de março de 1949.<sup>17</sup>

O PTB nesta nota, embora não cite literalmente os comunistas, tece duros ataques a estes, pela manifestação fora dos marcos da legalidade constituída, no entanto se colocavam à disposição da luta dos trabalhadores. Outro elemento saliente é que os militantes do PCB estavam afastados das máquinas sindicais, como já se viu, tanto pela repressão desencadeada contra estes no movimento sindical, quanto pela orientação nacional da direção partidária que abria esta possibilidade de atuação.

Os ferroviários e portuários, duas categorias com atuação de comunistas em seu meio, construíram organizações que não possuíam a denominação de sindicato. A dos ferroviários é uma Coligação e a dos portuários será chamada em 1950 de Associação do Porto. Isto cumpria perfeitamente a orientação de construir organizações por locais de trabalho que não fossem atreladas ao sindicatos oficiais, que servissem para reeducar a classe operária na luta direta contra o governo Dutra e os partidos da burguesia.<sup>18</sup>

Outra presença importante dos comunistas em entidades operárias é na direção da SUO que elegeu uma nova direção no final de 1948:

<sup>17</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 21/03/1949. p.02.

<sup>18</sup> Esta orientação fica bastante nítida no documento "Informe sindical e de massas da Comissão Executiva ao Comitê Nacional" assinado por Maurício Grabois em maio de 1949.

Presidente – Felipe Antônio Tarta  
Vice-Presidente – Arlindo Lima  
1° secretário – Primo Nunes Machado  
2° secretário – Antônio Campos  
1° tesoureiro – Álvaro Tavares Nobre  
2° tesoureiro – Carlos Rodrigues Vitória  
1° procurador – Felix Ferro  
2° procurador – Atílio Candido Longo  
Bibliotecário – José Pinho

Conselho Consultivo: Ricardo Ferrer; Auido Oliveira Cardoso; João P. Caetano; Guaraciaba Cardoso e Silva; Alberto Aquiles Côco; Adalberto Pinheiro; e José P. dos Santos.

A SUO era uma importante entidade constituinte do ambiente operário de Rio Grande. Foi fundada oficialmente em 1893, ocorrendo a instalação oficial no dia 1° de maio de 1894, quando a data foi comemorada pela primeira vez na cidade. Era classista e plural, pois participaram dela as mais diversas correntes de pensamento, e até operários somente interessados em usufruir de sua mutualidade e benefícios oferecidos pela entidade, como o teatro, escola, atividades artísticas etc. Centrava suas atividades em uma prática reformista que “visava à conscientização e à melhoria das condições de vida dos trabalhadores locais”(SCHMIDT , 1999, p.151-158).

Possuía uma ampla sede que era bem localizada na parte central da cidade e no seu interior abrigava as reuniões de diversos sindicatos associados que não possuíam sede própria. Também era lá que ocorriam apresentações teatrais e artísticas em geral, o que a transformou em importante ponto de disseminação cultural e de lazer para os trabalhadores riograndinos. (SILVEIRA, 1999)

A associação não se configurava como uma central sindical, mas cumpriu papel importante para o diálogo e unidade de ação dos trabalhadores. No período estudado, a SUO sofreu fechamento em 1947 por seis meses, e depois de 1949 a 1954, quando passou a retomar as assembléias gerais<sup>19</sup>, conforme demonstrado em

---

<sup>19</sup> Atas das Assembléias Gerais da SUO (1937-1958).

suas atas. Em 1964 foram suspensas as suas atividades de 1º de maio até 1967<sup>20</sup>, ocorrendo o fechamento definitivo da entidade em 1968, quando o controle da sede e das atividades foram passados para um interventor do governo militar<sup>21</sup>.

O presidente da entidade a partir de 1949, Felipe Tarta, comunista, é um dos que assinarão a convocatória ao 1º de maio de 1950 na Linha do Parque em nome da entidade, que estava fechada por ordem judicial, como se verá a seguir; Guaraciaba Cardoso e Silva, membro do conselho consultivo da entidade, era suplente de vereador pelo PSP e comunista declarada; José Pereira dos Santos, do mesmo conselho consultivo e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil, também assinara a referida convocatória ao 1º de maio, o que o identifica sob influência comunista, no mínimo. Dos outros membros da direção não se obteve informações.

Esse levantamento indica a influência comunista na SUO, porém é possível perceber a falta dos dirigentes comunistas mais conhecidos da cidade na sua direção. Também não se exclui a possibilidade da maioria da direção não estar ligada aos comunistas, pois o caráter da entidade era plural e não há informações sobre a maioria dos membros da direção. A própria programação da Associação para o 1º de maio de 1949 como aparece a seguir, deixa nítida a pequena densidade ideológica destas atividades, o que talvez não ocorresse se a entidade estivesse sob o domínio majoritário inquestionável dos comunistas.

A programação não tinha nada de subversiva. Consistia em asteamento dos pavilhões nacional e da entidade; inauguração do Pavilhão escolar, (orador Arlindo Lima); Inauguração do retrato de Joaquim da Cruz Dias (orador Tenente Primo Nunes Machado); Sessões de filmes em três cinemas diferentes, Carlos Gomes, Politeama e Avenida com o patrocínio da empresa F. Cupelo & Cia.; recepção aos representantes da classe; “Hora de arte” na sede social, por alunos da Escola da Sociedade (Joaquim Francisco de Abreu); dois páreos no Jockey Club em saudação ao dia, o “1º de maio” e à “União Operária”, (cabe lembrar que também era o 55º aniversário da entidade); Sessão Solene alusiva à data tendo como orador Sr. José Pinho; entrega de diplomas; e uma extensa programação cultural de danças e cantos.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> Lista de presenças das atividades de 1º de maio da SUO, 1938-1974.

<sup>21</sup> **Rio Grande**. Rio Grande, 07/05/1968.

<sup>22</sup> **Rio Grande**. Rio Grande, 30/04/1949.



No entanto, a SUO foi fechada por ordem do Decreto n° 26.710, assinado por Nereu Ramos e Adroaldo Mesquita da Costa, respectivamente Vice-Presidente da República, em exercício e Ministro da Justiça, publicado no Diário Oficial de 28 de maio de 1949. No decreto é aplicado à SUO o artigo 6° do Decreto-Lei n°9.085 e manda tomar providências para aplicação dentro do prazo de seis meses.<sup>23</sup> O artigo diz o seguinte:

Art. 6° As sociedades ou associações que houverem adquirido personalidade jurídica, mediante falsa declaração de seus fins, ou que, depois de registradas, passarem a exercer atividades das previstas no art. 2º, serão suspensas pelo Governo, por prazo não excedente de seis meses.<sup>24</sup>

O citado artigo 2° diz o seguinte:

Art. 2° Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando seu objeto ou circunstância relevante indique destino ou atividade ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes (Constituição, artigo 122, IX).<sup>25</sup>

Isto aponta para que o fechamento da SUO ocorrera devido à presença de comunistas em sua direção, embora a programação do 1° de maio da entidade não deixe dúvidas de que as atividades desenvolvidas eram inofensivas do ponto de vista de ações contra a ordem e muito menos no que se refere à doutrinação ideológica com conteúdo comunista.

Além desta exposição sobre as entidades operárias atuantes na cidade, os posicionamentos do prefeito e vereadores a respeito das manifestações de 8 de março, também explicitam, em parte, as relações entre o poder público, que era dominado pelos trabalhistas e os operários, assim como situa os partidos no cenário político local.

O prefeito municipal, Miguel de Castro Moreira, do PTB, foi alvo de crítica, ao menos por parte dos comunistas, como se constata em matéria do jornal *O Tempo* de 9 de março, porém o prefeito não se pronunciou a respeito das manifestações, mesmo tendo as dependências da Prefeitura usadas como palanque dos manifestantes.<sup>26</sup> O prefeito chegou a requisitar segurança policial, mas ausentou-se diante da possibilidade de um encontro com os manifestantes, como consta no

<sup>23</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 24/06/1949.

<sup>24</sup> <http://www.soleis.adv.br/>

<sup>25</sup> *Ibidem.*

<sup>26</sup> **O Tempo.** Rio Grande, 29/03/1949.

depoimento de Francisco de Assis Loréa Pinto que era chefe da Diretoria de Transportes Coletivos da Prefeitura Municipal.<sup>27</sup>

No entanto, maior repercussão teve a greve na Câmara de Vereadores. O vereador Nilo Fonseca do PSD, proferiu discurso apoiando as manifestações, porém voltou atrás, pois havia acabado de apoiar, na verdade, uma greve que contrariou os setores empresariais da cidade e o conjunto dos outros vereadores do PSD, PTB e PL. O fato do vereador do PSD ter se pronunciado a favor dos manifestantes lhe rendeu duras críticas de seus correligionários, o que o levou a pronunciar discurso na Câmara para atacar o movimento.<sup>28</sup> Nilo Fonseca acabou demitindo-se da liderança da bancada de seu partido, apesar de ter afirmado que tudo foi um mal entendido.<sup>29</sup> Isso deixa nítida a posição antigrevista do PSD local, apesar do deslize do vereador.

Sobre o PL não há maiores informações, além deste não ter tido maior relevância no período para o tema abordado nesta pesquisa. Seu único vereador na legislatura de 1947 a 1951 era Miguel Riet Corrêa Júnior, que perdeu o mandato na legislatura seguinte, de 1952 a 1955.

Já na bancada do PTB, partido que possuía vínculos diversos com o movimento operário, além de ser majoritário na Câmara, 7 dos 13 vereadores, optaram por uma ação mediadora em um primeiro momento, porém não foram poupados dos ataques que os vereadores comunistas do PSP realizaram contra todos ao retornarem às suas atividades legislativas após estarem presos, fazendo com que os trabalhistas, ao se defenderem, tecessem duras críticas às “irresponsabilidades” dos comunistas na condução da manifestação.

Através de reportagem do jornal *Rio Grande* do dia 21 de março, pode-se saber que, na primeira sessão após as manifestações do dia 8 com a participação dos vereadores do PSP que estiveram presos, Antônio Réchia proferiu discurso atacando as bancadas do PTB, PSD e PL, ao que tudo indica de maneira um tanto desrespeitosa, pois os teria chamado de “covardes”. Os vereadores destas bancadas reagiram de forma física, promovendo um tumulto que obrigou o presidente da Câmara a suspender a sessão. “[...]restabelecida a ordem ocuparam a tribuna os vereadores Miguel Riet Corrêa do PL, Carlos Lórea Pinto, Napoleão

<sup>27</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1949. Documento nº 501, p. 24 e 25, maço 16 E.23, estante 131-a, caixa 21. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>28</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 17/03/1949.

<sup>29</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 15/03/1949.

Azevedo e Hipólito Leonini, do PTB e Paulo Ferreira do PSD”, “verberando” contra os vereadores do PSP, Vespasiano Corrêa e Antônio Réchia. Inclusive compareceram ao local Ewaldo Miranda, delegado de Polícia em Rio Grande, e V. Klein, delegado adjunto da delegacia de Ordem Social de Porto Alegre, para oferecerem, se necessário, seus serviços em prol da ordem. Este último, estava na cidade por causa das manifestações do dia 8.

Cabe aqui fazer um esclarecimento a respeito de um personagem importante desta história. Antônio Réchia era trabalhador do porto de Rio Grande, liderança sindical e um dos principais dirigentes dos comunistas na cidade. Diretor do jornal comunista local, *Voz do Povo*, foi eleito vereador pelo PSP, pois o PCB estava cassado, assumindo o mandato em 1947 sendo reeleito o candidato mais votado para exercer o mandato de 1952 à 1955. Nos dois processos-crime analisados na dissertação, ele aparece como principal acusado<sup>30</sup>, por ser uma das principais lideranças tanto na greve de 1949 como na manifestação de 1º de maio de 1950. Em 1950 o vereador foi atingido por um tiro na coluna o que o deixa paraplégico, o que não o afasta da luta, pois ainda é reeleito vereador, cadeira que é obrigado a abandonar no meio do mandato devido a problemas de saúde ocasionados pelo ferimento de 1950, deixando o mandato para Athaydes Rodrigues, outro personagem que será importante especialmente para a greve de 1952.

Quanto aos acontecimentos de 1949, a declaração mediadora da bancada do PTB, assinada por seu líder Hipólito Cassemiro Leonini, dizia o seguinte:

A Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, em face dos acontecimentos registrados nesta cidade dias 8 e 9 do corrente, sente-se no dever de afirmar que espera ver perfeitamente esclarecidos os verdadeiros motivos que determinaram tais acontecimentos, promovendo a necessária justiça e assegurando por todos os meios a intangibilidade dos princípios constitucionais da liberdade de palavra e de ação dentro da lei. Figurando entre os detidos representantes do povo nesta casa, foi resolvido, na sessão de ontem que a totalidade dos membros desta Câmara compareceria ao local onde os mesmos se encontravam com o objetivo de, individualmente, levar-lhes o conforto de uma visita. Entretanto, em face da situação de incomunicabilidade em que se achavam os dois vereadores referidos não foi possível ter contato com os mesmos. Confia na ação calma e ponderada das autoridades policiais para a tranquilidade do povo riograndino, tão necessária neste momento a todas as classes trabalhadoras. Dentro do que preceitua o estatuto constitucional, deseja e espera ver asseguradas a todos as prerrogativas das liberdades individuais.

Rio Grande, 11 de março de 1949.<sup>31</sup>

<sup>30</sup>Devido a isso seu nome aparecerá nas notas de rodapé principalmente dos dois primeiros capítulos. Os processos não foram apenas contra Réchia, mas ele é quem aparece como primeiro na lista dos dois, que por uma questão de norma é o nome que é citado seguido de “et al”, indicando a presença de outros réus.

<sup>31</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 15/03/1949.

Não está claro se a declaração era exclusiva da bancada do PTB ou de todos os vereadores, pois a ordem de visita, apesar de ter partido dos trabalhistas parece ter sido estendida a todos os vereadores, mas isso provavelmente se deve a esta nota ter sido aprovada em plenária como resolução da Câmara. A bancada trabalhista representava a maioria absoluta na casa, sete dos treze vereadores, podendo ter aprovado a nota sozinha, embora tenha sido publicada na imprensa como nota exclusiva do PTB.

Mas importa notar que a atitude do PTB em um primeiro momento, enquanto bancada majoritária na Câmara de Vereadores, não foi a de acusar os comunistas e nem as manifestações, isso ocorrendo apenas após os ataques do vereador comunista Antônio Réchia ao PTB.

Não há maiores informações a respeito da presença de militantes trabalhistas nas manifestações, mas isso não pode ser descartado como hipótese para justificar a atitude do PTB. O que parece mais provável é que a atitude dos trabalhistas se explique por estes concordarem com o motivo principal da manifestação, contra a entrada dos navios estrangeiros na Lagoa dos Patos, o que também pode explicar o xingamento de “covardes” proferido por Réchia contra estes, já que estes apesar de concordarem com a reivindicação não participaram da greve. Porém o fato de ter havido uma paralisação da produção foi condenado pelo prefeito, pelos chefes de polícia e por todos os vereadores excetuando os dois comunistas já mencionados anteriormente.

Isso demonstra um quadro partidário que se relaciona com o mundo do trabalho, pois o partido majoritário possui vínculos orgânicos com o movimento sindical da cidade, mesmo que dentro dos limites da ordem e tranquilidade.

## **2.2. Protesto operário**

O principal motivo das mobilizações de 8 de março foi o repúdio à entrada de navios de bandeira estrangeira no interior da Lagoa dos Patos para atracarem no Porto de Porto Alegre, o que tirava postos de trabalho do Porto de Rio Grande e segundo os comunistas, principais organizadores das manifestações, feria a

soberania nacional.<sup>32</sup> Isso vinha sendo debatido por diversos setores da sociedade riograndina via imprensa, como fica nítido em inúmeras matérias publicadas nos jornais locais *Rio Grande* e *O Tempo* nos meses de janeiro e fevereiro daquele ano.

A manifestação foi desencadeada por uma assim chamada “Comissão de Unidade”, possivelmente construída pelos comunistas. A pauta de reivindicações foi sendo ampliada, com reivindicações específicas de trabalhadores de algumas empresas, referentes a diminuição de carga horária, segurança do trabalho, entre outras questões, isso para agregar mais categorias de trabalhadores à greve, na medida em que um piquete ia passando nas fábricas. As principais reivindicações eram: contra a entrada dos navios, contra o imposto sindical, contra a lei de segurança nacional, por aumentos salariais e pela reincorporação de João Aquino ao serviço público municipal.<sup>33</sup> É necessário mencionar que estas bandeiras de luta são bastante vinculadas ao que os comunistas defendiam prioritariamente na época, fora a questão da entrada dos navios que era pauta local, o que leva a entender que estes possuíram presença marcante na organização da greve a ponto de direcionarem boa parte da pauta de reivindicação da mesma.

Em fevereiro, já se podia perceber a mobilização de algumas categorias em virtude da busca de aumentos salariais, com a formação de comissões de trabalhadores pró-aumento e o chamamento de um comício, como informa esta nota publicada a pedido da Coligação dos Ferroviários pró-reivindicações de Rio Grande:

Colegas! Nesta hora difícil que atravessa nossa laboriosa e abnegada classe não é possível permanecermos de braços cruzados, indiferentes aos sacrifícios e duras necessidades que atingem nossas esposas e filhos, devido aos miseráveis salários que percebemos. Cumpre, portanto, como um imperativo de nossa consciência de homens cumpridores de seus deveres, lutarmos com desassombro pela conquista do sagrado direito de uma vida humana descente. É esse direito que na prática nos é negado, podemos conquista-lo através da nossa sólida união. Devemos, por isso, estar vigilantes contra as manobras divisionistas dos que nos querem ver desunidos e, acima de nossas divergências políticas e ideológicas, dar-mo-nos as mãos fraternalmente. Recomeçando com renovada energia a luta pela conquista do mínimo indispensável a uma vida menos dura, será realizado no dia 24 do corrente, patrocinado pela Coligação, um comício de unidade, com a participação de todas as Comissões Pró Abono, existentes nesta cidade. Será esta uma oportunidade para os trabalhadores demonstrarem em praça pública a verdadeira situação em que vivem e através da solidariedade proletária manifestarem a sua decisão inabalável de lutar por este objetivo em comum, acima de suas divergências pessoais. A Coligação, que lutará intransigentemente pela conquista desta justa e humana reivindicação da classe ferroviária, espera o apoio de todos os companheiros a esse grande comício do dia 24 do corrente.<sup>34</sup>

<sup>32</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 09/03/1949.

<sup>33</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1949. Op. cit. p. 69 e 70. (depoimento de Antônio Réchia)

<sup>34</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 22/02/1949.

Além desta convocação dos trabalhadores para o comício, foram publicados na mesma nota os telegramas enviados pela categoria ao Governador do Estado, Assembléia Legislativa e Diretor da Viação Férrea, em que expressaram os motivos da inquietação e pediam soluções. Como exemplo, pode-se ler no telegrama ao Governador o seguinte:

Exmo. Sr. Governador do Estado.  
 Reunidos Assembléia Geral Extraordinária ferroviários núcleo Rio Grande decidiram vir presença V. Excia. Através seu órgão classe dizer que aumento acabam receber nada melhorou grave situação econômica se encontram.[sic]  
 Não ganhando maioria suficiente para uma vida humana decente consideram indispensável urgente integração abono emergência cr\$500,00 per capita mínimo capaz permitir-lhes esperar prometido reajustamento salários.[sic]  
 Comunica seus deveres e direitos, não medindo sacrifícios desempenhos suas tarefas bem servir coletividade, ferroviários estão convictos V. Excia. Compreendendo seja impossível prolongar-se tal situação providenciará sentido atender imediatamente sua justa e humana reivindicação.<sup>35</sup> [sic]

Nada se divulgou na imprensa sobre o comício de 24 de fevereiro, apenas que o funcionário municipal de bondes João Aquino, que era comunista, foi afastado de seus serviços por ter proferido discurso naquele dia, o que também foi usado como um dos motivos da mobilização de 8 de março. Um elo de ligação perpassa estas duas mobilizações: a presença dos comunistas tanto na organização como na sua execução.

As mobilizações de 8 de março tiveram início no porto local pela manhã, quando comissões de aproximadamente 200 pessoas<sup>36</sup>, saíram em caminhada visitando as principais fábricas e oficinas, chamando outros trabalhadores a aderirem ao movimento paredista. Conforme *O Tempo*, “Os trabalhadores do Porto, da Viação dos Bondes e das Fábricas, fizeram uma passeata de protesto contra a navegação estrangeira nos canais do interior”.<sup>37</sup>

Como já observamos, o principal foco da manifestação foi contra a navegação estrangeira em águas internas e, portanto, envolveu os trabalhadores do porto. Porém, nos depoimentos das testemunhas no processo-crime movido contra alguns organizadores da manifestação, pode-se saber que, ao passarem nas fábricas, os manifestantes iam agregando outras reivindicações das categorias que estavam a chamar para a passeata.

<sup>35</sup> **Rio Grande**. Rio Grande, 23/02/1949.

<sup>36</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1949. Op. cit. p.18 e 19.

<sup>37</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 09/03/1949.

A respeito da extensão da mobilização, o jornal *O Tempo* do dia 9 de março refere-se a “enorme multidão”; já nas páginas do *Rio Grande* do dia seguinte, lê-se a informação de que, durante a manifestação, aproximadamente 4 mil operários estiveram paralisados. Estes dois jornais possuíam interesses na diminuição do impacto do movimento, como se verá adiante, devido à linha política que seguiam.

A passeata iniciou por volta das 8 horas da manhã com a paralisação dos trabalhos no porto, após isso os manifestantes fizeram o seguinte roteiro: Oficinas da Viação Férrea, fábricas Reigantz, Poocker(charutos), Kova, Galpão dos Bondes da Prefeitura, Rádio Riograndina, fábrica Leal Santos e escritórios da fábrica Cunha Amaral. A finalização da passeata ocorreu em frente a Prefeitura Municipal. Embora não se tenha plena certeza da ordem de passagem em um ou outro estabelecimento, estes foram os principais lugares que foram paralisados pelo protesto.

Para ilustrar como os fatos ocorreram naquele dia será descrito a seguir alguns exemplos dos depoimentos de gerentes dos locais visitados pela passeata que convocava os trabalhadores a aderirem à greve.

O chefe da oficina da Viação Férrea em Rio Grande, o Engenheiro Civil Dary Pedro Piccini, relatou que, as 8 horas e 30 minutos, as oficinas foram invadidas por uma multidão de mais ou menos umas 200 pessoas. Os manifestantes percorreram várias seções e soaram o apito “típico”, dando sinal para que o pessoal largasse o trabalho. Os “invasores” percorreram as seções convidando outros trabalhadores a largarem o trabalho gerando uma confusão. Vários largaram o serviço e não tinha como apontar quais foram. Completa afirmando que largaram o trabalho devido a coação exercida pelo elevado número dos invasores. Denunciou que quem tocou o apito foi o ferroviário aposentado Alexandre Doral Reis (conhecedor do sinal para soltar o serviço), que conduzia a manifestação ao lado do vereador Antônio Réchia.<sup>38</sup>

Outro exemplo interessante foi a ação dos manifestantes na Cia União Fabril, sobre a qual o Gerente Auxiliar, o Engenheiro Agrônomo Oscar Luiz Osório Reigantz, declarou no mesmo processo o seguinte: às 8 horas e 45 minutos, foi chamado pela gerência devido ao fato de estarem se dirigindo para fábrica, vindo pela oficinas da Viação Férrea “uma grande multidão desfraldando a bandeira nacional”. Em vista disso o chefe do escritório telefonou para Delegacia de Polícia

---

<sup>38</sup>RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1949. Op. cit. p.18 e 19.

pedindo instruções e que esta aconselhou calma para evitar qualquer conflito, pois a delegacia ainda não estava a par das intenções dos organizadores das manifestações. Uma comissão de manifestantes se dirigiu ao depoente, composta por quatro pessoas e liderada por Antônio Réchia, que explicou o motivo da manifestação devido a entrada dos navios e que era liderada pelos operários do porto que pediam o apoio de todo o operariado, solicitando à gerência da fábrica a liberação dos trabalhadores. Seguindo as orientações policiais para evitar atritos a gerência mandou soar o apito convencional de fim de expediente. Disse que a maioria dos operários se retiraram da fábrica a contra-gosto e que a multidão era constituída por mais de 500 pessoas, que estavam em frente a fábrica para exigir a sua paralisação.

Algo bastante peculiar é que após o término do depoimento, o delegado solicitou a reabertura do mesmo para uma declaração final do depoente em que este afirmou o seguinte:

Que antes de receber a comissão de manifestantes, indagara da Delegacia de Polícia, se essa podia fornecer os recursos necessários afim de garantir o patrimônio do estabelecimento no caso de um assalto e depredação à fabrica, assim como medidas asseguratórias à liberdade de trabalho de seus operários, tendo obtido a resposta de que a polícia no momento não dispunha desses recursos; que a deliberação da cessação das atividades do estabelecimento foi motivada por esta falta de garantias do Poder competente e em face da atitude hostil da turba de manifestantes[...] Também procurou o Comandante da Unidade da Brigada Militar solicitando efetivo para assegurar o trabalho da tarde, recebendo a resposta de que a Brigada não dispunha de efetivos para atender tal pedido.<sup>39</sup>

Além destes exemplos citados, sabe-se que outras fábricas pararam sem que qualquer manifestação tivesse chegado à sua frente. Devido à falta de policiamento alguns gerentes de fábricas temeram piquetes que depredassem o patrimônio ou que cometessem violências físicas e liberaram seus empregados ao saberem da manifestação. Exemplos disso são a fábrica Manoel Pereira de Almeida & Cia e os frigoríficos Cunha Amaral e Cia e Anselmi e Cia.<sup>40</sup>

No Anselmi, o gerente José Ferreira dos Santos declarou em depoimento que:

[...] percebeu o depoente, logo que seus empregados iniciaram o serviço no dia acima referido, que havia uma certa indisposição dos mesmos para o trabalho, os quais permaneciam em grupos de cinco e seis, no interior do estabelecimento; que o depoente havia recebido um telefonema onde lhe comunicavam que os operários da Cia. União Fabril e da Viação Férrea, haviam abandonado o serviço e

---

<sup>39</sup> Ibidem. p. 21-22.

<sup>40</sup> Ibidem. p. 106.



estavam em greve[...] Dirigiu-se ao interior da firma e disse que os que estivessem solidários ao movimento poderiam sair e que os que quisessem ficar trabalhando ficassem, e nenhum saiu, mas continuaram a trabalhar com indisposição.<sup>41</sup>

É interessante pensar no significado do patrão ter liberado do serviço mesmo sem o piquete ter ocorrido, apenas pelo receio que ele chegasse até sua empresa. Isso demonstra uma insegurança dos empresários em relação aos grevistas, pois sabiam da capacidade de mobilização dos trabalhadores e ao consultarem a polícia e verem que esta estava desprevenida, não se arriscaram a enfrentar a greve sozinhos, o que visivelmente aponta uma incapacidade destes em fazê-lo. Fica demonstrado aí que a tarefa do controle social dos trabalhadores para os empresários, estava sob responsabilidade do Estado, da polícia no caso, o que indica de que lado exatamente estes estavam, ao realizarem para o capital privado um serviço com a estrutura pública, paga pelo dinheiro de impostos, inclusive dos operários que iriam ser reprimidos a seguir.

Ao mesmo tempo fica em aberto o fato de nenhum trabalhador ter se retirado o que pode não ser verdade. Uma hipótese plausível é que o gerente tenha declarado isso apenas para evitar o interrogatório de algum empregado seu pela polícia, ou no caso de ser verídica a informação, demonstraria o não apoio dos operários à manifestação, ou o medo dos operários em sofrer represália pela participação no protesto. E se levarmos o depoimento ao “pé da letra” é esta última hipótese a mais provável.

Ou ainda como no caso da Firma Manoel de Almeida & Cia. Ltda., estabelecida em Rio Grande com uma fábrica de conservas. Um dos sócios-gerente, Justino de Felipe, declarou em depoimento que pelas 9 horas foi ao centro da cidade a serviço do estabelecimento, e que ali ficou sabendo da greve e voltou rapidamente a sua fábrica mandando fechar os portões desta, mas quando entrou nela notou que a seção de “latoaria” estava paralisada e sem nenhum operário trabalhando nela. Recorreu ao chefe da mecânica a fim de saber o que estava acontecendo, quando ficou sabendo que o motor da seção havia sofrido um “desarranjo e que ficaria pronto só na parte da tarde” e que os operários das outras seções da produção, quase em sua totalidade mulheres, seguiam trabalhando normalmente. Seus operários guiavam-se pelo apito da Fábrica Leal Santos, tanto na entrada como na saída do serviço. Naquele dia, às 10 horas 40 minutos o apito

---

<sup>41</sup> Ibidem. p.14.

tocou e os operários começaram a largar o serviço, só que o depoente notou que o apito havia soado 20 minutos antes do horário certo, chamou a atenção dos operários que não estava na hora de soltarem, mas ao mesmo tempo refletiu sobre o movimento grevista e resolveu dispensar os empregados. Os manifestantes não foram até a sua fábrica, mas deixou bem frisado que só liberou os trabalhadores antes por temor de qualquer medida contra o estabelecimento.<sup>42</sup> Não podemos saber se o ocorrido no motor foi sabotagem ou um acaso, mas também ele não comenta nada sobre os operários da seção, que não estavam dentro da fábrica.

Não se encontrou nos jornais, neste período, maiores informações a respeito das opiniões ou ações dos empresários ou gerentes de indústrias e comércio sobre a greve de 8 de março de 1949. Apenas no *Rio Grande* de 12 de março, em texto escrito por um Wadie Salomão, de quem não há maiores informações a não ser que escrevia com frequência para este jornal. Sobre a manifestação, existe a citação de uma frase atribuída “a pena brilhante do ilustre líder das classes conservadoras de nossa cidade Sr. Armênio de Souza [que] assim descreveu” [as manifestações]:

Pouco compacta na quantidade dos que a compunham (a multidão), era volumosa, porém, no transbordamento de lamentáveis sentimentos irrefreáveis que faziam-na vibrar de rancor, estremecer de raiva, agitar-se pelos veementes impulsos de vindita, marchando ao amparo de dísticos encubridores dos verdadeiros fins da manifestação.<sup>43</sup>

Neste pequeno fragmento fica explícita uma visão de que a manifestação possuía um sentido quase animalesco e irracional. Os “irrefreáveis”, que estremeceram de “raiva”, que marchavam encobrendo verdadeiros objetivos. Quais seriam estes “verdadeiros fins”, para os empresários? Seria o uso das manifestações pelos comunistas, para desestabilizar a ordem?

Certamente os comunistas estavam na manifestação também para desgastarem politicamente os governos, pois como já se viu este era o tipo de atuação que adotaram no período, mas além disso, não se pode ignorar a sinceridade do apoio dos comunistas ao objetivo central das manifestações, que era impedir a entrada dos navios estrangeiros na Lagoa. Estes não eram elementos de fora do movimento operário, oportunistas que atuavam apenas quando lhes convinha, mas eram trabalhadores, militantes e construtores do movimento que em determinados momentos, por estarem atuando em conjunto e organizadamente, apesar de serem minoria, conseguiram fazer com que a sua ideologia se

---

<sup>42</sup> Ibidem. p.25.

<sup>43</sup> **Rio Grande**. Rio Grande, 12/03/1949.

evidenciasse, recebendo apoio de outros operários e agindo em conjunto com outros grupos de militantes, também por outras reivindicações.

Voltando às fontes do processo-crime, todos os depoimentos de empresários conduzem a uma interpretação que condena a greve, pelo fato dela ter paralisado a produção, gerando prejuízo pela “violência” e “agressividade” da “turba” que chegava em frente às fábricas exigindo a paralisação e por último também incluem uma reclamação contra o Estado, que era a falta de efetivo policial para conter os manifestantes, subentende-se que através do uso da força. Isso já ficou demonstrado em citações anteriores, em que aparecem as falas de alguns gerentes de produção, deixando nítido que foram feitos contatos com a polícia e que própria orientou o fechamento dos estabelecimentos por falta de garantias, o que visivelmente deixou-os irritados.

Ampliando este tema, se abordará outros dois depoimentos de empresários sobre a manifestação. Carlos Antônio [...], economista e Diretor Gerente da Cia. Fiação e Tecelagem de Rio Grande, declarou<sup>44</sup> que às 9 horas e 15 minutos aproximadamente, uma multidão em passeata organizada parou em frente a fábrica, que o depoente dirigia, em grande gritaria. O depoente já estava prevenido de que algo anormal havia começado na cidade nos meios operários, pois havia presenciado, minutos antes, a passagem daquela multidão e direção a Viação Férrea. Em decorrência disso, solicitou que seu subordinado telefonasse para Cia União Fabril procurando saber mais informações. Obteve a informação de que em poucos minutos cessariam os trabalhos nesta “[...]em virtude da multidão exaltada e que em altos brados exigia a paralisação dos serviços”. Simultaneamente a isso o depoente declarou ter ouvido o apito de fim de expediente da Viação Férrea. Quando a multidão chegou a sua fábrica, sabia que teria de paralisar o trabalho, o que já havia comunicado aos mestres de setores. Ao ser procurado por uma comissão de 5 manifestantes desconhecidos, afirmou que atenderia a exigência de parar a produção por não ter outra alternativa

[...]em face daquela manifestação violenta que estavam levando a efeito frente a fábrica; que, a violência daquela manifestação foi caracterizada pelos brados e gritaria da multidão que concomitantemente, batia nas portas, janelas e portões da fábrica, que também, a decisão da direção do estabelecimento foi motivada pela falta de garantias, em face da ausência absoluta de vigilância e proteção policial.

---

<sup>44</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1949. Op. cit. p. 23-24.

Também declarou que as mulheres, em torno de 400 operárias, ficaram com receio de saírem ao pátio da empresa e que, quando o portão foi aberto, saíram primeiro os homens e em seguida as mulheres sendo recebidos pelos manifestantes com “saudações tipicamente comunistas, braço direito levantado com o punho cerrado”. Acusa também a presença da bandeira nacional, como se isso fosse um desrespeito com o símbolo da nação por este estar envolvido em uma agitação.

No depoimento se pode perceber bem explicitamente os elementos já mencionados acima além de outros que também servem para condenar a passeata: o fato das mulheres terem medo de se juntarem aos manifestantes, como se fosse um perigo à integridade feminina a participação nesta, embora nas fotos da manifestação, como as que seguem, se note a presença de inúmeras mulheres. E também a denúncia de comunistas estarem empunhando a bandeira nacional, o que é mencionado em outros depoimentos e é tratado pela polícia como um desrespeito, como se estes não fossem brasileiros, pois pela lógica da Guerra Fria, os comunistas seria agentes de Moscou, por isso inclusive o PCB havia sido fechado.



(Fig. 1 e 2): Fotos da manifestação de 8/3/1949. Fotógrafo ignorado.  
As fotos estão no processo-crime aqui citado.

Não se pode ter muitas dúvidas a respeito da parcialidade na condução destes depoimentos pelos policiais. Apesar das perguntas aparecerem transcritas poucas vezes, as falas dos depoentes teimam em expressar sempre as mesmas coisas, o que indica um roteiro de acusação que estava sendo construído pela polícia e que foi induzido aos depoentes ratificarem, através de um “fio lógico” de perguntas sobre a manifestação que invariavelmente passava pelos mesmos assuntos: falta de policiamento, quem coordenava as manifestações e como elas pararam a fábrica, ou local de trabalho. Variando apenas a ordem, como fica explícito também neste próximo depoimento<sup>45</sup>: Carlos Cunha Amaral, sócio-gerente da firma Cunha Amaral & Cia., estabelecida com fábrica de conservas em Rio Grande, pelas 10 horas se dirigia ao escritório de sua empresa na General Osório, 484 quando se deparou com manifestantes na entrada do estabelecimento que gritavam “Esta casa não tem chefe! – Fecha”. Ao entrar na empresa, o depoente disse que foi abordado por dois cidadãos que solicitaram a permissão para que seus funcionários entrassem na manifestação, então afirmando que:

[...]percebendo a impossibilidade de contrariar a vontade dos manifestantes, disse o depoente aos dois indivíduos [...] que os empregados que quisessem podia acompanhar a passeata, pois que dava a permissão.

É importante notar que o depoimento também enfatizou a impossibilidade de contrariar a vontade dos manifestantes, “em face da força numérica dos mesmos constituir uma ameaça ao estabelecimento e à própria pessoa do depoente”.

Em poucas palavras, o roteiro pré-definido de incriminação se repete, a única diferença é que nestes dois últimos depoimentos não se reconhecem os organizadores, o que vai ser apontado em outros depoimentos. Desta forma os patrões, em colaboração com a polícia, foram construindo uma idéia de que os comunistas estavam perturbando a ordem na cidade, o que se resolveria com a presença de maior efetivo policial. Isso fica implícito em todos depoimentos patronais quando afirmam que só fecharam as fábricas devido à falta de garantia da polícia e por intimidação dos manifestantes contra os gerentes.

Boa prova disso é o depoimento de Oscar Luiz Osório Reigantz[sic], já citado, que após finalizado, o delegado pede para reabri-lo somente para que o depoente acrescentasse que só fechou a fábrica porque pediu ajuda para a polícia o que lhe foi negado pela falta de contingente.

---

<sup>45</sup> Ibidem. p. 12-13.

Não há como afirmar com toda a certeza isso, mas se pode especular sobre envio de reforços para Rio Grande após este ocorrido. Ao mesmo tempo, a atitude tomada pela polícia em 1950 e 1952 já é mais radical, como se verá a seguir. Porque tal diferença de atitude em tão pouco tempo? Parece ter havido uma mudança de orientação com o aumento de efetivo. Até que ponto os empresários tiveram participação e influência nisso?

Os exemplos acima visaram, principalmente, mostrar como a greve modificou a rotina da cidade, inclusive nas fábricas em que a manifestação não chegou. Isso torna, de certa forma, incalculável o alcance do protesto. No entanto, é necessário pensar mais sobre o fato de ocorrer a paralisação mesmo sem a pressão dos manifestantes, o que demonstra uma força do movimento operário da cidade, que era capaz de obter respeito dos gerentes e patrões, exatamente por não duvidarem da capacidade dos manifestantes em realizar a paralisação do serviço a força, se fosse o caso. Isso fica explícito nos depoimentos quando se afirma que devido a ausência da polícia, não se poderia garantir a continuação da jornada de trabalho, ou quando se afirmou que mesmo sem ter havido piquete, os empregados foram liberados. Este elemento, além de desnudar o automatismo do Estado em sair na defesa da burguesia, como já se analisou anteriormente, demonstra uma experiência acumulada de greves operárias fortes na cidade, um dos fatores da formação da classe operária riograndina(Loner, 2001a) e que, pelo que se apurou, continuava sendo no período um instrumento de luta importante dos trabalhadores, pois era temido pelos empresários, o que é um pressuposto mínimo para o protesto. Se uma greve ou manifestação, não demonstrar força, não for temida de alguma forma, se não tiver a possibilidade de causar prejuízos, não há porque os patrões ou Estado negociarem.

As declarações dos empresários são fontes esclarecedoras sobre o protesto, pois ao combater o ato, demonstram todos os possíveis problemas que ele poderia trazer, diferente das fontes provenientes dos relatos operários em que o protesto é em geral descrito de forma positiva. Isso nos propicia uma fonte rica, capaz de servir para abordar questões mais ligadas ao ato militante em si: como eles paralisaram a produção, como ocorreu o diálogo com o patrão, como os operários reagiram, entre outras possíveis questões.

Estes dados ampliam a perspectiva de análise de um protesto, pois ele passa a ser entendido mais como fruto da ação humana plural, e principalmente as greves,

podem ser analisadas mais detalhadamente. Dados como estes contribuem para desfazer o simplismo de as descrever apenas como ação de grupos organizados, ou como resultados de conjunturas adversas, sem perceber o trabalho necessário para uma ação grevista ou seu exato significado. Sem esta perspectiva protesto torna-se apenas mais um dado na conjuntura, quando ele é também um episódio formador de experiências, opiniões, ideologias, militantes, e principalmente formador de classe, no qual os operários em relação direta de luta com seus antagonistas, formam sua própria consciência, processo esse que Thompson sintetizou no conhecido parágrafo

[...] as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. (THOMPSON, 2001, p.274)

Voltando a descrever como ocorreu o protesto em si, após as primeiras horas de paralisações de fábricas e outras atividades, a passeata seguiu rumo à prefeitura, onde se pretendia dialogar com o prefeito municipal Miguel Moreira, o que não foi possível por este estar ausente. No entanto, os manifestantes ocuparam o “balcão municipal”, ou seja as sacadas e janelas da Prefeitura de onde proferiram discursos, instalando no local um comício.<sup>46</sup>

O uso do balcão foi autorizado pela liderança do PTB na Câmara de Vereadores, o vereador Carlos Lórea Pinto, que na ausência do prefeito e de outros vereadores tomou a atitude, pois a Câmara funcionava no mesmo prédio da Prefeitura. Dias depois ele afirmou em seu depoimento que Antônio Réchia dissera em seu discurso que o prefeito deveria ser “deposto”, o que era uma acusação grave em face do processo que corria contra os manifestantes.<sup>47</sup>

Ali discursaram os vereadores Vespasiano Correa, Antônio Réchia e Osmar Ladeira(suplente), todos comunistas que no momento estavam no PSP e Nilo Fonseca, do PSD, que era de orientação getulista, mas sem vínculos orgânicos com o movimento operário neste momento.

Também falaram os operários Palmor Martins e Antônio Barros, “os quais abordaram problemas das classes que representam, para em seguida se

<sup>46</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 09/03/1949.

<sup>47</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1949. Op. cit. p.39-40.



dispersarem na melhor ordem”.<sup>48</sup> Palmor Martins era estivador do porto e comunista. Possivelmente deve ter abordado em sua fala a questão da entrada dos navios na Lagoa, isso por conta de sua situação profissional<sup>49</sup>; Antônio Barros era o presidente da Coligação dos Ferroviários Pró-reivindicações e ex-presidente do Movimento Unificador dos Ferroviários (MUF) em Rio Grande, no ano de 1946, entidade da qual um dos principais articuladores era Manoel Réchia, reconhecidamente um dos principais líderes do PCB na cidade e irmão do vereador comunista Antônio Réchia.<sup>50</sup> O MUF era um dos núcleos do Movimento Unificador dos Trabalhadores(MUT), que foi uma união sindical proposta pelo PCB a partir de 1946.

Na noite do dia 8 de março, após as passeatas, foi realizado na sede da SUO uma assembléia da Comissão de Unidade afim de discutir os próximos movimentos e definiu-se que se em 48 horas o prefeito não tomasse providências em relação à suspensão de Aquino e em relação aos navios estrangeiros, se iniciaria uma greve geral na cidade. Como os próprios organizadores disseram, “foi dado um ultimato ao prefeito”, que nada precisou fazer a respeito, pois o fato não se consumou.<sup>51</sup>

Ou por eficiência da polícia ou por pura ausência de planejamento para a continuidade dos atos por parte dos manifestantes, caso houvesse alguma prisão, não se tem notícia alguma de tentativas de prosseguimento do movimento no dia 9 de março, apesar disso ter ficado combinado na assembléia operária.<sup>52</sup> A produção estava garantida novamente!

A acusação, durante o processo, afirmou que a greve só não se prolongou devido às “medidas enérgicas de prevenção tomadas pela Chefia de Polícia do Estado, com a prisão dos agitadores responsáveis”, como se demonstrará adiante.<sup>53</sup>

Já no dia 10 de março o trabalho voltou ao normal, tendo a polícia aumentado o efetivo a fim de assegurar a entrada dos trabalhadores nas fábricas.

Depois de um dia de expectativa geral, despertada pelo movimento coletivo grevista de protesto de terça-feira última, quando cerca de 4.000 operários de várias atividades suspenderam o seu trabalho, a cidade voltou ontem a sua vida normal, reiniciando as fábricas o seu movimento regular.

<sup>48</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 09/03/1949.

<sup>49</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1949. Op. cit. p. 156.

<sup>50</sup> **Rio Grande**. Rio Grande, 02/03/1946.

<sup>51</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1949. Op. cit. (estas informações podem ser lidas em vários depoimentos deste documento, principalmente no de operários que participaram e dirigiram a assembléia na SUO)

<sup>52</sup> Esta informação é confirmada também em depoimentos de operários presentes na Assembléia da SUO, como exemplo o de Alberto Mariano Abrantes em: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1949. Op. cit. p. 45.

<sup>53</sup> *Ibidem*. p. 5.

A ordem foi integralmente mantida, graças a serenidade e indormida vigilância da nossa polícia, tendo os Sr. Dr. Uyracaba Salvado e Ewaldo Miranda, respectivamente Delegado Regional e Delegado de Polícia, desenvolvido intensa atividade naquele sentido, mantendo contato ininterrupto com os comando da Guarnição Federal e do Batalhão de Guardas da Brigada Militar e com o Coronel Chefe de Polícia em Porto Alegre.<sup>54</sup>

Vários manifestantes foram presos pela polícia em decorrência da greve. Não se sabe ao certo quais e nem o total de pessoas, mas os processados oficialmente pela greve foram Euclides Pinto, Aldovar Mattos, Antônio Réchia, João Aquino, Alexandre Doral Reis, Manuel Réchia e Palmor Martins. No dia 20 de março uma matéria do *O Tempo* informou a libertação dos detidos e a volta dos vereadores Antônio Réchia e Vespasiano à Câmara, estes que segundo o jornal haviam sido presos devido sua liderança no movimento grevista que suspendeu a produção em fábricas, o que foi enquadrado como crime.

O processo, movido contra as pessoas consideradas líderes da greve, estendeu-se até 1952. Confirmando a afirmação da imprensa, as principais acusações foram de que todos processados eram comunistas e estavam a frente das manifestações do dia 8 de março. Foi afirmado que a manifestação “escondia por trás de reivindicações operárias os reais objetivos dos comunistas” que era o de irem contra a

[...]demissão e respectivo inquérito administrativo do funcionário municipal, comunista, João Aquino, em favor do qual sua organização partidária se propôs intervir, tentando ampara-lo num verdadeiro desafio o poder público e às instituições vigentes, com a mobilização geral do proletariado, embora, para tanto, se houvesse de perturbar a ordem jurídica com perniciosos reflexos na organização do trabalho.<sup>55</sup>

Também foi declarado que o movimento escondia por trás outras reivindicações, como fica evidente na citação a seguir.

[...] deflagrou seguir o movimento que, aparente e enganosamente, parecia, traduzir uma reivindicação, qual seja a ida dos navios estrangeiros a Porto Alegre, mas que na realidade era a expressão de outras reivindicações – combate a Lei de Segurança Nacional, aumento de salário, imposto sindical e outras – com as quais, só assim, se conseguiria a participação indistinta do operariado de Rio Grande, arrastando-o a uma luta de classes nos moldes preconizados nos planos de ação comunista, no sentido de ferir a estabilidade do regime.<sup>56</sup>

O processo informa que reuniões ocorreram na SUO e que seria dado um “ultimato” de que se o poder público não “capitulasse em 48 horas” os operários

<sup>54</sup> **Rio Grande**. Rio Grande, 10/03/1949.

<sup>55</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1949. Op. cit. p. 2.

<sup>56</sup> *Ibidem* p.2-3.

iriam entrar em “confronto” direto com esse. Dá a entender um plano de “levante”, mas isso não tem comprovação alguma, e pode não passar de uma falsa informação para legitimar a violência. Além disso, a deliberação tomada na SUO foi de uma greve geral e não da tomada do poder local.

Descreve que a passeata começou pelo porto com os processados a frente, conduzindo estivadores, que começaram a passar em “estabelecimentos industriais e de serviços públicos”, paralisando-os, pelo “emprego da violência”. E cita como principal exemplo o que ocorreu na

Viação Férrea do R. G. do Sul, cujas oficinas foram arbitrariamente invadidas, tendo o denunciado Alexandre Doral Reis se apoderado ilegalmente e feito soar o apito característico de imediata paralização do trabalho; na Rádio Cultura, que teve seus estúdios igualmente invadidos pelos denunciados – Antônio Réchia, Palmor Martins, João Aquino e Aldovar Mattos; na firma Cunha Amaral & Cia. Em frente da qual se ouviam da multidão gritos de ‘Esta casa não tem dono. Fecha!’; na Cia. União Fabril, onde a cessão das atividades foi um imperativo do temor de represálias da turba exaltada, aliado a certeza de não se poder contar com garantias da autoridade pública; na Cia. Fiação e Tecelagem, a qual se pediu em altos brados, com batidas nas portas, janelas e portões, a paralização do trabalho, saudando-se a maneira comunista os operários que aderiam.<sup>57</sup>

Ao final da acusação contra os manifestantes por causa da passeata do dia 8 de março, a relatoria chega a conclusão de que não houve “atentado contra a liberdade de trabalho”, pois comissões entraram nas fábricas para negociarem com os patrões e quando estas foram convidadas a se retirar, assim o fizeram, como foram realmente os casos de várias fábricas e da Oficina dos Bondes da Prefeitura Municipal. As fábricas pararam mediante a orientação da polícia, pela falta de contingente para impedir uma manifestação daquelas proporções.<sup>58</sup>

Pelo conteúdo da acusação e tom do texto escrito de maneira incriminatória, como se o principal problema da manifestação fosse a intenção comunista de praticar ilegalidades, pode-se avaliar que o teor geral do ataque dos setores conservadores de Rio Grande foi exatamente o uso do anticomunismo como maneira de deslegitimar a manifestação, as reivindicações e os militantes envolvidos no processo.

Algo importante que se buscará responder no decorrer deste texto é: como foi utilizado este anticomunismo? Que anticomunismo é esse? E principalmente, quais seus objetivos?

---

<sup>57</sup> Ibidem. p. 4.

<sup>58</sup> Ibidem. p. 127.

Quanto ao resultado final do processo, os manifestantes foram enquadrados na lei de regulamentação de greves de março de 1946, mas lembra que a greve estava garantida como direito constitucional. Vai a seguir a sentença: Primeiro ponto debatido foi se havia ocorrido "constrangimento, mediante o emprego de violência ou grave ameaça" para a paralisação do trabalho. Sobre isso foram inocentados, pois ficou nítido nos depoimentos dos próprios patrões que a comissão negociava com eles a liberação dos trabalhadores, e que não cabia analisar se isso havia ocorrido devido a falta de policiamento coercitivo; Segundo ponto, sobre a invasão da Viação Férrea. Foi considerado como paralisação violenta do trabalho, com comando arbitrário ao soarem o apito. Além disso a regulamentação de 1946 proíbe a greve no setor público; Terceiro ponto. Diz que não houve invasão de domicílio nem mesmo na Rádio Cultura.

Antônio Réchia foi acusado de ter provocado a paralisação da Viação Férrea, junto com Alexandre Doral Reis, com a acusação de ter soado o apito. Manoel Réchia, teve menor influência devido aos depoimentos que o protegeram. A sentença final foi a de multa para os três acusados e prisão de uma ano para Antônio e Aldovar, e de oito meses para Manoel. Sobre Euclides Pinto, foi apresentado atestado de óbito, pois este foi um dos mortos na Linha do Parque em 1950, episódio o qual se abordará a seguir. O veredito final deste processo deu-se em 27 de março 1952.

Porém o acusado Manoel foi liberado da prisão por prescrição e os dois outros ficaram livres mas em condicional, devido a falta de antecedentes criminais e por terem empregos e residências fixas. Os acusados recorreram, mas não se encontrou o resultado.

Já a visão repressiva da polícia em relação as manifestações, o que também serve para nos informar sobre esta, fica explicitada, em parte, em um documento incluso no processo de acusação aos manifestantes, que teriam liderado o movimento. Isso informa a respeito do anticomunismo policial naquele momento. Quem assina o documento é o delegado de polícia Oscar Alfredo Klein.<sup>59</sup>

Ele abre o texto da seguinte forma:

No dia 8 do corrente mês de março, esta cidade de Rio Grande foi teatro de uma manifestação **tipicamente comunista**<sup>60</sup> de gigantescas proporções e que teve como consequência a paralisação de todas as atividades industriais riograndinas.

<sup>59</sup> Ibidem. p. 9-12. (as citações a seguir provém deste documento)

<sup>60</sup> Os destaques em negrito a seguir são todos meus, afim de salientar a visão do policial sobre os manifestantes.

Afirma que a preparação prévia da “**perturbação**” ocorreu já no dia 7 de março quando a diretoria da Associação Profissional dos Servidores Públicos Municipais, “sob o pretexto de protestar contra a suspensão do operário João Aquino”, promoveu uma paralisação de duas horas dos funcionários das oficinas da Diretoria de Transportes. Sobre esta bandeira de protesto se acresceu a pauta da entrada dos navios, contra o imposto sindical, contra a Lei de Segurança Nacional e outros. Coloca Antônio Réchia e seus “**asseclas**”, “**todos militantes do PCB**”, sob o “**rótulo**” de Comissão de Unidade, como os dirigentes da manifestação que saiu do Porto.

Em tom um tanto exagerado, narra os acontecimentos do dia 8 de março como se fizessem parte de uma verdadeira batalha de rua pelo controle da cidade, mas onde se sabe, que sequer um tiro foi disparado.

[...] partindo do Porto local, percorreu **todos** os estabelecimentos industriais, coagindo à paralisação de suas atividades, **invadiu** a oficinas da Viação Férrea do Rio grande do Sul onde também seus trabalhadores foram coagidos violentamente a paralisar os serviços todos, **tomou de assalto** os estúdios da Sociedade Radio Cultura Riograndina Ltda. e as sacadas da Prefeitura Municipal, **onde a semelhança de um verdadeiro movimento revolucionário**, os seus líderes, em oratória inflamada, teceram hinos e loas aquela retumbante vitória do proletariado riograndino.

Afirma ainda que naquela noite foi realizada uma assembléia “**monstruosa**” que entre outras resoluções a principal foi a seguinte: “Ou o prefeito capitula ante as imposições das massas ou todos os trabalhadores riograndinos entrarão em greve geral,” declarando que naquele momento a polícia local, já com reforço de Porto Alegre, “fez cessar as atividades daquela **turba desordeira e criminosa**, instaurando o devido inquérito policial, para a apuração das responsabilidades.”

Aqui não se pode ter dúvidas de que uma das faces do anticomunismo que atuou em Rio Grande provém da polícia, que elabora um imaginário sobre o movimento, criando um inimigo a altura, como se o PCB na direção dos operários estivesse às portas de tomar o poder, o que abre o precedente da polícia agir de forma física para inibir o movimento de trabalhadores, garantindo assim a ordem e tranquilidade para o bom funcionamento das indústrias e do porto, como se verá em mais detalhes logo a seguir.

### 2.3. Anticomunismo e repressão policial às manifestações operárias de 1949

Na manhã do dia 8 de março de 1949, quando foi iniciada a manifestação que resultou na paralisação da produção em várias fábricas, pode-se saber através dos depoimentos que constam no processo-crime relativo a este incidente, que vários responsáveis pelas linhas de produção, diante da presença de piquetes paredistas, entraram em contato com a força policial afim de requisitar proteção. Mas isto foi negado com a alegação de falta de contingente suficiente para fazer qualquer coisa em relação ao número de manifestantes envolvidos nas passeatas, como já foi exposto anteriormente.

O resultado disso foi a ocorrência da greve e da passeata, sem que se registrasse nenhum confronto entre a polícia e manifestantes. No entanto, algumas notícias publicadas na imprensa informam o reforço enviado à cidade para evitar a ocorrência de mais protestos.

Afim de cooperar com a polícia de Rio Grande, veio de Porto Alegre, uma turma de elementos especializados da polícia social e da chamada 'polícia de choque' que desenvolveram aqui grande atividade, tendo ontem realizado diversas e movimentadas prisões.<sup>61</sup>

Através da notícia sabe-se também que a principal atitude da polícia para dismantelar o movimento foi a prisão dos que foram considerados os principais líderes das manifestações. Essa ação poderia servir tanto para reprimir fisicamente a possibilidade da realização dos atos, se prendesse as pessoas certas, como para amedrontar outros que quisessem tomar o lugar à frente das manifestações, em substituição dos dirigentes presos.

Dia 10 de março, uma nota publicada na imprensa pela polícia, assinada pelo Delegado Regional de Polícia Uyraçaba Ballesté Salvado, avisava aos possíveis resistentes que

A delegacia Regional de Polícia, no intuito de esclarecer a opinião pública, informa que em conformidade com a Constituição somente são permitidas passeatas, comícios, ou outras manifestações populares, com a prévia autorização da autoridade policial.

Sem esta satisfação legal que permite oferecer as medidas de garantia necessárias, serão considerados comuns desordeiros, e portanto sujeito a enérgica repressão policial, todos aqueles que tentarem, sob qualquer pretexto, saírem a rua em grupos, em desfile público.

---

<sup>61</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 10/03/1949.

Em consequência, serão direta e pessoalmente responsabilizados todos aqueles que pretendam perturbar a ordem pública, em cuja garantia está a polícia, apoiada pela força militar, vivamente interessada.

De outro lado, e a partir do momento, estão terminantemente proibidas quaisquer manifestações em céu aberto, sem aquela prévia aprovação, que por sua vez dependerá ainda da aquiescência da Chefia de Polícia do Estado.

Cumpra-se.<sup>62</sup>

Nesta nota fica nítido o propósito da intimidação, com o uso de artifícios “legais” para justificar, inclusive se necessário, o emprego da força física contra os manifestantes, que se não foi usada desta vez, o será em 1950 e 1952, como veremos adiante. Ao mesmo tempo em que ocorria a intimidação, os instrumentos para a efetivação da repressão física também já estavam à disposição, como acusa a presença de efetivos da tropa de choque de Porto Alegre na cidade.

Esta intervenção da polícia era bastante vinculada a uma visão do anticomunismo, usado como maneira de justificar a repressão a qualquer tipo de manifestação operária, pois ao colocarem os comunistas como os principais articuladores, faziam crer que qualquer atitude mais radicalizada parecesse obra de “subversivos”. O delegado Klein, no seu já citado relatório, deixa nítido esta posição.

Outrossim, rogamos a V. Excia. Urgência na solução da presente representação, também como medida de **segurança da ordem pública, pois que estamos de posse de informações seguras de que os comunistas nos próximos dias tentarão mais uma vez subverter a ordem, dentro do plano maquiavélico engendrado por Luiz Carlos Prestes** e consubstanciado num boletim e manifesto do mesmo, lançado em 20 de janeiro de 1948, do qual anexamos também em exemplar.<sup>63</sup>

Este documento elaborado por um dos delegados que comandou a repressão policial ao movimento operário riograndino, não só neste momento, mas no mínimo até 1964, deixa nítido que a polícia estava fazendo uma política de medo em relação aos comunistas, como se estes estivessem cometendo algum crime ao mobilizarem operários para as suas reivindicações.

Mas será que os 4 mil trabalhadores em greve na manhã de 8 de março eram comunistas? Obviamente que não.

O anticomunismo foi utilizado como justificativa para emprego, se necessário, da força e da intimidação dos aparatos estatais contra os operários para a proteção da produção capitalista, em detrimento das exigências de direitos trabalhistas, como aumentos de salários e outros. Já os trabalhadores, na sua maioria certamente não

<sup>62</sup> Ibidem.

<sup>63</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1949. Op. cit. p. 9-12.

estavam vinculados a nenhuma organização e nem ideologicamente comprometidos com nenhum grupo.

Se houvesse de fato 4 mil comunistas em Rio Grande, a história contada aqui seria outra, assim como a bancada do PSP, partido pelo qual concorriam os comunistas à Câmara de Vereadores da cidade, como já foi explicado acima, certamente seria maior do que dois entre treze vereadores.

No dia 16 de março, nas páginas de *O Tempo* se lê que “a polícia riograndina continuava em franca atividade, detendo mais comunistas” responsáveis pela passeata do dia 8 e que já haviam prendido, pelo visto, entre outros, “[...]os comunistas: Francisco Jardim Nunes, Euclides Pinto, Ciro Lucas da Conceição, Haroldo Guedes Miranda e Antônio Pereira Duarte”, além de ter apreendido toda a edição do jornal comunista *Voz do Povo* que era impresso nas oficinas da SUO.

Dos nomes apontados acima como comunistas não há maiores informações, a não ser sobre Euclides Pinto, pedreiro que será morto durante um confronto com a polícia no dia 1º de maio de 1950, nesta mesma cidade, e ao que tudo indica era realmente militante do PCB. Segundo o depoimento de Ney Pompeo, engenheiro chefe das obras da Fundação Casa Popular em Rio Grande e chefe de Euclides, no dia das manifestações, como de costume, não ia visitar as obras pela manhã, mas foi procurado por seu auxiliar que o avisou de uma paralisação dos trabalhadores, tendo como figura central Euclides Pinto, empreiteiro nesta obra, que tinha sob suas ordens mais ou menos 20 trabalhadores. Segundo o auxiliar, Euclides fazia agitação com os seus operários tentando fazer com que os outros operários e empreiteiros também paralisassem o serviço afim de tomarem parte nas manifestações que ocorreriam naquele dia.<sup>64</sup>

A polícia utilizou o anticomunismo para a formação de uma ameaça iminente, mesmo logo após as manifestações. Como exemplo, no edital da Repartição Central de Polícia, tornando público a liberação para o comício do dia 29, na praça Tamandaré, promovido pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, consta que foram tomadas as providências para que os seus objetivos não fossem desvirtuados, “dado que é do conhecimento das autoridades que elementos agitadores pertencentes ao extinto Partido Comunista assim o pretendam fazer.”<sup>65</sup> Isso indica elementos de um combate cotidiano da polícia aos comunistas, mas cabe indagar se

---

<sup>64</sup> Ibidem. p. 15-17.

<sup>65</sup> *O Tempo*. Rio Grande, 29/03/1949.



o verdadeiro alvo seriam apenas os comunistas ou o movimento operário mais combativo como um todo.

Entre as acusações feitas no relatório policial, várias possuem conteúdo que ao atacar os comunistas, buscam frear o movimento todo. A passeata e a invasão das oficinas da Viação Férrea, que é o ponto central da primeira condenação, não foi realizada apenas pelos comunistas. A outra era a de que os líderes ainda estavam organizados no ilegal PCB, teriam praticado a greve seguindo a orientação do *Manifesto de Abril*, assinado por Luiz Carlos Prestes, que foi panfleteado na cidade, mas não durante a manifestação. O manifesto estava anexado no processo como prova.<sup>66</sup>

Esta acusação cria o precedente para a polícia acusar quem quisesse de ser comunista, pois o partido estava na ilegalidade, os que protestavam se organizavam em outros grupos, porém como não havia forma de apurar oficialmente quem era ou não do partido, a quem cabia esta definição? Só existiam duas vias, ou uma confissão, ou uma definição policial devido aos atos do acusado. Como para a polícia todos que tomaram parte da manifestação haviam cometido crimes e estes eram coisas de comunistas, logo todos os operários de Rio Grande que tomaram parte em manifestações estavam passíveis de serem presos a qualquer momento por serem comunistas. Isso criava um ambiente de verdadeiro terror, pois todos eram culpados, até que se provasse o contrário. Este tipo de intimidação só podia possuir um fim, o de convencer o conjunto dos trabalhadores a não se envolverem em protestos.

A polícia, para aumentar o medo das pessoas em relação aos comunistas e valorizar mais o inimigo, também usou como instrumento um documento com um plano de tomada do poder na cidade de Rio Grande, supostamente apreendido em uma sede do PCB em Porto Alegre. Isso foi usado para a acusação durante o processo-crime, mas pelo seu conteúdo pode-se deduzir que foi inventado pela polícia, pois se fosse verdadeiro, teria justificado a condenação das pessoas envolvidas durante muitos anos, o que não ocorreu.<sup>67</sup>

Não cabe aqui o detalhamento do plano absurdo, mas se ele realmente existisse, não teria sido desmantelado tão facilmente com algumas prisões, pois a tomada de controle de uma cidade envolveria certamente a participação de milhares

---

<sup>66</sup>RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1949. Op. cit. p. 127.

<sup>67</sup> Ibidem. p. 108 e 127.

de militantes. Além disso, apesar da radicalização do PCB no período, este tipo de ação não chegou a ser corriqueiramente tentada pelo partido, o que torna difícil acreditar que tentariam começar por Rio Grande, sem a ocorrência articulada desta ação em outras cidades. Isto tornaria a cidade extremamente vulnerável, pois haveria a concentração da repressão do estado inteiro contra os comunizados.

Esta nítida “invenção de documento” demonstra uma prática policial capaz de qualquer artifício para combater os comunistas além da repressão física direta. Compõem uma diversidade de instrumentos de controle social e inventam um plano para justificar a repressão não apenas aos “vermelhos”, como à totalidade dos operários manifestantes, pois não se podia saber quem estaria envolvido diretamente ou não.

A partir desta greve, a polícia, com base nos depoimentos, defendeu que a manifestação só ocorreu por falta de contingente, pois se houvesse as forças necessárias, eles teriam reprimido a manifestação, o que de fato ocorreu a partir da madrugada do dia 8 para 9 de março, com a prisão de lideranças e no dia 9, com a presença da tropa de choque.

A relatoria do processo usa isso para incriminar a Polícia Civil e a Brigada Militar, como se estes tivessem se omitido da ação mesmo com pouco efetivo, o que pode ter servido como um instrumento de pressão que gerou uma repressão generalizada em 1950 e 1952. Parte do relatório final do processo<sup>68</sup> contesta o argumento policial de que a polícia optou por orientar os patrões a paralisarem os trabalhos nas indústrias devido a impossibilidade da garantia da segurança pela escassez de pessoal, pois

[...]o que é difícil de se crer sabendo-se que nesta cidade está sediado o Batalhão de Guarda da Brigada Militar, competia-lhes então, no mínimo advertir os manifestantes que caminhavam no terreno da ilegalidade.

Isso é interessante, pois transparece uma crítica aos policiais por parte dos promotores públicos, ou seja, a justiça também pressionava a polícia, dando aval para esta agir contra os operários. Outro exemplo, foi o fato do inspetor Calvete, mesmo após ter contido a entrada dos manifestantes nas oficinas municipais, ter mandado soar o sinal de suspensão do trabalho após negociação com os mesmos, isso diante da impossibilidade de controle da massa caso estes resolvessem invadir as oficinas. Após este relato no processo-crime, o promotor contesta:

---

<sup>68</sup> Ibidem. p. 105-106.

Mas como foi que esse mesmo inspetor, a princípio, impediu que a multidão entrasse no galpão, não tendo sofrido o menor desacato? Qual foi a atitude dos sete elementos da Polícia, quando a multidão pretendeu entrar no galpão? E qual foi o fato decisivo, ou como quer a lei a violência ou ameaça grave, que determinou o inspetor Calvete a mandar cessar o trabalho? E ainda se o inspetor Calvete mandou cessar o trabalho coagido, porque não referiu isso, quando cedeu nos apelos dos manifestantes?

Esta crítica à Polícia Civil serviu de argumento para a defesa dos acusados, pois estes ao final das contas, não desacataram ordem policial. No entanto, isso pode ter vindo ao encontro do que queria a polícia, pois se os depoentes, aqueles que eram gerentes e donos de empresas, declararam que fecharam as portas por falta de garantias da polícia, é porque tal foi perguntado pelos interrogatórios da própria polícia. Na maioria das vezes a pergunta não aparece, mas ela foi feita, ou então estamos diante de um raro caso de coincidências, em que todos os depoentes estavam preocupados em enfatizar o mesmo assunto.

O que queriam os policiais com isso? Certamente não era demonstrar sua incompetência por não terem parado a manifestação à força. Queriam eles mais reforços para poderem reprimir manifestações de forma imediata, como ocorreu em 1950? Ou será que queriam justificativas para demonstrarem o perigo que representavam os comunistas? Isso pode trazer consigo um pedido de uma espécie de “carta branca” para agirem mais brutalmente diante de manifestações, como ocorreu no período estudado, principalmente em 1950 e 1952, em que manifestações foram dissolvidas à bala, como se verá adiante.

Os réus no processo reagiram à versão policial oferecendo uma visão peculiar sobre a questão, que se não for verdadeira, no mínimo pode ser tida como forte indício de realidade. A partir da visão dos réus se pode tirar também outras deduções a respeito da ação policial contra o movimento operário.

Nos testemunhos de defesa em juízo, Antônio Réchia reclama ter ficado preso durante dez dias, cinco na Delegacia de Polícia e mais cinco no quartel da Brigada, sendo que durante a metade deste tempo esteve incomunicável.<sup>69</sup> Euclides Pinto também declarou ter ficado preso dez dias e de ter sofrido espancamentos por um policial desconhecido e pelo delegado Klein, dentro da Delegacia de Rio Grande.<sup>70</sup> Estas detenções eram ilegais, pois o pedido de prisão provisória dos

---

<sup>69</sup> Ibidem. p. 136.

<sup>70</sup> Ibidem. p. 138.

mesmos foi negada, porém não se tem informação sobre alguma eventual punição aos policiais.

A seguir, serão destacadas três frases de acusação contra a polícia elaboradas pela defesa dos réus. Nelas se poderá conhecer algumas ações da polícia e a interpretação dos comunistas a respeito das mesmas.

A linha de defesa dos réus que é assinada pelos próprios em todo o processo, vai no sentido de demonstrar que, na verdade, foram perseguidos pela polícia, que agia com interesses de cunho político partidário, por ser anticomunista. É verdade que o PCB estava na ilegalidade, mas não pode ser negado que durante a acusação elaborada pelos policiais, fica explícita uma visão de cunho insurrecional dos comunistas, como se estes estivessem preparando a deposição de um governo, quando realmente isso esteve bem longe de ocorrer.

A verdade é que somente a polícia – e não podia deixar de ser assim – esteve e está contra a manifestação. Como sempre, a polícia, com este processo, forjou um plano, praticou arbitrariedades, espancou e prendeu, mentiu, injuriou e caluniou. Órgão de repressão, e repressão violenta, a polícia especial, capitaneada por Klein, escolheu, a dedo, os elementos para enredar nos seus planos, arbitrariedades e mentiras.<sup>71</sup>

Aqui novamente reaparece a invenção do plano e reafirma-se a ocorrência de espancamento de pessoas.

No trecho a seguir são denunciados os objetivos da polícia.

Os objetivos da polícia são conhecidos. São objetivos de índole político-partidária. Não foi por outra razão que a polícia juntou às indagações pretensos planos de trabalho comunista. A mentira, a fraude, - eis as armas prediletas dos policiais. Para suas provocações, tudo serve. Com tais planos, mentiras e embustes, procura fazer crer aos menos conscientes que o Partido Comunista é um aglomerado de bandidos sedentos de sangue. Mas a verdade é que o que se viu, até agora, em nossa Pátria, foi a própria polícia espancar, não apenas trabalhadores, mas oficiais gerais das nossas forças armadas. A justificativa é a já conhecida: comunismo. É a fobia anti-comunista, engendrada habilidosamente pelos agentes imperialistas, capaz de tudo justificar: Os 'planos' que a polícia anexou às indagações, além do mais, não tem qualquer relação com a manifestação do dia oito de março.<sup>72</sup>

Assim os acusados identificam o anticomunismo como o que orienta a ação da polícia, bem como questionam o plano apreendido. De fato, os originais são fotos de anotações feitas à caneta e a lápis e de alguns documentos datilografados, contendo nomes, ou codinomes, com suas respectivas atuações e outras informações, mas nada que transparecesse ser um plano de um grande atentado à

---

<sup>71</sup> Ibidem. p. 140.

<sup>72</sup> Ibidem. p. 141.

ordem. Além disso, nada pode comprovar a autenticidade destes documentos. No entanto também não se pode provar sua falsidade completa.

Sobre o ambiente criado pela ação da polícia, os réus ainda afirmam que

[...]o processo não diz quais são as violências praticadas contra os denunciados, contra o povo de Rio Grande, pela célebre polícia especial vinda de Porto Alegre, a pedido do maior responsável pela situação em que se encontra este município, o Sr. Prefeito! A polícia especial andava, pela cidade, em grupos, ameaçando, gritando, prendendo, espanando. Os denunciados continuaram presos, mesmo depois de V. S.[refere-se ao Juiz] ter negado o pedido de prisão preventiva requerido pela polícia. Passaram, a última noite, em um xadrez imundo e fedorento, sem camas e sem cobertor.<sup>73</sup>

Esta última citação revela mais sobre um certo ambiente de intimidação criado na cidade, através da presença de uma polícia especial da capital. Parece que além dos policiais da tropa de choque, outros foram a Rio Grande. Que polícia especial era esta? Possivelmente policiais do DOPS. Especializados em que? Seria em combate aos comunistas? Mas se fosse aos comunistas, porque aterrorizaram a cidade? Tudo leva a crer no uso da repressão, anticomunismo e intimidação policial como medidas de controle social global, estendida a todos os trabalhadores, e não apenas aos comunistas, o que se diferencia qualitativamente do anticomunismo dos trabalhistas riograndinos, por exemplo, pois estes possuíam a intenção de disputar espaço com o PCB no cenário político e principalmente entre os operários, mas não possuíam interesse em amordaçar os trabalhadores por completo, pois inclusive apoiaram, mesmo que apenas retoricamente, as manifestações de 8 de março. No entanto, estas possibilidades carecem nesse momento de mais elementos, alguns dos quais serão desenvolvidos no decorrer do texto.

#### **2.4. A greve na imprensa comercial**

Nas seções sobre a imprensa comercial, que serão apresentadas em cada capítulo, se busca perceber principalmente como o anticomunismo foi propagandeado ao conjunto da população de Rio Grande, no intuito de justificar a repressão ou de construir uma opinião pública contrária a ação do PCB ou dos operários em protestos.

---

<sup>73</sup> Ibidem. p. 142.

Os jornais *Rio Grande* e *O Tempo* eram os dois principais da cidade e é através deles que se realizou a pesquisa, mas antes de abordar a ação destes durante a greve de março de 1949, será apresentado brevemente um perfil da linha editorial destes jornais em relação aos operários, entre os anos de 1949 e 1952, período em que ocorrem as três manifestações aqui pesquisadas. Porém, esta primeira caracterização só foi possível após a análise das posições destes jornais frente aos três protestos, ou seja, apesar dela ser apresentada logo no começo do texto, foi fruto de uma pesquisa do período inteiro e não de conclusões construídas a partir da conjuntura de 1949 e estendida aos outros anos.

Os jornais tratarão os protestos de maneira específica, como será descrito no texto, mas também há alguns pontos em comum nas suas narrativas. Em um primeiro momento, foi pesquisado nos jornais tudo o que eles publicavam sobre as lutas operárias e sindicatos da cidade, no intuito de mapear elementos que poderiam servir a uma pesquisa a respeito do tema. Com a definição mais elaborada de que a pesquisa seguiria a análise do protesto operário, repressão policial e da construção do anticomunismo, as matérias destes tornaram-se centrais como fontes primárias e suas linhas editoriais importantes para analisar o anticomunismo riograndino.

#### a) Jornal *Rio Grande*

Os redatores deste jornal são Gilberto Marcos Centeno Cardoso, Hugo Dantas Silveira e Daoiz de la Rocha,<sup>74</sup> pessoas das quais não obtive maiores informações. O jornal *Rio Grande*, segundo seus redatores, tinha uma linha de jornalismo “moderno e independente”, pois estava sob nova direção.<sup>75</sup> No dia 11 de setembro de 1952 chega a afirmar que é um jornalismo meramente descritivo, o que é absurdamente destoante da prática que o jornal tem no período. O fato de ser independente é bastante subjetivo, pois ele podia ser independente de partidos, mas era sistematicamente antitrabalhista e anticomunista. No entanto, legitimava algumas manifestações populares, sempre na perspectiva de atacar o poder público local, sob controle trabalhista.

---

<sup>74</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 04/10/1952.

<sup>75</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 28/07/1952.

O jornal mostra-se bastante simpático aos empresários e sempre que tem a oportunidade os elogia, com matérias que depõem a favor destes, como esta a respeito da greve de 1952 contra o aumento do custo de vida:

Reuniu o Sr. Prefeito, as **classes conservadoras** para estudar a questão, e estas, com muito oportunismo e natural boa vontade, fizeram o que estava ao seu alcance, organizando a tabela em que estavam incluídos os gêneros de primeira necessidade consideravelmente rebaixados. Quando essa tabela foi apresentada a Comissão mandada pelo povo ao gabinete do Sr. Prefeito, foi aceita de imediato. Os líderes do movimento que lá se encontravam, é que protestaram. Viram na satisfação dos anseios populares o término da parede e a conseqüente anulação dos seus objetivos.<sup>76</sup> [grifo meu]

O texto isenta os empresários, que tiveram “boa vontade” de organizar uma tabela, pela ocorrência da greve e culpa os líderes do movimento, que supostamente ao aceitarem a satisfação dos anseios da população, não teriam mais motivos para realizar manifestações. Fica implícito que o verdadeiro motivo das manifestações era a baderna ou greve sem propósitos e não a diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

O jornal também oferece “conselhos” aos empresários, no sentido da harmonia entre o capital e o trabalho, como demonstrarão algumas notícias abaixo usadas como exemplo.

Em 27 de agosto de 1952, um dos editores do jornal, o Sr. Gilberto Marcos Centeno Cardoso, escreveu uma matéria intitulada “Defesa do Capital”, em que faz todo um histórico do capitalismo e da ação de patrões gananciosos e de exemplos de uma economia com relações harmoniosas entre capitalistas e trabalhadores, em que uns aumentariam as vagas de emprego e salários com o tempo, enquanto outros deveriam trabalhar e se esforçar cada vez mais para aumentar o capital do patrão para que o dia do pleno emprego e dos salários altos chegasse cada vez mais rápido, concluindo que

No Brasil o patrão já compreendeu sua posição diante da classe obreira. O operário não tem motivos para rebelar-se, vendo no seu chefe um inimigo em potencial. Surgem em nosso meio instituições caracterizadoras de um regime liberal e com o correr dos anos, aperfeiçoar-se-ão, permitindo uma atividade mais profícua em prol do proletariado, do empregado, que aquela fornecida pelo Estado. Sem alarde, mas com eficiência, as classes patronais vão amenizando os desníveis existentes, facilitando, assim, o bem estar das classes de acordo com um liberalismo sadio e justo, onde capital e trabalho não se dissociem já que um não vive sem o outro, pois são legítimos irmão siameses.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 18/08/1952.

<sup>77</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 27/08/1952.

Ainda sobre isso, no dia 9 de setembro do mesmo ano, o jornal trouxe outra reportagem com um discurso de D. Elder Câmara a respeito da necessidade da harmonia capital e trabalho, ser construída pelos trabalhadores, repelindo os agitadores profissionais, mas também pelos empresários ao propiciarem boas condições de vida aos seus trabalhadores. Os empresários da imprensa estavam em sintonia com a visão de aumentar a riqueza para depois dividi-la, mas pelo visto não estavam dispostos a verem isso se refletir como poder político na sociedade.

Os editores do jornal *Rio Grande*, em 1949 tiveram uma postura de silêncio em relação às manifestações que são objeto desse capítulo. Apenas publicaram as notas a pedido da polícia e da bancada do PTB. Quando noticiaram o ocorrido no dia 10, foram diretos e sem emitirem juízos de valor mais evidentes. A frase mais valorativa do texto é uma que elogia a polícia: “A ordem foi integralmente mantida, graças a serenidade e indormida vigilância da nossa polícia”, o que já basta para sabermos a posição dos editores.

Sobre o comício do dia 24 de fevereiro nada comentaram e no dia 9, um após a greve e as manifestações, não foi publicada nenhuma matéria, como se nada tivesse ocorrido na cidade. Parece que foram forçados a publicar algo sobre o ocorrido apenas no dia 10 de março por causa de uma nota da polícia já citada anteriormente, diante da qual já não foi possível abafar o sucedido.

Somente no dia 12 que o jornal publica um único texto que emite posição sobre a manifestação, mas que não é de sua responsabilidade. Também não parece ser uma matéria paga; portanto é um texto cuja posição tinha a concordância dos editores, que preferiram não entrar diretamente em conflito com os operários, permitindo que outro dissesse através de suas páginas o que diriam, não fosse a tentativa de manter “isenção jornalística” dos fatos.

O principal conteúdo do texto de 12 de março, já referido anteriormente e assinado por Wadie Salomão, é o seguinte:

Anátema aos Perturbadores  
Fazemos questão de frisar que somos daqueles que reconhecem no operariado a classe que, com ingentes esforços, tem constituído, através de gerações, uma das forças motrizes do progresso de nosso rincão. A ela o nosso aplauso, a nossa simpatia.<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> **Rio Grande**. Rio Grande, 12/03/1949.



Mas afirma que, na verdade, o problema são os “aventureiros, agitadores, recalçados e perturbadores da ordem” que nela se agregam, e segue:

Era a voz dos aventureiros e o grito do pequeno grupo de iludidos, reconhecemos talvez de boa fé [...]. Ergueram suas vozes sufocadas de ódio, revolta e anarquia, homens cujas únicas credenciais é de assíduos freqüentadores das mesas de cafés e que se algo tem feito por nossa terra, está escrito com letras negras nas páginas do negativismo. Ainda ninguém esqueceu os constantes insuflamentos de greves perniciosas que vem matando no coração do operário iludido o senso da responsabilidade e semeando a descrença e a desconfiança, deste mesmo operário, para com a justiça sempre ilibada de nossa terra. Fazedores de política abjeta vem com suas atitudes contraindo tremenda dívida para com o povo ordeiro cujo a finalidade precípua é trabalhar pelo engrandecimento sempre crescente do Estado e da Nação.

Foram além, tentaram denegrir consciências e macular caráteres que o Rio Grande tanto preza e admira. Na sua sanha tentaram atingir a pessoa ilustre do sr. Prefeito Municipal, que com a serenidade de homem digno e administrador dos mais capazes vem descortinando para nossa cidade, através de uma gestão deveras profícua, dias que lhe assegurarão um lugar de destaque no concerto das municipalidades. Mas, suas palavras se perderam na irresponsabilidade de suas atitudes porque não é de hoje que nossa gente conhece os que seguem a trilha do desrespeito e da desordem.

O Rio Grande conhece e se orgulha de seu Prefeito! O Rio Grande ouviu e se envergonha das palavras proferidas naquele triste espetáculo!

A Justiça de nossa pátria está vigilante. Não se fizeram tardar os mensageiros da ordem, da segurança e do bem estar.

A ação saneadora do ilustre chefe de Polícia do Estado aqui chegou. A calma voltou a reinar e o povo jamais esquecerá o tenebroso espetáculo de terça-feira última. Uma lição e uma certeza conosco ficou. O Rio Grande, progressista, cristão e justiceiro está de pé na defesa do lema e do emblema de nosso pavilhão, pela ordem, pelo progresso, pela Cruz de Cristo!<sup>79</sup>

O central para essa análise é que a linha política que é adotada no texto em relação aos operários e comunistas, coincidentemente ou não, é bastante semelhante à linha editorial que o jornal adotará mais visivelmente a partir de 1950: uma política de boa relação com os trabalhadores, culpabilidade dos comunistas por qualquer radicalização, anticomunismo e tons religiosos ao discurso. E nisso, como veremos a seguir, se assemelham ao próximo periódico analisado.

Em 1950, a linha editorial do *Rio Grande* será alterada qualitativamente, quando os editores assumem uma postura abertamente anticomunista até 1964, ano em que o jornal em suas páginas louva o golpe civil-militar de 1º de abril.

<sup>79</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 12/03/1949.

## b) Jornal O Tempo

*O Tempo* era propriedade de Saul Porto, auto-intitulado trabalhista, mas que afirma a independência do jornal. Do ponto de vista partidário não é abertamente o órgão de imprensa oficial do PTB, mas do ponto de vista ideológico age como se fosse e não há dúvidas: era voltado diretamente para passar uma visão de mundo trabalhista, que estava em construção naquele momento. Em suas páginas, era normal se ler textos que buscavam orientar a ação dos militantes do PTB e dos governos trabalhistas.

No dia 23 de julho de 1952 afirma que é “o jornal que se orienta na política do presidente Vargas, este sempre ao lado do povo”. Em várias matérias, como no dia 21 de setembro, por exemplo, chama Getúlio Vargas de o “maior estadista do Universo”.

Também se encontravam, no jornal, matérias sobre a vida interna do PTB nacional e local, como a do dia 27 de julho de 1952, que em um longo texto fala dos novos rumos que Jango Goulart imprimiu ao PTB como seu presidente nacional. E a do dia 27 de setembro, em que aborda a política do PTB para os sindicatos, que seria de oposição ao ministro do MTIC, Segadas Viana, de ampliação da sua ação sindical e criação de outros vários sindicatos, para que estes ocupassem espaço no governo rumo à construção de uma “República Sindicalista”. Posiciona-se também contra o “populismo ademarista” e o comunismo.

Em relação ao trabalhismo local, o jornal agiu como defensor, tentando amenizar as tensões entre manifestantes e poderes públicos, como é exemplo a seguinte frase: “O jornal parabeniza os resultados da manifestação popular e lamenta os excessos promovidos por alguns elementos. Pede ao povo que confie na prefeitura que tudo se resolverá.”<sup>80</sup>

Entende-se, devido o perfil do jornal, que de certa forma, ao estudar sua linha editorial, se estará também estudando a posição política de no mínimo parte dos trabalhistas locais. Portanto, ao saber do anticomunismo de *O Tempo*, também saberemos em parte do anticomunismo trabalhista.

---

<sup>80</sup> *O Tempo*. Rio Grande, 19/08/1952.

A postura editorial do jornal *O Tempo* em 1949 possui algumas diferenças em relação ao *Rio Grande*. Eles se assemelham no anticomunismo, mas *O Tempo* é um órgão de imprensa que por ser ligado ao trabalhismo, possui uma preocupação em divulgar as atividades dos sindicatos e movimentos dos trabalhadores da cidade, buscando uma relação próxima com estes.

Inclusive o anticomunismo de *O Tempo* e do *Rio Grande* diferenciam-se qualitativamente por seus objetivos. O primeiro busca combater “os vermelhos” para ter hegemonia entre os trabalhadores, identificando aqueles como os principais opositores na disputa pela preferência do movimento operário e do controle sobre o aparato sindical. O segundo, combate o comunismo como se este fosse o representante do caos social e da transformação da sociedade que também era promovida pelo PTB. Enquanto *O Tempo* via no PCB um esporádico aliado, mesmo que por “trás das cortinas”, *Rio Grande* via no anticomunismo uma maneira de combater também o trabalhismo e qualquer outra força transformadora da sociedade. Dentre estas poderia estar o movimento operário, que nem sempre se coloca no cenário como força transformadora, mas que no momento tinha tendências para isso, pois um projeto diferente de país, através da “República Sindicalista” ou da “Revolução Comunista”, dentre outros, eram possibilidades reais em aberto aos trabalhadores naquele período.

A manifestação convocada pelos ferroviários em 24 de fevereiro foi anunciada nas páginas de *O Tempo*, o que não ocorreu no outro jornal.<sup>81</sup> Assim como o detalhamento a respeito da manifestação do dia 8 de março, que o *Rio Grande* tentou omitir, *O Tempo*, como um jornal de inspiração trabalhista, trouxe uma cobertura mais ampla dos acontecimentos daqueles meses, que pretendia representar a visão da maioria dos trabalhadores.

Sobre as manifestações do dia 8, *O Tempo* colocou-se a favor, pois concordava com as reivindicações, mas esteve contra a greve como método de luta, acusando os comunistas. No editorial do dia 10 de março, pode-se ler o seguinte texto, que expressa o argumento exposto acima:

Fora da ordem não há razão

A cidade foi agitada por uma passeata dos trabalhadores do Porto, que mais tarde concitaram os seus colegas das fábricas e das oficinas, a aderirem o movimento e desta forma, prejudicaram a vida econômica da cidade, aos seus próprios companheiros e sem resultados positivos, ao passo, que se tivessem feito somente a passeata com os trabalhadores do porto, que naquele dia ficaram sem

---

<sup>81</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 22/02/1949.

trabalho, o movimento teria merecido simpatia e a causa que defendem ganharia força.

Por repetidas vezes, temos dito e hoje reafirmamos, que não terão nunca o nosso apoio, os movimentos que sirvam para perturbar a ordem e desrespeitar as autoridades constituídas, pois se somos democratas, devemos lutar pacificamente, através da imprensa, do rádio e dos comícios, e fazendo com que os nossos representantes, nas câmaras municipais, estaduais e federais, defendam os interesses da coletividade e assim procedendo, evitaremos as reações violentas e os ataques individuais, que não se coadunam com a Democracia.

Esperamos, portanto, que os nossos operários se conduzam com apurmo; com patriotismo, não se deixando levar por quem quer que seja, pois fora da ordem e da disciplina não há razão e neste momento, mais do que nunca, precisamos de muito equilíbrio uma vez que se avizinha mais uma Eleição Federal e se não nos conduzirmos com correção haverá reação e esta, fatalmente, provocará a defesa das autoridades constituídas, que para manterem a ordem, lançarão mãos de uma Lei de Segurança, então depois colheremos o fruto da nossa imprudência, da nossa indisciplina, pagando tudo isso a juro altíssimos.

E cumprindo com o nosso dever de orientadores da opinião pública, é que estamos apelando indistintamente a todos os homens de Rio Grande, no sentido de se conduzirem com elevado patriotismo, pois assim exigem os interesses do nosso grande e amado Brasil.<sup>82</sup>

Pode-se perceber que o editor concorda com a disputa de idéias e até com a possibilidade de ocorrerem modificações políticas nos rumos do país, mas repulsa qualquer tipo de ação que ocorra por fora dos meios institucionais; propagandeou uma necessidade de manutenção da ordem em prol do nacionalismo. “Fora da ordem não há razão”. Ao fim do texto, deixa nítido que agir com patriotismo e dentro dos interesses do “grande e amado Brasil”, significa agir com “apurmo”, sem sair da linha e só fazendo manifestações palatáveis aos sentidos do Estado, patrões e imprensa.

Exatamente por isso o jornal criticou a ocorrência da greve geral, que paralisou diversas fábricas ao invés de ter mobilizado apenas os trabalhadores do porto, pois estes é quem eram os principais interessados na pauta da navegação dos navios estrangeiros até Porto Alegre. Foi criticado o uso da greve como maneira de protesto, ficando nítida uma censura às paralisações do setor industrial, que poderia justificar a reação das autoridades contra os trabalhadores com o uso da Lei de Segurança Nacional, ou leia-se: repressão policial legalizada.

É importante notar que a Lei de Segurança, não é criticada, mas colocada como um dado, ao qual não é possível se opôr, como se os trabalhadores tivessem que se adequar a ela ao invés de lutar para que ela não limitasse as liberdades de organização. Isso demonstra o modo trabalhista de entender aquele momento, que admite a Lei arbitrária contra o movimento operário como medida de estancar o

---

<sup>82</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 10/03/1949.

crescimento dos comunistas em seu meio, mesmo que isso ocorresse com o custo de algumas vidas.

\* \* \*

Neste capítulo, foi apresentado um primeiro panorama a respeito das organizações operárias existentes em Rio Grande naquele período, assim como os grupos organizados que atuaram em meio ao movimento operário, que são os comunistas e trabalhistas.

Uma das entidades que aparece e que será importante no decorrer deste estudo, ao menos nas duas primeiras conjunturas, é a SUO, que estava sob alguma influência dos comunistas e que foi fechada em 1949 por ordem da justiça.

Pode-se perceber que os trabalhistas, diante da greve operária, procuraram apoiá-la, mas com a ressalva de não estarem apoiando grupos minoritários, referindo-se aos comunistas, que estariam envolvidos nas manifestações apenas por interesses pessoais, partidários e de certa forma ilegais. Na Câmara de Vereadores estes dois grupos também entraram em conflito. Estes elementos indicam até aqui que existiam animosidades entre os dois grupos, confirmadas pela posição editorial de *O Tempo*, de cunho trabalhista e anticomunista.

Também se analisou a atuação do poder público municipal, dominado pelos trabalhistas. Ao examinar a atuação do prefeito e dos vereadores, procurou-se estudar a atuação do PTB, e se verificou que o PTB institucional atuou com anticomunismo declarado, principalmente após o ataque sofrido por estes na Câmara de Vereadores.

A greve do dia 8 de março ocorreu com forte mobilização de operários, que ao paralisarem parte da produção demonstraram força. As reivindicações da greve eram bastante semelhantes ao que os comunistas vinham defendendo como bandeiras de lutas prioritárias de mobilização nacional, fora a questão local da entrada dos navios estrangeiros na Lagoa, que foi incorporada. Isso somado à descrição de como ocorreram as paralisações nos locais de trabalho, em que

Antônio Réchia, vereador comunista, desponta como liderança, demonstra que o PCB local, mesmo ilegal, estava agindo com o respaldo de parte considerável da classe trabalhadora.

A polícia em um primeiro momento ficou indecisa, com pouco efetivo e desmobilizada. Talvez por isso, os policiais orientaram que os empresários fechassem as fábricas para evitarem problemas, ao mesmo tempo em que construíram uma repercussão sobre isso, possivelmente para justificar o fortalecimento do efetivo e estrutura do aparelho policial riograndino, ao demonstrar a ameaça que os comunistas representavam para a cidade. É sempre importante lembrar que enquanto existe um inimigo, existe a necessidade de um aparelho repressivo, de “defesa”, e isso significava contratação de mais policiais, aumento de poderes pessoais dos oficiais, que comandariam mais pessoas, ganhariam notoriedade e possivelmente mais regalias. O aumento da capacidade de ação do inimigo foi uma boa justificativa para requerer mais poder, neste caso.

Os policiais não tentaram acabar à força com a greve e a passeata, mas realizaram prisões de lideranças para impedir o prosseguimento das manifestações. Além das detenções, a tropa de choque de Porto Alegre, somada à ameaça de mais repressão, serviram como elementos de terror policial, para que os trabalhadores não realizassem mais manifestações. Com isso a ação repressiva policial teve um eficiente resultado.

Fica perceptível quanto aos empresários, ao saberem da passeata e entrar em contato com a polícia, que para estes, a função da polícia era meramente repressiva. O que não se efetivou em um primeiro momento, servindo como motivo de crítica durante o processo judicial, o fato da polícia não ter agido imediatamente. Isso pode ter servido como estímulo às ações violentas de 1950 e 1952. Já que foram criticados pela “ausência de repressão” e pressionados pelos empresários para isso, então passaram a dissolver as manifestações “à bala”.

Nas declarações da polícia, o anticomunismo já desponta como meio de controle dos trabalhadores e não apenas dos comunistas, pois ao perseguirem os militantes do PCB, que estava ilegal, queriam impedir as manifestações operárias.

Ao final do capítulo analisou-se a situação da imprensa comercial e se percebeu que os dois principais diários de Rio Grande eram anticomunistas, sendo que o *Rio Grande* era também anti-trabalhista. Já *O Tempo* apoiava a luta dos trabalhadores e se usava do anticomunismo como meio de disputa contra os

mesmos no movimento sindical, pois seu dono era trabalhista. Pode-se perceber que a fonte da imprensa periódica foi profícua para demonstrar o anticomunismo na cidade.

### 3. UM 1° DE MAIO SANGRENTO EM 1950

Neste capítulo se abordará a manifestação operária no dia 1° de maio de 1950 em Rio Grande, quando os comunistas foram o principal grupo organizado a participar. Durante o ato, ocorreu uma forte repressão policial que ocasionou a morte de quatro operários. Serão analisadas as circunstâncias que levaram os operários a realizarem a manifestação, assim como a repressão exercida pela polícia e o anticomunismo, utilizado por setores da sociedade riograndina (polícia, imprensa comercial e trabalhistas), afim de justificarem as ações violentas então ocorridas.

Este episódio só pode ser explicado ao se analisar o que vinha ocorrendo em Rio Grande nos últimos anos. O número de denúncias contra a polícia por suas arbitrariedades cometidas contra operários e principalmente os comunistas, é enorme.<sup>83</sup> O maior exemplo disso é a própria repressão desencadeada em 1949, em que os manifestantes foram presos sem mandato e por vontade única da polícia, por terem participado da greve. Os espancamentos e ameaças de morte são inúmeras. Estes fatos anteriores podem nos fazer entender o fato de que os comunistas, ao realizar, junto a outros operários o protesto de 1° de maio, geraram um bom motivo para a polícia desencadear uma repressão, com armas de fogo e mortes, concretizando ameaças que há alguns anos vinham se acumulando sobre os trabalhadores.

---

<sup>83</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1950. Documento n° 420, p. 230-243, maço 14, estante 131-a, caixa 18. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Documento escrito por Antônio Réchia em 26 de fevereiro de 1951.



### 3.1. A conjuntura das manifestações do 1º de maio de 1950

Buscando demonstrar em que conjuntura ocorreu este episódio, se procederá ao mapeamento das associações do movimento operário riograndino, com informações de panfletos e imprensa periódica, e das posições políticas destas associações e dos partidos políticos a respeito do protesto operário de 1º de maio. Dos partidos políticos se saberá através das informações presentes nos debates parlamentares na Câmara de Vereadores de Rio Grande. Do ponto de vista político institucional, na correlações de forças, não existem modificações consideráveis em relação a 1949, o trabalhismo ainda era predominante.

A década de 1950 em Rio Grande é, segundo Oliveira (2000), considerada como a década de ouro, devido a prosperidade econômica da cidade. No entanto, como se verá neste e no próximo capítulo, no seu início eclodiram uma série de conflitos sociais devido o aumento da carestia do custo de vida e por direitos trabalhistas. Além disso, em 1949, na greve do 8 de março, foi aberto um período de embate mais intenso entre comunistas e polícia, que terão fortes repercussões em 1950 e 1952, com a ocorrência inclusive de enfrentamentos armados, como se verá a partir deste capítulo. Este conflito é relevante pois aumentou a tensão social e radicalizou as posições na cidade em apoio a ambos os lados. Isso certamente foi um elemento importante na formação das relações de classe neste período.

Para montar um quadro do movimento operário se começará listando algumas entidades. As que tiveram militantes envolvidos diretamente na manifestação do 1º de maio são: a Associação dos Portuários, Núcleo da Coligação dos Ferroviários, Associação dos Trabalhadores do DASI (sigla não identificada), Sindicato da Construção Civil, Associação dos Trabalhadores na Indústria de Peixe e Conservas e União das Mulheres Riograndinas<sup>84</sup>. Sabe-se disso porque foram pessoas ligadas a estas entidades que assinaram o panfleto que convidava para o churrasco. (ANEXO 1)

---

<sup>84</sup> As uniões de mulheres foram frentes de massa criadas pelos comunistas, orientadas principalmente após o fechamento do PCB. Tinham o objetivo de organizar mulheres em torno das atividades clandestinas do partido, que articulava políticas nacionais com pautas locais. (GARCIA, 1999)

Fora as entidades acima listadas, a imprensa periódica indica a existência de outras, ligadas aos trabalhadores, como o Sindicato dos Contabilistas; Sindicato dos Maquinistas e Motoristas da Marinha Mercante; Sociedade Beneficente das Classes Laboriosas; Sindicato dos Empregados do Comércio; Sindicato dos Bancários; Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem; Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro e Similares; Sindicato dos Trabalhadores em Panificação e Confeitaria; Sindicato dos Trabalhadores de Carnes e Derivados; Sindicato dos Contabilistas; Sindicato dos Práticos, Mestres e Arrais; Sindicato dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga do Porto de Rio Grande; e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico.

Porém, não se tem detalhes seguros a respeito do funcionamento destas entidades e nem dos grupos que nelas militavam. Isso foi investigado através da listagem de suas diretorias e possível identificação de militantes, assim como a tentativa de identificar suas posições a respeito das manifestações ocorridas no período através da imprensa e panfletos. Também foi construído um banco de dados com nomes de militantes e entidades ou partidos a que pertenciam, na busca de um cruzamento de dados que teve proveitoso funcionamento, porém para este período as informações sobre este grupo específico de sindicato são nebulosas a ponto de não se poder afirmar qualquer coisa com precisão.

A composição ideológica do movimento operário em Rio Grande era bastante heterogênea neste momento. Havia comunistas, que institucionalmente estavam sob a sigla do PSP, trabalhistas do PTB e talvez, alguns trabalhadores organizados no PSD, pois este possuía ala trabalhista em anos anteriores, como já mencionado anteriormente. Não se encontrou nenhum registro seguro da presença de anarquistas. No levantamento feito a respeito das posições ideológicas dos sindicatos em 1952, estas relações ficam mais nítidas, porém isso só virá a tona no próximo capítulo do texto, pois as informações correspondem àquele período.

Também é importante observar que o PCB, como informam algumas entrevistas<sup>85</sup>, apesar de ter sido muito forte em Rio Grande, estava longe de ser o único a ter inserção no movimento operário e não era uma força desproporcional às outras que militavam no movimento local, mas não foi possível ir além disso e de

---

<sup>85</sup> **Pedro Votto**. Entrevista sobre o 1º de maio de 1950, por Gicelda Marques San Martins. Rio Grande, 1994. p.02. **Athaydes Rodrigues**. Entrevista sobre movimento operário em Rio Grande, por Carmem Helena Braz Mirco e José Carlos Vieira Ruivo. Rio Grande, 1982.

que certamente esta correlação de forças deve ter se alterado bastante no decorrer do período de 1945 a 1964.

Além desta pluralidade, deve-se ainda observar que a maioria dos trabalhadores que participaram das manifestações certamente não eram filiados a partido algum. O exemplo do PCB é interessante, pois apesar de ter forte influência na cidade em 1950, por estar na clandestinidade, possuía segundo a entrevista com “H”<sup>86</sup> poucos militantes, que não passavam de aproximadamente vinte. Embora este dado possa ter alguma imprecisão, sabe-se que geralmente os relatos tendem a aumentar o número de militantes das organizações e não diminuir. Portanto, talvez o PCB fosse menor ainda.

Sobre o episódio do 1º de maio de 1950, o ato foi convocado por pessoas e entidades sob influência dos comunistas e aparentemente sem a presença, oficial ao menos, de entidades e pessoas ligadas ao PTB ou PSD. A convocatória divulgada pela imprensa, foi assinada por pessoas identificadas pela entidade da qual faziam parte, mas não se sabe ao certo se estavam chamando em nome da respectiva entidade.

Eram eles: Antônio Rodrigues – Associação dos Portuários; Manoel Réchia – Núcleo da Coligação dos Ferroviários; Felipe Tarta – SUO; Valdemar Paraboia – Associação dos Trabalhadores do DASI; José Pereira dos Santos – Presidente do Sindicato da Construção Civil; Amabilio Menezes – Associação dos Trabalhadores do Peixe e Guilhermina Caxeiro – Presidente da União das Mulheres Riograndinas.<sup>87</sup>

No panfleto de convocatória para a atividade (ANEXO 1) também pode se encontrar o nome de indivíduos, que na sua maioria são confirmadamente comunistas. As reuniões de preparação para o ato ocorreram na casa de Amabilio Menezes, que foi baleado durante o protesto e tentou negar nos depoimentos seu envolvimento, o que foi desmentido por todos os outros depoentes. Além disso, era dele o endereço que aparecia no panfleto de divulgação como sede da Comissão Organizadora do Churrasco. Os principais envolvidos nos processos eram comunistas assumidos e declararam isso nos depoimentos, embora todos, sem exceção, tenham declarado que faziam parte do PCB quando este era legal, e na maioria dos casos que naquele momento ainda eram comunistas mas sem vínculos

---

<sup>86</sup> H. Entrevista concedida a Diego Luiz Vivian. Rio Grande, 1º jun. 2004. (gentilmente cedida para esta pesquisa). Como já mencionado anteriormente, foi usada apenas a primeira letra do nome do entrevistado, pois não deve ter a identidade revelada.

<sup>87</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 29/04/1950.

com o partido, o que se sabe que não é verdade, pois as evidências de uma ação organizada são fortíssimas, como se verá.

Fato interessante também é a atuação de Angelina Gonçalves, que como se verá a seguir era operária tecelã que foi morta durante a manifestação. Sua ficha do PCB nunca foi encontrada, o que poderia indicar que ela era uma mera manifestante que teve o azar de estar no lugar errado e na hora errada. Porém algumas evidências dão a entender que, se ela não era oficialmente filiada ao partido, até porque este estava ilegal, no mínimo estava agindo em conjunto com os comunistas há algum tempo no movimento operário, o que reforça a hipótese de pertencimento ao partido. No mês de abril de 1950, foi realizado um congresso estadual de operários em que foram enviados como delegados por Rio Grande Euclides Pinto, Angelina Gonçalves, Avelino dos Santos Martins, Harrison Fernandes e outros, informação importante, pois demonstra que Angelina de fato não estava na manifestação por acaso.<sup>88</sup> Sabe-se também que ela foi bastante atuante na organização do churrasco e que esteve envolvida na organização da União das Mulheres Riograndinas, para reunir donativos que foram distribuídos para as crianças no dia de Natal, o que possivelmente fazia parte das ações das frentes de massa que o PCB buscava abrir.<sup>89</sup>

Outro elemento, que nos diz a respeito das relações internas do PCB, que apareceu em meio aos depoimentos, foi a declaração de Palmor Martins, que era estivador e um dos processados pela greve de 1949, em que afirma que deu dinheiro para ajudar na realização do churrasco mas que não queria fazer parte da comissão porque havia sido expulso do PCB e não estava disposto a ir ao evento. Foi expulso por ser contra algumas orientações violentas que o partido estava adotando que, segundo ele, contradiziam as orientações do líder comunista Luiz Carlos Prestes. Possivelmente temos aí uma disputa pela interpretação da linha de radicalização, só que erroneamente Martins achava que aquela não era uma orientação aceita por Prestes.

[...]a expulsão do declarante, assim como a de vários outros adeptos do comunismo local, deve-se ao Ex tenente do Exército, Antônio Teixeira e Silva, que é o maior sectarista local, vivendo as expensas das coletas feitas pelos comunistas, e dirigindo, através da palavra e de escritos, toda a ação dos comunistas nesta cidade; que se vê, digo, que se deve, os acontecimentos graves ocorridos em Rio Grande, tanto em 1º de maio como em ocasiões anteriores, de

---

<sup>88</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1950. Op. cit. p. 19.

<sup>89</sup> Ibidem. p. 44.

violências praticadas, não propriamente pelos comunistas convictos, como é o declarante, e sim por terroristas, anarquistas e bolchevistas, como atualmente se verifica a frente do Partido Comunista nesta cidade; que esses elementos é que têm comprometido a vários colegas e amigos do declarante, assim como ao próprio prestígio do partido comunista, não somente perante as autoridades como principalmente junto ao próprio povo, que está vendo esses indivíduos como violentos, arbitrários, fora da lei, e até mesmo nocivos a própria sociedade em que vivem.<sup>90</sup>

Como se observa, a declaração demonstra um caso de militante que discorda da linha de radicalização do PCB que vai ser sistematizada no futuro *Manifesto de Agosto*. O interessante é que acusa a expulsão de outros militantes, além dele próprio, por não concordarem com a orientação do partido. No entanto ainda se diz comunista e “convicto”. Isso é um reflexo de um debate nacional no interior do PCB sobre os rumos do partido, como se pode ver no começo deste texto, e um bom exemplo de como as divergências e minorias eram tratadas. Das acusações contra os militantes que respondiam pelo PCB na cidade, a mais forte é dirigida a Antônio Teixeira e Silva, do qual não há mais informações, pois parece realmente não pertencer a nenhuma categoria profissional, ou ao menos não aparece nas listagens de entidades, o que pode indicar que era profissionalizado pelo PCB, o que naquele momento significava clandestinidade.

As informações sobre a SUO, expostas no capítulo anterior, demonstraram que em 1950, esta entidade estava sob alguma influência dos comunistas, inclusive tendo como seu presidente Felipe Tarta, que era militante do PCB, o que confirma as informações de atas da Câmara e entrevistas que dão a entender, que, por isso, a entidade foi fechada.

Ainda a respeito da atuação do PCB, quando o debate sobre o confronto tomou a pauta da Câmara de Vereadores, os dois vereadores comunistas, Guaraciaba Silva e Paulo Guimarães, ficaram sozinhos ao defender que os manifestantes foram vítimas da ação truculenta da polícia. Os parlamentares comunistas, como já explicado anteriormente, foram eleitos pelo PSP. Além de Réchia, naquele momento estava exercendo a vereança Guaraciaba Silva, suplente que substituíria o vereador Vespasiano Faustino Corrêa. Com a ausência de Réchia, que foi atingido por arma de fogo durante o protesto, assumiu seu suplente Paulo Guimarães, também comunista.

---

<sup>90</sup> Ibidem. p. 72.

Quanto aos vereadores do PTB, que eram 7 dos 13, pode-se perceber a diferença destes em relação aos comunistas e aos outros vereadores, pois fizeram questão de se colocar ao lado dos trabalhadores, mas condenaram a ação dos comunistas no 1º de maio, no que fizeram coro com o conjunto dos demais vereadores não comunistas.

Na Câmara, o vereador Hipólito Cassemiro Leonini, do PTB, declarou

[...] que a atitude da bancada do PTB, frente aos acontecimentos de 1º de Maio, foi perfeitamente definida, por mais de uma vez, rebatendo as acusações feitas a esta Casa. De que esta bancada agiu com o maior senso de ponderação o comprovam o teor do telegrama enviado ao Vereador Lórea Pinto[1º Secretário da Câmara] pela direção estadual, felicitando-o pela sua atitude e a do senhor Presidente, definindo perfeitamente a posição do PTB. O Partido tem um programa social-cristão a cumprir e esse é essencialmente nacionalista. Somente com a ordem atingiremos o progresso e a bancada do PTB sempre agiu com esse objetivo e continuará a fazê-lo para o bem da coletividade.<sup>91</sup>

Alguns dias após, os vereadores do PTB apoiaram a cassação dos vereadores comunistas. Não se pode definir quais os efeitos deste episódio na ação conjunta entre PCB e PTB no movimento operário, se é que ela existiu na cidade, à exemplo de outros lugares do Brasil, pois isso dependeria de uma análise mais detalhada de um período maior.

Quanto ao impacto de uma criminalização do PCB pelos episódios de 1949 e 1950, a entrevista com “H” e matérias de jornais que relatam o número de sindicatos organizados em 1955, assim como as manifestações que ocorrem em 1952, que examinaremos a seguir, dão a entender que não houve um refluxo de longo tempo, mas ao contrário um fortalecimento do movimento operário, pois houve um crescimento do número de sindicatos, um aumento da influência do PCB nestes e o prosseguimento de manifestações e ocorrência de greves, mesmo com a memória recente do que poderia acontecer quando os trabalhadores ousavam fazer greves e protestar. Isso pode indicar que o PCB, apesar de ter sido bastante atacado pela imprensa comercial e por todos outros partidos devido a organização do ato, teve um fortalecimento em curto prazo. Demonstra também, que parte significativa dos trabalhadores não aceitou a propaganda anticomunista, feita principalmente pela polícia e imprensa comercial, sobre o 1º de maio.

Apesar disso, a entrevista com “H”, que passou a ser dirigente do partido anos depois, relata certo receio que tiveram os trabalhadores de voltar a fazer

---

<sup>91</sup> Ata da Câmara Municipal de Rio Grande nº399, de 11/05/1950, p.02.

manifestações e greves, pois tinham medo da ação da polícia. Isto se justifica quando se sabe da “praça de guerra” que foi montada na cidade pela Polícia Civil e Brigada Militar em 1952 devido à ocorrência da greve geral(RODRIGUES, 1980, p.33), mas isso é assunto para a próximo capítulo.

Também no 1º de maio de 1950, houve o convite para outras atividades de comemorações do dia do trabalho, como o do Centro Operário Riograndino, que mandou celebrar uma missa para a comemoração da data<sup>92</sup>. Deste não há maiores informações, o que indica a necessidade de uma análise mais detalhada das entidades existentes e de suas motivações, o que fugiria muito aos objetivos desta pesquisa.

Outra fonte que serviu para a análise das forças políticas que agiam na cidade são os pronunciamentos dos vereadores na Câmara Municipal de Rio Grande, pois, como já foi mencionado anteriormente, o ambiente político da cidade era bastante pautado pela vida operária, principalmente em momento como aquele, em que a crise política ocasionada pelo enfrentamento entre trabalhadores e polícia, trouxe à tona uma série de debates a respeito das questões do trabalho, em que os diferentes atores políticos, foram praticamente obrigados a se posicionar a respeito.

Através das atas parlamentares dos dias 3 a 11 de maio de 1950, pode-se saber que os debates sobre a manifestação foram intensos na casa, ocorrendo xingamentos, insultos e inclusive agressões físicas ao vereador Paulo Guimarães, que no dia 11 de maio, enquanto proferia discurso em que responsabilizava a polícia pelos acontecimentos, foi agredido por pessoas que estavam assistindo a sessão e invadiram o plenário.<sup>93</sup>

Esta situação de acirramento foi fruto de uma série de sessões bastante tumultuadas, em que houve posições demasiadamente truculentas contra os comunistas, omitindo-se o máximo possível as falas dos vereadores Guaraciaba e Paulo nas atas.

O “estranho” episódio da invasão do plenário foi usado para o pedido da cassação dos mandatos dos vereadores comunistas, como se tivessem sido eles os promotores da briga. “Estranho episódio”, pois pareceu armado exatamente para a cassação. No entanto, não há informações detalhadas a respeito do desfecho e nem as opiniões dos vereadores do PSP sobre um possível golpe ou elementos mais

<sup>92</sup> Ata da Câmara Municipal de Rio Grande n°391, de 28/04/1950, p.01.

<sup>93</sup> **Rio Grande**. Rio Grande 11/05/1950 e Ata da Câmara Municipal de Rio Grande n°399, de 11/05/1950.

nítidos para se poder afirmar com maior segurança essa hipótese, a não ser uma declaração de Paulo Guimarães, afirmando ter sido vítima de um atentado premeditado e auxiliado pelos outros vereadores, mas não cita nomes.<sup>94</sup>

Quanto ao envolvimento de outros vereadores em uma possível “armação”, não é possível afirmar sua veracidade. Já quanto ao fato dele ter sido vítima de um atentado, há elementos que atestam a veracidade de tal, pois segundo o jornal *Rio Grande* do dia seguinte ao tumulto, os vereadores só não foram mortos devido a intervenção dos outros parlamentares.

Dando cumprimento ao plano traçado pelo Quartel General dos Comunistas, Paulo Guimarães voltou a promover desordens, atacando os seus pares com a sua costumaz insolência, e o povo, que já está saturado dos comunistas e das suas desordens, resolveu justiça-los, e assim, Paulo Guimarães, apanhou umas “palmadas” enquanto sua colega que até então vinha “bancando o homem” desmaiou e foi parar na Santa Casa, e o paulinho, foi recolhido a Delegacia de Polícia, afim de evitar que o povo lhe rasgasse as carnes já que sua camisa estava em farrapos. Graças a atitude que assumiram os vereadores de outros partidos, Paulo Guimarães e Guaraciaba, saíram com vida, pois o povo estava disposto a terminar com os desordeiros, afim de terminar com as desordens que vem assistindo diariamente na Câmara de Vereadores, que é um lugar de ordem e de respeito, impróprio para Comunistas, assalariados de Moscou, cuja idéia repudiamos.<sup>95</sup>

No geral, a orientação política seguida pelos vereadores que condenaram a manifestação do 1º de maio e que foi largamente utilizada pela imprensa comercial como argumento central contra o PCB, foi acusar os comunistas de aventureiros, patrocinados por Moscou, anti-patriotas e que haviam influenciado mal os trabalhadores riograndinos, ordeiros e pacíficos, desviados de sua conduta devido a ação irresponsável dos comunistas que agrediram a polícia e provocaram a morte de vários chefes de família inocentes.

Isso fica evidente em vários discursos, podendo-se ressaltar o do presidente da Câmara, o vereador Luiz Martins Falcão do PTB registrado ao final da ata n° 398 do dia 10 de maio de 1950, em que faz um apelo aos vereadores

[...] que se dizem comunistas, para que rasgassem os livros russos que os estão envenenando e a bandeira vermelha que desfraldam e voltassem como bons brasileiros comungar com os demais nesta Casa em prol do nosso progresso e na defesa da nossa Pátria e de seus elevados princípios.<sup>96</sup>

Estes argumentos usados pela maioria dos vereadores, buscaram visivelmente isolar o PCB do conjunto do movimento operário e dos trabalhadores

<sup>94</sup> Ata da Câmara Municipal de Rio Grande n°399, de 11/05/1950, p.03.

<sup>95</sup> **Rio Grande**. Rio Grande, 11/05/1950.

<sup>96</sup> Ata da Câmara Municipal de Rio Grande n°398, de 10/05/1950, p.04-05.



em geral, culpando os comunistas por tudo, sem que os vereadores não comunistas precisassem entrar em atrito com o conjunto dos trabalhadores. Isso também é uma nítida demonstração do peso que os trabalhadores tinham para a política de Rio Grande, pois os vereadores tiveram todo o cuidado para não estimular o conjunto dos operários à defesa do PCB.

Exemplos de manipulação das atas da Câmara para este fim são nítidos. As notas enviadas em apoio aos operários e mencionadas em plenário pelos vereadores do PSP não foram anexadas e sequer incluídas nas atas, assim como várias falas destes que defendiam o movimento. Porém as intervenções daqueles que os atacavam e ao movimento são transcritas em detalhes nas atas, ficando apenas uma versão em evidência.

No dia 11 de maio a vereadora Guaraciaba tentou ler uma carta enviada pela viúva de um dos operários mortos, Euclides Pinto, em sessão da Câmara, no que foi impedida. Este tipo de ação impediu que os argumentos de defesa da manifestação fossem mencionados ou anexados nas atas e mesmo que fossem ouvidos pela platéia da sessão. Na ata se lê o seguinte:

Iniciada a leitura, o Vereador Nilo Fonseca levantando uma questão de ordem, disse haver esta Casa resolvido ontem dar por finda a maneira com que os comunistas se servem desses meios para ofenderem as autoridades constituídas. Em face do que deliberou esta Casa, protestava, veementemente, pela continuação da leitura de semelhante carta. Com a palavra o Vereador Riet Corrêa disse ser viceralmente contrário aos comunistas, no entanto a leitura que a vereadora Guaraciaba Silva vem procedendo, segundo afirma, é um documento oficial que declara ter sido entregue ao senhor Juiz de Direito da Comarca, e isso é permitido pelo regimento. E concluindo, se afora essa leitura esses senhores voltarem a ofenderem nossas autoridades, haverá então questão pessoal. Ou os senhores se comprometem a trabalhar conosco, pelo bem do Rio Grande, ou sairão daqui para nunca mais voltar. A seguir a vereadora Guaraciaba continuou a leitura da referida carta, finda a qual o senhor Presidente interpelou-a se o mencionado documento havia sido encaminhado ao senhor Juiz de Direito. Em face da resposta afirmativa, declarou o senhor presidente a não necessidade de ser o mesmo lido nesta casa.<sup>97</sup>

Observe-se que os dois trechos que a vereadora Guaraciaba consegue começar a ler não são transcritos; o conteúdo dos argumentos dos comunistas são omitidos. Já os ataques aos comunistas são detalhados, como se pode ler em outro trecho do documento. Nele, o vereador Nilo Fonseca pede ao presidente da Câmara que

[...]avisasse a esses dois russos que se acobertam com a cidadania brasileira, que, nesta Casa, só poderão falar respeitando o programa dos partidos por cuja legenda foram eleitos. Tendo sido o Partido Comunista Brasileiro colocado à

---

<sup>97</sup> Ata da Câmara Municipal de Rio Grande n°399, de 11/05/1950. p. 02.

margem por aresto do mais alto tribunal de Justiça do País, nenhum Vereador poderá aqui neste plenário defender a ideologia vermelha dos credos de Stalin.<sup>98</sup>

Estes elementos servem para posicionar bem o PTB, forte partido no meio operário, em relação aos comunistas. Os petebistas eram a favor das reivindicações operárias, mas não perderam a oportunidade de atacar os comunistas, primeiro pela disputa do apoio dos trabalhadores e segundo porque os comunistas também não perdiam a oportunidade de atacar os trabalhistas, considerados nas orientações políticas nacionais dos comunistas como outro partido burguês associado ao imperialismo norte-americano, com o que é um pouco difícil de concordar olhando a situação após quase seis décadas.

No entanto, um dos instrumentos que o PTB utilizou para combater os comunistas é questionável: o anticomunismo, pois ele reproduz a visão de mundo dos setores mais conservadores da sociedade, que construíram uma versão “monstruosa” das esquerdas para justificar o controle dos trabalhadores como um todo, ou de qualquer ideologia que não servisse aos seus interesses. Esta justificativa serviu inclusive para o uso da força militar contra grupos civis, que pela visão anticomunista da época, estariam aliados com a URSS, colocando em risco a segurança nacional. A prova disso é que o próprio PTB foi vítima, na década de 1960, do anticomunismo que ajudou a construir em anos anteriores, pois um dos principais argumentos para o golpe civil-militar de 1964 que depôs o petebista João Goulart, era que ele estava aliado com os comunistas para criar uma república sindicalista no Brasil. Pode-se afirmar que, na disputa com os comunistas, o PTB construiu um **anticomunismo trabalhista**.

Para finalizar esta seção, cabe salientar que a ação dos vereadores do PCB foi usada neste trabalho como um caminho para perceber o ocorrido com o movimento operário e não por considerar que o movimento operário era o PCB, pois como já se afirmou, sabe-se que a maioria dos operários da cidade sequer eram organizados em algum partido. Outros partidos também possuíam vínculos com o movimento, mas neste caso, os comunistas é que estavam à frente da manifestação e foram os vereadores deste partido que procuraram defendê-la na Câmara, o que gerou fontes capazes de informar a nós, pesquisadores, um pouco do que aconteceu ou do que quiseram deixar saber que aconteceu.

---

<sup>98</sup> Ata da Câmara Municipal de Rio Grande n°399, de 11/05/1950. p. 02-03.

### 3.2. 1º de maio de 1950: “o dia em que mataram a operária”

No dia 1º de maio de 1950, na cidade de Rio Grande, foi realizado um churrasco de comemoração à data, no local do então Parque Rio-grandense, em frente ao entroncamento de bondes, ao final da Linha do Parque, que era uma rota de bondes bastante caracterizada pelo intenso tráfego de operários indo ao trabalho nos dias úteis, hoje localizada próximo à entrada da zona urbana da cidade.

A atividade foi obra de militantes ligados ao movimento operário, principalmente os comunistas. Nela ocorreram além do churrasco, a instalação de bancas de venda de comidas e refrigerantes, apresentação de bandas de música, baile e discursos de oradores.<sup>99</sup>

Ao final da atividade, por volta das cinco da tarde, alguns oradores chamaram os presentes a sair em caminhada a fim de fazer uma última manifestação em frente à sede da SUO<sup>100</sup>, que se encontrava fechada por ordem do Ministro da Justiça desde maio de 1949, como se observou anteriormente.

Devido ao simbolismo da data, que comemorava não apenas o dia do trabalhador, mas também o aniversário de inauguração da SUO, o convite para uma manifestação em suas portas, pela reabertura da entidade, parece ter tido boa receptividade por parte do público.

A marcha saiu pela cidade, segundo relatos de participantes, imprensa e testemunhas, com uma banda de música e o pavilhão nacional à frente, com o grito de palavras de ordem e apresentação de cartazes e faixas, pedindo a reabertura da SUO e comemorando o dia do trabalhador. O número de participantes do churrasco e da marcha fornecidos pelos mesmos relatos variam: quanto ao churrasco, de mil a duas mil pessoas; a passeata, de 400 a mil pessoas.

Nas imediações do campo do Esporte Clube General Osório a manifestação foi interceptada pelo delegado Ewaldo Miranda do DOPS, que exigiu a sua dispersão. Com Miranda estavam alguns policiais e soldados da Brigada Militar, que antes se encontravam dentro do estádio do Esporte Clube Rio Grande, próximo ao

---

<sup>99</sup> Anexo da Ata da Câmara Municipal de Rio Grande nº393, de 03/05/1950.

<sup>100</sup> Anexo da Ata da Câmara Municipal de Rio Grande nº393, de 03/05/1950.

local do confronto, que estava lotado devido a uma partida de futebol contra o time carioca Vasco da Gama<sup>101</sup>.

A partir deste momento começou uma briga com tiroteio. Através dos depoimentos, pode-se conhecer duas versões distintas a respeito do início do conflito. De um lado os policiais e algumas testemunhas entre os próprios manifestantes, afirmam que Ewaldo Miranda, ao chegar no local, procurou o já citado Antônio Réchia a quem solicitou a dispersão da passeata, já que esta não possuía permissão, e que a seguir Réchia gritou: “o povo quer, o povo exige a abertura da União Operária. Marchemos para a União Operária, nada nos deterá!” Isso agitou ainda mais os manifestantes, o que é confirmado por vários depoimentos. Em meio à confusão, um destes agrediu o delegado com um soco, seguido do começo do tiroteio. Os policiais estariam com as armas ainda guardadas, sendo que o início do tiroteio teria sido obra dos manifestantes.

Já a versão da maioria dos manifestantes e dos comunistas envolvidos nos incidentes é a de que os policiais chegaram ao local de armas nas mãos e com truculência, tendo estes iniciado o tiroteio com o intuito de dispersar a manifestação a força.<sup>102</sup>

No conflito morreram três manifestantes: o pedreiro Euclides Pinto, o portuário Honório Alves de Couto e a tecelã Angelina Gonçalves. Também foi morto o ferroviário Osvaldino Correa, que havia saído do estádio do Esporte Clube Rio Grande e passava pelo local.

Em um primeiro momento, a imprensa comercial afirmou que o ferroviário passava pelo local despreziosamente e que sua morte teria sido um acidente, mas é certo que este saiu do estádio para apoiar os manifestantes, pois era filiado ao PCB. Seu corpo foi enterrado em funeral conjunto com os outros mortos na manifestação<sup>103</sup>. Se ele não tivesse envolvimento, sua família possivelmente não teria permitido esta cerimônia. Outro elemento que confirma isso é o fato do processo-crime sobre o conflito não ter citado em momento algum que o ferroviário havia sido atingido por acidente. No confronto também morreu, atingido por arma de fogo, o soldado da Brigada Militar Francisco Reis.

---

<sup>101</sup> **Rio Grande**. Rio Grande, 02/05/1950.

<sup>102</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1950. Op. cit.

<sup>103</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 03/05/1950 .

Várias pessoas ficaram feridas, tanto policiais quanto manifestantes, porém da parte dos manifestantes, muitos deles optaram por tratar seus ferimentos em casa com medo de que, ao irem buscar ajuda hospitalar, ficassem presos por envolvimento no conflito, o que dificulta qualquer contagem com mínima precisão<sup>104</sup>. Um dos mais destacados feridos foi o vereador Antônio Réchia, que ficou paraplégico.

Na noite do dia 1º de maio, após o confronto, um clima de medo e insegurança parece ter se espalhado na cidade. Logo após o enfrentamento, todos os efetivos do Exército e Marinha foram chamados aos quartéis para plantão, colocando a cidade em estado de alerta. Os prédios públicos e os dois hospitais de Rio Grande, em que se encontravam vários manifestantes feridos, ficaram sob forte cerco e vigilância do Exército, que foi chamado devido ao temor de um ataque para resgatar os manifestantes. Também foi proibida a entrada de pessoas para visitar os feridos.<sup>105</sup>

Esta enorme precaução da polícia, certamente foi ocasionada pela reconhecida força do movimento operário riograndino, pela influência comunista nele, o que gerou o medo de que os operários fossem atacar o poder público devido as mortes, e principalmente, pelo temor criado em torno dos comunistas, já que estes eram considerados um grupo preparado para tomar o poder a qualquer momento ao comando dos soviéticos, ideologia típica dos tempos da Guerra Fria.

No jornal pelotense *A Opinião Pública*, que enviou uma equipe de reportagem à Rio Grande na madrugada de 1º para 2 de maio, especialmente para cobrir os acontecimentos, pode-se perceber através do “olhar do estrangeiro”, um pouco do clima em que a cidade estava imersa.

[...] a cidade apresentava-se em pé de guerra, guarnecida em todos os seus cantos por homens do Exército e da Brigada. De esquina em esquina relampeava o brilho das baionetas ou o cano das metralhadoras, emprestando uma característica belicosa a um espetáculo que pela sua apresentação bem atestava a trágica extensão do conflito e a enormidade de um possível ânimo existente. Tratava-se, não há dúvidas, de uma medida preventiva, resultado do violento choque ocorrido ao entardecer, no meio da rua comunistas e policiais encontraram-se, assinalando um ponto final de sangue justamente no dia dedicado à confraternização dos homens, à compreensão e à harmonia.<sup>106</sup>

O jornal *Rio Grande* do dia 3 de maio de 1950, noticiou uma sabotagem ocorrida na estação de energia elétrica e rede telefônica, supostamente realizada pelos comunistas, que deixou a maior parte da cidade às escuras. Porém não há

<sup>104</sup> H. Entrevista concedida a Diego Luiz Vivian. Rio Grande, 1º jun. 2004. p.07.

<sup>105</sup> O Tempo. Rio Grande, 03/05/1950.

<sup>106</sup> A Opinião Pública. Pelotas, 02/5/1950.

confirmação do episódio, pois este fato não foi mais lembrado como argumento contra os comunistas, diferente de outros que foram exaustivamente repetidos. Possivelmente foi uma falta de luz qualquer, mas sem dúvida em momento impróprio.

Este conflito intensificou na cidade a propaganda anticomunista, agravando a situação de embate entre comunistas e polícia devido à ocorrência de um enfrentamento armado e com mortes. Uma campanha de parte da imprensa comercial e das autoridades em geral, culpou exclusivamente os comunistas pelo ocorrido, embora estes não tenham sido os únicos participantes das manifestações.

No entanto, pode-se perceber que se intensificou o que já vinha ocorrendo na cidade desde 1946-47, um anticomunismo em decorrência do começo da Guerra Fria<sup>107</sup> que, como estamos vendo, foi utilizado como argumento contra as manifestações de março de 1949, assim como em 1952, tema que será objeto do terceiro capítulo.

Além disso, um período de perseguição e repressão violentas ao movimento operário foi aberto na cidade, diferente do que ocorrera em 1949, apesar das prisões realizadas. A justificativa era o combate aos “perigosos vermelhos”, que haviam enfrentado a polícia com armas e com o apoio de boa parcela do operariado, que ficou comovida com as mortes e saiu em defesa do PCB, como se pode notar nos depoimentos do processo, além da presença massiva de pessoas no enterro dos operários, que na prática tornou-se um protesto em defesa dos que haviam participado do protesto de 1º de maio. Novamente a repressão achava uma justificativa para tentar frear o movimento dos comunistas e de outros grupos de operários que se organizavam, porém muitos sem quaisquer ligações com o comunismo.

Outro instrumento usado para a intimidação aos manifestantes, além das perseguições e agressões físicas, foi o processo movido contra os participantes. Os militantes que participaram da manifestação e que foram indiciados pela morte do policial e pela ocorrência da manifestação foram Antônio Réchia, Avelino dos Santos Martins (principal acusado pelo começo da briga), Amábilio dos Santos Menezes, Rufino Aires Machado, e Osvaldo Borges Ávila. Sobre estes já sabemos que Réchia era vereador e Amábilio trabalhador das indústrias do peixe. Rufino era um

---

<sup>107</sup> Isso pode ser percebido nas edições dos jornais Rio Grande e O Tempo, assim como com nas atas da Câmara de Vereadores.

trabalhista, mas que foi inocentado pelas testemunhas já nos primeiros depoimentos, pois foi tratado como um outro inocente que estava lá por iniciativa pessoal, o que não nos diz muito sobre a participação de trabalhistas. O ponto comum nos outros acusados é que eram comunistas, não se tendo maiores informações a respeito de Osvaldo e Avelino. Os policiais indiciados pelas mortes foram Ewaldo Miranda, Cap. Gonçalino Curió de Carvalho, Inspetor Carlos Calvete, Inspetor Rui Santana, Inspetor Sadi Lahorgue Pinto, Nilo Nunes e José Aralmoler de Almeida.<sup>108</sup>

O inquérito foi encerrado apenas em 1952 e foram ouvidos 48 testemunhas, a maioria duas vezes, pois prestaram um depoimento para a polícia, nos dias seguintes à manifestação e outro em “juízo”, durante as audiências no Fórum. O processo acabou não chegando a maiores conclusões a respeito de quem foram os responsáveis pelas mortes, sendo os militantes condenados pela manifestação, porém não cumpriram pena devido a prescrição dos crimes. Já os militares foram absolvidos, inclusive após recurso apresentado por parte das vítimas, pois segundo a conclusão do processo eles estavam cumprindo a lei e defenderam-se de ataque. Esta pouca definição a respeito das responsabilidades deveu-se a testemunhos de ambas as partes que se contradizem e a ausência de provas contundentes que dessem razão absoluta a alguém.

Pelos depoimentos, dos manifestantes, os objetivos da passeata acabam ficando explícitos, embora as falas daqueles que depuseram como acusados tentem desconversar para evitar dar razão aos policiais.

Fica nítido no conjunto das fontes analisadas que a passeata, assim como o churrasco, foram organizados por militantes do PCB e que o objetivo da passeata era o de reabrir a sede da SUO à força, se necessário. A abertura da sede era prevista e inclusive um técnico de som se dirigia para a entidade para a instalação de auto-falantes, que seriam usados em um ato que ocorreria dentro da sede. Contavam para isso com o apoio da massa de trabalhadores mobilizadas para o churrasco e com uma atividade legal, que ia se realizar às 20 horas na sede da escola da Sociedade, que estava em funcionamento, apesar do fechamento da entidade e que se localizava ao seu lado.<sup>109</sup> Com isso, os comunistas possivelmente calcularam o apoio dos presentes no churrasco e na passeata para realizarem a

<sup>108</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1950. Op. cit.

<sup>109</sup> Ibidem. p. 45 e 49.

tarefa, bastante ousada, de reabrir a entidade em uma nítida intenção de enfrentar a determinação do Governo Federal e da Lei de Segurança Nacional. Deduz-se isso a partir dos depoimentos dos próprios comunistas no processo-crime, em que atacam a Lei e afirmam que pretendiam reabrir SUO não por vontade deles, mas pela da “classe operária”.

É importante mencionar que os comunistas realmente realizaram todas as ações acompanhados por um número considerável de trabalhadores não filiados ao partido, o que indica uma certa legitimidade dos mesmos, dada por, ao menos, parte da “classe operária”, cuja vontade diziam representar. Como já foi observado no primeiro capítulo, a SUO era referência para os trabalhadores de Rio Grande como um todo e o fato dos comunistas terem tomado a iniciativa de reabertura da entidade certamente os fortaleceu, pois respondiam por um interesse coletivo que ia além das fileiras do partido.

Após o episódio, houve uma disputa por versões sobre o que de fato havia ocorrido. Da parte dos manifestantes a versão mais difundida foi a dos comunistas. Esta versão será aqui analisada a partir de panfletos, jornais, declarações em câmaras de vereadores, moções de apoio e obras literárias, entre outros.

O jornal *Gazeta Sindical*<sup>110</sup> da CTB, organizada pelo PCB, dedicou a capa e boa parte de sua edição sobre as manifestações do 1º de maio de 1950 para denunciar o que ocorreu em Rio Grande e comentar as moções em solidariedade aos trabalhadores daquela cidade, que haviam ocorrido na Bahia e em outros lugares, além de publicar cartas enviadas ao governo gaúcho em repúdio aos fatos. Além disso, o jornal corrobora a versão declarada no processo-crime a respeito do assassinato de Euclides por Miranda após o encerramento do tiroteio, e o de Angelina Gonçalves pelo Brigadiano Gonçalino, após esta ter retirado a bandeira nacional de suas mãos, a qual havia sido tomada de algumas manifestantes. Este ato da operária é tratado como heróico.

A capa da edição do jornal *Gazeta Sindical* (Figura 3) não deixa dúvidas a respeito da importância concedida a esta manifestação, pois toda ela é dedicada ao fato, que ficará muitíssimo conhecido até hoje nas lembranças dos contadores de histórias sobre Rio Grande, como o “dia em que mataram uma operária”. Outros dois pontos importantes do jornal, fortalecem a denúncia: primeiro, são as fotos de Euclides e Angelina mortos, que não foram colocadas como anexo pela força de sua

---

<sup>110</sup> *Gazeta Sindical*, 1º quinzena de junho de 1950.



imagem (estas fotos também podem ser encontradas nos autos de necropsia que constam no processo-crime sobre o caso); segundo, é a declaração de Sulma Pinto, que também foi panfletada em Rio Grande como maneira de disputar a versão dos acontecimentos na cidade. Apenas para exemplificar o tom do discurso, será citado a seguir parte do texto, cabendo lembrar que Sulma era viúva de Euclides Pinto, um dos operários mortos e militante assumida do PCB local, como consta em seus depoimentos no processo-crime relacionado ao conflito.

Muitos órfãos resultaram do morticínio. Só em meu lar ficaram nove crianças sem pai. Mas isso não nos tira força, antes estimula nos maternos fiéis aos ensinamentos do pai e, sobretudo, ao exemplo do homem que nos alimentava com o fruto de seu trabalho honesto, advertindo-nos sempre que nossas dificuldades cessariam quando o proletariado conseguisse derrotar os seus opressores, quando a independência nacional fosse garantida e os imperialistas afastados das posições que ocupam em nosso país, e quando fossem derrotados os pregadores da guerra em todo o mundo, pois só então a classe operária se libertaria. E que para isso era preciso lutar. Lutar para esclarecer os trabalhadores de seus direitos, lutar com energia e convicção para a nossa libertação. E na hora de morrer Euclides Pinto nos dizia que era preciso prosseguir a luta e que ele morria satisfeito, porque sabia que seu sacrifício não será inútil, antes contribuiria para a mais rápida libertação dos trabalhadores. [...] É dentro dessa compreensão que chamamos a todos os trabalhadores para o prosseguimento da luta por melhores condições de vida, mais salário e liberdade, para unidos, derrotarmos os agressores e covardes.<sup>111</sup>

---

<sup>111</sup> **Gazeta Sindical**, 1º quinzena de junho de 1950. (capa)



Este jornal também exalta o ato de Angelina, igualmente citado por vários depoimentos no processo-crime. Um policial arrancou a bandeira nacional que algumas mulheres traziam à frente da passeata, Angelina foi até o policial e a arrancou de suas mãos. Ao se retirar em direção aos manifestantes, foi atingida por um tiro na nuca, mais exatamente atrás da orelha esquerda. Eis como isso é narrado pelos jornalistas da CTB:

Heroísmo de uma operária.

Entre as cenas de heroísmo e de firmeza proletária cumpre destacar a da morte da tecelã Angelina Gonçalves. Ia ela com um grupo de senhoritas que acompanhavam a Bandeira Nacional. À certa altura, os policiais tentaram arrebatar a bandeira da menina que a carregava. Angelina, porém, não podia deixar que a Bandeira passasse das mãos honradas que a transportavam, para as mãos assassinas dos policiais. Adiantou-se, pois, e em luta com os tiras conseguiu retomar a bandeira. Foi neste instante, quando defendia o Pavilhão Nacional com o próprio corpo, que Angelina foi fuzilada friamente por Gonçalino Gonçalves, tombando morta, envolta na bandeira que defendeu com sua própria vida.<sup>112</sup>

Em tons mais ou menos dramáticos esta é a versão que aparece também nos depoimentos do processo, porém outras várias versões são contadas até hoje na cidade de Rio Grande, todas elas condenando a morte da operária. Talvez uma das mais divulgadas, apenas para exemplificar, é que a tecelã teria sido atingida quando, além de segurar a bandeira, estava segurando sua filha no colo, o que dá um tom mais incriminatório à polícia. A fonte desta versão é impossível de verificar, pois esta e outras vem passando de pessoa para pessoa, o popular “de boca-em-boca”, desde de 1950, o que torna muito difícil a identificação da sua origem. Ela é citada em parte por João Batista Marçal(1986), segundo o qual Angelina, estaria durante a manifestação, com sua filha Schirley de dez anos. Porém em nenhum depoimento no processo é mencionado a presença da menina na manifestação.

A repercussão do episódio no interior do PCB foi grande, pois além da publicação da *Gazeta Sindical* houve matérias no *Voz Operária*, com sede no Rio de Janeiro mas com distribuição nacional pelo PCB, no dia 13 de maio e na revista *Problemas*, também com distribuição nacional pelos comunistas. Em *Voz Operária*, principal jornal comunista no período, o conflito é descrito com a admissão de que realmente o objetivo era reabrir a SUO, e que a polícia havia recuado e permitido o churrasco devido a força que tinha demonstrado o movimento durante a greve de 1949. A ação policial é tratada como uma verdadeira armadilha premeditada. Na capa deste último pode-se ver uma ilustração em que aparece a tecelã tombando

<sup>112</sup> *Gazeta Sindical*, 1º quinzena de junho de 1950. p.4.

com a bandeira nacional em punho (Figuras 4 e 5) em meio a outros manifestantes que portavam faixas. O mesmo tema também é usado na capa da *Gazeta Sindical*, em que a ilustração mostra um manifestante alvejado sendo aparado por outro em meio a massa (Figura 3). Ainda sobre a iconografia produzida a respeito do conflito, um panfleto circulou em Rio Grande com o título *O sangue dos mártires de Rio Grande é uma bandeira de luta pela paz*. Nele não se lê mais nada, mas se pode ver um desenho que fala por si só (Figura 6): a manifestação frente aos policiais, e em um primeiro plano Angelina, com a bandeira nacional prestes a ser atingida.







(Fig. 5) Detalhe do desenho da capa do *Voz Operária* de 13 de maio de 1950.



(Fig. 6) Panfleto "O sangue dos mártires de Rio Grande é uma bandeira de luta pela paz".

Estas imagens do conflito são muito interessantes, pois constroem uma versão do ocorrido que é impactante e muito bem usada para a propaganda da luta que o PCB travava de forma radicalizada contra o governo naquele momento. O partido denunciava que a polícia havia assassinado operários e propunha uma ação enérgica contra os governos, que preferiam reprimir o povo que combater o imperialismo norte-americano sistematicamente anticomunista. Estas constatações do aumento da repressão, devem ter influenciado a própria formulação da linha política do *Manifesto de Agosto*.

Um indício que acontecimentos como o de Rio Grande podem ter influenciado a linha política do PCB, de enfrentamento armado contra o governo através da formação de comitês populares, é o texto de Pedro Pomar na capa do jornal *Voz Operária*, que de maneira bastante indignada afirma entre outras coisas que

Na tarde de 1° de maio de 1950 fiéis a sua classe e ao povo, mais quatro patriotas tombaram sob a brutal tirania de Dutra. [...] Isso prova que o povo brasileiro só tem dois caminhos: ou o da submissão à política de exploração, opressão e assassinio, conduzida por Dutra a serviço dos imperialistas ianques ou o das lutas abertas, corajosas e unidas pela libertação nacional, pela democracia e pela paz. Dignificando a memória e a causa pela qual os heróis do Rio Grande não regatearam seu sangue generoso devemos tirar lições destes crimes da ditadura e erguer o movimento de protesto e de solidariedade à altura das exigências e necessidade da revolução brasileira.<sup>113</sup>

Em um outro trecho afirma que: “se deveria tirar lições”, para combater uma ditadura, caracterizada como fascista e aliada a interesses imperialistas do principal inimigo do socialismo da URSS, os EUA. Levando em conta estas observações, que foram construídas com base nas avaliações do PCB sobre o período, era lógico a alguns dirigentes do partido, que se as vias democráticas estavam fechadas, a luta armada e radicalizada contra todos os governos seria uma possível saída. Entretanto, esta luta armada nunca saiu do papel e foi definitivamente abortada com a eleição e posterior suicídio de Getúlio Vargas, que colocou o partido em crise e fez com que este mudasse sua linha de atuação novamente.

Nesta mesma luta pela condenação da ação da polícia, pode-se encontrar também moções de solidariedade aos manifestantes e de protesto contra o governo gaúcho de Walter Jobim (PSD), um dos responsabilizados pelo episódio. Estas

<sup>113</sup> *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 13/5/1950. Capa



manifestações vieram das entidades sindicais lideradas pelos comunistas, como os mineiros de Butiá, metalúrgicos do Distrito Federal, comunistas da Bahia, entre outras várias entidades de maior envergadura como a União Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, União Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal, e a CTB que através de jornal e telegramas, enviou seus repúdios.<sup>114</sup> Em Porto Alegre, os comunistas realizaram um ato público no Centro Cívico Castro Alves, além da publicação de uma edição de *A Tribuna*,<sup>115</sup> jornal comunista local, que noticiou praticamente só o conflito em Rio Grande.

Na cidade de Pelotas, vizinha a Rio Grande, um panfleto circulou assinado por uma “Comissão de solidariedade”, que convocava os trabalhadores a realizarem greves parciais ou gerais de protesto contra o ocorrido.(ANEXO 2) Um *Manifesto ao povo Gaúcho* assinado principalmente por advogados, vereadores comunistas e alguns professores, também circulou pelo estado, contra o governo Jobim pelo “massacre” de Rio Grande, pela invasão das oficinas do *A Tribuna* e pela libertação do vereador comunista Eloy Martins preso no episódio da invasão do jornal. (ANEXO 3)

Isso demonstra que o episódio foi propagandeado e utilizado pelos comunistas para denunciar o período de repressão policial que o movimento operário e os comunistas vinham sofrendo. Além disso, outro panfleto intitulado *Ódio aos assassinos do povo*, entregue em Rio Grande(ANEXO 4), deixa nítida a linha que adotaram os comunistas, pois convocam a população a se “vingar” da repressão, com a realização de greves e paralisações, além de acusar os governos Dutra, Jobim e Moreira, classificando-os como fascistas. Esta postura vem exatamente ao encontro da linha do PCB naquele período.

Outra discussão que toma enormes dimensões é o fato de alguns militantes estarem armados durante a manifestação, o que é usado como argumento da polícia para demonstrar que estes tinham a intenção de atacar. No entanto, é necessário pensar que isso também pode não ter passado de um instrumento de auto defesa, já que as animosidades pessoais entre os manifestantes e policiais, bastante questionados pelas suas posturas pessoais<sup>116</sup>, eram enormes e antigas. Se fosse verdade a intenção do PCB em atacar a polícia, certamente os manifestantes em número de 500, aproximadamente, mesmo com menos revólveres, teriam

<sup>114</sup> **A Tribuna**. Porto Alegre, 14/5/1950. N° 251.

<sup>115</sup> *Ibidem*.

<sup>116</sup> Anexo da Ata da Câmara Municipal de Rio Grande n°393, de 03/05/1950, p.01.

massacrado os policiais. Porém, o que se viu foi exatamente uma tentativa de fazer o oposto por parte dos policiais, que descarregaram seus revólveres, segundo os seus próprios depoimentos. Outro fato inegável é que os militantes atingidos foram exatamente alguns dos principais líderes operários e comunistas da cidade, exceto um do qual não se tem provas de ser comunista. Isso é um indício de que, ao contrário do que afirmam os policiais em seus depoimentos, os tiros foram intencionalmente direcionados.

Saindo da “dureza” dos documentos partidários e das denúncias panfletárias e jornalísticas, esta versão que o PCB buscou construir, articuladamente ou não, sobre a manifestação de 1º de maio, tomou tons literários em duas obras que abordam o conflito, o romance *Linha do Parque* de Dalcídio Jurandir e nas poesias de Lila Ripoll.

A poetisa comunista Lila Ripoll, em uma série de poemas lançados em 1º de maio de 1954, em homenagem a data, descreve uma versão bastante interessante, devido ao conteúdo, sobre o “massacre” dos operário riograndinos em 1950. (ANEXO 5)

Este poema demonstra o simbolismo que o episódio passou a ter para o partido e parte dos operários de Rio Grande. Conta a história da manifestação para reabrir a SUO em uma data especial para os trabalhadores do mundo, impedida pela violência policial, de um atentado contra o “vereador do povo”, Antônio Réchia, e principalmente a cena que ficou na memória da maioria na cidade e que marca aquela data até hoje, a morte de Angelina que defendia a Bandeira Nacional das mãos daqueles que a desonraram por a manchar derramando o sangue dos trabalhadores que, na visão comunista, são a classe que constrói a vida e a riqueza do mundo e portanto são os portadores da razão e da possibilidade da transformação revolucionária. Além disso, no trecho em que fala sobre o “Amanhã”, preludia que a luta serve para passar às gerações seguintes o exemplo dos mártires que brigaram pelo povo, o que é exatamente lembrado até hoje na cidade: os operários mortos porque estavam defendendo os trabalhadores.

A outra obra literária inspirada não só pelo conflito de 1º de maio de 1950, mas pela própria história do movimento operário riograndino, é o romance *Linha do Parque*, do escritor paraense e comunista Dalcídio Jurandir. O escritor possui várias obras, principalmente sobre a região Amazônica, da qual é considerado um dos

maiores escritores. Comunista, fez parte da “Comissão Nacional de Cultura” do partido, criado na década de 1950(GARCIA, 1999, p.62), viveu a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro, escrevendo na imprensa de esquerda. Obteve o primeiro lugar com o livro *Chove nos Campos de Cachoeira* em um concurso literário, cujo a comissão julgadora era composta por Jorge Amado, Álvaro Moreira, Oswaldo de Andrade e Raquel de Queiroz. Além disso recebeu o Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras, em 1972, pelo conjunto de sua obra. Teve vários livros publicados no exterior, falecendo em 1979.<sup>117</sup>

*Linha do Parque* foi escrito entre os anos 1950 e 1953, durante algumas estadias do escritor na cidade de Rio Grande. A obra narra a trajetória do movimento operário da cidade desde seu surgimento, no final do século XIX, até o conflito da linha do Parque, passando por várias gerações de militantes operários. Um lugar de destaque foi dado pelo escritor à SUO, tratada na obra como um dos elos de ligação entre os velhos militantes e os novos, que em 1950, coordenados pelos comunistas conduzem a passeata. Isso era bastante representativo na vida real também.

Salta aos olhos o ambiente quase familiar em que se passam os episódios decisivos para a militância em Rio Grande, devido a esta ligação entre as várias gerações. Não por acaso, ao narrar o enterro dos mortos em 1950, Jurandir afirma que os que acompanharam o cortejo viraram as golas dos casacos para cima, o que era uma velha tradição gaúcha que indicava luto na família.(JURANDIR, 1959, p.533) Além do romance, este gesto foi realizado pelos manifestantes que enterraram as vítimas do conflito de 1952, como se verá a seguir. Considerando que o escritor estava em Rio Grande neste período, possivelmente o que o inspirou a contar este detalhe dos costumes locais tenha sido o episódio de 1952.

Os últimos capítulos do livro de 549 páginas, cujo volume é representativo da farta trajetória de lutas operárias em Rio Grande, são dedicados a narrar os acontecimentos do 1º de maio de 1950, que determina inclusive o nome da obra, pois *Linha do Parque* é uma nítida referência ao local por onde os trabalhadores marchavam quando foram interceptados pelos policiais. A narrativa não presa pela exatidão dos fatos, mas sim pela construção de uma versão em que se coloca a polícia como assassina do povo, ao mesmo tempo em que os manifestantes foram injustamente atingidos, quebrando-se ali uma série de relações familiares e afetivas de uma gente sofrida que só estava interessada em conquistar o que era justo aos

---

<sup>117</sup>[www.dalcidijurandir.com.br](http://www.dalcidijurandir.com.br) , acessado em: 22/01/2009. 12:03hs.

trabalhadores e que naquele momento representava a reabertura da SUO. A descrição da pobreza e das dificuldades vividas pelos operários na cidade por onde escoava a riqueza do estado, também serve como um elemento ativo da narrativa, pois demonstra a justeza da luta política. Não eram justas a fome e as péssimas condições de habitação, como no caso do bairro Cedro, para os trabalhadores que produziam a riqueza das grandes indústrias que lá se encontravam e principalmente para aqueles que colocavam as mercadorias todos os dias nos navios. Em meio a estes argumentos o autor narra a festa de 1º de maio de 1950, o conflito, a repressão e a renovação da luta nas mãos das gerações futuras, já em gestação naquele momento.

A importância de citar estas obras construídas por comunistas, uma específica sobre o 1º de maio de 1950 e o romance a respeito de toda história do movimento operário riograndino, mas cujo nome, *Linha do Parque*, deixa nítida sua inspiração inicial, é a de perceber a importância que Rio Grande passou a ter para o PCB. Como já se afirmou, lá foi implementada a linha política orientada pelo partido nacionalmente. Com a repressão, os comunistas locais viraram símbolos da resistência contra o governo Dutra. Isso também é demonstrado pela imprensa comunista já citada anteriormente, que explorou bastante o ocorrido para denunciar seus inimigos.

Entre uma das ações que expressam esta importância que o movimento operário riograndino acabou tomando para o PCB, *Linha do Parque* possui inclusive uma edição Russa (ANEXO 6), assim como outros livros do autor. Ao que tudo indica, Dalcídio Jurandir era funcionário do PCB e foi deslocado do Rio de Janeiro para Rio Grande afim de escrever sobre a história do partido naquela cidade. Quais outras cidades possuem romances que conte sobre seus operários desde o começo de sua organização? Existem, mas são poucas as privilegiadas.

### **3.3. Repressão policial e anticomunismo**

Nesta seção será abordado como agiram a Polícia Civil e Brigada Militar, contra os operários em manifestação, e centralmente se analisará a repressão física e o anticomunismo policial.

Sobre a repressão física, pode-se expor que, em relação à atuação da polícia, há duas versões, cada uma com algum grau de unidade e coerência. Uma construída por ela própria, pela imprensa comercial e pelos políticos que estavam contra os comunistas. A outra coloca os operários como vítimas de uma repressão injustificada, construída pelos participantes da manifestação e por membros do PCB.

Um dos primeiros pontos que geraram discussão entre os manifestantes e policiais, era se o churrasco e a manifestação haviam sido autorizados pela polícia. Os organizadores do churrasco pediram licença às “autoridades” para a realização das festividades e, segundo a declaração do delegado Miranda publicada no *Rio Grande*, a polícia concedeu a autorização apenas para o churrasco, pois

[...]sabia a polícia que a comissão organizadora era integrada por elementos reconhecidamente comunistas o que lhe não impediu de dar a necessária permissão, porque a Constituição garante o direito a reunião.<sup>118</sup>

Porém na mesma declaração o delegado trata a passeata como uma “ilegalidade”, o que deixa implícita a proibição de qualquer manifestação extra ao churrasco. Tendo isto ocorrido, serviu como justificativa para a ação policial.<sup>119</sup> Segundo Ewaldo Miranda com a aproximação da data de 1º de maio, teve conhecimento dos movimentos de elementos “reconhecidamente comunistas e eternos líderes de todas as agitações ocorridas nesta cidade”, do planejamento de um churrasco chamado de “confraternização”, em comemoração ao Dia do Trabalho. Declarou que, apesar de não ter sido pedida nenhuma autorização para a realização da atividade, como mandava a Constituição, resolveu deixar que tudo ocorresse sem fazer exigências, “para que os comunistas não dissessem que a polícia estava coagindo qualquer manifestação de operários”. O depoente apenas mandou que ficasse um grupo de plantão, “caso fosse necessário dissolver” qualquer manifestação de caráter “subversivo”.<sup>120</sup>

Já os operários acharam-se no direito de realizar a marcha e um ato em frente à sede da SUO, pois estariam exercendo a democracia e sua liberdade de expressão, e se trataria de um ato pacífico. Alguns depoentes citaram como exemplo a ocorrência de um ato público realizado em homenagem ao aniversário do

---

<sup>118</sup> **Rio Grande**. Rio Grande, 03/05/1950.

<sup>119</sup> *Ibidem*.

<sup>120</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1950. Op. cit. p. 32.

prefeito, Miguel Moreira, que havia sido autorizado, como uma justificativa para poder eles também fazer a manifestação.<sup>121</sup>

Quanto à prontidão da polícia, o depoimento do Comandante do Policiamento da Cidade, Gonçalino Curió, pode trazer informações importantes, pois ele afirma que combinou com Miranda medidas preventivas, tendo em vista que os organizadores da passeata eram elementos “reconhecidamente comunistas”.

[...]as medida tomadas foram de deixar na Cadeia Civil, sede do Destacamento Policial, uma patrulha a cavalo, composta de 10 homens, pronta para atender qualquer chamado; que, além deste serviço foi reforçada a guarda da Delegacia de mais seis homens, sob o comando de um cabo que deveria ficar de rigorosa prontidão prontos para qualquer eventualidade; que, ficou ainda na cadeia Civil o sargento auxiliar do Destacamento, com o restante do pessoal disponível, num total de vinte e seis homens, para reforçar qualquer serviço que se tornasse necessário; que ficou atribuído à Polícia a vigilância discreta do local onde se realizavam o churrasco, afim de prevenir o elemento disponível caso eles tentassem realizar a passeata que planejavam.<sup>122</sup>

Duas coisas importantes: primeira é que o fato da prontidão ter sido amplamente combinada demonstra o temor referente à manifestação e a intenção de ação repressiva. O batalhão a cavalo foi o primeiro a chegar ao local após o tiroteio e ao que tudo indica isso ocorreu em poucos minutos; segunda, é a vigilância discreta, que Miranda negou ter ocorrido, mas que este depoimento e as fotos tiradas durante o churrasco pela polícia, que constam no inquérito, desmentem. Além disso, o ato falho do depoimento em que o comandante deixa escapar que sabiam de uma “passeata que planejavam os comunistas”, o que quer dizer que sabiam que algo a mais que o churrasco iria acontecer. Porque não impediram antes? Será que não estavam à espera de um motivo para atacarem fisicamente os comunistas? É preciso analisar isso com olhos para as animosidades existentes entre os lados envolvidos desde março de 1949 ou talvez antes, e um ambiente repressivo contra o PCB em todo o país, o que estimulava a polícia local a reprimir o partido com certa impunidade.

Essa conjuntura em que a polícia de Rio Grande optou por também reprimir os comunistas, seguindo as orientações nacionais, e a prontidão denunciada pelo depoimento do Comandante, desmontam a argumentação de que a polícia foi pega desprevenida e que foi vítima de uma ação repentina dos comunistas. Muito pelo contrário, estava vigilante, preparada e sabia com antecedência da passeata. Parece que os policiais permitiram a ação dos comunistas exatamente para

---

<sup>121</sup> Ibidem. p. 19-20.

<sup>122</sup> Ibidem. p. 41.

efetuarem uma repressão mais aguda que servisse como lição para intimidar com o uso da força e da lei, que efetivamente estava contra a ocorrência de manifestações sem o aval da polícia, aqueles que a exemplo de março de 1949, quisessem sair as ruas para manifestações.

A justificativa dada pela polícia para a repressão, em primeiro lugar, foi a ilegalidade da própria marcha e em seguida o objetivo da marcha, que pretendia reabrir a sede da SUO “à força”, o que significava o desacato de uma ordem do Ministro da Justiça.

Sobre o início do conflito em si, a versão da polícia, repetida pela imprensa comercial, foi a de que o delegado do DOPS Ewaldo Miranda e o tenente da Brigada Militar Gonçalo Carvalho, junto com alguns “poucos” praças da Brigada, saíram do estádio de futebol e dirigiram-se ao vereador Antônio Réchia que, segundo eles, era o “principal organizador” da manifestação e do churrasco. Ao estar conversando “amigavelmente com este”, segundo os policiais, o delegado Miranda foi agredido a socos e reagiu sacando o revólver, quando então os manifestantes começaram a atirar. Esta versão também direcionou os depoimentos durante a elaboração da acusação para a abertura do processo contra os manifestantes.<sup>123</sup>

O centro da defesa dos policiais, nítido no depoimento de Miranda, para explicar o que ocorreu, é que, após ter sido agredido com um soco, seguiu-se uma confusão e disparos começaram a ocorrer da parte dos manifestantes. Foi então que este procurou afastar-se dos manifestantes disparando seu revólver, em “legítima defesa”, declarando que não se lembrava de ter atingido ninguém, pois estava atordoado com a agressão sofrida. Suas balas acabaram e os outros também não possuíam mais munição, então foram para trás de um caminhão e ficaram fazendo de conta que atiravam, pois se os manifestantes descobrissem que não tinham mais munição seriam pegos. Esta versão, porém, é bastante suspeita, pois parece ter sido formada exatamente para contrapor a acusação feita por parte dos manifestantes de que teria sido Miranda, após cessar o fogo, que atingiu Euclides Pinto, quando este buscava socorrer pessoas caídas feridas. O argumento do fim das balas pode ter sido para encobrir o fato de terem disparado contra Euclides depois. Miranda afirma que as acusações de Sulma Pinto, esposa de Euclides e principal denunciante contra a ação da polícia na cidade, são mentirosas, e que ele não viu Euclides, porém admite que

---

<sup>123</sup> Ibidem. p. 3,4,5 e 6.

“[...] é possível que os tiros dados pelo declarante tenham atingido alguém, pois se tratava de um caso de vida ou morte, numa ação de legítima defesa própria e de terceiros, após uma agressão injusta, violência real de que foi vítima o declarante.”

Com isso tentou fortalecer também o argumento do desacato policial, devido ao não cumprimento da ordem de pararem a passeata e as ofensas verbais sofridas pelo delegado, por parte de Réchia e outros manifestantes.<sup>124</sup>

Pode-se perceber nos depoimentos à polícia e nos prestados “em juízo”, diferentes versões da parte dos manifestantes, pois os dados à polícia foram nos dias seguintes a manifestação, já os dados ao tribunal, foram após meses e até anos, dando tempo para que uma versão se formasse e a memória selecionasse melhor o que lembrar e como. Não é objetivo analisar as diferenças, mas apenas perceber que através destes depoimentos pode-se chegar a conclusões completamente destoantes. Alguns afirmam que os policiais chegaram sem armas nas mãos e que só reagiram ao ataque, outros falam que os policiais já chegaram atirando, entre outros vários exemplos que poderiam ser citados. Isso torna praticamente impossível qualquer versão exata sobre a ordem dos fatos, deixando para a pesquisa apenas a possibilidade da análise das ações finais dos grupos envolvidos, para que se possa dar algum sentido as versões construídas.

Outra fonte para o estudo da ação policial destes acontecimentos é a seção da Câmara de Vereadores. Em um documento escrito pela viúva de Euclides Pinto, Sulma Pinto, que foi lido na tribuna por Guaraciaba Silva, também testemunha dos fatos, consta que os manifestantes avançavam para fazer um ato na frente da SUO, quando foram abordados pelo delegado com vários soldados e que o Tenente Gonçalino Gonçalves “já célebre por seu espírito arbitrário e turbulento” deu a seguinte ordem “ouvida” por manifestantes, “atirem no bolo”, atirando ele mesmo em Angelina Gonçalves, enquanto o delegado do DOPS disparava contra Euclides Pinto.<sup>125</sup>

Além disso, a vereadora argumentou que os manifestantes não portavam armas e que se defenderam com pedras e paus que encontraram pela rua; os disparos dados pelos manifestantes teriam ocorrido com armas tomadas de policiais durante o confronto e foram por defesa. Salientou também que a prova disso era o enorme número de manifestantes feridos e mortos se comparado aos policiais.<sup>126</sup>

---

<sup>124</sup> Ibidem. p. 32-33.

<sup>125</sup> Anexo da Ata da Câmara Municipal de Rio Grande nº393, de 03/05/1950, p.01.

<sup>126</sup> Ibidem.



Sobre o fato do número de feridos e mortos entre os manifestantes apontar para uma ação policial mais incisiva no que tange ao uso de armas de fogo, isso é evidente. Mas é impossível acreditar que os manifestantes não possuíam armas de fogo. Nenhum policial perdeu sua arma na ação e isso não é desmentido pela defesa dos réus comunistas em nenhum momento durante o processo, o que indica que os tiros contra os policiais partiram de armas de fogo portadas pelos próprios manifestantes.

Outro elemento que demonstra algo sobre isso é o depoimento em juízo do Comandante Gonçalino que diz que haviam umas trezentas pessoas na passeata, achava que devia ter visto uns 15 ou 20 armados e disse que devem ter sido disparados uns 150 tiros. Vamos aos cálculos: dos oito policiais, sabe-se que Reis, só tinha o cassetete, Nilo Nunes ficou com uma bala no tambor que possuía 5 ao total, ou seja usou 4; o depoente possuía um revólver calibre 38 com cinco tiros totalmente descarregado. Levando em consideração que cada arma com calibres 32 e 38, que os depoentes possuíam, tivesse entre 5 e 6 tiros cada, seria necessário aproximadamente que 25 pessoas tivessem descarregado seus revólveres para chegar aos 150 disparos. Mas sabemos que a maioria destas armas tinham capacidade para apenas 5 tiros cada, o que elevaria o número para 30 revólveres descarregados para que tivessem se efetuado os 150 disparos. A falta de precisão pode denunciar a ocorrência de outros exageros, o que torna o depoimento no mínimo suspeito. Porém estes números não são contestados pela defesa dos manifestantes, o que sepulta de uma vez por todas a hipótese de não haver manifestantes armados. Os laudos de balísticas do muro diante do qual estavam os policiais, também demonstram diversos buracos feitos por armas de fogo; estes disparos vieram certamente dos manifestantes, a menos que os policiais houvessem disparado contra si mesmos.<sup>127</sup>

Deve-se observar isso para não cair na vitimização dos manifestantes, pois se é verdade que a polícia foi sistematicamente arbitrária neste período, também sabemos que o PCB respondia por uma linha política de enfrentamento aberto de cunho revolucionário contra o governo, o que tinha ressonância em Rio Grande, como já abordado anteriormente. Uma vitimização destes manifestantes serviria para ocultar um tipo de ação que estava ocorrendo, feita por parte da classe

---

<sup>127</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1950. Op. cit. p. 41.

operária, e que se gostando ou não, é portadora de erros e acertos que devem ser analisados e para isso é necessário ter uma visão mais nítida e ampla possível da situação. Os comunistas estavam armados e isso ocorreu devido o meio em que viviam, pois estavam sendo perseguidos, o risco de enfrentamento era calculado, a linha política de seu partido incluía este tipo de conduta e isso faz parte dos “protestos operários” da época estudada.

Para finalizar esta parte se discorrerá sobre o Relatório Final do Inquérito Policial<sup>128</sup> elaborado pelo delegado Iboty Krause, em que se pode perceber ricamente que o ocorrido deu-se não por acaso, mas sim entre dois conhecidos e declarados inimigos, o que demonstra o caráter de conflito social e não de um casuísmo, e isso é admitido por todo o texto.

O Relatório é aberto visivelmente dando um tom dramático aos acontecimentos e os colocando como de grande relevância, como se fossem um marco na vida social da cidade, ao mesmo tempo em que avisa que, devido a relevância do fato, assim como seu caráter inédito, não poderia apenas ficar restrito às descrições, mas que iria trazer antecedentes que ajudariam a compreender o complexo fato, que possuía suas raízes em uma soma de episódios anteriores. Segundo ele:

O dia 1° de maio do corrente ano figurará nas páginas da história político-social e criminal de Rio Grande como uma das mais tristes evocações de sua história.

O mais belo e sugestivo mês do calendário, dedicado pela igreja católica ao culto da Virgem Mãe, será lembrado sempre com horror, comiseração e piedade pelo povo desta terra.

O caso em tela representa um verdadeiro abalo às estruturas sociais de Rio Grande, assumindo as proporções inusitadas de uma catástrofe sem precedentes na pacata vida citadina e na coletividade nacional.

O morticínio de 1° de maio não é um fato isolado, independente, imprevisto e ocasional. Ele constitui o efeito previsível e lógico de causas remotas e sucessivamente encadeadas umas às outras.

Daí a contingência em que se encontra a autoridade policial de não se limitar apenas 'a estabelecer a relação entre o dano e o delito' [...]

Pela natureza inédita e incomum desta investigação, fui forçado a dar-lhe fronteiras mais amplas, abrangendo antecedentes necessários à configuração dos delitos e ao conhecimento das suas causas mais diretas.

Isso indica também que a linha de acusação iria buscar um argumento maior e mais político. Caso ela estivesse baseada apenas nos fatos ocorridos, seus argumentos seriam refutados com alguma facilidade, pois como já afirmamos, os

<sup>128</sup> Em toda esta parte se usará este documento, que possui numeração própria diferente do resto do processo crime que ela está inserida que é: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1950. Op. cit.

depoimentos de ambas as partes carecem de comprovação. Portanto o que ficou mais evidente foi o debate político sobre a manifestação.

O delegado dividiu a narrativa em várias fases: 1º fase: antecedentes político-sociais do conflito; 2º: organização e realização das comemorações; 3º: a passeata; 4º: a intervenção da polícia; 5º: a eclosão do conflito; 6º: autos de exame de corpo e delito e perícias; 7º: indícios e acusações de autoria; 8º: a representação de Sulma Pinto; e 9º: síntese dedutiva.

Este tipo de argumentação, versada que se pretende bem embasada teoricamente e erudita, segundo Reznik (2004) faz parte das características da polícia política da época, pelo menos a que era treinada pelos agentes da DPS carioca que por sua vez eram treinados pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI) dos EUA, com toda a sua doutrina anticomunista. A DPS atuou nestes anos como um centro de formação de policias no país, com o auxílio externo e cooperação com outras polícias políticas da América Latina.

Isso pode indicar uma formação atualizada dos agentes de Rio Grande e atuação em rede com outros órgãos policiais. Levando em conta o fato de Rio Grande ser uma cidade estratégica devido ao porto e concentração industrial, é muito plausível afirmar que os órgãos de segurança devem ter cuidado responsabilmente da formação dos agentes que lá atuavam contra o forte movimento comunista existente no período, assim como lidar com a existência de milhares de operários concentrados em um espaço urbano reduzido, como era a cidade de Rio Grande.

Será comentado a seguir o relatório policial ponto por ponto para facilitar a observação dos argumentos que a polícia construiu na época e para que não se assuma automaticamente a lógica desse documento.

1º fase - antecedentes políticos-sociais do conflito: O delegado começa o texto explicando a grande concentração operária existente em Rio Grande, devido ao porto e aos matadouros, o que gerava um contingente operário bastante heterogêneo do ponto de vista ideológico. Em momentos de safra de produções, vinham trabalhadores de várias regiões buscar a sorte na cidade. No entanto quando a safra acabava, vários ficavam na cidade a fim de buscar outros empregos ou esperar a próxima safra, o que gerou um contingente de trabalhadores vivendo em péssimas condições sociais, levando o delegado a concluir que:

Esse conglomerado humano, socialmente homogêneo, mas intelectual e moralmente heterogêneo e confuso, sempre foi, aqui no Rio Grande, um fertilíssimo terreno, onde germinaram as sementes das ideologias extremistas que embasacam os operários com as miragens de uma prometida Canaan tipo Marxista.<sup>129</sup>

Não é difícil prever a facilidade com que os comunistas influenciavam essa massa, durante a legalidade do PCB, com as suas fórmulas salvadoras. Muitos operários assoberbados com naturais problemas econômicos e financeiros e, por vezes, a braços com situações desesperadoras, - coisa aliás que tem atingido também outras classes - ficam numa predisposição psicológica a tentarem resolver os seus percalços pela fórmula preconizada pelos líderes do credo vermelho.<sup>130</sup>

Iboty Krause acusa que após o PCB ter sido colocado na ilegalidade, os comunistas, a partir de 1948, começaram a realizar campanhas nacionalistas aparentemente inofensivas, mas que o fundo disso tudo era o comunismo. Citou três episódios como exemplos: a greve dos transportes coletivos em 1948, quando o governador do estado estava visitando Rio Grande; o 8 de março de 1949 em que afirma que a cidade foi praticamente tomada de assalto pelo “populacho”; e uma greve da Viação Férrea em dezembro de 1949.

Prossegue Krause:

Tudo isso obedece à linha de ação determinadas a todos os Partidos Comunistas do mundo inteiro, na luta pela implantação da ditadura marxista do proletariado. O conflito de 1º de maio último, foi uma dessas sucessivas etapas destinadas a sacudirem os alicerces do regime vigente no país. Foi inspirado na luta a qualquer preço, no ódio sempre crescente as instituições democráticas, no lema moscovita de exacerbação dos antagonistas dos antagonismos de classe.<sup>131</sup>

2º fase - organização e realização das comemorações de 1º de maio: Cita nomes como os organizadores: Euclides Pinto, Amábilio dos Santos Menezes, Justo Gonçalves, Antônio Réchia, Antônio Rodrigues, Oswaldo Borges de Avila, Felipe Tarta, Angelina Gonçalves, Sulma Pinto, Antônio Parejo. Acusa os mesmos de terem realizado a passeata, sem levar ao conhecimento das autoridades em nenhum momento a realização da festa a fim de obtenção do “alvará de licenças exigidos pelo decreto nº2.109, de 22 de outubro de 1946, do Governo do Estado, pelo qual as diversões públicas estão sujeitas à censura prévia.” O fato de não ter sido efetuado o pedido é apresentado como prova de “má fé” dos organizadores.

<sup>129</sup>O delegado estava se referindo a região de Canaã, atual estado de Israel, que na Bíblia é a terra prometida por Deus ao seu povo. Esta alusão nitidamente refere-se a Rio Grande como se fosse a cidade prometida para os comunistas.

<sup>130</sup> Folha 2 do relatório.

<sup>131</sup> Folha 2 do documento.

3° fase - a passeata: Sobre a passeata, Krause fala dos discursos proferidos pelos comunistas durante o churrasco e a manifestação e diz que não tem detalhes do que iria acontecer quando os manifestantes chegassem na SUO. O que não é verdade, pois os depoimentos dos policiais são muito nítidos a respeito disso: quando os manifestantes chegassem à entidade, ela seria reaberta à força e isso é o que embasou a ação da polícia para dispersar a passeata.

Quem saiu à frente da passeata foi um grupo de mulheres segurando a Bandeira Nacional, lideradas por Angelina e Doralice L. de Oliveira. Na primeira linha da passeata estavam Antônio Réchia, Euclides Pinto, Harrisom Fernandes, Amábilio dos Santos Menezes, Oswaldino Borges de Avila, Carlos Aveline, Antônio Parejo, Honório Couto, Sulma Pinto e suas filhas, Avelino dos Santos Martins, Rufino Machado, entre outros. Todos os citados são comprovadamente comunistas, pois assumiram esta posição política em seus depoimentos; além disso, alguns possuem fichas de filiação apreendidas pela polícia.

Krause também relata um pouco da festa e do uso de álcool, apontado isso como uma das causas da realização da passeata:

Pode-se admitir que esse amontoado de povo, uns insuflados pelo calor dos discursos, outros pelos vapores do álcool, muitos contaminados pelo fanatismo político, alguns até armados, se limitassem a fazer um ligeira parada a frente da sede da União Operária e, depois, se dissolver pacificamente, sem tocar nas portas do prédio?<sup>132</sup>

4° fase - a intervenção da polícia: Neste trecho, se limita a passar a versão dos policiais sobre o episódio, que é a de que eles apenas atiraram para se defender, sem terem a intenção de matar ninguém.

5° fase - a eclosão do conflito: O delegado organizou a narrativa de maneira a confirmar a versão de Miranda, em que dizia que sua munição havia acabado, com a confirmação desta informação constando em vários depoimentos dos policiais envolvidos, o que pode demonstrar que a declaração é verdade ou uma combinação, entre os policiais, o que é mais provável, pois vários depoimentos de manifestantes apontam Miranda como o que disparou contra Euclides Pinto, após o momento em que ele afirmou ter acabado sua munição.

---

<sup>132</sup> Folha 5.

6° fase - autos de exame de corpo e delito e perícias no local do conflito: Krause realizou uma série de cálculos para provar que quem foi mais agredido durante o conflito foi a polícia, pois na proporção entre o número de manifestantes e o número de baleados, assim como o número de projéteis que atingiram policiais em relação aos que atingiram os manifestantes, pelos cálculos fica evidente a desvantagem levada pela polícia. Porém o fato de terem morrido vários manifestantes, e terem sobrevivido quase todos os policiais evidencia que os manifestantes de fato apenas defenderam-se, ao contrário dos policiais que parecem ter atirado para matar. Lógico que esta última análise não foi feita.

Além disso, o argumento da polícia merece um especial reparo para que não se assuma a lógica do documento. Porque estes manifestantes não tinham o direito de entrarem na cidade, pacificamente? O motivo preventivo justifica o tipo de ação policial realizada? O que explica os tiros na nuca dos manifestantes mortos? Como explicar o assassinato de Euclides Pinto após o fim do confronto, o que parece ser bem provável ter acontecido? Tudo leva a entender que a polícia agiu de forma desproporcionalmente violenta contra o movimento operário, cometendo arbitrariedades e durante o processo justificando-as pela simples presença dos comunistas na passeata, como se as pessoas individualmente estivessem proibidas de qualquer ato devido a ilegalidade do PCB. Isso evidencia, mais uma vez, o anticomunismo como a base ideológica que movia a polícia contra os operários.

7° fase - indícios e acusação de autoria: Por uma série de quesitos técnicos, Krause questiona tanto o fato de Sulma Pinto ter visto o marido sendo baleado como busca refutar outros testemunhos que afirmam isso. O mais grave é que acusaram que o tiro que vitimou Angelina partiu da própria manifestação e à queima-roupa, pois ela foi baleada na nuca, porém em vários depoimentos fica evidente que Angelina estava de costas para a polícia no momento, pois tinha ido à frente retomar a bandeira nacional que havia sido tirada de suas mãos. Ao tomar a bandeira das mãos do policial e ao virar-se foi alvejada, o que contradiz a versão de que Angelina possa ter sido atingida pelos próprios manifestantes.

8° fase - a representação de Sulma Pinto: Neste ponto, Krause aproveita basicamente para refutar os argumentos da defesa expressos em um documento assinado por Sulma Pinto, viúva de Euclides Pinto.

9º fase - síntese dedutiva: 1º as festividades foram organizadas pelos comunistas, que não deram qualquer satisfação à polícia, embora necessitassem disso; 2º a passeata não programada à SUO provocou a intervenção policial para “salvaguardar a ordem pública”; 3º a ação de Miranda foi “pacificadora e sem violência,” porém foi tratada de forma agressiva por parte os manifestantes; 4º o delegado foi agredido “inopitadamente e sem justificativa” por Avelino dos Santos Martins, que se encontrava foragido e por isso não deu depoimento. As consequências: os mortos e os feridos Osvaldo Borges de Avila, Antônio Réchia, Amabilio dos Santos Menezes, entre outros populares. Ewaldo Miranda, Gonçalino Curio de Carvalho, Carlos Calvete, José Aralimoller, Nilo Nunes, policiais.

Esta maneira como são expostos os argumentos, jogam a responsabilidade pelos mortos e feridos nas mãos dos comunistas, porém o que fica evidente e assumido pela polícia, é que a intervenção policial deu-se por razão preventiva, pois se os operários tivessem obtido permissão para entrar na cidade e se manifestarem pelas ruas e até de reabrir a SUO, mesmo que arrombando suas portas, isso certamente, sem a intervenção policial, não teria causado mortes. O fato é que a polícia gerou o conflito, de maneira, pode-se dizer, proposital, baseados em uma política de combate aos comunistas e aos operários como um todo. A polícia optou por agir de determinada maneira e não de outra, optou pela repressão e não pelo diálogo sem mortes.

### **3.4. O confronto na visão da imprensa comercial**

Nesta parte se abordará, o posicionamento da imprensa comercial de Rio Grande, através dos jornais *O Tempo* e *Rio Grande*, a respeito da manifestação operária de 1º de maio de 1950. Será breve pois o posicionamento dos dois jornais não sofreu alterações e a cobertura foi no sentido de reafirmar a posição da polícia, a qual já foi tratada anteriormente.

O que se deve observar aqui é que a imprensa comercial de Rio Grande desde o dia seguinte atacou a manifestação e assumiu a versão da polícia,

defendendo-a de maneira intransigente e em nenhum momento abrindo espaço para a veiculação de opiniões divergentes.

As posições assumidas ficam evidentes, por exemplo, com as notícias dos enterros dos mortos no dia 2 de maio: o do brigadiano, Francisco Reis, é relatado pela imprensa com louvores e detalhismo, como se verifica no trecho de jornal abaixo, enquanto os dos operários mortos são relatados tentando minimizar a participação de acompanhantes e de apoio popular. Assim, consta no *O Tempo*:

Com grande acompanhamento, realizou-se ontem as 16 horas, o sepultamento do soldado Francisco Reis, a primeira vítima da sanha comunista que caiu bravamente na defesa dos interesses da sociedade. O corpo do malogrado soldado, foi conduzido primeiramente até a Matriz de São Pedro, onde foi encomendado, e depois foi dado a sepultura. Compareceram ao sepultamento, as principais autoridades e grande quantidade de povo, todos irmanados no mesmo sentimento de profunda dor, pelo golpe que os comunistas desferiram na sociedade rio grandense, manchando com sangue rubro das suas ambições contra os interesses da nossa pátria e da democracia.<sup>133</sup>

Nas páginas do jornal *Rio Grande* do dia 3 de maio, noticiou-se que o cortejo do soldado foi acompanhado por “incalculável multidão”, com a presença de autoridade civis e militares, já o dos operários por “crescido acompanhamento”.

Pode-se perceber, a partir desta última frase, uma evidente tentativa de minimizar o tamanho da mobilização popular no enterro dos operários. O jornal *O Tempo* avaliou o cortejo que acompanhou o enterro dos operários como de “pouquíssimo comparecimento” e com forte vigilância policial, embora a declaração da vereadora Guaraciaba<sup>134</sup> fale de um imenso cortejo de aproximadamente cinco mil pessoas.

Possivelmente este número é exagerado, mas entre “pouquíssimo comparecimento” e cinco mil pessoas, para uma cidade que possuía aproximadamente 64 mil habitantes na zona urbana,<sup>135</sup> há uma diferença considerável, por mais que o número seja superestimado. Neste caso, é discutível o conceito de “pouquíssimo”. Além disso, a foto anexa não deixa dúvidas de que se não foram cinco mil pessoas, o “pouquíssimo comparecimento” deve ser visto como um pouco de exagero por parte da imprensa. (Figura 7)

<sup>133</sup> *O Tempo*. Rio Grande, 03/05/1950.

<sup>134</sup> Anexo da Ata da Câmara Municipal de Rio Grande nº393, de 03/05/1950. p. 02.

<sup>135</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

[http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas\\_populacionais.shtml](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais.shtml), planilhas: (populacao1950aeb\_22) e (populacao1950aeb\_23\_a\_26). Acessado em 23/06/2009.





(Fig. 7)Foto do cortejo do funeral dos quatro operários mortos nas manifestações de 1° de maio de 1950 na cidade de Rio Grande. (Cedida por Diego Luiz Vivian)  
Fotógrafo Cláudio Rodrigues Simão - Arquivo do Diretório Municipal do Partido Comunista do Brasil/Rio Grande-RS.

Outro elemento é a propaganda anticomunista vinculada às pessoas que faziam parte das manifestações operárias, prosseguida por uma campanha sistemática. Um exemplo é matéria publicada pelo jornal *Rio Grande* no dia 16 de maio de 1950, em que convidava para a palestra anticomunista a ser realizada no prédio da Associação Comercial pelo Capitão Walter Almeida, não se divulgando o promotor da atividade. No dia 12 de junho, passado um mês da palestra, o *Rio Grande* dedicou quase página inteira a uma seleção de reportagens sobre a palestra anticomunista, no mesmo dia em que publicou uma matéria sobre a prisão por panfletagem, dos “comunistas” Carlos de Lima Aveline, que, como já foi mencionado, era advogado trabalhista e editor chefe do jornal *Voz do Povo* e Ladislau Vargas de Oliveira, do qual não há informações. A ligação pode ser significativa.

\* \* \*

Vimos neste capítulo que no protesto operário do dia 1º de maio de 1950 em Rio Grande, os comunistas foram os principais organizadores, embora se saiba que a maioria dos operários que participaram do churrasco e da passeata não eram do PCB.

Este protesto, ficou bastante conhecido estadual e nacionalmente devido a cobertura dada pela imprensa e pelo uso que os comunistas fizeram do episódio para atacar os governos. O PCB deu ampla importância ao fato, tomando Rio Grande como uma referência de atuação nacional do partido. Na cidade, esta manifestação é lembrada e contada até hoje, como o dia em que a operária Angelina foi assassinada pela repressão, o que indica um elemento forte de formação da cultura do trabalho em Rio Grande.

Os trabalhistas, também presentes no movimento, seguiram utilizando o anticomunismo como maneira de combater o PCB. Este anticomunismo trabalhista ficou evidente através da ação dos vereadores deste partido na Câmara Municipal e no posicionamento do jornal vinculado a estes, *O Tempo*, em que confirmou a justificativa policial para realizar a repressão policial da maneira que ela ocorreu.

Quanto a repressão policial, o elemento novo em relação à 1949 é que a polícia ao invés de prender lideranças para inibir protestos, partiu para a repressão física mais elementar. Os policiais, mesmo sabendo que iria ocorrer uma manifestação que fugiria da normalidade, permitiram que essa ocorresse e a reprimiram de forma violenta com força física e uso armas de fogo, ocasionando a morte de quatro operários e de um brigadiano. Esta repressão foi justificada devido à presença comunista na preparação da atividade e pelo objetivo da passeata que era a de reabrir a SUO, fechada em 1949 por existir comunistas militando em seu interior.

Outro elemento importante é que os comunistas defenderam-se da repressão também utilizando armas de fogo, embora fique evidente que enquanto uns se defenderam, a polícia mirou para matar, já que dois dos operários foram mortos com tiros na nuca. Isso pode demonstrar um aumento na tensão entre comunistas e polícia, o que vai gerar efeitos também na conjuntura de 1952 que será analisada logo a seguir.

O anticomunismo seguiu sendo utilizado como o conteúdo ideológico que servia como referência teórica à ação da polícia, como ficou demonstrado na argumentação do delegado Krause. Também se verificou uma campanha anticomunista sistemática, por parte da imprensa comercial, porém esta ação ficará mais explícita na conjuntura de 1952.

#### **4. GREVES E MANIFESTAÇÕES OPERÁRIAS CONTRA A CARESTIA DO CUSTO DE VIDA EM 1952**

Neste capítulo serão abordadas as manifestações do segundo semestre do ano de 1952 em Rio Grande, que culminaram em uma greve geral nos dias 11 e 12 de agosto, em que ocorreu repressão policial com prisões e enfrentamentos de rua, resultando na morte de três operários e um estudante. Também se observará um prosseguimento da posição política anticomunista da polícia, trabalhistas e imprensa comercial.

##### **4.1. Conjuntura de 1952: carestia do custo de vida, trabalhistas e as organizações dos trabalhadores**

Esta seção analisará, em diferentes sub-itens, a conjuntura em que ocorreram as manifestações e o enfrentamento de 1952, o que incluirá a situação da carestia do custo de vida, seus motivos e consequências; a atuação dos trabalhistas em sindicatos e poder público em relação aos operários e contra os comunistas; e uma caracterização das organizações de trabalhadores que atuavam na cidade em 1952.

Nesse ponto, é preciso explicar ao leitor uma opção expositiva feita para trabalhar essa conjuntura. Como se poderá observar ao concluir a leitura desse capítulo, a localização dos conteúdos referentes à análise da greve necessitou das

várias seções que a antecederão. No entanto, e no sentido contrário, os conteúdos dessas seções são tributários dos acontecimentos grevistas. Frente a esse impasse, foi necessário antecipar alguns aspectos da greve nesse ponto do texto, sem excluir a abordagem mais específica que será feita na seção correspondente.

A greve de 11 e 12 de agosto, foi organizada por comissões populares formadas para a fiscalização de preços dos alimentos e protesto contra o aumento dos mesmos. Nestas comissões atuavam comunistas e dirigentes operários não comunistas. Foram as comissões que oficialmente, reunidas em assembléia no dia 10 de agosto, definiram pela realização da greve.

No primeiro dia de greve houveram passeatas pela cidade e trancamento de fábricas e comércio, ao mesmo tempo a polícia agiu com uso de repressão física, na tentativa de conter os protestos e dispersar a multidão. No início do segundo dia da greve a polícia realizou uma série de prisões dos “líderes” do movimento, que foram levados até uma delegacia. Os manifestantes cercaram a delegacia e ameaçaram invadi-la, na tentativa de libertar os presos, quando foram recebidos a tiros, que ocasionaram as mortes. Após este episódio foram enviados reforços policiais de Porto Alegre, e tropas do exército assumiram o controle da cidade na parte da tarde, como medida de encerramento das hostilidades.

A maioria dos presos eram comunistas, mas ficará evidente que estes não foram os únicos envolvidos. Os trabalhistas estavam a favor das reivindicações, mas colocaram-se contra a greve e utilizaram o enfrentamento ocorrido como mais uma maneira de atacar ideologicamente os comunistas, como se notará adiante. Feita esta exposição preliminar, que era indispensável, será retomada a exposição a respeito dos elementos conjunturais que servem para o entendimento das mobilizações de 1952.

#### a) Carestia do custo de vida e os trabalhadores

Em 1952, a população do Estado do Rio Grande do Sul estava enfrentando um aumento do custo de vida. A gravidade da situação pode ser percebida nos editoriais do jornal *Rio Grande* nos dias 2, 21, 23 e 24 de julho e em inúmeras matérias veiculadas após as manifestações populares de 26 de julho, que serão

comentadas a seguir, quando o assunto passa a ser tratado diariamente pelo órgão de imprensa.

Nestes editoriais, pode-se perceber que a falta de controle dos preços é atribuída aos governos federal, estadual e municipal, que além de perderem o controle da inflação não tomavam medidas para garantir o abastecimento da população.

Alguns detalhes levam a crer que a principal fonte de aumento dos preços estava nos momentos anteriores ao da comercialização, algo entre produção, transporte e de distribuição em atacado. No jornal *O Tempo* do dia 26 de julho de 1952, pode-se ler uma reportagem que demonstra algumas minúcias da situação e noticia uma reunião na prefeitura, em que é proposta uma tabela de emergência, mas que é rechaçada pelos produtores. Após isso, a solução buscada foi a formação de uma comissão para ir à Porto Alegre tratar o assunto com o Governo Estadual.<sup>136</sup> Entre os membros da comissão, encontrava-se o prefeito de Rio Grande, Frederico Ernesto Buccholz, do PTB.

Alguns dias após as primeiras manifestações, o prefeito, que ainda estava na capital, anunciou providências. Um acordo havia sido feito entre o Governo Estadual, o prefeito Buccholz e Manuel Vargas (não identificado), que negociaram com o presidente da Comissão de Abastecimento Público (COAP estadual). Tal acordo dizia que até que fosse estabelecida a Comissão Municipal de Abastecimento Público para estudar o problema, a Prefeitura Municipal iria assumir o controle da venda da carne sem a presença de intermediários. O preço da carne “boa” deveria ser fixado em Cr\$ 6,00.<sup>137</sup>

A partir disso, ocorreu um desabastecimento de carne nos estabelecimentos comerciais e a quantidade de produtos administrados diretamente pela Prefeitura Municipal era insuficiente para abastecer toda a população. Isto serviu como um dos estopins para as manifestações de massa que se veriam nos dias seguintes.

A Comissão Municipal de Abastecimento e Preços (COMAP), foi instalada dia 4 de agosto de 1952, formada pelo prefeito Buccholz, Plínio Nissenson, Ari Figueiredo, Edisom Barlem, José Llopart, Roberto Edon, João Pomar (presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Torrefação e Moagem de Café, Massas Alimentícias e Biscoitos, Doces e Conservas Alimentícias

---

<sup>136</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 26/07/1952.

<sup>137</sup> **Rio Grande**. Rio Grande, 31/07/1952.

e de Produtos de Cacau e Balas de Rio Grande) e Euri Vieira (presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Rio Grande).<sup>138</sup> O critério de composição da comissão foi o da participação de representantes do poder público, empresários e movimento sindical, para que fossem os porta-vozes dos anseios dos trabalhadores, porém o que se sabe é que foram as comissões populares organizadas em grande número na cidade que cumpriram este papel.

Em reunião, os comerciantes varejistas de Rio Grande, no dia 16 de agosto, com a presença de um representante de sua categoria vindo da capital gaúcha, fizeram uma pauta de reivindicações e deliberaram o envio de carta ao Presidente da República. A reivindicação mais interessante para entender a situação é a que pede à COMAP que, ao fixar os preços, estipule lucro mínimo de 10% para o atacado e 20% para o varejo.<sup>139</sup> Ou seja, o aumento que os estava pressionando vinha do transporte, do atravessador, da indústria ou do produtor de gêneros alimentícios.

No dia 25 de agosto de 1952, na capa, o jornal *Rio Grande* trouxe matéria sobre a reclamação dos comerciantes em relação aos preços impostos pela tabela da COMAP, pois eles estavam abaixo do preço de custo. Dão o exemplo detalhado do açúcar que tinha um preço de custo de Cr\$ 247,52 o saco de 50Kg, mas com o preço de venda fixado pela tabela em Cr\$ 240,00 dava aos comerciantes um prejuízo de Cr\$ 7,52.

Os proprietários de padarias também se manifestaram sobre a situação; dirigiram-se a COMAP não com a finalidade de elevar os preços que já estavam tabelados, mas sim para reduzir o preço do pão de “1.000 gramas”(1Kg) de Cr\$ 5,00 para Cr\$ 4,70. Em um memorial, fazem um histórico dos preços dos pães e colocam a culpa da carestia deste no preço do saco de farinha de trigo, saco de 50 Kg, que foi de Cr\$ 198,00 para Cr\$ 247,00. Afirmam os proprietários que mesmo assim atenderam à solicitação da Comissão, de baixar os preços diminuindo as margens de lucros quase a zero por compreenderem a situação extrema em que se encontrava a cidade e terminam requisitando que fosse tabelado o preço do saco da farinha, para que os preços retornassem aos antigos patamares.

Com estes elementos não se pretende fazer uma análise econômica sobre a carestia, mas apenas colocar alguns exemplos para melhorar a compreensão do

---

<sup>138</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 06/08/1952.

<sup>139</sup> **Rio Grande**. Rio Grande, 26/08/1952.

momento em que ocorreram as manifestações que serão aqui tratadas. Também não se quer afirmar que existam correspondências imediatas entre crises econômicas e a ocorrência de manifestações populares, mas que nesse momento estes dois elementos estiveram associados.

A crise do aumento do custo de vida não estava ocorrendo apenas em Rio Grande, pois nos jornais aparecem notícias a respeito de outras manifestações em distintas cidades do estado, em que os trabalhadores se mobilizavam por causa do mesmo problema.

O reflexo desta carestia em Rio Grande, foi o descontrole nos preços de gêneros alimentícios de primeira necessidade como o leite, pão e a então chamada carne verde. Isso foi o mais reclamado pela própria imprensa, que era bastante pautada na reivindicação do atendimento das necessidades básicas dos trabalhadores, o que mais uma vez demonstra a importância deste setor para se compreender a sociedade riograndina.

Como se observará neste caso, a carestia gerou descontentamento popular de grandes proporções, servindo como motivação para a realização de manifestações públicas de protesto contra o aumento dos preços. No dia 26 de julho, houve na Praça Tamandaré, que é no centro da cidade, grande concentração popular de protesto contra o aumento do preço da carne aprovado pela prefeitura.<sup>140</sup> No dia 29, nova manifestação foi realizada. No dia seguinte, os trabalhadores declararam-se em greve geral, cuja duração e desenrolar não foi possível estabelecer. Apenas ao cair da noite, as autoridades municipais, diante da pressão popular, cederam e o preço da carne foi rebaixado ao nível antigo<sup>141</sup>.

Apesar desta conquista, houve a acusação de que a carne desapareceu dos açougues, o que gerou mais indignação. O jornal católico local *Cruzeiro do Sul*, no dia 9 de agosto escreveu que

[...] paira no ar, ainda uma atmosfera de incerteza a respeito do problema da carne. Falam-se em novos aumentos, depois da baixa verificada, enquanto nos açougues o bife vai se tornando cada vez mais raro [...]

E acentuava que “os ramos da economia que interessam diretamente aos grandes senhores da terra estão cada vez mais prósperos para eles” e que “os

---

<sup>140</sup> RIO GRANDE DO SUL. Representação dos familiares das vítimas de 8/1952. Secretaria de Segurança Pública. Caixa: Critério de ordenação: SOPS/RG – 1.-.1.1.1 à 1.1.381.3.1. Comissão Acervo da Luta Contra a Ditadura / Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

<sup>141</sup> Ibidem.



grande proprietários de gado, de café, de cana de açúcar, de algodão, de cacau, de madeira, de arroz, têm logo as suas pretensões atendidas”<sup>142</sup>

Vários indícios levam a entender que os tabelamentos realizados, por mais de uma vez geraram desabastecimento, o que pode ter agravado ainda mais a situação, pois se era ruim comprar caro, talvez tenha sido pior sequer poder comprar os alimentos. Os comerciantes, ao verem suas margens de lucro reduzidas a quase zero, ou até mesmo no negativo (como ficou demonstrado acima no caso da venda do saco de açúcar), retiravam os produtos das prateleiras e esperavam melhores preços. No caso da carne verde, por ser produto de difícil conservação por longos períodos, possivelmente sequer era solicitada aos fornecedores.

É neste ambiente que os trabalhadores se organizaram para realizar diversas manifestações que culminaram com a greve geral do dia 11 e 12 de agosto e na repressão policial embalada pelo anticomunismo, já enraizado na cidade em diversos setores sociais.

#### b) Trabalhistas, trabalhadores e anticomunismo

Nesta parte se analisará a ação dos trabalhistas em relação as manifestações de 1952, através da ação de seus militantes sindicais e principalmente dos que estavam no comando do governo estadual, municipal e legislativo de Rio Grande. O governador do Estado era Ernesto Dorneles, do PTB, mesmo partido do prefeito de Rio Grande e da maioria na Câmara de Vereadores da cidade.

A principal ação do prefeito Buccholz para tentar sanear a situação foi ir à Porto Alegre buscar junto ao Governo do Estado a formação da COMAP e depois permanecendo na capital durante as greves com a intenção de articular auxílio para resolução do problema. O próprio Leonel Brizola, principal deputado estadual pelo PTB, esteve envolvido na busca de soluções para o problema no estado e em Rio Grande.

Não há notícias a respeito dos diálogos realizados pelo prefeito durante sua estadia em Porto Alegre, mas é certo que ele articulou da capital medidas para abastecimento e o envio de reforços policiais para Rio Grande. O negociador do

---

<sup>142</sup> Ibidem.

governo estadual em Rio Grande era o Dr. Renato Souza, mas é difícil saber se a ordem de repressão, que resultou nos acontecimentos que serão melhor descritos a seguir, veio do Governo do Estado ou se foi um ato isolado, do calor da hora, praticado por Souza e pelo sub-chefe de polícia, que declarou ao *Correio do Povo* ter dado a ordem de abrir fogo caso os manifestantes tentassem entrar na delegacia.

É verdade que a polícia tentou impedir as manifestações, que eram encaradas como justas por integrantes do PTB, o que parece contraditório, já que quem chefiava o Governo do Estado eram os trabalhistas, mas o motivo pelo qual a polícia reprimiu as manifestações também era de interesse do PTB: impedir que os comunistas guiassem as massas para uma atitude mais radicalizada. O próprio redator do jornal *O Tempo*, um trabalhista fanático como já foi demonstrado, afirmou em suas páginas que, apesar de anti-democrática, a atitude da polícia era necessária para combater os comunistas.

Já sobre os sindicalistas do PTB, no dia 6 de julho as páginas do jornal *O Tempo* reproduziram um telegrama assinado pelos presidentes de várias entidades sindicais de Rio Grande, enviado a Getúlio Vargas, em que denunciavam a carestia do custo de vida e pediam soluções.

Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas DD Presidente da República  
Rio de Janeiro

Os trabalhadores da cidade de Rio Grande por intermédio de seus sindicatos de classe cujo os presidentes esse assinam vem muito respeitosamente, porém energicamente protestar perante vossência contra o tremendo alarmante custo da carne ontem aumentado cerca de cem por cento nos açougues desta cidade. Salários já parcos nossos trabalhadores não mais suportam qualquer aumento do custo de vida sob pena de verem finar-se a mingua seus filhos.[sic] Urge medidas capazes venha por cobro tão alarmante situação sobre tudo levando em conta até hoje não foram criados em Rio Grande organismos COFAP nem tribunal popular. Ganância irrefreável [de] inescrupulosos açambarcadores não cessam jogar com a miséria do povo vem criando ambiente de desassossego no meio dos trabalhadores cujo os reclamos do auto custo de vida são diariamente trazidos aos sindicatos. Apelamos Vossência cujo espírito de justiça sempre se manifestou inequivocamente ao lado do trabalhador brasileiro que confia em seu chefe nas horas amargas por que esta passando. Respeitosas saudações.[sic]

- João Morais Pomar – Presidente do Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de carnes e derivados, torrefação e moagem de café, massas alimentícias e biscoitos, doces, conservas, alimentícias e de produto de cacau e balas de Rio Grande.

- Arnaldo Rodrigues Louzada – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Rio Grande.

- João Batista Paula Ramos – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Estiva e Carvão Mineral.

- Pedro S. Pinho Júnior – Presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de Rio Grande.

- José Pinho – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo.

- Alberto Quaresma – Presidente do Sindicato dos Conferentes e Consertadores de carga e descarga do porto de Rio Grande

- Olegário Nobre Mello – Presidente do Sindicato do Comércio Hoteleiro e Similares.
- Dorival Gomes – Presidente do Sindicato dos Oficiais Gráficos
- José Ferreira Saraiva – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

Como se observa, o texto é bem direto, fala das dificuldades vividas pelos trabalhadores por conta dos aumentos de preços, somado aos baixos salários, colocando esta situação como “alarmante” e dando a entender a existência de um momento crítico. Denuncia também a inexistência de órgãos de controle de preços na cidade, o que foi formado em seguida, a COMAP. Culpam pelo aumento dos preços, “gananciosos”, mas não citam nomes e ao final da carta, parecem deixar nítido o seu apoio a Getúlio Vargas. Este é um dos raros momentos em que o governo federal foi mencionado nas fontes pesquisadas, deste período. No entanto, interpreta-se este telegrama mais como um instrumento de pressão pública por providências locais, do que uma esperança de que algo se resolveria por conta desta reclamação ao Presidente da República.

Mas também sabe-se que esta pressão política não era contra o prefeito, que possuía ele mesmo e seu partido, o PTB, relação próxima aos sindicatos. Também não há, posteriormente, nenhuma notícia sobre qualquer tipo de repercussão deste telegrama. Em resposta às reivindicações, como vimos, a COMAP foi formada pela Prefeitura, mas possivelmente, mais pela pressão política na própria cidade do que por intervenção da Presidência da República.

Sobre o governo municipal, no dia 26 de julho, o prefeito fez publicar uma nota na imprensa comunicando que era ciente da situação da carestia do preço da carne e que estava abrindo debate sobre o assunto com os vereadores, empresários do setor e sindicatos trabalhistas. A nota foi assinada pelo prefeito em exercício Luiz Martins Falcão e pelo Presidente da Câmara de Vereadores Nilo Corrêa da Fonseca, pois o prefeito Buccholz estava em Porto Alegre negociando com o governo estadual soluções para o problema, como já foi mencionado anteriormente.<sup>143</sup>

Possivelmente esta nota só foi divulgada para tentar dialogar com a manifestação que estava programada e ocorreu neste dia 26 de julho, pois antes disso nada havia sido declarado pela Prefeitura ou Câmara Municipal. Cabe afirmar aqui que a liderança da Câmara Municipal de Vereadores e a Prefeitura Municipal agiram juntas e em sintonia durante este período. A maioria dos vereadores era do

---

<sup>143</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 26/07/1952.

PTB (8 dos 13 nesta legislatura). Portanto, ao analisar a ação do governo municipal, na prática, neste momento, se analisarão as atitudes do prefeito e da liderança da Câmara que, na verdade, é quem esteve comandando a prefeitura durante a maior parte do tempo em que ocorreram as greves.

Sobre a postura dos manifestantes em relação à Prefeitura, em nenhum momento pode-se notar nas fontes animosidades generalizadas entre ambos. Nos dias das greves de 11 e 12 de agosto, estas estavam direcionadas contra o setor de produção, que foi paralisado, e contra a COMAP, que conforme a imprensa nunca conseguia fixar os preços exigidos pelas comissões populares, principalmente por causa dos representantes dos empresários presentes na comissão.

Apenas há registro de atitudes contra o prefeito por parte dos comunistas. Uma reportagem do jornal *Rio Grande* noticia que no dia 30 de julho, em virtude de manifestações, quando o prefeito se dirigia aos populares em discurso, os comunistas ensaiaram uma vaia, que ao que tudo indica não foi seguida pelo conjunto dos manifestantes. É importante observar que este jornal, por ser também anti-trabalhista, era grande interessado em noticiar protestos contra a prefeitura. No entanto, neste episódio, o editorial que é transcrito parcialmente abaixo, foi em defesa da Prefeitura por se tratar de um “ataque dos comunistas à ordem”.

Alguns elemento indignos do povo ordeiro e laborioso desta terra, serviram-se do momento para desrespeitar o poder constituído, rebelando-se injustamente contra o Dr. Prefeito Municipal em exercício.<sup>144</sup>

A propaganda que os agentes do imperialismo soviético aproveitaram para fazer, empanou o brilho da manifestação popular. Desejamos um protesto veemente e um atendimento às justas reivindicações, mas, desejamos um protesto verde-amarelo, sem qualquer resquício do vermelho sangrento que tingiu as estepes.<sup>145</sup>

Com as matérias de jornais do dia 13, logo após a principal greve analisada nesse capítulo em que ocorreu o conflito, pode-se perceber a postura que o governo municipal, dos trabalhistas, teve em relação ao ocorrido.

O presidente da Câmara Municipal e prefeito em exercício, Luiz Martins Falcão e o Tenente Coronel Osmar de Almeida Brandão, que estava então no comando militar da cidade, divulgaram nota na imprensa com um tom conciliador e dúbio, pois não acusam ninguém como os responsáveis e como aparece na citação abaixo, elogiam o “povo do Rio Grande”, o mesmo que havia feito as manifestações. Isso indica uma declaração da Prefeitura quanto a justiça das manifestações e

<sup>144</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 31/07/1952.

<sup>145</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 02/08/1952.

talvez até mesmo pelo Exército, abrindo o caminho para a acusação de que apenas os comunistas é que haviam sido os responsáveis pelo descontrole, como se verá adiante.

Ao Povo do Rio Grande

A prefeitura Municipal de Rio Grande e o Comando da Guarnição Federal, a quem está entregue o controle militar da cidade, na defesa da tranquilidade da família riograndina e dos interesses econômicos da coletividade, seriamente abalados com as lamentáveis e dolorosas ocorrências dos últimos dias, confiantes do espírito ordeiro do laborioso povo do Rio Grande, notadamente das operosas classes trabalhadoras, apelam para que a população retorne as suas atividades normais, restabelecendo, assim, o ritmo habitual do trabalho progressista e construtor da indústria e comércio desta cidade.

Em horas graves como as que estamos vivendo, o espírito de compreensão pública e a confiança nas autoridades constituídas – que aí estão vivamente empenhadas em garantir melhores dias a população – são imperativos dos sentimentos de brasilidade e civismo tantas vezes manifestados, pela gente nobre do Rio Grande, e que por certo, mais uma vez, se farão sentir, agora, com o retorno a ordem pública e perfeita integração em suas atividades normais.<sup>146</sup>

No dia 25 de agosto os Sindicatos de Trabalhadores da cidade se reuniram na sede do Sindicato dos Empregados do Comércio e formularam um documento para ser entregue ao prefeito e enviado ao Presidente Vargas, no qual relatavam a situação dos trabalhadores e apresentavam sugestões. Reuniram-se com o prefeito, que, provavelmente, tinha boa relação com as entidades, pois fez elogios e agradeceu a “atitude patriótica” da ajuda dos sindicatos para a resolução dos problemas que a cidade vinha enfrentando, indo logo após visitar a Cooperativa de Indústrias (de consumo), organizada para fornecer alimentos a preços baixos aos trabalhadores das indústrias locais.<sup>147</sup> A notícia não lista os sindicatos presentes e nem as pessoas, mas possivelmente se tratam dos mesmos que assinaram o telegrama para Getúlio Vargas e a nota de 13 de agosto que pedia aos trabalhadores a volta à normalidade, pois estes eram os únicos sindicatos que apareceram agindo em grupo na cidade.

A partir do exposto, sabe-se que o governo municipal, ao não ter sido atacado pelas manifestações, a não ser pela minoria comunista, após o conflito adotou uma postura mediadora no sentido de garantir a volta à normalidade, dando continuidade ao trabalho de controle dos preços, anteriormente começado com a instituição da COMAP. Pode-se perceber que a boa relação com os sindicatos não foi abalada. O elemento novo foi que, após as manifestações, que foram declaradas legítimas pelo governo, as ações de fiscalização dos preços ganharam força, possivelmente fruto

<sup>146</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 13/08/1952.

<sup>147</sup> **O Tempo.** Rio Grande, 27/08/1952.

da pressão popular usada pelo governo como justificativa para pressionar os empresários, representados na COMAP, a ceder.

Ao mesmo tempo em que havia “cumplicidade” entre os sindicatos e a prefeitura, as responsabilidades pelo conflito e as mortes foram todas atribuídas aos comunistas.

Em entrevista coletiva à imprensa, o presidente da Câmara de Vereadores, prefeito em exercício nos dias da greve, agradeceu à imprensa e ao Exército, e explicou porque o prefeito não voltou imediatamente, afirmando que ficara em Porto Alegre para

[...]apressar as medidas que se tornaram necessárias para atender as justas aspirações de nosso povo e garantir a ordem pública e autoridade do Governo, ameaçadas pela intromissão de agitadores que aproveitam todas as oportunidades para atentarem contra as instituições vigorantes, tentando implantar entre nós regimes exóticos que jamais poderão medrar nas livres terras americanas.<sup>148</sup>

A posição política exposta acima, que legitima as “justas aspirações de nosso povo”, condena ao mesmo tempo os comunistas como os responsáveis pelos atos considerados fora da ordem e pelos confrontos. Isenta todos os outros participantes da manifestação de qualquer culpa ou responsabilidade. Com isso combate os comunistas, seus principais opositores em meio aos operários, e mantém as boas relações com os trabalhadores.

Outro exemplo desta postura de ataque aos comunistas, foi a “Mensagem ao Povo de Rio Grande” do prefeito Buchholz, publicada na imprensa por ocasião das comemorações da Semana da Pátria, no dia 6 de setembro de 1952, em que faz menção à data de 7 de setembro e ao seu significado e aborda a questão municipal pedindo unidade para o progresso do município e a responsabilidade de cada riograndino para preservar o patrimônio moral da cidade. No meio da mensagem afirma que

Elementos reconhecidamente interessados em tumultuar o ambiente normal de labor fecundo e de realizações magníficas, que tanto enobrecem Rio Grande, medram, criminosamente, a sombra da boa fé de nossa gente, da vigilância pacífica de nossas autoridades e das liberdades oferecidas pela instituições vigentes, que eles próprios procuram subverter.  
São os agentes da nova ordem comunista, essa filosofia brutal gerada no materialismo ateu, dissolvente e antibrasileiro, cultivada entre nós por uma minoria inexpressiva, diante da qual, inegavelmente, a quase totalidade do nosso Povo não pode, não deve nem há-de capitular.

<sup>148</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 24/08/1952.

O governo Municipal, jamais, aconselhou ao Povo resignação passiva, tolerância ou covardia acomodaticias frente as dificuldades econômicas que atingem as classes menos favorecidas, o Poder Público nunca pretendeu justificar as explorações torpes dos que não vacilam diante das misérias alheias, para se locupletarem na ânsia doentia das riquezas fáceis e inconfessáveis, os que sustentam nas mãos os destinos do Município, mais do que ninguém, tem dever moral, patriótico e cívico de compreender os anseios naturais e as justas aspirações das massas trabalhadoras, porque representam, aqui, a corajosa política social do eminente Chefe da Nação Brasileira, o insigne Presidente Getúlio Vargas, cuja fascinação pelos nossos irmãos operários realizou o milagre estupendo de colocar o Brasil na vanguarda dos países mais adiantados do mundo, em assistência social ao Trabalho.

O que o Governo Municipal espera, o que o Rio Grande precisa, o que o Brasil exige, é que o Povo laborioso e ordeiro se precavenha contra os empreiteiros da desordem, contra os agitadores profissionais, que, sinceramente, não desejam solução alguma para os reais problemas da nossa gente, mas, apenas, o desprestígio da Autoridade, a desmoralização do regime, o proselitismo político em prol de ideologias exóticas e importadas, numa palavra: a destruição do Brasil.<sup>149</sup>

Com isso fica demonstrado um uso do anticomunismo por parte dos trabalhistas para tentarem isolar os comunistas do apoio dos operários, como se estes tivessem atrapalhado as justas reivindicações dos trabalhadores, por serem agitadores e desordeiros, interessados em destruir o Brasil, traçando uma diferença com o conjunto dos trabalhadores de Rio Grande, caracterizados pelo prefeito como laboriosos e ordeiros. Temos aí o anticomunismo trabalhista.

### c) As organizações dos trabalhadores riograndinos em 1952

Nesta parte do texto se buscará explicar como estavam organizados os trabalhadores de Rio Grande na conjuntura de 1952, suas associações e composição política. Também se situará a influência que exerciam comunistas e trabalhistas, observando também que a maioria dos trabalhadores da cidade, não possuía organicidade em partidos ou em outros grupos, movendo-se a depender de seus interesses.

Eram igualmente numerosos os operários que foram às ruas protestar contra o aumento do custo de vida. Embora não se possa chegar a números exatos, pode-se afirmar com certeza que paralisaram milhares de trabalhadores durante a greve, além da participação de milhares nas manifestações de rua.

---

<sup>149</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 06/09/1952.

No interior deste movimento percebe-se, como o leitor certamente já concluiu, a participação de duas correntes políticas principais, os comunistas e os trabalhistas. Os primeiros militavam, neste momento, possivelmente em apenas dois sindicatos, como se indicará adiante. Tiveram suas atividades voltadas principalmente para a realização de manifestações públicas e propaganda de suas idéias ao operariado, mas com pouca inserção nas estruturas sindicais, isso ainda seguindo as diretrizes principalmente do *Manifesto de Agosto*. Já os trabalhistas estavam envolvidos diretamente na construção de sindicatos e vinculados às estruturas institucionais de poder, como o legislativo municipal e o executivo, municipal, estadual e nacional.

A fonte que pode informar a respeito do envolvimento dos comunistas é uma lista de nomes dos militantes presos nos dias 11 e 12 de agosto, em decorrência da greve, que foram citados como comunistas pelo delegado do DOPS Oscar Klein. De qualquer forma, suas informações são relativas, pois nas duas consta como comunista, por exemplo, o nome do vereador Athaydes Rodrigues, que não o era, apesar de ter posições políticas semelhantes. Pelo visto, o conceito de comunismo dos policiais era demasiadamente largo e abrangente. Dos 17 grevistas presos, se obteve informações sobre 8, ou seja, apenas um pouco menos da metade. Sobre estes sabemos que:

**Antônio Rodrigues** – Era um dos que assinou o panfleto que convocou o churrasco da Linha do Parque em 1950, era da Associação do Porto. Por isso, possivelmente era comunista de fato. Consta como tal na declaração do delegado do DOPS Oscar Klein.

**Estanislau G. Rodrigues** – Segundo o próprio, era trabalhista e ao afirmar isso, com a ajuda de vereador Napoleão Carlos de Azevedo do PTB, foi liberado da cadeia, declarando que só estava olhando as manifestações na praça Tamandaré, assim como outros populares.

**Clodomiro Farias** – era membro do conselho deliberativo e consultivo da Coligação dos Ferroviários, entidade cujo o vice-presidente era comunista assumido. Apontado como comunista por Oscar Klein. Possivelmente era comunista mesmo.

**Alfredo Casaahy** – Processado pelas manifestações em 1952, era suplente de vereador pelo PR, partido em que os comunistas estavam filiados, mas não se tem plena certeza dele ser do PCB. Também foi apontado como comunista por Oscar Klein.



**Manoel Réchia** – Integrante da comissão que convocou o churrasco na Linha do Parque em 1950, era da Coligação dos Ferroviários. Em 1952 foi vice-presidente da mesma, eleito em assembléia geral. Comunista assumido e apontado como tal por Oscar Klein.

**Cap. Athaydes Rodrigues** – Era suplente de vereador pelo PR em 1952, mas exercendo o mandato, como já explicado anteriormente. Negou sempre ser comunista, possuía idéias socialistas. Politicamente esteve próximo dos comunistas, mas teve brigas com os militantes do PCB, não muito bem esclarecidas pelas fontes. Foi erroneamente apontado como comunista por Oscar Klein. Foi um dos processado pelas manifestações em 1952. Em 1960 foi eleito vereador titular, sendo preso em 1964 e afastado do cargo. Retornou meses depois junto à bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em que exerceu mandatos consecutivos até 1982. É um personagem importante do movimento operário de Rio Grande, chegou a escrever um livro de memórias, *Agora eu... a revolução de 1964 em Rio Grande*, que narra parte dos acontecimentos políticos da cidade, incluindo a greve de 1952 e dando maior atenção ao que ocorreu na cidade após o golpe civil-militar de 1964. Este livro também é usado como fonte nesta pesquisa.

**Carlos de Lima Aveline** – Editor Chefe do jornal *Voz do Povo*, comunista assumido. Processado pelas manifestações em 1952. Apontado como comunista por Oscar Klein.

**Antônio Teixeira e Silva** – Apontado como comunista por Oscar Klein, porém não há maiores informações sobre ele.

Estas informações confirmam a participação dos comunistas enquanto organizadores das manifestações, pois três dos presos listados acima faziam parte do grupo de dirigentes mais conhecidos desta organização, mas não dá a certeza de que eles as dirigiam sozinhos, pois temos também listados um trabalhista e um independente, que é o Capitão Athaydes.

Os outros apontados como comunistas por Klein não serão comentados por não se ter encontrado vínculos entre os nomes citados e as manifestações de 1952, nem haver informações que confirmem o fato de alguns serem comunistas.

Já os trabalhistas, apesar de terem tido um militante preso, aparentemente não se envolveram com o movimento grevista e de rua, ao menos enquanto

sindicatos, ficando restritos à ação via COMAP contra a carestia e a declarações na imprensa contra os aumentos.

Sabe-se disso através de três indícios principais: 1- Os sindicatos sob influência trabalhista assinaram um manifesto contra a carestia e um documento no dia 13 de agosto de 1952<sup>150</sup>. Neles se pode perceber uma posição que não chama para a mobilização grevista, chegando inclusive, no segundo documento citado, a pedirem para os trabalhadores retornarem aos serviços, como se poderá ver nas seções posteriores. Se estes sindicatos estivessem estimulando o movimento grevista, ou fossem minimamente influenciados pelos comunistas, certamente teriam se utilizado de sua possibilidade de inserção na imprensa e sua “máquina”, para defenderem suas posições a favor da greve, contra as prisões e contra a prefeitura, o que também não foi feito.

2 – A posição destes sindicatos foi a de colaboração com os poderes públicos, pois no citado telegrama à Vargas, se observa visivelmente um pedido de ajuda a um aliado contra os empresários, que segundo os trabalhistas, foram os responsáveis pelo aumento dos preços. Pode-se ler ao final do telegrama: “Apelamos Vicência cujo espírito de justiça sempre se manifestou inequivocamente ao lado do trabalhador brasileiro que confia em seu chefe nas horas amargas por que esta passando.”<sup>151</sup> Já em relação ao governo municipal e ao controle do Exército à cidade, também foram extremamente servis, como demonstra o documento do dia 13 de agosto, em que pedem aos trabalhadores para que retornem ao serviço, o que até é compreensível em um momento de crise como a que estava colocada, mas o tom do pedido pode nos informar a respeito de sua linha política.

[...]e acolhendo o patriótico apelo dos Exmos. Sr. Comandante Militar da Cidade e Prefeito Municipal – para o retorno dos trabalhadores as suas atividades normais – concitam os seus associados a atenderem a solicitação das nobres Autoridades constituídas, reafirmando assim, o espírito ordeiro que caracteriza o operariado riograndino.<sup>152</sup>

3 – Por último, a declaração de Stanislau Gonçalves Rodrigues, um dos presos no dia 11 de agosto, por ser uma das “lideranças das atividades subversivas de caráter esquerdista”, não deixa dúvidas que o PTB não se envolveu na

---

<sup>150</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 14/08/1952.

<sup>151</sup> **O Tempo.** Rio Grande, 26/07/1952.

<sup>152</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 14/08/1952.

organização dos atos como partido. No dia 21 do mesmo mês, Rodrigues pagou um “A pedido” no jornal *Rio Grande* para declarar que

[...]a bem da verdade, que não é e nem nunca foi comunista, pois é adepto, de há muito, do PTB. Declara ainda, que no dia de sua prisão, encontrava-se, como inúmeros populares, nas imediações da Praça Tamandaré, assistindo o movimento grevista quando foi detido. Graças a interferência do Vereador Napoleão Carlos de Azevedo, provando a sua inocência, foi posto em liberdade no sábado último.<sup>153</sup>

Isso confirma que os trabalhistas ficaram à parte, ao menos oficialmente, das manifestações de rua. Ou também se pode trabalhar com a hipótese de que alguns de seus militantes estavam participando, em papel secundário, mas ao verem que os acontecimentos do dia 12 poderiam ter má repercussão, negaram a participação no movimento. Porém é pouco provável esta hipótese, pois do contrário a imprensa não teria publicado matérias que consideravam a ausência dos trabalhistas na direção do movimento como um dos principais fatores para que os manifestantes tivessem se deixado levar pela direção dos comunistas.

Sobre o fato destes sindicatos formarem ou não um grupo sindical trabalhista, pode-se ponderar o seguinte: em dois documentos assinados pelos presidentes dos sindicatos, mas que deixam explícito estarem falando em nome das entidades, quase todas as assinaturas coincidem exceto cinco delas, o que pode ter ocorrido pela ausência dos representantes em uma das reuniões e não por desacordos.

Isso leva a crer que estas entidades formavam sim, um grupo sindical na cidade, pois após as manifestações, seguiram fazendo reuniões em conjunto como a do dia 25 de agosto de 1952, para elaborar documento sobre a situação dos trabalhadores de Rio Grande e apresentar sugestões ao prefeito e ao presidente Vargas.<sup>154</sup> Também se considera que este grupo de sindicatos, devido a vários indícios apresentados acima, eram ligados aos trabalhistas, ou ao menos possuía militantes em suas direções que influenciaram estes sindicatos a agirem com este perfil.

As entidades que estão nas duas listas são:

- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Torrefação e Moagem de Café, Massas Alimentícias e Biscoitos, Doces e Conservas Alimentícias e de Produtos de Cacau e Balas de Rio Grande;

<sup>153</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 21/08/1952.

<sup>154</sup> **O Tempo.** Rio Grande, 27/08/1952.

- Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Carvão e Mineral;
- Sindicato dos Conferentes e Concertadores de Carga e Descarga do Porto do Rio Grande;
- Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio Grande;
- Sindicato dos Oficiais Gráficos de Rio Grande;
- Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares;
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fumo.

E as que não estavam presentes nas duas listas, mas que assinaram um dos documentos:

- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Rio Grande (assinou telegrama de 26/07/1952);
- Sindicato dos Metalúrgicos (assinou telegrama de 26/07/1952);
- Sindicato dos Práticos, Arrais e Mestres da Navegação Lacustre do Rio Grande do Sul (este possui base além do município de RG, mas sua sede fica na cidade. Assinou documento de 13/08/1952);
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria (assinou documento de 13/08/1952);
- Sindicato dos Empregados nos Estabelecimentos Bancário de Rio Grande (assinou documento de 13/08/1952).

Algumas informações levantadas sobre dirigentes dos sindicatos reforçam os seus citados vínculos com o trabalhismo. Arnaldo Louzada, que era presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Rio Grande, também era vereador pelo PTB. Euri Graça G. Vieira, que era Presidente do Sindicato dos Bancários, foi membro da COMAP pelo movimento sindical, aliado da Prefeitura na resolução dos problemas da carestia e pediu demissão da COMAP pelo enfrentamento com o Nissenson. João Pomar, que era presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Torrefação e Moagem de Café, Massas Alimentícias e Biscoitos, Doces e Conservas Alimentícias e de Produtos de Cacau e Balas de Rio Grande, também era membro da COMAP pelo movimento sindical e aliado do Prefeito assim como Euri Vieira.

Além dos sindicatos ligados aos trabalhistas já mapeados, ainda foi possível obter informações sobre a atividade de mais quatro sindicatos e duas associações de trabalhadores que são:

- Coligação dos Ferroviários – Apesar de não ter o nome de sindicato, ao que tudo indica era a associação oficial da categoria que era ligada ao sindicato estadual. O vice-presidente desta associação era o comunista Manoel Réchia. Também fazia parte do conselho deliberativo da entidade Clodomiro Farias, que ao que tudo indica também era comunista;
- Sindicato dos Pescadores – deste não há maiores informações, porém deve-se lembrar que, em 1950, um dos membros de sua direção ajudou a convocar o churrasco da Linha do Parque, o que leva a crer em uma possível participação de comunistas neste também;
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico – deste não há nenhuma informação. Apenas deve-se observar que existe, no mesmo período, outro sindicato apenas de Metalúrgicos que é ligado aos trabalhistas, porém não se sabe o porquê da separação e nem a relação entre os dois sindicatos;
- Sindicato dos Enfermeiros de Rio Grande – a direção é conhecida, mas pelo apurado era distante do resto do movimento sindical;
- Associação dos Servidores Federais – foi fundada em novembro de 1952, ou seja após as greves, mas durante o restante do ano analisado não se envolveu com outras entidades sindicais;
- Associação dos Empregados do Comércio – completou de 51 anos em outubro de 1952, é anterior ao Sindicato dos Empregados do Comércio, que como vimos estava vinculado aos trabalhistas, porém permaneceu como Associação mesmo após a fundação do sindicato. Não há maiores informação sobre suas atividades e a relação entre a Associação e o Sindicato da categoria.

Cabe dizer também que a greve, que ocorreu à revelia dos trabalhistas, já que não houve envolvimento destes com o movimento, também estava fora da alçada do movimento sindical. Como foi observado, os sindicatos tinham acesso à imprensa e ficaram calados, só se manifestando na hora de pedir o fim da greve.

Ao mesmo tempo, não se pode concordar que as massas estivessem “dirigidas cegamente” pelos comunistas, pois diante do ataque destes ao prefeito,

não os acompanharam, assim como no caso da manutenção da greve após os enfrentamentos do dia 12 de agosto, em que, como se pode verificar em reportagem do dia 19 de agosto de *O Tempo*, enquanto poucos trabalhadores tentaram manter a greve na Companhia União Fabril, a maioria brigou para recomeçar os trabalhos.

O jornal aponta visivelmente os comunistas como os que tentavam manter a greve, o que é muito provável; no entanto, apesar desta acusação, há no dia 16 notícias de retorno quase que total ao trabalho, com o comércio e fábricas em pleno funcionamento. Se os comunistas tivessem o controle dos operários, a greve teria sido mantida.

Isso leva a crer em um certo grau de autonomia por parte da maioria dos manifestantes, que não obedeceram nem aos trabalhistas, por terem se colocado em movimento e inclusive em greve e nem aos comunistas, pois retornaram ao trabalho atendendo ao apelo dos sindicatos e prefeito.

A maioria dos milhares de trabalhadores de Rio Grande, que entraram em greve, não estavam vinculados à organização alguma. Fica nítido que eleitoralmente preferiam o PTB, pois este tinha uma hegemonia eleitoral incontestável na cidade, mas no movimento social, parecem ter seguido caminhos próprios, que por algum momento coincidiu com o dos comunistas, que tiveram suas vozes escutadas, mas em outro atendeu aos apelos da maioria dos sindicatos e dos trabalhistas.

Portanto pode-se caracterizar esse movimento de 1952 como sendo de caráter popular, que foi além dos trabalhadores ligados diretamente a produção, pois a própria presença do estudante Dau, que como se verá a seguir foi morto, acusa o apoio de outros setores da sociedade. Um movimento desvinculado de atores políticos dirigentes, ele era plural, com comissões em vários lugares espalhados pela cidade e que contaram com a presença de comunistas, talvez trabalhistas de forma individual, e em sua maioria de independentes ideologicamente, como o vereador Athaydes Rodrigues, que se dizia socialista, mas não se vinculava a nenhuma organização de esquerda. Não por acaso, ele é apontado, por unanimidade das declarações, desde a imprensa passando pela polícia e chegando até o próprio, como o principal líder da greve. Isso é a última prova de que estas manifestações foram de massa e sem uma única direção, mas sim com uma pluralidade de interesses que se confluíram naquele momento.

## 4.2. Greve geral de 11 e 12 de agosto

Nesta parte se abordará o protesto operário e seus principais agentes. Algo que será notado é a ausência de processo-crime como fonte neste capítulo, pois apesar de indícios de sua existência (o que foi noticiado na imprensa), como já foi informado na Introdução, não se encontrou esse material.

Diante a conjuntura de aumento da carestia do custo de vida e da falta de providências eficazes por parte das autoridades, várias comissões de “operários e populares” foram formadas na cidade e estas assumiram a negociação com o poder público e a fiscalização para baixar os preços. Conforme o documento abaixo,

Comissões formadas por operários e populares entraram em entendimento com as autoridades, que nenhuma providencia tinham tomado para o cumprimento do compromisso assumido anteriormente. As comissões exigiam o restabelecimento do mercado da carne e o rebaixamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade ao nível vigorante em dezembro do ano passado.

No dia 10 deste mês, a indignação popular chegava ao auge. Perto de 50 comissões, reunidas em assembléia geral, resolveram decretar a greve geral e convocar a população para reunir-se, na manhã seguinte, na mesma Praça Tamandaré.<sup>155</sup>

Como os problemas não haviam sido resolvidos, no dia 10 de agosto, as comissões, reunidas em número considerável, resolveram convocar uma greve geral para o dia seguinte. A greve ocorreu e reuniões foram realizadas o dia todo para as negociações entre a COMAP e manifestantes. Segundo os manifestantes, aproximadamente 20 mil pessoas estavam mobilizadas na cidade, com a realização de passeatas e passagem em fábricas e comércio, momento em que se recrutava os trabalhadores para a greve.<sup>156</sup>

Segundo o jornal *Rio Grande*, no primeiro dia de greve, 11 de agosto de 1952, a indústria e o comércio pararam; no segundo dia, o comércio voltou a funcionar, mas com a indústria paralisada. Após as 11 horas da manhã, quando ocorreu um enfrentamento entre manifestantes e polícia em frente à delegacia, o comércio voltou a fechar as portas, havendo também a paralisação dos transportes. No dia 13, um dia após o enfrentamento e com a cidade tomada e controlada por tropas do Exército, o comércio voltou a abrir e as fábricas tentavam recomeçar a “funcionar de

<sup>155</sup> RIO GRANDE DO SUL. Representação dos familiares das vítimas de 8/1952. Op. cit. p.1-2.

<sup>156</sup> Ibidem.

maneira reduzida”.<sup>157</sup> Em notícia posterior sobre um outro assunto, há a informação que paralisações de serviços na indústria ocorreram até o dia 16, mas não se sabe a extensão destas.<sup>158</sup>

No dia 19 de agosto, pode-se ler em *O Tempo* uma avaliação dos acontecimentos de possivelmente um ou dois dias anteriores (pois este é o tempo que normalmente levava entre o acontecimento e publicação das notícias): “Afora pequenos incidentes entre operários, tudo marcha bem”. Informa que na Companhia União Fabril, enquanto alguns operários entravam para trabalhar, outros tentaram impedir gerando um “sururu” entre os mesmos, sem muita importância.<sup>159</sup>

Durante o dia 11 de agosto, duas tabelas foram elaboradas pelas comissões e rejeitadas, começando então uma repressão às manifestações por parte da Brigada Militar, Bombeiros e Polícia Civil, que usaram jatos d’água, espancamentos, bombas de gás lacrimogêneo e prisões.<sup>160</sup>

Na manhã do dia 12, a greve geral estava mantida, porém a polícia na tentativa de conter as manifestações havia realizado 17 prisões, daqueles considerados pelos policiais como os líderes das manifestações: Antônio Rodrigues, Sebastião Amaral, Estanislau G. Rodrigues, Clodomiro Farias, João Caldeira, José Ruy Colto, Alfredo Casaahy, João Baltazar de Couto, Arlindo Campelo, Manoel Réchia, Dorvalino Mendes, Deziderio R. Pinheiro, Alexandre Chicorsk, Tertulhano Rodrigues, Cap. Athaydes Rodrigues, Dr. Carlos de Lima Aveline, Antônio Teixeira e Silva, sobre os quais já se comentou na seção anterior.

Vários manifestantes, 3 mil segundo os próprios, e em “bastante considerável número”, segundo o jornal *Rio Grande*, foram até a frente da delegacia de polícia exigir a libertação dos presos, mas foram recebidos a jatos d’água e com ordens de dispersão. Chegaram próximos ao portão do pátio da delegacia, quando os policiais começaram a atirar, matando de imediato os trabalhadores Jadir Félix dos Santos, portuário, Antônio Funchal, do Serviço Riograndino de Transportes e Edílio Rodrigues, de profissão ignorada, que faleceu horas mais tarde após a manifestação. Feriram gravemente Ramon dos Santos, ferroviário, Antônio Turnio, Ramão Robalo, Carlos Mario Oliveira e Silva, Ernesto Eston, Ernesto Daiman

<sup>157</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 13/08/1952.

<sup>158</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 26/08/1952.

<sup>159</sup> **O Tempo.** Rio Grande, 19/08/1952.

<sup>160</sup> RIO GRANDE DO SUL. Representação dos familiares das vítimas de 8/1952. Op. cit.



Escomba e Roberto Dau, entre outros. Destes, o estudante Roberto Dau veio a falecer logo em seguida em virtude dos ferimentos, totalizando quatro mortos.<sup>161</sup>

Sobre o estudante envolvido, seu pai era dono da Tinturaria Esmeralda, o sr. Teoflio Dau. Apesar de não se saber o tamanho da tinturaria ou se possuíam empregados, no mínimo trata-se de uma pessoa pertencente a uma família com algumas posses, o que o diferencia economicamente da maioria dos trabalhadores que viviam em condições bastante precárias. Isso indica o envolvimento e apoio de pessoas de setores médios ao movimento operário, ou neste caso, apoio aos operários contra a carestia do custo de vida. Não se pode excluir também, que Dau estivesse lá devido a algum envolvimento com o movimento estudantil, pois os jornais do período noticiam atividades deste movimento, sem, porém, que se possa estabelecer qualquer relação do movimento estudantil com o movimento operário ou partidos políticos.<sup>162</sup>

O jornal *Rio Grande* do dia 13 de agosto, relatou que, apesar dos disparos, da morte de manifestantes e do acirramento dos ânimos, principalmente após o enfrentamento, os manifestantes não dispersaram da frente da delegacia, o que só ocorreu ao final da tarde, quando houve a intervenção do Exército, avisando aos manifestantes que os presos já estavam em Porto Alegre e não mais em Rio Grande e fazendo um pedido aos manifestantes para que fossem para suas casas, pois a partir daquele momento ficariam responsáveis pela segurança da cidade, o que foi atendido pela massa ao que tudo indica.

No jornal *O Tempo*<sup>163</sup>, encontram-se outros detalhes. Na segunda-feira, dia 11, às 5 horas da manhã começou a passeata de operários, formando “arrastão em fábricas e fechamento do comércio”, que significa manifestação com a passagem em fábricas para paralisar a produção e levar os operários que ainda trabalhavam para a greve, que pelo visto durou o dia todo, com irradiações do movimento pela Rádio Riograndina.

O jornal informa que quem estava à frente eram os elementos do PCB e que “apesar disso” a manifestação ocorreu dentro de certa ordem. Uma tabela de preços, que foi proposta às 21 horas por Plínio Nissenson, foi rejeitada. O citado proponente da tabela era o Presidente da Associação Comercial e que, anos depois,

---

<sup>161</sup> **Rio Grande**. Rio Grande, 12/08/1952 e 13/08/1952. **O Tempo**. Rio Grande, 13/08/1952. RIO GRANDE DO SUL. Representação dos familiares das vítimas de 8/1952. Op. cit.

<sup>162</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 14/08/1952.

<sup>163</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 13/08/1952.

foi um dos principais apoiadores civis do golpe militar de 1964 em Rio Grande. No dia 12, as manifestações estavam proibidas pela polícia, mas o povo foi para a delegacia exigir a soltura “dos vereadores comunistas, Athaydes, Cassahy e do Dr. Aveline”, porém sabe-se que na verdade eram 17 presos e não apenas estes que a manifestação exigia a libertação. O resultado, como já mencionado, foram as mortes e vários feridos.

Um fato cômico em meio ao acontecimento trágico, que demonstra um pouco a extensão da greve, é o desabafo do editor do jornal *O Tempo*, que cabe lembrar era um trabalhista, que indignado por ter sido atingido pela greve, após dar um breve relato sobre esta escreve:

Eis um relato dos acontecimentos, feito em ligeiras linhas, isso, por elemento subversivo, ter arrastado das nossas oficinas parte dos nossos gráficos. Damos a seguir, a relação dos mortos e feridos e se amanhã, voltarem aos trabalhos os nossos empregados, relataremos todos os acontecimentos.<sup>164</sup>

No dia 13 de agosto, por volta das 10 horas, foi realizado um cortejo pela cidade para o enterro dos trabalhadores mortos. O jornal *Rio Grande* noticia que o cortejo foi formado por “imensa massa popular”, mas não se arrisca a informar números. Já o documento escrito e assinado por participantes e familiares das vítimas, afirma que:

No dia seguinte, por ocasião do enterro das três primeiras vítimas mais de 15.000 populares, virando para cima a gola dos casacos<sup>165</sup>, mas, em sinal de luto, exigiram, uma vez mais, a libertação dos presos e a punição dos criminosos.<sup>166</sup>

Mesmo não podendo confiar na exatidão dos números mencionados acima, dois fatores levam a acreditar que estas manifestações foram de massas e com grandioso número de participantes. Primeiro, é que o número apresentado pelos manifestantes pode estar superestimado, mas não iriam falar em 20 mil participantes na manifestação e 15 mil no enterro dos manifestante mortos, para ocultar a participação de pouquíssimos manifestantes, ou seja, independente de não ter sido os 20 ou 15 mil pode-se afirmar com certeza a participação de milhares de pessoas nas manifestações. Em segundo lugar, os dois jornais analisados, que como já visto possuem motivos para diminuir a importância e extensão das manifestações, em nenhum momento arriscaram-se em quantificar os participantes, mas apenas usaram expressões como “imensa massa popular”, pois indicar números, mesmo

<sup>164</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 13/08/1952.

<sup>165</sup> Este era um costume gaúcho que indicava haver luto na família. (JURANDIR, 1959, p.533)

<sup>166</sup> RIO GRANDE DO SUL. Representação dos familiares das vítimas de 8/1952. Op. cit. p. 03.

que diminuídos, significaria mesmo assim falar em muita gente. Além disso, os jornais dão a entender que a paralisação das fábricas e comércio foram quase totais, caso contrário a imprensa traria notícias “quentes” sobre a ineficiência da greve e das manifestações, o que em nenhum momento foi sequer cogitado. Portanto, apesar de não ser possível mensurar a extensão do que aconteceu em Rio Grande naqueles dias, foi grandioso mesmo aos olhos de hoje, em relação a manifestações populares em cidades do interior.

Também no dia 14 de agosto um manifesto publicado na imprensa e assinado por dez representantes sindicais, em nome das entidades, pediu o retorno dos trabalhadores às suas atividades normais como medida para acalmar a situação:

Aos Trabalhadores de Rio Grande. Os Sindicato de Empregados da Cidade de Rio Grande, por seus presidentes abaixo assinados, bem compreendendo e acolhendo o patriótico apelo dos Exmos. Sr. Comandante Militar da Cidade e Prefeito Municipal – para o retorno dos trabalhadores as suas atividades normais – concitam os seus associados a atenderem a solicitação das nobres Autoridades constituídas, reafirmando assim, o espírito ordeiro que caracteriza o operariado riograndino. Na difícil conjuntura que atravessa a cidade, a suspensão das suas atividades regulares, só poderá contribuir para agravar, ainda mais, a delicada situação da hora presente, sem falar no clima propício as dolorosa e lamentáveis ocorrências que assistimos. Esperando, pois, que os trabalhadores de Rio Grande bem compreendam a elevação dos nossos propósitos e o quanto de si depende o restabelecimento da ordem pública e a conseqüente atenuação dos graves males que atingem as nossas famílias, fazemos o apelo a cima referido, para que, no dia de amanhã, quinta-feira, nenhuma fábrica ou estabelecimento comercial deixe de funcionar pela ausência de seus operários, ou empregados, tão certos estamos de que, assim, defendemos os próprios interesses da nobre classe operária da nossa terra.<sup>167</sup>

Com isso findou-se a ocorrência das manifestações e ficou uma intensa ação da COMAP, que passou a publicar tabelas de preços quase que diárias na imprensa e a exercer uma fiscalização vigorosa. A imprensa também intensificou as denúncias contra comerciantes que vendiam produtos acima dos preços da tabela. Por isso, parece que as greves não foram em vão, pois obtiveram como resultado a ação das autoridades em relação ao aumento indiscriminado dos preços. Foi evidente que esta ação apenas passou a ocorrer de maneira mais eficaz após as manifestações, possivelmente para evitar novas revoltas populares.

Como se pode perceber neste capítulo, pela falta do processo-crime referente ao episódio, não se pode contar com uma descrição melhor de como os operários agiram para paralisar as fábricas, pois não se obteve depoimentos de testemunhas como nos outros capítulos. No entanto, a farta cobertura da imprensa propiciou uma

<sup>167</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 14/08/1952. **Rio Grande**. Rio Grande, 14/08/1952.

visualização da ação operária que foi pelo menos suficiente para desenvolver este ponto da pesquisa.

### 4.3. Repressão policial e anticomunismo

Esta seção abordará a ação da Polícia Civil e da Brigada Militar contra as manifestações operárias de agosto de 1952 em Rio Grande. É importante ressaltar que apesar destas instituições serem chefiadas pelo Governo do Estado, sabe-se que possuem uma determinada autonomia, o que nos impede de fazer generalizações apressadas sobre a ação dos órgãos de segurança estarem diretamente ligadas a ordens do governo, mas desvenda um tipo de tentativa de controle do mundo do trabalho que também não foi contestada pelos trabalhistas, ao menos neste episódio.

Uma fonte que já vem sendo mencionada neste trabalho, mas que aqui toma maior relevância é uma representação dos familiares das vítimas do confronto com a polícia, que aponta 41 participantes das manifestações como testemunhas. Este documento possui um pequeno relato sobre o que ocorreu e foi enviado a um “Juiz de Direito” pedindo:

- 1° - que sejam exigidos, da autoridade policial local, os nomes de todos aqueles que, por ocasião dos fatos, se encontravam na Delegacia (policiais, auxiliares, bombeiros, brigadas);
- 2° - que sejam requisitados os autos de corpo e delito e de necropsias;
- 3° - que sejam apreendidas as armas de todos aqueles que foram apontados como responsáveis nesta representação.<sup>168</sup>

Além dos familiares que assinam este documento, que são Aracy Carvalho dos Santos – Oswaldo Muna dos Santos, a rogo de Maria Emilia de Oliveira Funchal, que é analfabeta – Galdina Osório – Ernesto D. Estomba – Antônio Ferreira Martins, assinam também como testemunha da referida assinatura a rogo, Lourival Albuquerque e Guaraciaba Silva.

Este documento foi muito importante para informar sobre as manifestações, pois ao contrário da imprensa comercial e das declarações das autoridades, ele passa uma visão que vai em apoio às atitudes tomadas pelos manifestantes que entraram em conflito com a polícia, o que serviu para contrabalançar a enxurrada de

---

<sup>168</sup> RIO GRANDE DO SUL. Representação dos familiares das vítimas de 8/1952. Op. cit.

acusações aos militantes do PCB como únicos promotores da greve e para se perceber um pouco da avaliação de alguns manifestantes sobre o ocorrido.

Este documento foi achado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul no acervo da Comissão Acervo da Luta Contra a Ditadura, Caixa: Critério de ordenação: SOPS/RG – 1.-.1.1.1 à 1.1.381.3.1, no fundo “Secretaria de Segurança Pública”; Sub-fundo: “Polícia Civil / Departamento de Polícia do Interior 7° Região Policial / Delegacia Regional de Rio Grande / SOPS”. Como já mencionado, o documento possui uma lista de 41 nomes das testemunhas com vários endereços e locais de trabalho. Nesta lista vários nomes estão marcados com a letra “V” e outros sublinhados com vistoso lápis vermelho; em alguns casos estão sublinhados e marcados. Não se pode fazer especulações a respeito do que significavam estes sinais gráficos nos nomes, mas se tratando de um documento, que foi enviado à Justiça, estar em meio a uma documentação pertencente ao DOPS/RS, isso pode ser significativo.

No mínimo pode-se confirmar que havia uma vigilância real da polícia ao movimento operário, pois não teria sentido um documento de processo assinado por familiares enviado diretamente ao Juiz, em que a polícia a princípio não possui envolvimento legal, salvo por acusação de má conduta de algum de seus funcionários, estar em meio a documentação de monitoramento policial e com vários nomes marcados. Este documento era da Secretaria de Justiça e não tinha porque estar entre a documentação da Secretaria de Segurança Pública.

Além disso, junto a este documento encontra-se um recorte do jornal *A Tribuna* de 18 de novembro de 1952, órgão oficial do PCB do Rio Grande do Sul, em que comenta a carestia e um episódio de prisão de “um popular” em Rio Grande, por pichação a favor da queda no preço do leite. Com o inverno, os proprietários de tambos solicitaram o aumento do preço do leite e a COMAP autorizou este de CR\$ 2,00 para CR\$ 2,50 e depois para CR\$ 3,00. O texto denuncia que, passado o inverno, os preços não baixaram e acusa como responsável a COMAP (que deveria estar ao lado do povo e não estava), o governo e os proprietários, como monopolistas. Argumenta que alguns distribuidores de leite são solidários com a queda do preço, pois para eles o interessante é vender mais. Conclui comentando a prisão de Luiz Martins Cogoy e atacando a polícia, que mais uma vez teria ficado do lado dos exploradores junto com o governo, apontado como o principal responsável

pela carestia. O governo é sempre referido no genérico, sem apontar se é o municipal, estadual ou federal.

Junto ao citado documento, também está o Termo de Declaração e Auto de Apreensão de material de Luiz Martins Cogoy, o pichador em questão, em que não se acha maiores detalhes sobre o próprio, a não ser de que trabalhava para um dono de leitaria chamado Sr. Moraes, que seria o mandante da pichação.

Por que um recorte de jornal deste tipo estava neste arquivo? Pode significar a existência de um sistema de espionagem do governo estadual, contra determinado grupo político? Provavelmente isso ocorria, por várias evidências aqui mesmo apresentadas.

Retornando a analisar as manifestações que são objeto deste capítulo, no dia 8 de agosto de 1952 a Polícia Civil fez publicar um “aviso a população”, proibindo qualquer “passeata ou comício”. E ameaçou que ia fazer cumprir a determinação “usando dos meios adequados no sentido de impedir manifestações dos elementos interessados no desassossego e na intranquilidade do operoso povo riograndino”.<sup>169</sup>

Em outro jornal, além da mesma nota, o comentário do redator afirma que foram proibidas as passeatas, pois estavam sendo usadas por elementos subversivos para fazerem propaganda contra as autoridades, portanto contra a ordem. Conclui que, apesar de ser uma atitude “pouco democrática”, a apoiava, pois era melhor prevenir qualquer problema que poderia ser causado pelos membros do extinto PCB. Porém alertava que se as passeatas estavam proibidas, ficava a polícia na obrigação de fazer respeitar as tabelas de preços.<sup>170</sup> Porém, como já vimos, estas ordens foram completamente desrespeitadas nos dias 11 e 12, quando as comissões de fiscalização populares optaram pela greve e manifestações.

Fica implícito que passeatas estavam ocorrendo com o intuito de fiscalizar os preços, e eram usadas pelos comunistas para propagandear sua linha de oposição contra o governo. Portanto, essa nota foi lançada pela polícia por estar percebendo o clima de indignação da população em virtude do desabastecimento e do desrespeito aos preços estipulados pela COMAP, o que abria o caminho para a ocorrência de manifestações mais drásticas, jogando boa parte dos trabalhadores para a mesma “sintonia” dos comunistas.

---

<sup>169</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 08/08/1952.

<sup>170</sup> **O Tempo.** Rio Grande. 05/08/1952.

No próprio dia 11, em decorrência do já público chamamento dos trabalhadores para a greve, um comunicado do sub-chefe de polícia confirmava a proibição de comícios e manifestações tendo em vista a publicação de nova tabela que atendia as reivindicações e garantia a segurança de quem fosse ao trabalho, afirmando que existiam elementos “estranhos a classe operária” que só desejavam promover a “desordem e intranquilidade”.<sup>171</sup> Esta nota, porém, só foi publicada no dia 14, pois a greve havia atingido inclusive as redações dos jornais. Mas na certa não teria evitado o movimento, pois a proibição de manifestações era anterior e já estava sendo desrespeitada ao chamarem a greve para o dia 11.

A representação dos familiares de vítimas acima comentada, traz a informação de que um dos principais responsáveis pelo começo dos atos de violência policial foi o Dr. Renato Souza, cidadão do qual não temos maiores informações, mas que no momento negociava a tabela de preços em nome do Governo Estadual. Segundo o documento, no dia da greve, 11 de agosto, enquanto se negociava a tabela de preços

Ainda se processavam tais entendimentos, quando o Dr. Renato Souza, que dizia representar e falava em nome do governo do Estado, afirmou que a segunda tabela era definitiva, que devia ser aceita e que mandaria varrer a bala qualquer manifestação que o povo pretendesse realizar no dia seguinte.

E, de fato, as ameaças foram levadas a efeito. Porque os trabalhadores permaneciam em greve geral e porque o povo procurava reunir-se pacificamente e sem armas, a polícia, já reforçada com elementos vindos de outras localidades, da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros local, começou a espancar a lançar bombas de gás lacrimogêneo e jatos d'água e a efetuar prisões. O Dr. Renato Souza comandava, pessoalmente e de perto, todas essas violências.

A manifestação do dia 12 foi centralmente realizada contra a polícia que havia detido 17 manifestantes, como já antes descrito. Ainda segundo a representação dos familiares, estes detidos foram ameaçados de fuzilamento dentro da delegacia, caso os manifestantes invadissem suas dependências.

Com o episódio, e talvez levando em conta um histórico que era recente de animosidades entre polícia e manifestações operárias na cidade, como as prisões e enfrentamentos de 1949 e 1950 abordados nos capítulos anteriores, os manifestantes não pareciam estar tranquilos diante da iminência de ficarem sob a tutela dos órgãos estaduais de segurança. Isso ficou evidente quando o Exército atuou de maneira mediadora, para negociar a dispersão da massa com a promessa de que eles, e não os policiais, iriam controlar militarmente a cidade a partir daquele

---

<sup>171</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 14/08/1952.

momento, até que se regularizasse a situação. Isto foi aceito, ao menos pela maioria dos manifestantes que foram para casa, forçando os eventuais opositores desta proposta a fazerem o mesmo.

Sobre o tiroteio do dia 12, foram apontados como os principais responsáveis os policiais Renato Souza, Delmar Kun, Soel Siqueira, Antônio Teixeira Marques, Carlos Calvete, os auxiliares da polícia Jacir Dias de Oliveira (vulgo Fu-manchu), Felício Espineli de Almeida, João Carlos Paiva, Neri Paiva, um tal Tubino, o oficial de Justiça de nome Siqueira e o brigadiano que tinha por alcunha “Caburé”.<sup>172</sup>

Os seguintes detalhes também são demonstrados pelos familiares das vítimas:

O jornal porto-alegrense ‘Folha da Tarde’ assinala que ‘afirma-se ainda aqui que dificilmente poderá a polícia provar que populares tenham alvejado a delegacia, dando início ao tiroteio, tanto que o policial ferido o foi por uma estilhações de uma bomba de gás lacrimogêneo’(Ed. de 13/08). Realmente, os milhares de populares que presenciaram o desenrolar da chacina desmentem a versão policial. Em entrevista que concedeu a outro órgão da imprensa da capital, o ‘Correio do Povo’(Ed. de 15/08), o Senhor, Sub-chefe de Polícia confessa: ‘havia ordens minhas – isso sustento – para que não passassem o portão, em hipótese alguma. Em último caso, que fossem (os populares) impedidos a bala’. É a confissão pública da própria responsabilidade. São fatos incontroversos: que os populares tombaram fora, longe do portão da delegacia, em plena rua, e que todos eles mortos e feridos – foram atingidos na cabeça, o que mostra que a ordem era ‘para matar’.<sup>173</sup>

Não se tem a certeza da veracidade da afirmação, mas sim da efetivação dos atos, por ordem ou não do comando da polícia ou do Governo do Estado. No primeiro dia de greve houve repressão e prisões, que se estenderam até o dia 12, quando parte dos manifestantes foi até a frente da delegacia e ocorreu o confronto. Através das ordens de proibição das manifestações e da ação coercitiva, sabe-se que o Estado tentou impedir as manifestações.

Várias notícias de reforços policiais foram dadas, mas a que mais chamou a atenção foi o envio de 43 policiais da Tropa de Choque de Porto Alegre em avião fretado especialmente e em urgência. Os soldados chegaram por volta das 15:30 horas em Rio Grande.<sup>174</sup> Levando em conta que o confronto mais grave, que ocasionou as mortes, ocorreu entre as 10 e 11 horas da manhã do dia 12, o tempo entre o ocorrido e a chegada da tropa, demonstra que possivelmente havia um estado de alerta desta, ou o grupo possuía um sistema especial de mobilização, o que é usual em tropas de elite até os dias de hoje.

<sup>172</sup> RIO GRANDE DO SUL. Representação dos familiares das vítimas de 8/1952.Op. cit.

<sup>173</sup> Ibidem.

<sup>174</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 13/08/1952.



A descrição desses fatos demonstra a gravidade que a situação assumiu para as autoridades, em que fica evidente um temor pela possibilidade de perda do controle da massa trabalhadora pelas forças da ordem pública do Estado. Isso pode ser sentido na reportagem a seguir transcrita:

O momento é muito grave. O princípio da autoridade corre risco muito sério. Até agora os mantenedores da ordem permitiram que o povo agisse livremente. Agora, entretanto, para acautelar interesses gerais, ordens expressas chegaram de Porto Alegre no sentido de que a ordem seja mantida a qualquer preço.

O Exército, atentado para a gravidade da situação entrou em patrulhamento da cidade, auxiliando assim, a Brigada Militar e a Polícia Civil. Não cabe agora, examinar o conteúdo do protesto popular. É preciso, é necessidade premente que o povo do Rio Grande não perca a serenidade. É imperante que o povo saiba se conter. Vamos confiar, uma vez mais, no Governo do Município.<sup>175</sup>

Para finalizar esta parte do texto sobre a ação policial contra o movimento operário, se analisará uma entrevista do delegado do DOPS, Dr. Oscar Klein ao jornal *O Tempo* de 13 de dezembro de 1952, que alguns meses após as greves, forneceu abertamente detalhes sobre a ação da polícia e deixou visível a sua posição política anticomunista.

Na introdução, o delegado afirma que os abusos de alta de preços estavam descontrolados e que a COMAP não estava conseguindo controlar a situação. Tenta demonstrar que a ganância abriu a possibilidade da ação dos comunistas. Também afirma que havia “perturbações da ordem” programadas pelos comunistas no mês de dezembro de 1952, o que não se confirmou.

É possível que a transcrição da maior parte desta longa entrevista prejudique um pouco a fluidez do texto, mas sem dúvida é enriquecedora para a compreensão das posições da polícia durante o governo trabalhista naquele momento. Palavras do delegado:

As iniciais manifestações de protesto contra a crescente alta dos preços constituíram, efetivamente, uma pujante demonstração de que o povo exige uma situação de equilíbrio social e econômico mais condizente com a época atual e que os potentados da fortuna devem abdicar um pouco de seus esbanjamentos e de sua avareza.

Entretanto, em quase todos os lugares onde ditas manifestações eclodiram foram as mesmas desviadas pelos dirigentes comunistas que aproveitando-se das condições objetivas existentes, fizeram as manifestações descambar para a desordem, perturbação da tranqüilidade pública, desrespeito e desobediência as autoridades constituídas, procuraram, em fim, por todos os meios, agravar ainda mais as condições de vida do proletariado.

Alias, esse, exatamente esse, é o objetivo específico dos dirigentes do Partido Comunista, isto é, aumentar a miséria do povo, pois somente com a miséria e a fome que se enraíza e medra a ideologia bolchevique.

<sup>175</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 12/08/1952.

Com esse objetivo é que o Partido Comunista dispense grandes importâncias mensalmente, pagando os assistentes que nesta cidade dirigem o movimento vermelho.

Acho que não há quem possa desmentir que os agitadores Carlos de Lima Aveline, Alfredo Cassahy, Antônio Ferreira Martins e outros recebem subsídios de mãos ocultas. De que dinheiro vivem eles? Como, com o dinheiro ganho com o seu trabalho, poderiam se sustentar a si e seus familiares? A resposta é evidente e podemos comprovar através de documentos interceptados no movimento comunista clandestino, que os mesmos recebem retribuições em dinheiro do órgão político, cujo os deveres cumprem, dentro das noras ditadas pelo cominform, centro controlador e orientador de todos os partidos comunistas espalhados pelo mundo.

Com essas rápidas considerações, acho que ficam perfeitamente explicados os rumos tomados e as conseqüências surgidas com as manifestações de agosto.

Com referencia aos boatos circulantes de futuras manifestações de desordem, posso dizer, ou melhor, reportar-me ao que disse o próprio Comitê Municipal de Rio Grande do Partido Comunista, no seu boletim de 8 de março de 1951, isto é os seus reais objetivos:

‘Apesar da positividade do movimento (8 de março de 1949), no entanto o povo permanece ainda submetido a prepotência dos mesmos opressores e assassinos dos trabalhadores. E isto porque? Fundamentalmente, porque nós comunistas, não tínhamos uma perspectiva clara os acontecimentos e não soubemos conduzir o povo para a solução revolucionária, isto é, tomar o poder local para as mãos da classe operária; abrir os grandes armazéns e distribuir comida para o povo; confiscar todas as empresas estrangeiras e os bancos; distribuir armas para o povo a-fim-de defender o novo poder popular.’

Estou em condições de apontar publicamente como sendo os ‘evangelizadores da doutrina bolchevista’ nesta cidade de Rio Grande, a Carlos Lima Aveline, Ataides Rodrigues, Alfredo Casahi, Lourival Albuquerque, Antônio Teixeira e Silva, Manoel e Antônio Réchia, Ciro Lucas da Conceição, Clodomiro Farias, Felipe Tarta, Antônio Rodrigues, João Aquino, Selmar Duarte, Francisco de Paula Ramires, Antônio Perejo, Evandra Matos e outros falsos pregoeiros da paz, forjadores da desordem e da infelicidade pública.

Outros nomes não revelo a fim de assegurar o sigilo das investigações iniciadas e com o intuito de garantir o êxito das dirigências que evidenciarão os propósitos escusos dos cobotinos mistificadores da fé pública.

Sob a máscara, tão desmoralizada, de a paz pode ser salva, a paz deve ser salva, programam os dirigentes comunistas locais para domingo próximo uma festa no ‘Parque’. Aparentemente com objetivos humanitários e de solidariedade universal, preparam esta festa com a finalidade específica de criar um clima de agitação tendente a ter o seu ‘climax’ com uma passeata popular para ‘reabertura solene e extensiva’ da sede da União Operária, que está interdita por decisão do Ministério da Justiça. A Diretoria de Segurança Social, através de sete órgãos especializados, colheu informações seguras, de dentro mesmo dos locais dos conciliábulo secretos e clandestinos do PCB local, de que inclusive, se preparam os componentes da ‘brigada de resistência’ dos vermelhos para resistirem a ação policial com o emprego de armas, não estando também fora de sua cogitação o emprego de bombas incendiárias, as chamadas ‘bombas molotov’.

É óbvio informar que, antes os elementos informativos que se possuem, a polícia reprimirá qualquer perturbação da ordem, usando apenas como fundamento as disposições da nossa Constituição Federal, que não tolera os processos violentos para a subversão da ordem política e social e a apologia do crime.<sup>176</sup>

Esta entrevista é dada ao jornal trabalhista *O Tempo*, que usa um grande espaço de sua edição para publicá-la, o que não era normal, pois o tamanho das suas matérias eram bem menores do que a entrevista com o delegado. Pode-se

<sup>176</sup> *O Tempo*. Rio Grande, 13/12/1952.

considerar, assim, que as declarações feitas eram de interesse de ao menos parte dos trabalhistas.

Podemos identificar três eixos nas posições políticas veiculadas na entrevista: a aceitação da legitimidade das manifestações devido aos problemas da carestia que eram gerados pela ganância de setores de produtores; a acusação aos comunistas pela radicalização do processo, que segundo o delegado foi desviado de seu rumo, justificando sua posição anticomunista; e a separação entre comunistas e trabalhadores para quebrar a identidade entre estes, afirmando que os comunistas não trabalhavam e que estavam recebendo dinheiro de fora para serem militantes profissionais.

Como se tem percebido, estas três posições tem muito a ver com as posições dos trabalhistas, que abertamente legitimaram as manifestações, mas que condenaram os “desvios” cometidos pelos comunistas e isentaram o conjunto dos trabalhadores, culpando apenas aqueles pelo ocorrido, como se os milhares de trabalhadores tivessem sido usados por uma minoria de agitadores profissionais para seus “perversos” desejos de “desordem”.

#### **4.4. Greves, comunismo e repressão policial na visão da imprensa comercial**

Nesta seção o objetivo é examinar a visão da imprensa comercial sobre as manifestações e a repressão policial, utilizando para isso, a posição editorial dos jornais *Rio Grande* e *O Tempo*.

##### **a) Jornal *Rio Grande***

Politicamente, durante os acontecimentos do segundo semestre de 1952, os redatores do *Rio Grande* posicionaram-se contra os governos federal, estadual e municipal, todos com ligações profundas com o trabalhismo, havendo esporádicos

recuos em relação aos ataques ao prefeito quando se tratava de defendê-lo dos comunistas.

Em suas páginas há editoriais críticos à carestia do custo de vida e às ações ineficientes do governo federal, dos parlamentares federais e locais que apoiaram os projetos “ineficazes” do governo.<sup>177</sup> No editorial de 21 de julho, há um ataque ao aumento do preço da carne e crítica ao governo estadual, mesmo reconhecendo que este até tentou impedir o aumento abusivo. Mas já no dia 23 o editorial fez duras críticas ao Governo do Estado por conta do aumento do preço da carne e elogiou a atitude do governo de Porto Alegre, que encomendou peixe dos pescadores de Rio Grande, para tentar sanear a situação. Critica o prefeito da cidade pela demora em tomar qualquer atitude, a exemplo do que fizera o prefeito de Porto Alegre. No dia seguinte, radicalizou as críticas ao Governo do Estado, que passa a ser acusado de principal responsável pelo aumento do preço da carne e de não ter cumprido promessas de campanha.<sup>178</sup>

Sobre as suas relações com os trabalhadores, o jornal apesar de se posicionar contra o aumento da carne, em nenhum momento ajudou a divulgar a manifestação programada para o dia 26 de julho, trazendo uma matéria a respeito disso apenas no próprio dia 26.

Na matéria editorial acima mencionada, de título “Reação Ordeira”, a manifestação é apoiada. Afirma que é necessário um grito de protesto contra o aumento da carne para que o governo estadual saiba do descontentamento em relação a ele:

Achamos necessário mesmo, que o povo proteste, que o povo faça sentir aos responsáveis pela coisa pública, o seu inconformismo por ver surrupiado de sua mesa seu prato de primeira necessidade.<sup>179</sup>

O jornal defende o direito da população sair à rua para protestar como vinha acontecendo em outras cidades do estado, porém, faz longas ressalvas:

É preciso, porém, a máxima serenidade. É indispensável que reaja, mas que seja uma reação serena, ordeira, compatível com o nosso renome de cidade civilizada. É necessário que o povo não se deixe influenciar por elementos estranhos ao regime, marginais de uma vida pacífica, que espreitam, em todas as ocasiões, a oportunidade de subverter a ordem, lançando governantes contra governados, na orgia maquiavélica do sangue e da desordem. A violência é inimiga da concórdia. Não é preciso que se lance mão da força para buscar a realização de um direito. [...] Se a manifestação que se projeta for realizada, apelamos para o povo do Rio Grande no sentido de que seus reclamos sejam realizados dentro da lei,

<sup>177</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 02/07/1952.

<sup>178</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 24/07/1952.

<sup>179</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 26/07/1952.

consentâneos com o nosso ordenamento jurídico. [...] Que nosso protesto seja um grito de censura aos responsáveis por este estado de coisas, mas que seja também uma palavra de ordem, de garantia, ao império da lei.<sup>180</sup>

Aí começa a ficar nítida uma linha política em relação aquele movimento, que é a de apoiar determinadas ações, mas que estejam dentro da ordem e combater sem tréguas os comunistas, que como se sabe, ainda eram uma das principais forças políticas no interior do movimento operário da cidade.

A exemplo dos outros atores políticos da cidade, o *Rio Grande* não ataca as ações do movimento, mas também não estimula. Parece perceber a força desproporcional que os operários possuem na cidade, se unidos e agindo para o mesmo objetivo, assim tenta influenciar a linha política destes. Uma oposição dura ao movimento operário seria uma espécie de suicídio, devido a força que este possuía na cidade.

Portanto o que se fez, e isso será também observado com relação à prefeitura e ao jornal *O Tempo*, foi, na impossibilidade de impedir que os trabalhadores se manifestassem, classificar qualquer ação mais radicalizada como “armação dos comunistas”, e através do anticomunismo sistemático, tentar isola-los do apoio dos trabalhadores. Com isso, tinha argumentos para desculpar qualquer ação mais radical, que teria ocorrido, porque os comunistas “enganavam” os trabalhadores.

Assim, em 30 de julho houve outro protesto e novamente sem nenhuma divulgação por parte do jornal, porém no dia seguinte, a editoria afirma que já havia se posicionado a favor da manifestação dos trabalhadores contra o aumento do preço da carne, com a ressalva de que não deixassem os elementos marginais da ordem usar isso para criar tumulto, observação que segundo o jornal se justificava, pois

Alguns elementos indignos do povo ordeiro e laborioso desta terra, serviram-se do momento para desrespeitar o poder constituído, rebelando-se injustamente contra o Dr. Prefeito Municipal em exercício.<sup>181</sup>

Já em decorrência das manifestações dos dias 11 e 12 de agosto, o jornal lançou apelo passional ao “povo de Rio Grande” para que não partisse para a violência:

Não cabe agora, examinar o conteúdo do protesto popular. É preciso, é necessidade premente que o povo do Rio Grande não perca a serenidade. É imperante que o povo saiba se conter. Vamos confiar, uma vez mais, no Governo do Município. Esperemos uma solução satisfatória. Não usemos de violências. O

<sup>180</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 26/07/1952.

<sup>181</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 31/07/1952.

povo que se retire para seus lares, para o recinto salutar e pacífico das famílias, aguardando ocasião mais propícia para deliberações.

Não estamos cerrando fileiras, bajulando o poder público. Somos daqueles que protestam e lutam por melhores condições de vida aos trabalhadores. Agora, porém, apelamos por uma solução pacífica.

As autoridades constituídas tem determinações expressas de manter a ordem. Apelamos ao povo do Rio Grande, a este povo laborioso e pacífico, a este povo que através das agruras e vicissitudes do viver, tem sabido manter um estoicismo digno dos maiores encômios, um conformismo próprio das personalidades simples e honestas. Trabalhador! O Rio Grande precisa do teu esforço! O Rio Grande é fruto do trabalho continuado que lhe deste! Em ti o Rio Grande vê o seu passado de glórias e conquistas sociais! A ti o Rio Grande confia o seu futuro. As tuas mãos estão destinadas a empunhar o instrumento do progresso e a construir um mundo, de amor e boa vontade!

Planos estão sendo traçados no sentido de conjurar o momento aflitivo porque passa a coletividade riograndina. Os melhores esforços estão sendo conjugados para que a situação de desespero em que se encontra o povo, seja amainada. Confiemos nas soluções que nos vão ser apresentadas. Se elas não satisfizerem, outros meios existem para repudia-las. A violência, a luta, nada resolverá.

Não atiremos as mulheres e crianças, maiores vítimas desta tragédia, contra a força policial. Os direitos de cada um de nós estão limitados, tem fim onde começam os direitos de nossos semelhantes.

Confiemos no trabalhador do Rio Grande. Confiemos no seu patriotismo e serenidade.<sup>182</sup>

Este texto é importante, pois não fala nos comunistas, ato falho que demonstra que se sabia que, quem participava das manifestações e até de ações violentas, não o fazia “enganado” pelos comunistas, mas por estar em acordo com os comunistas. No entanto quando ocorria algo mais grave, as culpas recaíam apenas sobre o PCB.

Também pode ter sido mais fácil para os participantes assumirem o discurso da culpabilidade dos comunistas como maneira de se isentarem das responsabilidades. Afirma-se isso pelo fato de não haver registro algum de manifestação popular em apoio aos comunistas, diante das acusações injustas de, sozinhos, terem praticado qualquer ação.

Até mesmo a manifestação do dia 12, pela libertação de presos, não se pode dizer que era em apoio aos comunistas presos, mas sim pela garantia da continuidade de expressão do movimento, pois o principal preso era o vereador Athaydes, que sempre fazia questão de demonstrar que não era comunista, e suas propostas políticas e ações levam a confirmar isso.(RODRIGUES, 1980)

Já após a manifestação mais violenta, a do dia 12 de agosto, o tom do discurso jornalístico do *Rio Grande* é mais enfático. Ocorre a responsabilização dos comunistas, pelos enfrentamentos, e dos trabalhistas, por serem as principais

<sup>182</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 12/08/1952. p.1.

lideranças políticas da cidade e não terem agido, deixando a direção do povo nas mãos dos comunistas.

Repudia a imprensa da capital que afirmou que o povo que saiu a rua era “inteiramente” comunista e que a cidade é composta por “imensa maioria” de comunistas. Admite que membros do extinto PCB estavam na direção dos acontecimentos, mas faz as ressalvas:

O povo foi dirigido por líderes comunistas, é bem verdade, mas a maioria dos que se encontravam nas ruas, nada tinham a ver com os fanáticos russófilos. Se os comunistas assumiram a liderança e levaram as massas ao motim, temos que agradecer unicamente aos nossos partidos políticos, que desertaram no momento em que deles mais se precisava, entregando o comando dos acontecimentos, entregando a direção do povo, ao membros do extinto PCB.<sup>183</sup>

Assim, a linha do jornal salienta três questões principais, que já vem sendo destacadas: a razão dos trabalhadores que se manifestaram, pois o custo de vida era muito elevado; o anticomunismo, pois os comunistas haviam enganado os trabalhadores, jogando-os na desordem; e as críticas tanto à prefeitura quanto ao PTB, por terem permitido por conta da sua inação que os comunistas dirigissem as manifestações, apesar de serem as principais forças políticas da cidade com forte influência sobre os trabalhadores.

Estes argumentos ficam novamente explícitos em um texto publicado a partir de 15 de agosto em três edições, com o título de “Falência dos Partidos”. Optou-se por reproduzir aqui apenas o texto da primeira publicação, que serviu como uma introdução para o que foi abordado mais detalhadamente nos textos seguintes. Nele pode-se perceber com nitidez os elementos apontados anteriormente.

O movimento de rebeldia e luta que sacudiu o Rio Grande por vários dias, culminando com o funesto tiroteio que cobriu de luto o lar de quatro famílias humildes e laboriosas, pode agora, com a calma e serenidade devidas, ser estudado, apontando-se as causas e possíveis consequências.

A imprensa de todo o país viu nos acontecimentos do Rio Grande, mais uma artimanha dos comunistas com o apoio do povo, que dizem, também é comunista. Nada mais injusto e inverídico do que a segunda parte de tal assertiva. A explosão que se deu era facilmente previsível há mais de vinte dias. Quando da greve inicial, ocasião em que o povo saiu para as ruas pela primeira vez, protestando contra o custo da carne, este jornal, oportunamente alertava o Rio Grande para o perigo que estávamos a correr. A preparação psicológica do povo, a doutrinação da massa, deixava claro qual o objetivo da colimar. No primeiro comício só se falou em Coréia e Imperialismo norte-americano. Era o cartão de apresentação dos comunistas. O que se deu em Rio Grande foi uma crise político-econômica.

Os líderes do movimento incontestavelmente eram membros do extinto PCB, eram marginais do regime democrático, eram indivíduos que esperam a luta e a miséria para galgar o poder, pois que, em condições normais serão sempre repelidos. O povo, entretanto, não era comunista. A multidão que saiu para a Praça Pública não buscava a implantação da desordem ou a sublimação do credo vermelho. O povo,

<sup>183</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 14/08/1952.

nas ruas, estava, isto sim, era desesperado, estava com fome, não via outro meio, não via outra maneira de afastar a miséria que rodava suas portas. Rio Grande é uma cidade constituída em sua maior parte por operários, por gente pobre, por pessoas que tem no trabalho cotidiano a garantia de subsistência. Pelo preço astronômico dos gêneros de primeira necessidade, não é mais possível viver. Era isso o que o povo queria dizer, era contra isso que eles se rebelavam. Os dirigentes comunistas, prontos para explorar, em qualquer ocasião, movimentos de protestos, descontentamentos populares, assumiram o comando das reivindicações, dirigiram a massa, impuseram a sua vontade e o seu objetivo. E por que isso se deu? Por que o Rio Grande, cidade reconhecidamente queremista, baluarte não sobrepujado de Getúlio Vargas, município que elegeu oito vereadores trabalhistas contra um só comunista, foi momentaneamente dominada pelos vermelhos? O povo quando se resolve a lutar, precisa de uma orientação. Não pode perseguir um fim se não tiver uma planificação, se não tiver a frente homens resolutos que indiquem o caminho a seguir, que mostrem com honestidade e dinamismo a estrada a trilhar. O povo indignado contra os desmandos governamentais, precisava de um chefe. Quem se apresentou? Os comunistas. E os outros partidos, e os outros líderes políticos, e os outros homens públicos, filiados às mais diversas agremiações políticas? Ficaram em casa, deixaram se estar nas sedes partidárias, ou por de trás das janelas da Prefeitura, quando seus lugares estavam reservados na frente do povo. Não é este um fenômeno local. Pelo Brasil inteiro se vê a mesma coisa. A maioria dos nossos homens públicos só comparecem nas ruas em época de eleições, para explorar a miséria do povo, pedindo votos e prometendo o impossível.<sup>184</sup>

Além deste texto, outros vários foram publicados, todos seguindo a mesma linha, o que dá a entender que o “jornalismo meramente descritivo”, como tentavam se auto-classificar os editores do jornal *Rio Grande*, estava fazendo uma campanha sistemática de defesa dos trabalhadores que “ingenuamente teriam se deixado levar pela desordem”, para atacar tanto o PTB, que era governo, quanto os comunistas, que eram os “subversivos”.

Eis alguns exemplos desta campanha:

No dia 18 de agosto, a coluna “Bilhetes da Assembléia” escrita por Ary Garcia Castellã (que acompanhava e noticiava as movimentações políticas da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul) publicou um texto na mesma linha do “Falência dos Partidos”, defendendo a justeza das manifestações, mas criticando os partidos tradicionais por não tomarem a liderança das reivindicações, deixando o caminho aberto para os comunistas. Também critica duramente o governo Vargas.

Dia 20 do mesmo mês, *Rio Grande* publica o texto “A grande desculpa”, assinado por um Jorge Susini que começa escrevendo que antes o bode expiatório era o nazi-fascismo e agora era o comunismo, tudo para justificar os fracassos dos governantes e a miséria do povo. Critica um órgão de imprensa de Porto Alegre por ter insinuado que a população de Rio Grande “em sua grande maioria, é composta de comunistas”, argumentando que na verdade havia poucos comunistas convictos

<sup>184</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 16/08/1952. p.1.



no país, o que havia de fato era a miséria do povo. Assim seria um disparate afirmar que a maioria da população de Rio Grande era comunista, mesmo porque, como explicar então o fato de “Rio Grande ser a Meca do trabalhismo e possuir um governo inteiramente trabalhista”? Havia, sim, uma “infiltração” comunista em meio ao operariado, mas por estes se encontrarem abandonados pelos políticos eleitos.

Aqui está a causa segunda do rumo seguido pelos acontecimentos. O partido de maior penetração popular, de maior responsabilidade, portanto, não estava vigilante, não permaneceu junto ao povo e nem teve a coragem de procurar conduzi-lo e orientá-lo em seus momentos de desespero.<sup>185</sup>

Ainda sobre as acusações da imprensa de fora da cidade de que a maioria dos trabalhadores de Rio Grande seriam comunistas o editorial “Ignorância e perfídia” do jornal *Rio Grande* rebate uma matéria da *Revista do Globo*, que classifica como infeliz. Nela consta que um dos focos do problema é a quase insolúvel Vila do Cedro, em que habitam imigrantes espanhóis e portugueses que foram os responsáveis pela chegada de idéias anarquistas à cidade. O editorial faz críticas bastante contundentes à revista e se esforça em elogios aos colonizadores portugueses que “foram os melhores colonizadores que um local poderia ter”, afirmando que não entende o que seria o Rio Grande do Sul sem os espanhóis e portugueses. Cabe esclarecer que o distribuidor da *Revista do Globo* na cidade era o próprio *Rio Grande*, que todos os meses anunciava a revista com palavras de exaltação e elogios às matérias nela publicadas. Assim, o tom agressivo do título e do editorial, parece significar que sentiram a reportagem da revista como um golpe inesperado recebido de um aliado.<sup>186</sup>

Além dos textos de ataque explícito aos comunistas, o jornal *Rio Grande* fez uso de soluções cotidianas e inteligentes, sem hostilidades diretas, mas com uma mensagem subliminar que não deixa dúvidas. Vários temas eram escolhidos porque deles podiam ser deduzidos elementos que iam contra o comunismo. Um exemplo é uma série de três matérias sobre cultura que serão comentadas a seguir.

No dia 21 de agosto de 1952 a seção de cultura, neste dia destacada na capa (nos outros era publicada no miolo), o jornal traz uma declaração do escritor Erico Veríssimo, que afirmou no Congresso Continental de Cultura de Santiago (Chile), não ser e nem nunca ter sido comunista. Será que não havia outras informações

<sup>185</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 20/08/1952.

<sup>186</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 09/09/1952.

mais interessantes sobre este congresso? Sequer foram mencionadas as atividades que este escritor, tão importante e conhecido no estado, lá desenvolveu.

Dois dias após a primeira matéria, foi publicado, também como reportagem de capa, uma declaração do escritor Jorge de Lima que afirma não ter assinado nem um manifesto elaborado pelos comunistas e que seu nome foi colocado à revelia, pois inclusive desconhecia o manifesto. Não há maiores informações de qual manifesto se trata, pois o jornal não traz nenhuma outra informação senão o engano que os comunistas cometeram.

O terceiro exemplo, é uma reportagem de capa com declarações de Villalobos em que afirma: “sou um compositor livre, não sigo tendências”. Cita Manuel Bandeira como expressão de um “autêntico modernismo” e destaca a crítica que o músico faz a Portinari: “Portinari está sob influência direta de Picasso, Leger e outros. É um pintor de tendências. Eu sou livre.”<sup>187</sup> A crítica a Portinari, pode ser lida facilmente como também uma crítica política: por ser ele comunista, não é livre. Cabe mencionar que Portinari era comunista, filiado ao PCB e chegou a concorrer aos cargos de Deputado Federal em 1945 e a Senador da República em 1946.

Com estes exemplos se quer demonstrar os instrumentos usados pelo *Rio Grande* para a disputa política da cidade e, principalmente, dos trabalhadores, protagonistas centrais, apesar de dispersos em várias posições políticas.

Para finalizar se pode afirmar que este jornal, possui um perfil que busca mediar as relações entre capital e trabalho, sempre ao lado dos empresários e em alguns momentos dos trabalhadores, desde que estes estejam sob o princípio da ordem, tentando separa-los sempre dos comunistas. Relativo ao aumento do custo de vida, entendiam que o culpado era o governo e não os empresários do setor produtivo. É um jornal de oposição aos trabalhistas, pois enxerga nestes uma porta de entrada dos comunistas e de implementação de políticas que aumentam os privilégios dos trabalhadores em detrimento dos patrões e do uso do Estado pelo capital privado.

## b) Jornal O Tempo

---

<sup>187</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 26/08/1952.

Em relação às manifestações de julho e agosto de 1952, *O Tempo* estimulou e noticiou as ações do movimento, mas sempre combatendo de forma dura os comunistas, na tentativa de isolá-los dos trabalhadores. Os exemplos de matérias que tratam disso são inúmeros, como as abaixo comentadas.

No dia 27 de julho, após uma passeata com comício, o jornal informou que o movimento contou com um “numeroso grupo de trabalhadores” contra o aumento do preço da carne, apesar de ter à sua frente membros do extinto PCB. Os manifestantes foram até a sede do *O Tempo*, solicitar apoio. Saul Porto, editor chefe e dono do jornal, os recebeu e discursou salientando que apoiava qualquer ação dos trabalhadores, contanto que fosse dentro da ordem e do respeito às autoridades estabelecidas. Solicitou que na dispersão da passeata não fosse feita nenhuma baderna, “que o movimento seja dirigido dentro da ordem e disciplina”, e terminou ressaltando a orientação trabalhista do periódico.

Dias após o jornal informou que no dia 30 de julho, desde às 12 horas, uma “grande massa popular” percorreu as ruas da cidade em protesto contra o aumento da carne, pedindo ao comércio e fábricas seu fechamento. Foram novamente ao jornal e receberam apoio e os “conselhos de Saul Porto” para que mantivessem a ordem.<sup>188</sup>

Nesta mesma edição há um “A pedido” assinado por “Três empregados do Comércio”, sem mencionar os nomes, intitulado “O nosso apelo ao único jornal que defende o povo”, em que agradecem o apoio do jornal ao movimento, denunciam o seu patrão que aumenta o preço da carne e se declaram mais getulistas do que nunca e que só uma “ditadura” coordenada por Vargas poderá salvar o Brasil dos gananciosos.

Ainda sobre as manifestações do dia 30 de julho, Porto expõe sua linha editorial e política, posicionando-se a favor das manifestações, contra os comunistas e dando um “puxão de orelhas” em seus próprios correligionários:

A imprensa trabalhista a serviço da causa do povo  
Os nossos partidos políticos, precisamente as chamadas agremiações de massas, tem que abandonar o velho método e virem para rua lutar ombro a ombro com o povo, si é que não querem sucumbir. A prova da nossa afirmação, temos no movimento contra a absurda alta do preço da carne, onde não vimos outros representantes, a não ser dos comunistas, que assim puderam explorar o assunto a vontade, mentindo as vezes para o povo, caluniando as autoridades e até escondendo a verdade, no entanto, foram eles os mentores do movimento e por

<sup>188</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 31/07/1952.

isso estão agora e com razão se jatando de uma vitória, que era palpável e estava a vista, bastando que os comodistas saíssem para a luta.<sup>189</sup>

No dia 10 de agosto, o jornal se posicionou a respeito da direção das manifestações e sobre a escassez:

Se não querem que os comunistas assumam novamente a liderança do movimento 'pró-barateamento da carne verde' os membros dos Partidos Democratas, devem vir imediatamente para o meio do povo, conclamando este para reuniões nas sedes dos seus partidos e com eles debatendo o angustiante problema da carne verde, pois a grande verdade é, que a situação que atravessamos já está provocando protestos, pois, na maioria dos açougues, muito cedo, não se encontra carne disponível para satisfazer uma parte mínima das necessidades do povo.<sup>190</sup>

Se no jornal *Rio Grande* se acusava mais o poder público pelo aumento dos preços, em *O Tempo* não se fala muito nisso, pois a culpabilidade pela carestia poderia depor contra os governos trabalhistas que defendia. As poucas vezes em que apareceu a discussão, se apontou como culpado os gananciosos empresários e produtores rurais.

*O Tempo* também possuía boa relação com sindicatos e entre outras, se pode citar uma reportagem em que o jornal tem a liberdade de pedir uma reunião dos sindicatos para tratar do preço da carne.<sup>191</sup>

Trazia reportagens sobre a vida interna dos sindicatos, como a de 31 de julho de 1952 sobre a construção da sede própria do Sindicato dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Similares. Quem falou à reportagem foi o diretor geral do sindicato, João Soares Bandeira relatando que para isso pediram dinheiro para os empresários, que fizeram exigências "absurdas", não aceitas pelo sindicato. No entanto três empresas colaboraram sem nada pedir. Solicitaram terreno para a Câmara de Vereadores, mas na data não haviam obtido resposta.

Outra matéria, de 18 de julho do mesmo ano, noticiou que os trabalhadores em transporte de cargas começavam a fazer reuniões para se constituírem como sindicato, atendendo ao apelo de Getúlio Vargas, segundo estes "indiscutivelmente o único líder dos trabalhadores brasileiros". No dia 5 de outubro há uma reportagem sobre os 17 anos do Sindicato dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Similares, comemorado em assembléia com boa cobertura do jornal. Dias 11 e 19 do mesmo mês, houve, respectivamente reportagens sobre o Sindicato dos

<sup>189</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 01/08/1952.

<sup>190</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 10/08/1952.

<sup>191</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 23/07/1952.

Estivadores, Associação dos Empregados do Comércio e sobre os ferroviários no segundo dia. Estas reportagens eram frequentes no jornal, que também noticiava eleições sindicais e posse de novas diretorias.

Sobre os comunistas, publicavam matérias com todo tipo de ataques. No dia 23 de julho foi publicada uma matéria assinada por um Fortunato, do qual não há maiores informações, em que ataca a Frente Popular Pró-Paz, que era uma frente de massa dos comunistas e tinha um programa político extremamente genérico de campanha pela paz, mas na qual participavam várias pessoas que não tinham vinculação com o partido. Ideologicamente, colocava-se pró-russos em relação à Guerra Fria, pois acusava os EUA de estimularem a guerra e a corrida armamentista nuclear. Mas sua ação não passava disso.

Porém o texto do *O Tempo* afirmava que existia um programa desta Frente na ZYC 3 Rádio Cultura Rio-Grandina cujo os autores eram comunistas, e que atacavam a construção de bases militares norte-americanas no Brasil. O Jornal argumentava que os comunistas estavam contra as bases, pois pretendiam dar um golpe e queriam pegar a todos desprevenidos, dizendo que na verdade eram eles que queriam a guerra, para construírem o comunismo.

No dia 28 de agosto, o jornal trouxe uma reportagem sobre boateiros que tentavam desestabilizar a ordem com falsas notícias de desordens públicas, dando a entender na reportagem que eram os comunistas que lançavam os boatos para gerar um clima de tensão. Pede a intervenção da polícia para calar os boatos, pois esses teriam espalhado um preço falso da carne com o intuito de tumultuar, porém não cita nomes e nem informação mais detalhada do episódio.

É necessário também esclarecer que este jornal foi o que mais demonstrou simpatia ao movimento contra a carestia, não apenas declarando que apoiava e que eram justas as reivindicações, mas destinando espaços de destaque em suas páginas para notícias e detalhes das passeatas e greves.

Neste capítulo se caracterizou a conjuntura do aumento do custo de vida no ano de 1952 no estado, quando os trabalhadores de Rio Grande se organizaram em comissões para fazer protestos e a fiscalização dos preços. Um destes protestos foi a greve de agosto de 1952, objeto central deste capítulo.

Esta greve paralisou a cidade de Rio Grande e suas manifestações foram de massas, em que os comunistas não tiveram o controle dos protestos, como em 1949 e 1950, no entanto seguiram sendo os principais responsabilizados pelos conflitos.

Mesmo com a pluralidade ideológica dos operários que compunham a manifestação, a repressão policial foi severa com a ocorrência de espancamentos de manifestantes, enfrentamentos de rua, prisões e por último, novamente, o uso de armas de fogo contra civis, que desta vez não reagiram da mesma forma, como em 1950, o que é mais um indício que o PCB, diante da ampliação da base que se mobilizou, acabou sendo secundarizado nesta conjuntura, o que não indica a perda da força destes, muito pelo contrário. O que se quis dizer é que se fossem os comunistas a se defenderem novamente da repressão, possivelmente as armas de fogo teriam sido usadas pelos dois lados.

O anticomunismo aparece novamente usado pela polícia, trabalhistas e imprensa comercial. Os trabalhistas, organizados nas entidades sindicais oficiais e com o controle do poder público, defenderam as reivindicações dos trabalhadores e atacaram os comunistas os responsabilizando pelas mortes. Já imprensa comercial manteve sua postura anticomunista no intuito de combater o PCB no meio operário.

Estes indícios reafirmam o uso sistemático do anticomunismo e repressão policial como meio de controle operário em Rio Grande, mesmo após o final do governo Dutra e início do segundo governo Vargas. Ao que tudo indica, a retomada das liberdades de organização operária, que corriqueiramente se afirma ter ocorrido no segundo governo Vargas, após os anos autoritários de Dutra, ainda não havia chegado na cidade portuária, mesmo com a hegemonia trabalhista que lá havia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a temática central desta dissertação foram analisados métodos de **controle social**, principalmente no que se refere a **repressão policial** e **anticomunismo**, contra o movimento operário, através do estudo da ocorrência de três **protestos operários** na cidade de Rio Grande. Foram eles a greve geral de 1949, a manifestação de 1º de maio de 1950 e a greve contra a carestia do custo de vida em 1952.

A pergunta que serviu como fio condutor para a pesquisa foi: “como domina a classe dominante”, ou seja, como tentaram limitar a ação dos operários riograndinos com o uso de instrumentos de repressão e ideológicos, que estavam a disposição das elites? Ao mesmo tempo que se buscou a resposta, foi necessário demonstrar como o movimento operário protestou e atuou na cidade, reagindo a repressão e ao anticomunismo, e no processo de luta de classes, limitando a exploração e construindo opções políticas.

Ao final deste estudo ficam evidentes algumas lacunas, principalmente de fontes e de bibliografia que poderiam ter enriquecido a pesquisa. Como já foi mencionado anteriormente, a produção bibliográfica sobre o movimento operário de Rio Grande, no período pós-1945, é direcionada para a atuação deste no porto.

Essa concentração colaborou para a realização da pesquisa, mas a inexistência de estudos sobre o movimento fora do porto dificultou o diálogo deste trabalho com outros autores que abordassem o mesmo tema em Rio Grande.

Em parte isso explica certo empirismo expresso no texto, que está bastante centrado na narração dos fatos ocorridos e das ações dos atores envolvidos. Porém, o tipo de análise, embasado em uma descrição detalhada, também é importante para que se perceba a ação dos sujeitos, organizados em grupos, que agiram e construíram o ambiente político e social de Rio Grande, bastante marcado pela influência operária.

Quando se narra a realização de uma greve - como ela foi desencadeada, como os grupos políticos se portaram diante da mesma, como foi a reação operária diante da repressão, como a polícia reprimiu -, embora possa parecer detalhista e talvez até desnecessário, se está historicizando um modo de luta, de ação humana, de tencionamento social, que é gerador de novos caminhos para a sociedade em permanente transformação. Tal método, em colaboração com outras pesquisas, deve contribuir para a construção de uma história mais detalhada de um importante pólo de organização operária, como foi a cidade de Rio Grande e, que apesar de sua importância, carece de mais pesquisas, principalmente sobre o período após 1937.

Esta lacuna historiográfica forçou a realização de um trabalhoso estudo preliminar de mapeamento da organização intraclasse, entendida aqui como a composição política e as relações estabelecidas no interior do movimento operário, mas que certamente está longe de ser um panorama completo de como se organizavam os trabalhadores riograndinos. Mesmo porque, este estudo foi concentrado em apenas três conjunturas, que apesar de serem importantes, não podem ser consideradas como representativas do conjunto da luta operária na cidade no pós-1937.

A dificuldade do trabalho se deu pela necessidade da compilação de dados dispersos nas fontes primárias aqui analisadas. Partiu-se da construção de uma lista de entidades, partidos e nomes de militantes, identificando onde as pessoas que foram citadas nas fontes estavam militando nos momentos estudados. Este cruzamento de dados foi bastante demorado e difícil, principalmente devido a dispersão de informações, porém, apesar de seus limites, certamente servirá como um guia seguro para basear o início de futuras pesquisas.



A dispersão geográfica das fontes primárias foi outra dificuldade encontrada. Além da pesquisa ter sido feita com fontes situadas em Porto Alegre, como os processos-crime depositados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e os documentos encontrados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, especificamente no Acervo da Comissão da Luta Contra a Ditadura, na própria cidade de Rio Grande a documentação operária se encontra nos mais variados lugares, de forma fragmentada e sem continuidade.

As atas da SUO, por exemplo, que poderiam consolidar maior importância para esta pesquisa, de 1945 em diante são quase inexistentes para os objetivos deste estudo, pois em sua imensa maioria se resumem a listas de presentes em assembleias, algumas poucas declarações burocráticas de organização da entidade e balancetes financeiros diferentemente do período até 1937, no qual são bastante constantes e de densas informações. Parte destes documentos foram importantes, mas o mais relevante é notar que o “sumiço” da documentação de cunho político da SUO posterior a 1945, pode indicar a destruição deste material, seja por segurança de militantes ou, o que é mais provável, pela repressão policial.

Outra lacuna é a falta de números do jornal comunista de Rio Grande *Voz do Povo*, pois os números encontrados ou são sobre períodos que não os da pesquisa, ou são alguns poucos recortes que estão anexados aos dois processos-crime pesquisados e que trazem poucas informações novas a respeito dos fatos. Esta fonte poderia dizer ainda mais sobre os comunistas locais. É importante divulgar aqui a existência de números dispersos deste jornal, pois seu estudo pode trazer valiosas informações sobre o movimento operário de Rio Grande e sobre os trabalhadores locais em um período mais longo, mesmo sem a continuidade em seus números, e por fazer parte do importante movimento da imprensa comunista neste período, que a esquerda brasileira nunca mais conseguiu repetir com a mesma força numérica e eficiência. A falta deste jornal nos arquivos também deve ser considerada uma evidência da perseguição política tanto contra os comunistas quanto contra a imprensa de oposição.

Ainda como fonte que poderia ter enriquecido a pesquisa e que carece de estudo mais detido, são os depoimentos de militantes de base, principalmente dos trabalhistas. Estas falas podem propiciar o estudo de temáticas ligadas à classe trabalhadora sob um espectro político mais amplo, não centrando-se apenas na sua parte mais organizada. Esta análise também poderia ter dado outro enfoque para a

pesquisa, porém, os limites dados tanto pelo período de execução do mestrado, quanto pelas ricas fontes impressas encontradas e ainda não exploradas, levou a uma opção que foi a de não buscar depoimentos, por exemplo, ou outros meios que evidenciassem esta visão da base do movimento.

Devido o tempo que compreende uma pesquisa de mestrado, obrigatoriamente é preciso optar por focalizar mais em determinado tipo de fonte e temática e não em outros. No entanto, a perspectiva comentada logo a cima não foi tratada de forma desatenta, pois no texto fica explícito a percepção dos limites entre trabalhadores militantes e trabalhadores não militantes, mas é exatamente este limite que pode e necessita ser rompido com a realização de outros estudos sobre operários em Rio Grande.

Diante destes limites apresentados anteriormente, o principal mérito desta pesquisa talvez seja iniciar um trabalho que visa preencher a lacuna historiográfica encontrada e que tornou-se objeto desta análise. Conseguiu-se tal objetivo a partir da descrição de episódios, mapeamento dos atores envolvidos nos protestos e algumas análises, que estão longe de esgotarem a temática do protesto operário e dominação de classe na cidade de Rio Grande no pós-1945. Na verdade, para todos os lados que se olha na cidade portuária, se pode pensar em perspectivas de análises sobre o seu movimento operário, devido as profundas marcas que o “mundo do trabalho” deixou na história urbana da segunda metade do século XX, ainda pouco estudada.

Os principais atores sociais envolvidos nas lutas aqui pesquisadas, foram parte dos operários riograndinos, comunistas, trabalhistas, polícia e imprensa comercial. Estes três últimos (trabalhistas, polícia e imprensa comercial) foram os que desejaram limitar a atuação política dos operários por suas reivindicações, utilizando-se para isso da repressão policial e do anticomunismo. Ao mesmo tempo, ficava implícita a defesa de um grupo social que não apareceu diretamente envolvido no combate aos operários, mas que eram os principais beneficiados pelo controle do “mundo do trabalho”: os capitalistas donos e gerentes das indústrias, que ao delegarem a repressão dos seus trabalhadores ao Estado, isentaram-se de maiores responsabilidades, deixando nítido também a quem servia o aparato estatal.

Os protestos ocorridos em Rio Grande eram característicos da época. Foram realizados com forte participação popular e com um relativo grau de autonomia do movimento operário em relação ao Estado e aos partidos, apesar de terem contado

com a marcante presença dos comunistas, que com o fechamento do partido e de entidades sindicais lideradas por eles, optaram pela alternativa de priorizar a mobilização de base com a organização de entidades paralelas por locais de trabalho, sempre que possível ou necessário.

A linha política do PCB, sem dúvidas influenciou estes três protestos analisados. Não se pode ignorar que os trabalhadores que participaram do movimento operário riograndino naqueles eventos, ao precisarem ir além do que possibilitou os sindicatos oficiais coordenados pelos trabalhistas, optaram pela ação com os comunistas, porém também não foram até os limites da revolução, como queriam estes, pois ao mesmo tempo em que atuavam durante os protestos com os comunistas, legitimavam o trabalhismo eleitoralmente, como se demonstrou.

A pesquisa abriu também algumas questões que não podem ser respondidas com esta dissertação: porque os mesmos trabalhadores que foram reprimidos por governos trabalhistas os reelegeram? Porque os trabalhadores de Rio Grande, mesmo após terem sido vitimados pelo anticomunismo, tanto quanto os comunistas, seguiram em sua maioria apoiando os trabalhistas eleitoralmente, em sua imensa maioria, sendo que o PTB tomou parte na repressão efetivada contra os protestos?

Isso reafirma a posição que considera que a classe operária brasileira naquele período, na qual militavam comunistas e trabalhistas, possuía autonomia em relação aos partidos. Mas também expressa o caráter dúbio do PTB que, mesmo militando no interior da classe trabalhadora, em muitos momentos, para combater o comunismo, agiu em conjunto e se utilizou de métodos das classes dominantes conservadoras, mesmo que isso significasse a repressão contra os trabalhadores não comunistas que também protestaram.

Um indício desta autonomia de classe em Rio Grande foi a grande adesão dos trabalhadores aos protestos, o que tirou dos partidos a possibilidade de controle desta ação, tornando-os pequenos frente a mobilização, buscando influenciá-la através da propaganda de suas idéias e direcionando a pauta de reivindicações, mas sem um domínio maior sobre a situação. Viu-se que os comunistas apesar de aparecerem como lideranças, não eram seguidos cegamente pelos operários.

Ainda sobre os comunistas riograndinos é importante observar que estes implementaram a linha que o partido vinha orientando no período, que era de radicalização contra o governo, realização de greves e agitações e ação por fora dos sindicatos oficiais, se necessário. O texto não deixa dúvidas que isso foi efetivado,

diferentemente de outros lugares em que as deliberações da direção central do partido foram contestadas e até não implementadas, como apontam os estudos de Santana(2001) e Silva (1995), anteriormente citados.

No entanto, não se pode saber, devido aos limites da pesquisa, se houve elaborações críticas posteriores sobre estas ações, de parte dos próprios militantes comunistas de Rio Grande. O que se pode afirmar é que nesta cidade temos um exemplo de implementação prática da linha orientada pela direção do PCB, consagrada no *Manifesto de Agosto*, o que foi reconhecido pela própria direção do partido no documento *Informe sindical e de massas da Comissão Executiva ao Comitê Nacional* assinado por Maurício Grabois em maio de 1949, também anteriormente citado. Isso aponta para outra possibilidade de pesquisa a ser melhor explorada.

Em relação ao Estado, observou-se que o movimento também agiu autonomamente, pois os três protestos aqui estudados foram contra ações estatais. Em 1949 contra a entrada dos navios, 1950 contra o fechamento da SUO e em 1952 contra a carestia do custo de vida, o que envolvia o Estado, devido a falta de fiscalização. Mesmo com a maioria dos operários legitimando os governos trabalhistas, estes participaram dos protestos, sendo que o de maior participação foi o de 1952 já em pleno governo Vargas.

A opção por não analisar sistematicamente a interpretação dos operários a respeito dos protestos e a repressão, pois isso exigiria uma outra pesquisa, além da dificuldade de fontes, impede afirmações mais apuradas sobre como estes percebiam a relação entre governos trabalhistas, Estado e repressão policial. No entanto, o fato dos operários não se rebelarem contra os trabalhistas devido a repressão policial que estes implementavam através do governo estadual e legitimavam com um anticomunismo trabalhista local, pode nos indicar, no mínimo, duas possibilidades: uma delas, que os operários entendiam que a polícia era autônoma em relação aos governos trabalhistas, o que em parte é verdade, mas não isenta os trabalhistas completamente do apoio à repressão, o que ocorria publicamente. A outra possibilidade, é que a propaganda trabalhista de que as manifestações foram reprimidas devido a presença comunista, o que é uma meia verdade, obteve resultados, isentando estes de uma antipatia da maioria do movimento operário. É uma meia verdade pois, como ocorreu em 1952, sabia-se que os comunistas eram parte, mas não a maioria dos operários mobilizados e

mesmo assim a repressão foi brutal e contra todos os operários. Assim, o que estava em disputa além do controle dos comunistas era o controle dos operários, que deveriam seguir trabalhando em ordem e sem ameaçar os limites da Lei de Segurança Nacional.

Isto permite contestar a existência de uma “democracia plena”, principalmente durante o governo Dutra. Como se pode pensar em democracia plena em uma sociedade em que um dos seus principais atores políticos, a classe trabalhadora, estava limitada a agir por intermédio dos sindicatos oficiais, pois quando rompia este limite era reprimida e logo acusada de estar servindo aos comunistas?

Dentro deste contexto em Rio Grande, a repressão policial atuou contra o movimento operário com a realização de prisões, espionagem, intimidação e repressão direta com o uso, inclusive, de armas de fogo. A principal justificativa para a ocorrência destas ações foi a presença dos comunistas em meio aos protestos. Mas será que a paralisação da produção com greves e passeatas de milhares de operários pela cidade, teria sido tolerada sem a presença dos comunistas? Os indícios mostram que não, pois a polícia e imprensa declararam que, nas três conjunturas, a repressão ocorreu também devido ao fato do movimento ter descumprido a lei, em 1949 e 1952, e terem feito greve e em 1950, por querer reabrir a SUO e realizar passeata sem a autorização da polícia.

Estes elementos permitem pensar, sem fazer “futurologia”, que a repressão ocorreria do mesmo jeito. Por isso, o mais importante é notar que a repressão policial serviu como um instrumento de controle da ação operária como um todo e não apenas dos comunistas. Ao justificar a repressão, a polícia atuou como uma limitadora dos operários politicamente, ideologicamente, e também, do ponto de vista da conquista de direitos trabalhistas, pois não se pode esquecer que as manifestações aqui estudadas foram realizadas por pautas que dizem respeito a melhoria das condições de vida dos operários, de modo geral, a defesa de postos de trabalho em 1949, a reabertura da SUO em 1950 - entidade que fornecia uma série de benefícios culturais e materiais aos seus sócios -, e o aumento do custo de vida em 1952. Ao limitar estas manifestações, a polícia além de buscar garantir a dominação de classe e o funcionamento das indústrias também impedia a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Nesta situação, o anticomunismo entra em cena como uma ideologia de controle social da polícia, pois serviu não apenas para justificar a repressão contra

os militantes do PCB, mas para controlar os trabalhadores como um todo. As ações operárias que fugiam aos limites da permissão das autoridades, foram tratadas como influenciadas pelos comunistas, Mas ao concluir que o movimento operário agiu de forma autônoma, fugindo a um eventual comando dos comunistas, embora atuando em concordância com estes em alguns momentos, não se pode admitir a hipótese policial de que os comunistas levaram os trabalhadores a realizar atividades subversivas. Se estas ocorreram, foi porque a classe operária sentiu a necessidade de romper o cerco da legislação social antigreve e do sindicalismo oficial, independentemente do PCB estar atuando junto ou não.

A partir desta atuação policial anticomunista e repressiva, os setores da sociedade riograndina se posicionaram. Por isto, aqui também foram analisados o posicionamento e atuação de trabalhistas e da imprensa comercial, no intuito de perceber o anticomunismo como método de controle social utilizado pelos setores que agiram de forma conservadora contra o movimento operário. É certo que outros setores sociais como empresários e Igreja Católica também devem ter se posicionado de forma anticomunista, mas esta pesquisa limitou-se aos atores já citados, principalmente pelo tipo de fontes utilizadas. É preciso explicar, também, que as fontes localizadas não permitiram uma análise mais consistente e direta sobre a atuação dos empresários.

O **anticomunismo trabalhista** não é explorado consistentemente nem pela bibliografia sobre o anticomunismo tampouco pela bibliografia sobre o trabalhismo, mas pode-se constatar que em Rio Grande ele existiu, principalmente a partir de 1950, como instrumento ideológico de combate aos comunistas, na disputa pelo controle do movimento operário e, ao mesmo tempo, pelo controle eleitoral da cidade para que os comunistas não se tornassem uma força institucional significativa.

Para isso, os trabalhistas riograndinos chegaram a justificar a repressão policial contra o movimento operário pelo simples fato da presença comunista em seu meio. Outro argumento utilizado é que as manifestações comunistas rompiam a legalidade constituída, buscando com isso uma nítida diferenciação entre ambos setores políticos. Os trabalhistas eram extremamente legalistas: estavam organizados em sindicatos e respeitavam as leis antigreve de Dutra, mesmo que estas prejudicassem os trabalhadores. e dialogavam com o poder público, apoiando as reivindicações operárias. Já o PCB apelava para os protestos, “colocando em

risco a vida dos trabalhadores”. Isso fica explícito em pronunciamentos na Câmara Municipal e em matérias do jornal *O Tempo*, de influência trabalhista.

Com este anticomunismo, os trabalhistas ajudaram a construir uma ideologia de controle social que, pouco tempo depois, foi usada contra eles próprios para justificar o golpe em 1964 e a deposição de João Goulart da Presidência da República, porque este estaria construindo no Brasil uma república sindicalista em acordo com os comunistas. Os trabalhistas ajudaram a construir a lógica da Doutrina de Segurança Nacional, que tratava como comunismo soviético antinacional qualquer posição mais a esquerda, justificando com isso o combate político, ideológico e a repressão, se necessária, contra todos classificados como comunistas pelos órgãos de repressão. E como se viu, o conceito de comunismo da polícia riograndina era demasiadamente amplo, o que abriu o precedente da perseguição política pela polícia de todo trabalhador que ousasse protestar, mesmo que fosse apenas por condições básicas de vida, como ocorreu em 1952.

Já a imprensa comercial, analisada aqui através dos jornais *O Tempo* e *Rio Grande*, não deve ser entendida de forma monolítica pois, como vimos, o primeiro serviu aos interesses trabalhistas, já que seu dono e redator chefe era membro do PTB, e o segundo parece ter trilhado caminhos próprios, pois além de combater os comunistas também atuou contra os trabalhistas. O *Rio Grande* usou o anticomunismo dentro da lógica conservadora da época, como medida de propaganda contra ações mais ousadas dos trabalhadores na luta por direitos ou contra a organização política dos mesmos.

É também importante notar que através da análise desta imprensa pode-se perceber que a propaganda sistemática contra os comunistas era baseada em uma preocupação com a reconhecida força dos operários na cidade e que, se estes resolvessem em massa seguir os comunistas, a situação poderia ficar bastante delicada para os conservadores e trabalhistas. Assim, era necessário manter os operários longe dos comunistas para que fosse mantida a dominação de classe e a exploração operária em meio a pobreza, evidente em todas as fontes, que contrastava com a riqueza produzida na cidade e exportada pelo porto.

Pode-se então afirmar, em síntese, que o anticomunismo da polícia, PTB e imprensa comercial em Rio Grande, foi um instrumento político e ideológico de contenção da influência do PCB no meio operário. Porém, este instrumento foi além

da mera retórica, passando a servir como justificativa para a repressão policial física aos operários, o que completa a lógica de uma relação de dominação social.

Era conveniente aos policiais, aos trabalhistas e aos empresários manter os operários bem controlados e os comunistas na ilegalidade, na cadeia ou até mesmo mortos. Esta observação é importante, para que se perceba que apesar do anticomunismo ser algo comum no período, ele foi utilizado em Rio Grande devido a uma opção política, que deve ser entendida no marco nacional, mas também local. Isto explica a necessidade dos trabalhistas utilizarem o anticomunismo sistematicamente, pois em Rio Grande os comunistas eram ameaça real à sua hegemonia política entre os trabalhadores e conseqüentemente na cidade.

Já a polícia, com o uso do anticomunismo como ideologia de controle social associado à repressão, tentou quebrar um dos instrumentos mais importantes da organização operária de Rio Grande, que inclusive foi uma de suas características fundantes: os protestos, greves e passeatas. Porém, os motivos da ação policial foram além do controle operário. A exemplo do que afirma Pereira sobre a repressão carioca,

Ao atribuir aos comunistas a responsabilidade pelas greves e agitações proletárias, a polícia política encontra mecanismos para justificar seu papel perante a sociedade, usando os protestos e reivindicações como indícios de que uma revolução social comandadas por agentes de Moscou se aproxima e o perigo iminente demanda uma reação enérgica (2004, p.197).

Isso leva a pensar que a ameaça comunista, também, se transformou em uma justificativa permanente para a existência de boa parte do sistema de segurança pública, o que significou empregos e prestígio para muitos agentes envolvidos com a repressão política.

Porém, apesar das tentativas de controle social exercido contra o movimento operário riograndino, este prosseguiu na luta pela ampliação de direitos, ao mesmo tempo em que os comunistas seguiram militando e os protestos seguiram ocorrendo, ao menos até 1964, embora com as lembranças da repressão e das mortes.

No entanto, esteve garantida a dominação de classe em Rio Grande em que uns seguiram trabalhando e outros ganhando a vida com os frutos deste trabalho. Isso realizado, entre outros elementos, através da repressão policial estatal e do anticomunismo como justificativa. Com isso não se desenvolve nenhuma teoria original sobre dominação de classe, mas se evidencia um pouco mais como ela ocorreu no Brasil, principalmente ao controlar o movimento operário em expansão



no período entre ditaduras, limitando assim, algumas alternativas de poder político ao mesmo tempo em que construía outras.

## **ACERVOS CONSULTADOS**

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Comissão Acervo da Luta Contra a Ditadura.

Arquivo da Prefeitura Municipal de Rio Grande.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Biblioteca Pública Riograndense, Rio Grande.

Centro de Documentação Histórica Hugo Alberto Pereira Neves, da Fundação Universidade de Rio Grande.

Centro Municipal de Cultura de Rio Grande.

Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL.

## **FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS**

### **Jornais:**

- Rio Grande, de Rio Grande. Anos 1949, 1950, 1951 e 1952.
- O Tempo, de Rio Grande. Anos 1949, 1950, 1951 e 1952.
- A Opinião Pública, de Pelotas. Edição de 2/5/1950.
- Gazeta Sindical (local ignorado). Edição da 1º quinzena de junho de 1950.
- Voz Operária, do Rio de Janeiro. Edição de 13/5/1950.
- A Tribuna, de Porto Alegre. Edição de 14/5/1950.
- Correio do Povo, de Porto Alegre. Edição de 19/2/1946.

## Entrevistas:

**Antônio Rodrigues.** Entrevista sobre 1º de maio de 1950, por Gicelda Marques San Martins. Rio Grande, 1994. Encontrada em: (MARTINS, 2001).

**Athaides Rodrigues.** Entrevista sobre movimento operário em Rio Grande, por Carmem Helena Braz Mirco e José Carlos Vieira Ruivo. Rio Grande, 1982. Encontrada em: (MARTINS, 2001).

**H.** Entrevista concedida a Diego Luiz Vivian. Rio Grande, 1º jun. 2004. (gentilmente cedida para esta pesquisa)

**Maria Luisa Balbadilha.** Entrevista sobre o 1º de maio de 1950, por Gicelda Marques San Martins. Rio Grande, 2001. Encontrada em: (MARTINS, 2001).

**Pedro Votto.** Entrevista sobre o 1º de maio de 1950, por Gicelda Marques San Martins. Rio Grande, 1994. Encontrada em: (MARTINS, 2001).

## Atas

- Ata da Câmara Municipal de Rio Grande nº391, de 28/04/1950.
- Ata da Câmara Municipal de Rio Grande nº393, de 03/05/1950.
- Ata da Câmara Municipal de Rio Grande nº394, de 04/05/1950.
- Ata da Câmara Municipal de Rio Grande nº397, de 09/05/1950.
- Ata da Câmara Municipal de Rio Grande nº398, de 10/05/1950.
- Ata da Câmara Municipal de Rio Grande nº399, de 11/05/1950.
- Atas das Assembléias Gerais da SUO (1937-1958).
- Lista de presenças das atividades de 1º de maio da SUO, 1938-1974.

## Outros documentos oficiais do Estado do Rio Grande do Sul

RIO GRANDE DO SUL. Representação dos familiares das vítimas de 8/1952. Secretaria de Segurança Pública. Caixa: Critério de ordenação: SOPS/RG – 1.-.1.1.1 à 1.1.381.3.1. Comissão Acervo da Luta Contra a Ditadura / Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo-crime contra Antônio Réchia, et al. – 1949. Documento nº 501, maço 16 E.23, estante 131-a, caixa 21. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Réchia, et al. – 1950. 5 Volumes. Documento n° 420, maço 14, estante 131-a, caixa 18. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

### **Sites**

<http://www.soleis.adv.br>

[http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas\\_populacionais](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais)

<http://www.dalcidiojurandir.com.br/>

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945)**. 1978. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BARATA, Agildo. **Vida de um revolucionário** (memórias). São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BASBAUM, Hersch W. **Cartas ao Comitê Central**. História sincera de um sonhador. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república de 1930 a 1960**. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

\_\_\_\_\_. **Uma vida em seis tempos** (memórias). Uma visão da história política brasileira dos últimos quarenta anos. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BATALHA, Cláudio H. M. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, PPG em História UFRGS, n.08, p. 91-99, 1997.

BAUER, Caroline S. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de estado e a ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. Segunda parte: 1946 – 1969. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

CÁNEPA, Mercedes M. L. **Partidos e representação política**. A articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945 – 1965). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

CARONE, Edgard. **O PCB 1943 a 1964 vol.2**. São Paulo: DIFEL, 1982.

CAVALCANTI, Paulo. **Nos tempos de Prestes**. O caso eu conto como o caso foi. 3º Volume. Recife: Guararapes, 1982.

CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. **Carlos Santo uma biografia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

COSTA, Hélio da. **Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra**. São Paulo: Scritta, 1995.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953) In: FORTES, Alexandre et al. **Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho**. Campinas: Ed.UNICAMP, 1999, p.87-122.

COSTA, Branno H.; FREITAS, Francisco, J. M. de. Greves e polícia política nas décadas de 1920 e 1930. In: MATTOS, Marcelo Badaró(Coord.). **Trabalhadores em**

**greve polícia em guarda.** Greves e repressão policial, na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, p.137-160, 2004.

FALCÃO, João. **O Partido Comunista que eu conheci** (20 anos de clandestinidade). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FONTES, Paulo. Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo – a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957). In: FORTES, Alexandre, e outros. **Na luta por direitos.** estudos recentes em História Social do Trabalho. Ed. UNICAMP: Campinas, p. 145-180, 1999.

\_\_\_\_\_. **Trabalhadores e cidadãos.** Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50. São Paulo: Annablume/Sindicato Químicos e Plásticos-SP, 1997.

FORTES, Alexandre, e outros. **Na luta por direitos.** estudos recentes em História Social do Trabalho. Ed. UNICAMP: Campinas, 1999.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito.** A classe trabalhadora portolegrense e a era Vargas. Caxias do Sul: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRENCH, John D. **Afogados em leis.** A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

GANDRA, Edgar Avila. **O Cais da resistência:** a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande de 1959 a 1969. Cruz Alta: Gráfica Universitária/UNICRUZ, 1999.

GARCIA, Eliane Rosa. **A ação legal de um partido ilegal: o trabalho de massa das frentes intelectual e feminina do PCB no Rio Grande do Sul (1947-1960).** 1999. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em História, UFRGS, Porto Alegre.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** São Paulo: Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e a sua história, debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 17-58, 2001.

HOBBSAWM, Eric J. Guerra Fria. In: **Era dos extremos.** O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, p.223-252, 2005.

\_\_\_\_\_. **Mundos do trabalho.** Novos estudos sobre História Operária. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

JURANDIR, Dalcídio. **Linha do Parque.** Rio de Janeiro: Vitória, 1959.

LONER, Beatriz Ana. A História Operária no Rio Grande do Sul. **História UNISINOS**, Número especial: V Encontro Estadual de História. São Leopoldo: PPG em História UNISINOS, p. 53-80, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937.** Vol. II de 1930 – 1937. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. **Construção de classe.** Operários de Pelotas e Rio Grande (1988-1930). Pelotas: Ed. UFPel, 2001a.

\_\_\_\_\_. **O PCB e a linha do “Manifesto de Agosto”:** Um estudo. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UNICAMP, Campinas, 1985.

- MARTINS, Eloy. **Um depoimento político**. Porto Alegre: Pallotti, 1989.
- MARTINS, Gicelda Marques San. **Tragédia da Linha do Parque: a Criminalização do PCB**. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Sociedade, Política e Cultura. Biblioteconomia e História) – Centro de Pós-graduação da Fundação Universidade de Rio Grande, Rio Grande, 2001.
- MARÇAL, João Batista. **Comunistas gaúchos**. A vida de 31 militantes da classe operária. Porto Alegre: Tchê, 1986.
- MARANHÃO, Ricardo. **Sindicato e democratização**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã I**. Lisboa: Presença, 1980.
- \_\_\_\_\_. O 18 Brumário de Luiz Bonaparte. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, s.d. p. 199-285.
- \_\_\_\_\_. O manifesto do Partido Comunista. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, s.d. p. 13-47.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos**. Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- \_\_\_\_\_. (org.). **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca 1945-1964**. Rio de Janeiro, Aperj/Faperj, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). **Trabalhadores em greve polícia em guarda**. Greves e repressão policial, na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.
- MENDES JR. Antônio; MARANHÃO, Ricardo. **Brasil história**. Texto e consulta vol. 4 era de Vargas. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: FAPESP, 2002.
- NEGRO, Antônio Luigi. **Linhas de montagem**. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo, 2004.
- NETO, Elias Chaves. **Minha vida e as lutas de meu tempo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e a sua história, debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 167-204, 2001.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **Quem é do mar não enjoa**. Memória e experiências de estivadores do Rio Grande/ RS (1945-1993). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros**. História e memórias do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. Polícia política e caça aos comunistas: repressões e pressões sobre o movimento operário no Rio de Janeiro. In: MATTOS,

Marcelo Badaró(Coord.). **Trabalhadores em greve polícia em guarda**. Greves e repressão policial, na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, p. 161-199, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PETERSEN, Áurea T. T. e outros. **Movimento grevista no RS: 1945-1979**. Porto Alegre: IESP/PUCRS, 1980/1981. Relatório para a FINEP.(mimeo.)

PETERSEN, Sílvia R. F. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, PPG em História UFRGS, n.08, p. 62-78, 1997.

\_\_\_\_\_. **História social do trabalho no Rio Grande do Sul**. Introdução às conferências da “II Jornada de História do Trabalho no RGS”. Pelotas: NDH da UFPel/GT Mundos do Trabalho da ANPUH, 2005. (dat.)

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs). **História do marxismo no Brasil volume V: partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. Campinas: Ed. Unicamp, p.69-101, 2002.

REZNIK, Luís. **Democracia e segurança nacional**. A política no pós-guerra. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2004.

RIPOLL, Lila. **Ilha difícil**. Antologia poética. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1987.

RODEGHERO, Carla S. **Capítulos da Guerra Fria**. O anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. **O diabo é vermelho**. Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Ed. UPF, 2003.

RODRIGUES, Athaydes. **Agora eu... A Revolução de 1964, em Rio Grande**. 1980.

SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964) In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 237-278, 2007.

\_\_\_\_\_. **Homens partidos: Comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SCHMIDT, Benito Bisso. A diretora dos espíritos da classe: a “Sociedade União Operária” de Rio Grande (1893-1911). **Cadernos AEL**. Campinas: UNICAMP/IFCH, v.6, n°10/11, p. 147-170, 1999.

SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha**. Imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: Ed. PUC/RS, 2001.

SILVA, Fernando Teixeira da & COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e a sua história, debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 205-272, 2001.

SILVA, Fernando Teixeira da. **A carga e a culpa**. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade. 1937-1968. Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995.



\_\_\_\_\_.; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964) In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 101-139, 2007.

SILVEIRA, Marcos César Borges da. **O teatro operário em Rio Grande na época das primeiras chaminés**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UNISINOS, São Leopoldo, 1999.

THERBORN, Göran. **Cómo domina la clase dominante?** Aparatos de Estado y poder estatal em el feudalismo, el socialismo y el capitalismo. Madrid: 1979.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa v.I**. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: NEGRO, A. L. & SILVA, Sérgio (Org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. Exploração. In: **A formação da classe operária inglesa II**. A maldição de Adão. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

VIVIAN, Diego Luiz. **Indústria portuária sul-rio-grandense: portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956-1964)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, UFRGS, Porto Alegre.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZEDNER, Lucia. Controle social. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom(Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: J. Z. Editor, 1996.

## ANEXOS

## Anexo 1:

**Aos Trabalhadores de Rio Grande**

Os abaixo assinados, representando todos os setores, da classe operaria Riograndina, tem o prazer de convidar a todos os trabalhadores da cidade e do campo e ao povo em geral, para a comemoração de 1.º de Maio, dia internacional do TRABALHADOR. Nesse dia, visando a Unidade da classe operaria, indispensavel para a solução dos seus problemas, será realizado um churrasco de confraternização, onde, com o espirito voltado para a luta pelas reivindicações, num ambiente fraternal, serão discutidos os meios de nós, operarios, conseguirmos uma vida melhor, sem opressão e fome, convidamos também a todas as organizações populares, clubes esportivos e recreativos, a se fazer representar e participar das comemorações.

O 1.º de Maio este ano, se comemora num momento em que crescem as ameaças de guerra e aumenta a dominação estrangeira sobre nosso país. Portanto, devemos nos reunir, confraternisar e organizar, comemorando o 1.º de Maio com espirito de luta pelas nossas reivindicações, pela paz e a Independência Nacional.

**PROGRAMA:**

Início as 9 horas  
Corrida de sacco as 10 horas  
Quebra do pote com olhos vedados as 10,30 hs.  
Corrida do ovo na colher as 11 hs.  
Frigideira enfumassada, as 11,30 hs.  
Todas as brincadeiras terão premios  
Churrasco as 12 hs.  
Horo caipira as 14,30 hs.  
Baile ao ar livre as 15,30 hs.

A COMISSÃO:

AMABILIO MENEZES, presidente da Associação dos Trabalhadores na Industria de Peixe e Conservas.  
ANTONIO RODRIGUES, presidente do Associação dos Indústrias.  
GUILHERMINA CAXEIRO, presidente da União das Mulheres Riograndinas.  
MANOEL RECHIA, presidente do Nucleo da Coligação dos Fervezeiros.  
FELIPE TARTA, presidente da Sociedade União Operaria.  
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, presidente do Sindicato de Construção Civil.  
VALDEMAR PARABÓIA, presidente da Associação dos Trabalhadores do D.I.S.I.

Wilson dos Santos	Helôjolina Moraes	Paulo Raimo Pereira
Osvaldo Borges de Avela	Luizcláudio Vargas	João Manoel Aires
Arquellho Rosa	Conceição C. e Silva	João Paulo
Orlando Pereira	Emmanuel Ferreira	João Gonçalves
Antonio Rechis	Genivaldo Medeiros	Olavo Mayrae
Euclydes Pinto	Alceu Ribeiro	Apelton Gonçalves
Luizcláudio Rodrigues	João Carlos Guerra	Clodomiro Euzébio
Zulmar Pinto	Harceon Fernandes	Miguel Probst
		Arélio S. Martins

A comissão organizadora dos festejos funciona diariamente das 20 at 21 horas, a Avenida Silva Paes n. 64

**Todos as Comerações de 1.º de Maio, no antigo Parque, as 9 horas**

## Anexo 2:

**AOS TRABALHADORES E AO POVO DE PELOTASS**

Mais uma vez o governo de traição nacional Dutra-Jobim desmascarar-se como agentes dos traficantes de guerra norte-americanos e como uma ditadura terrorista a serviço da guerra que seus patrões estrangeiros querem desencadear contra a humanidade e, principalmente, contra a classe operaria de todo mundo. - Os bestiais assassinatos que os bandidos da policia praticaram no Rio Grande são a prova mais concreta disso. Os carneiros da policia premeditaram uma emboscada contra a gloriosa classe operaria riograndina e a excutaram com selvageria nazista assassinando e ferindo a tiros e a pata de cavalo, homens, mulheres e crianças que, pacificamente, faziam uma passeata comemorando o dia 1º. de Maio.

Os crimes monstruosos que os degenerados policiais cometeram comandados pelo bebedo assassino Evaldo Miranda, devem ser vingados pela classe operaria. É dever de honra dos trabalhadores pelotenses darem sua solidariedade proletaria á heroica classe operaria riograndina, vitima, do banditismo policial, organizado pela ditadura terrorista e guereira Dutra-Jobim.

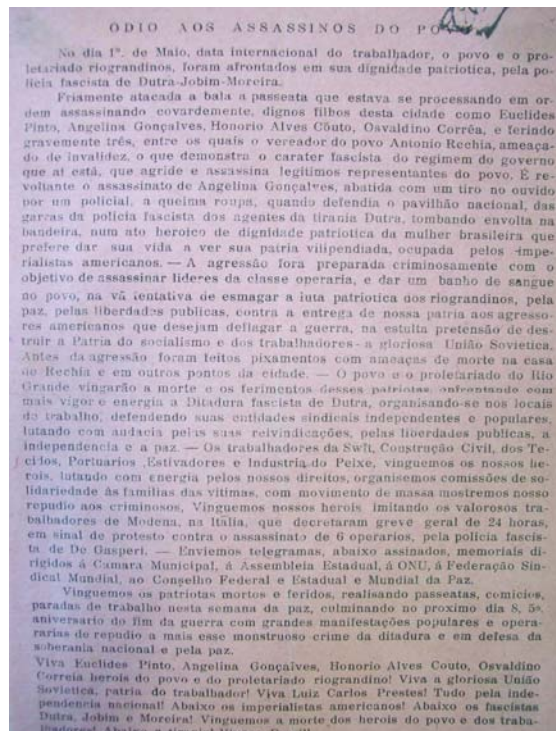
Neste sentido, os trabalhadores devem, individual ou coletivamente, protestar por intermedio de memoriais, cartas, telegramas, pixamentos, cartazes e indo á greves parciais e totais.

Abaixo a ditadura terrorista Dutra-Jobim! Morram os assassinos policiais! Os herois tombados...

Anexo 3:



Anexo 4:



## Anexo 5:

## PRIMEIRO DE MAIO

**Festejo**

Foi num primeiro de maio,  
na cidade de Rio Grande.

O céu estava sem nuvens.  
O mês das flores nascia.

O vento lembrava as flores  
no perfume que trazia.

O povo reuniu-se em festa  
pois a festa era do povo.

Crianças, homens, mulheres,  
o povo unido cantava.  
O povo simples da rua,  
comovido se abraçava.

O mês das flores nascia  
e o vento lembrava as flores  
no perfume que trazia.

Foi num primeiro de maio,  
de pensamento profundo:

**'Uni-vos, ó proletários,  
ó povos de todo o mundo'.**

Unido estava em Rio Grande,  
o povo simples cantando.

No peito de cada homem  
uma esperança se abria.  
Em qualquer parte do mundo  
uma estrela respondia.

Era primeiro de maio  
dia da festa do mundo.

O velho parque esquecido  
tinha um ar claro e risonho.  
Germinava no seu peito  
o calor de um novo sonho.

Misturavam-se cantigas,  
frases, risos, alegrias.  
No peito de cada homem,  
um clarão aparecia.  
Surgiam jogos e prendas,  
hinos subiam ao ar.  
Em cada grupo uma história  
alguém queria contar.

A tecelã Angelina,  
vivaz e alegre cantava.  
Recchia - o líder operário -  
ria e confraternizava.

Era primeiro de maio,  
dia de festa do mundo.

Foi quando a voz calma e séria,  
no velho parque vibrou,  
e um convite alvissareiro  
o povo unido escutou:

**'Amigos, a rua é larga.  
Unidos vamos partir.  
A nossa 'União Operária'  
nós hoje vamos abrir.'**

No peito de cada homem  
um clarão aparecia.  
Em qualquer parte do mundo,  
uma estrela respondia.

**'A casa de nossa classe,  
fechada por que razão?  
Amigos, vamos à rua,  
e as portas se abrirão.'**

A onda humana agitou-se,  
cresceu em intensidade .  
Em coro as vozes subiram  
clamando por liberdade.

**'À rua, à rua, sem medo,  
unidos, vamos marchar.'**

Foi como se uma rajada  
de vento encrespasse o mar.

**Passeata**

Sem demora, a passeata organizou-se.  
Rompeu-se a indecisão.

Um sopro audaz passava em cada rosto,  
onde os olhos falavam com estrelas,  
na densa escuridão.

Espontâneas as filas se formaram  
e ergueram-se a cantar.

Nas mãos erguidas, lenços tremularam,  
impacientes também para avançar.

- **Quem vai na frente? Quem?** disseram vozes.  
E três vultos surgiram, decididos.  
Eram pedreiros uns. Outros portuários.  
- Recchia, Osvaldino, Honório, Euclides Pinto -  
e também Angelina, a tecelã.

E a passeata iniciou-se: **'Adiante, amigos  
Avancemos sem medo. A rua é nossa.'**

Ouviu-se a voz sonoramente clara,  
indicando o caminho a percorrer.

Decididos, os passos ritmados  
marcaram os primeiros movimentos.

Punhos fechados,  
lenços agitados,  
e o vento acompanha o movimento  
da marcha triunfante.

**'A Bandeira na frente, companheiros'**,  
e Angelina surgia, erguida fina,  
tocada pela luz da tarde mansa,  
como um vivo estandarte a caminhar.

Os passos ritmados,  
batiam sem cessar.

**'Viva a classe operária. Salve. Viva!'**  
Era o coro das vozes a clamar.

Como um pássaro verde, muito verde,  
a Bandeira voava,  
revoava,  
por sobre o mar humano a se espriar.

Flutuavam lenços, mãos gesticulavam.  
Vozes subiam animando a marcha.  
E as filas andavam sem parar.

A 'União' já estava quase a aparecer  
e os punhos se fechavam.  
Um sopro audaz passava em cada rosto.,  
onde os olhos brilhavam.

**'Viva a 'União', companheiros, viva o povo.'**  
E a voz interrompeu seu entusiasmo  
e um silêncio caiu, inesperado.

E logo uma palavra subiu clara,  
atravessando homens e mulheres,  
como um fino punhal.

**'A polícia, a polícia, companheiros'**.  
E houve um leve arquejar. E alguém falou:  
**'Avançar, companheiros, avançar.'**  
Era Recchia investindo desarmado  
E a onda contida transbordou.

## **Amanhã**

Morreram? Quem disse se vivos estão!  
Não morre a semente lançada na terra.  
Os frutos virão.

Morreram? Quem disse, se vivos estão!  
As flores de hoje, darão novos frutos.  
Meus olhos verão.

Num dia, tão certo, tão claro, tão perto,  
Verei pelas ruas o povo ondulando,  
marchando a cantar.

Nas mãos estandartes, a febre nos olhos,  
nos lábios palavras de claro sentido:  
**'Poder popular!'**

Figuras do povo nos grandes cartazes -  
Euclides e Recchia, Honório, Angelina -  
que grande emoção!

As flores caindo das altas janelas,  
floridas também. E as palmas ecoando  
no meu coração!

O nome de Prestes, num ritmo exato,  
por todos cantado, sonoro, sem manchas,  
na tarde a vibrar.

As fâmulas altas, de cores variadas,  
nos mastros subindo, descendo, ondulando,  
e o vento a girar.

Mistura de vozes - de velhos, crianças,  
de homens, mulheres, do povo nas ruas,  
do povo a cantar.

A grande alegria caindo dos olhos,  
Das vozes, das flores, do dia sem nuvens:  
**'Poder Popular!'**

Num dia, tão perto, tão claro, tão certo,  
Meus olhos verão.

Não morre a semente lançada na terra.  
Os frutos virão!

## **Angelina**

A massa resiste,  
rebelde,  
indomável,  
erguendo muralhas,  
de peitos e braços,  
às frias espadas,  
aos altos fuzis.

A rua tranquila,

tão cheia de cantos,  
encheu-se de cinza,  
de sangue e de pó.

O povo resiste  
e os tiros aumentam.  
Protestam as vozes  
Num vivo clamor.

Respondem espadas,  
fuzis apontados,  
fuzis metralhando.

A massa recua,  
retorna e avança  
com novo vigor.

Na rua estendidos,  
Euclides e Honório,  
e mais Osvaldino,  
fecharam seus olhos,  
seus lábios calaram.

As vagas aumentam  
de ódio incontido.  
E há novos protestos  
do povo ferido.

Alguém arrebatada  
das mãos de Angelina  
a verde Bandeira  
que ondula no ar.

Os tiros procuram  
o peito de Recchia.  
E os tiros ficaram  
no peito a morar.

Os olhos dos homens  
refletem angústia,  
revelam paixão.

Ferido está Recchia,  
e há sangue no chão.

Ninguém junto ao leme,  
ninguém no comando.  
Vermelhas papoulas  
matizam o chão.

O rosto em tormento,  
cabelos ao vento,  
retorna Angelina,  
mais alta e mais fina.

'A nossa Bandeira,  
nas mãos da polícia?'

E à luta regressa,  
com febre no olhar.

Os braços erguidos,  
subiam, caíam,  
em meio a outros braços,  
o mastro a arrastar.

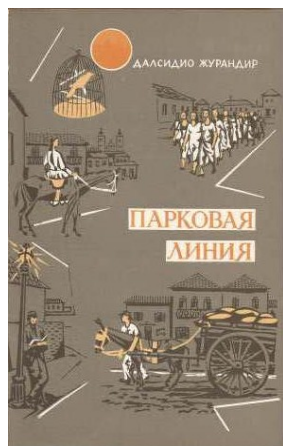
E às mãos vitoriosas,  
num breve momento,  
retorna a Bandeira  
batida de vento.

Um frio estampido  
correu pelo espaço,  
na rua vibrou.

Vacila a Bandeira,  
vacila Angelina,  
e a flor de seu corpo  
na rua tombou.<sup>192</sup>

<sup>192</sup> RIPOLL, Lila. **Ilha difícil**. Antologia poética. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1987. p.112-122.

## Anexo 6:



Capa da edição russa de *Linha do Parque* de Dalcídio Jurandir.



Capa da edição brasileira de 1959 de *Linha do Parque* de Dalcídio Jurandir.